

---

## Sumário

7.4	Meio Socioeconômico.....	7-487
7.4.1	Metodologia .....	7-487
7.4.2	Resultados .....	7-488
7.4.3	Infraestrutura, serviços públicos e vulnerabilidades.....	7-528
7.4.4	Populações Tradicionais.....	7-658
7.4.5	Patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paisagístico .....	7-707

## Índice de Figuras

Figura 7.4-1 - Mesorregiões abrangidas pelo empreendimento. ....	489
Figura 7.4-2 - Hierarquização das mesorregiões e dos municípios por tamanho populacional .....	510
Figura 7.4-3 - Distribuição Rural e Urbana dos municípios de Barro e Milagres, pertencentes a Mesorregião Sul Cearense (Fonte: IBGE, 2010). ....	511
Figura 7.4-4 - Densidade Demográfica dos municípios cearenses da All, pertencentes à Mesorregião Sul Cearense (Fonte: IBGE, 2010). ....	512
Figura 7.4-5 - Distribuição População Rural e Urbana dos municípios paraibanos da All, pertencentes a Mesorregião do Sertão Paraibano (Fonte: IBGE, 2010). ....	513
Figura 7.4-6 - Densidade Demográfica dos municípios paraibanos da All, pertencentes a Mesorregião do Sertão Paraibano (Fonte: IBGE, 2010). ....	513
Figura 7.4-7 - Distribuição População Rural e Urbana dos municípios norte rio-grandense da All, pertencentes a da Mesorregião Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010). ....	514
Figura 7.4-8 - Densidade Demográfica dos municípios norte rio-grandense da All, pertencentes a Mesorregião do Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010). ....	515
Figura 7.4-9 - Esquema de divisão da AID. ....	517
Figura 7.4-10 - Assentamento Prof. Maurício de Oliveira (Coordenadas: S 05°35'58.0" W 037°00'44.1") (Fonte: Bourscheid, maio/2013). ....	525
Figura 7.4-11 - Associação do Assentamento PA Novo Pingos (Coordenadas: S 05°35'35.1" W 037°03'38.4") (Fonte: Bourscheid, maio/2013). ....	525
Figura 7.4-12 - Estrada de Acesso para as Comunidades Sítio do Coco e Cachoeira do Coco, município de Cajazeiras/PB (Coordenadas: S 06°58'53.2" / W 038°35'17.5") (Fonte: Bourscheid, maio/2013). ....	525
Figura 7.4-13 – Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia. ....	574
Figura 7.4-14 – Hospital Regional Nelson Inácio dos santos, Assú – RN (Coordenadas: S 05°35'00.6" / W 036°54'52.0") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). ....	574
Figura 7.4-15 - Hospital Regional Dep. Manoel Gonçalves de Abrantes – Sousa/PB (Coordenadas: S 06°45'52.4" / W 038°13'14.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). ....	575
Figura 7.4-16 – Hospital Regional de Cajazeiras, Cajazeiras – PB (Coordenadas: S 06°53'08.9" / W 038°33'17.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). ....	575
Figura 7.4-17 – Hospital Regional do Cariri, Juazeiro do Norte – CE (Fonte: <a href="http://">http://</a>	

diariodonordeste.globo.com/nateria.asp?codigo=941963). .....	576
Figura 7.4-18 - Escola Estadual de Educação Profissional Ana Zélia da Fonseca, Milagres – CE (Coordenadas: S 07°18'39.5"/ W 38°57'16.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). 596	
Figura 7.4-19 - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Núcleo Cajazeiras – PB (Coordenadas: S 06°52'25.1"/ W 38°33'32.0") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). ...	597
Figura 7.4-20 - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Núcleo Catolé do Rocha – PB (Coordenadas: S 06°21'08.3"/ W 37°43'29.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	597
Figura 7.4-21 - Instituto Federal da Paraíba – IFPB, Núcleo Sousa – PB (Coordenadas: S 06°46'462"/ W 038°13'52.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	597
Figura 7.4-22 - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Núcleo Sousa – PB (Coordenadas: S 06°45'45.9"/ W 038°13'43.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	597
Figura 7.4-23 - Sede do 11º Dired, Assú – RN (Coordenadas: S 05°34' 22.4"/ W 036° 54' 22.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	598
Figura 7.4-24 - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Núcleo Assú – RN (Coordenadas: S 05°34'25.8"/ W 036°54'32.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013)..	598
Figura 7.4-25 - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Núcleo Alexandria – RN (Coordenadas: S 06°24'56.2"/ W 038°00'50.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	598
Figura 7.4-26 - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Núcleo Patu – RN (Coordenadas: S 06°05'59.4"/ W 37°38'14.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	598
Figura 7.4-27 - Unidade SENAC, Assú – RN (Coordenadas: S 05°34'32.9"/ W 036°54'36.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	601
Figura 7.4-28 - Índice de Escolaridade dos municípios da All pertencentes à Mesorregião Sul Cearense (Fonte: IBGE, 2010). .....	602
Figura 7.4-29 - Índice de Escolaridade dos municípios da All pertencentes à Mesorregião Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010) .....	602
Figura 7.4-30 - Índice de Escolaridade dos municípios da All pertencentes à Mesorregião Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010) .....	603
Figura 7.4-31 - Alternativa 2 para implantação de Canteiro de Obras em Campo Grande/RN. ....	605
Figura 7.4-32 -. Alternativa 3 para implantação de Canteiro de Obras em Campo Grande/RN. ....	606
Figura 7.4-33 – Alternativa 1 para implantação de Canteiro de Obras em Alexandria/RN. ....	606

Figura 7.4-34 - Alternativa 3 e 5 para implantação de Canteiro de Obras em Alexandria/RN. ....	607
Figura 7.4-35 - Alternativa 2 para implantação de Canteiro de Obras em Cajazeiras/PB. ....	607
Figura 7.4-36 - Alternativa 3 para implantação de Canteiro de Obras em Cajazeiras/PB. ....	608
Figura 7.4-37 - Trecho da BR-110 no município de Augusto Severo (Campo Grande) / RN (Coordenadas: 05°49'09,05"S/ 37°18'04,96 W) (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .	610
Figura 7.4-38 - Trecho da BR-230 no Município de Cajazeiras/PB (Fonte: Bourscheid, maio/2013). ....	610
Figura 7.4-39 - Trecho da RN-233 (Coordenadas: 05o46'01,6"S/ 37o05'57,1"W) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	610
Figura 7.4-40 - RN-078 em Alexandria/RN (Coordenadas: 06°25'27,7"S/ 37°59'50,4"W) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). ....	610
Figura 7.4-41 - PB-400 - Cajazeiras / PB (Coordenadas: 06°58'49,9"S/ 38°34'58,1"W) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). ....	610
Figura 7.4-42 - Malha rodoviária de Campo Grande (Augusto Severo) / RN. ....	611
Figura 7.4-43 - Malha rodoviária do município de Alexandria / RN. ....	611
Figura 7.4-44 - Malha rodoviária do município de Cajazeiras / PB.....	612
Figura 7.4-45 - Rádio Princesa do Vale, Assú – RN (Coordenadas: S 05°34'18.2"/ W 036°54'43.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). ....	614
Figura 7.4-46 - PIB dos municípios da All pertencente ao Sul Cearense (Fonte: IBGE, 2010). ....	621
Figura 7.4-47 - PIB dos municípios da All pertencente ao Sertão Paraibano (Fonte: IBGE, 2010). ....	622
Figura 7.4-48 - PIB dos municípios da All pertencente ao Sertão Paraibano (Fonte: IBGE, 2010). ....	622
Figura 7.4-49 - PIB dos municípios da All pertencente ao Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010). ....	623
Figura 7.4-50 - PIB dos municípios da All pertencente ao Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010). ....	623
Figura 7.4-51 - Índice de Desemprego da Mesorregião Sul Cearense (Fonte: Censos Demográficos, IBGE).....	628
Figura 7.4-52 - Índice de Desemprego da Mesorregião Sertão Paraibano (Fonte: Censos	



---

Demográficos, IBGE). .....	628
Figura 7.4-53 - Índice de Desemprego da Mesorregião Oeste Potiguar (Fonte: Censos Demográficos, IBGE). .....	629
Figura 7.4-54 – Localização do Aeródromo de Assú/RN (Coordenadas 5°35'43"S, 36°57'40"O). .....	638
Figura 7.4-55 – Localização de Aeródromo de Catolé do Rocha/PB (Coordenadas 6°21'45"S, 37°45'23"O) .....	639
Figura 7.4-56 – Localização de Aeródromo de Cajazeiras/PB (Coordenadas 6°54'15,86"S, 38°34'18,92"O).....	640
Figura 7.4-57 - Localização dos Aeródromos de Sousa e São João do Rio do Peixe/PB (Coordenadas: Sousa – 6°54'15,86"S, 38°34'18,92"O; S.J. do Rio do Peixe – 6°42'15"S, 38°30'10"O). .....	641
Figura 7.4-58 - Localização de Rampa de Voo Livre em Patu/RN (Coordenadas 6° 9'0.65"S, 37°37'37.39"O).....	642
Figura 7.4-59 – Município de Milagres/CE e a coexistência com as Linhas de Transmissão (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	652
Figura 7.4-60 – Município de Milagres/CE e a coexistência com as Linhas de Transmissão (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	652
Figura 7.4-61 - Rua central Comunidade Banguê (Coordenadas: S05°29'24.3"W036°57'12.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	666
Figura 7.4-62 - Programa Água Boa – Banguê (Coordenadas: S05°29'24.2"W036°57'12.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	666
Figura 7.4-63 - Casarão do Capitão Marreiro (Coordenadas: S05°29'23.4"W036°57'09.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	667
Figura 7.4-64 - Casa de taipa, em Caboclos (Coordenadas: S05°44'01.1"W037°03'32.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	668
Figura 7.4-65 - Entrevista com Seu Antônio (Coordenadas: S05°44'02.0"W037°03'33.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	670
Figura 7.4-66- Localização da Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'28.60"W037°00'01.46") (Fonte: Google Earth, 2013, adaptado).....	672
Figura 7.4-67 – Localização e principais vias de acesso à Comunidade de Bela Vista do Piató.....	673
Figura 7.4-68 - Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'21.9"W037°00'16.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	675

---

---

Figura 7.4-69 - Escola Municipal Senador Georgino Avelino (Coordenadas: S05°31'23.8"/W037°00'13.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	675
Figura 7.4-70 - Unidade Básica de Saúde da Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'22.2"/W037°00'20.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	676
Figura 7.4-71 - Uso e Ocupação do Solo na Comunidade Bela Vista do Piató. ....	679
Figura 7.4-72 - Igreja Católica da Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'21.2"/W037°00'13.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	681
Figura 7.4-73 - Igreja Evangélica da Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'21.9"/W037°00'16.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	681
Figura 7.4-74 - D <sup>a</sup> Sandra e seu esposo Sr. Júnior (Coordenadas: S06°01'25.6"/W037°36'36.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	684
Figura 7.4-75 - Costureiras trabalhando na sede da Associação (Coordenadas: S06°01'26.2"/W037°36'36.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	684
Figura 7.4-76 - Primeira casa de Jatobá, construída por Sr. José Luis, bisavô de D <sup>a</sup> Sandra (Coordenadas: S06°01'28.0"/W037°36'35.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	685
Figura 7.4-77 - Entrada da Comunidade Lagoa Rasa (Coordenadas: S06°19'17.4"/W037°39'18.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	686
Figura 7.4-78 - Casa de agricultor em Lagoa Rasa (Coordenadas: S06°18'50.6"/W037°39'16.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	687
Figura 7.4-79 - Comunidade Jatobá (Coordenadas: S06°17'38.4"/W037°37'56.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	688
Figura 7.4-80 - Comunidade Currealinho (Coordenadas: S06°17'02.9"/W037°36'38.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	689
Figura 7.4-81 - Entrevista com D <sup>a</sup> Maria de Lurdes (Coordenadas: S06°25'20.6"/W037°47'06.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	690
Figura 7.4-82 - Comunidade São Pedro dos Miguéis (Coordenadas: S06°25'18.8"/W037°47'01.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	691
Figura 7.4-83 - Moradores da Comunidade Pau de Leite (Coordenadas: S06°20'57.6"/W037°45'46.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	691
Figura 7.4-84 - Comunidade Pau de Leite (Coordenadas: S06°20'57.6"/W037°45'46.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	692
Figura 7.4-85 - Açude Vazio, em Escondido (Coordenadas: S06°10'56.1"/W037°39'45.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	694
Figura 7.4-86 - Museu Dona Francisca (Coordenadas: S06°10'56.1"/W037°39'45.4")	

---

(Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	695
Figura 7.4-87 - Ruínas de uma das primeiras casas de Gameleira (Coordenadas: S06°09'07.9"/W037°37'06.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	695
Figura 7.4-88 - D <sup>a</sup> Maria e seus alunos (Coordenadas: S06°09'10.1"/W037°36'57.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	696
Figura 7.4-89 - Comunidade Rajada (Coordenadas: S06°09'57.3"/W037°42'05.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	697
Figura 7.4-90 - Comunidade de Saco (Coordenadas: S06°06'27.0"/W037°34'22.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	698
Figura 7.4-91 - Casa de Taipa, em Saquinho (Coordenadas: S06°06'54.7"/W037°33'37.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	698
Figura 7.4-92 - Vila de Cuncas (Coordenadas: S07°05'37.8"/W038°43'22.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	699
Figura 7.4-93 - Comunidades Prazeres (Coordenadas: S07°05'50.4"/W038°41'42.0") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	700
Figura 7.4-94 - Comunidade Fazenda Nova (Coordenadas: S07°04'43.3"/W038°46'36.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	701
Figura 7.4-95 - Comunidade de Engenho Velho (Coordenadas: S07°03'08.4"/W038°41'49.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	702
Figura 7.4-96 - Agricultor trabalhando em plantação de feijão (Coordenadas: S07°03'08.4"/W038°41'49.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	703
Figura 7.4-97 - Sede do Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania (Coordenadas: S07°02'40.4"/W038°42'19.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	703
Figura 7.4-98 - Entrevista com o Sr. Antônio (Seu Ciço) (Coordenadas: S07°12'15.0"/W038°49'36.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	704
Figura 7.4-99 - Escola da Comunidade Oitis (Coordenadas: S07°16'32.7"/W038°52'11.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	705
Figura 7.4-100 - Comunidade de Oitis (Coordenadas: S07°16'32.7"/W038°52'11.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	706
Figura 7.4-101 - Comunidade de Catolé (Coordenadas: S07°16'00.7"/W038°52'26.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	706
Figura 7.4-102 - Linha de Transmissão de entre Oitis e Catolé (Coordenadas: S07°16'11.2"/W038°52'53.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).....	707
Figura 7.4-103 - Catedral de N. S. da Piedade, Cajazeiras (Coordenadas: S 06° 53' 14'	

---

W 38° 33' 27.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	711
Figura 7.4-104 - Palácio Episcopal, Cajazeiras (Coordenadas: S 06° 53' 14"/ W 38° 33' 27.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	711
Figura 7.4-105 - Estação Ferroviária, São João do Rio do Peixe (Coordenadas: S 06° 43' 47.7" / W 38° 26' 58.7') (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	712
Figura 7.4-106 - Serra do Estrelo, Catolé do Rocha (Coordenadas: S 06° 18' 14.8' / W 37° 48' 32.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	713
Figura 7.4-107 - Serra Grande, no município de Alexandria/RN (Coordenadas: S 06° 23' 37.25" / W 37° 55' 14.08") (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	713
Figura 7.4-108 - Serra do Lima vista da entrada do município de Patu.....	713
Figura 7.4-109 - Esc. Estadual Waldemar de Souza Veras, Alexandria (Coordenadas: S 06° 24' 47.9" / W 38° 00' 52.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	715
Figura 7.4-110 - Casa de Cultura Popular, Alexandria (Coordenadas: S 06° 24' 42" / W 38° 00' 57.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	715
Figura 7.4-111 - Edifício na Rua João Gualberto, Campo Grande (Coordenadas: S 05° 51' 49.8" / W 37° 18' 29.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	715
Figura 7.4-112 - Prédio Vaporção, Janduís (Coordenadas: S 06° 00' 48.4" / W 37° 24' 26.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	715
Figura 7.4-113 - Imóvel na Rua Teodoro Benjamim – Igreja Matriz, de 1887, João Dias (Coordenadas: S 06° 16' 32.7" / W 37° 47' 46.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). ..	716
Figura 7.4-114 - Sobrado na Praça João Carlos, Patu (Coordenadas: S 06° 06' 31.5" / W 37° 38' 08.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013). .....	716
Figura 7.4-115 - Mestre Doca Zacarias. Fonte: SECULT-CE .....	720
Figura 7.4-116 - Apresentação do grupo de Congos de Milagres. (Fonte: Prefeitura de Milagres).....	721
Figura 7.4-117 - Teatro Íraclé Pires em sua inauguração. (Fonte: bloger Coisas de Cajazeiras) .....	723
Figura 7.4-118 - Comédia "As malditas". No Teatro Ica Pires. (Fonte: FUNESC) .....	723
Figura 7.4-119 - Almofada pintada com técnica "batik" em Catolé do Rocha. (Fonte: Babel das artes).....	724
Figura 7.4-120 - Quadrilha da Vovó Zulmira, em 1982. (Fonte: Perfil de Assu Antigo) .....	725
Figura 7.4-121 - Concurso de quadrilhas. (Fonte: Programa registrando).....	725
Figura 7.4-122 - Capa do livro Poetas do Rio Grande do Norte. (Fonte: Assú na ponta da língua) .....	726

Figura 7.4-123 - Santuário Nossa Senhora dos Impossíveis. (Coordenadas: S 6° 08' 13.94'' / W 37° 38' 35.64'') (Fonte: Bourscheid, abril/2013) .....	727
Figura 7.4-124 - Dupla de violeiros em Programação da Feira da Cultura, em 2010. ..	728
Figura 7.4-125. Material lítico (FONTE: MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p.175).....	734
Figura 7.4-126. Lesma da Tradição Itaparica encontrada na região da Chapada do Araripe/CE (Fonte: <a href="http://www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo_litico_e_ceramico_do_cariri.pdf">www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo_litico_e_ceramico_do_cariri.pdf</a> ).....	734
Figura 7.4-127 - Tradição Nordeste (Fonte: MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p. 254 e p. 260 respectivamente). ....	736
Figura 7.4-128 - Tradição Seridó (FONTE: <a href="http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme23/223.pdf">http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme23/223.pdf</a> ). .....	737
Figura 7.4-129. Toca do Boqueirão-Tradição Agreste: antropomorfos e formas animais estáticas (Fonte: <a href="http://www.ab-arterupestre.org.br/images/foto03.jpg">http://www.ab-arterupestre.org.br/images/foto03.jpg</a> ).....	739
Figura 7.4-130. Tradição Itaquiara (FONTE: MARTIN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3ª ed. atualizada. Recife: UFPE, 1999. p 305). .....	740
Figura 7.4-131. Distribuição quantitativa dos sítios arqueológicos nos Estados que compõem a área de abrangência da linha de transmissão (Fonte CNSA/IPHAN). .....	741
Figura 7.4-132. Sítios arqueológicos registrados por municípios (Fonte CNSA/IPHAN).742	
Figura 7.4-133 - Categorias de sítios arqueológicos conhecidos nos municípios da AID. ....	742
Figura 1-7.4-134 - Recorte do Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, indicando as tribos indígenas que historicamente foram registradas na região de estudo do presente diagnóstico, por ocasião do contato indígena com a sociedade colonial (Fonte: Nimuendaju/1981). .....	745
Ao contrário dos Potiguaras, os Kariri através da dispersão ocuparam o sertão nordestino, como podemos ver na Figura 1-7.4-135, dando origem a outras ramificações linguísticas. Apenas quatro das línguas cariri chegaram a ser minimamente descritas, todas elas na região ao sul do rio São Francisco: o dzubukuá, falado por grupos no arco do submédio São Francisco; o kipea, falado por índios que se tornaram conhecidos como quiriris (ou Kiriri) principalmente na bacia do Itapicuru, Bahia; o camuru (ou cariri) e os apuiá, ambas próximas à bacia do Paraguaçu, na Bahia. ....	746
Figura 7.4-136 – Localização dos Pontos de Prospecção em Campo. ....	753
Figura 7.4-137 - Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao	

---

seccionamento. (Coordenada: 0719781/9380440) (Fonte: Bourscheid, maio/2013)...	755
Figura 7.4-138 - Vista geral do seccionamento. (Coordenada: 0732410 - 9375823) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	755
Figura 7.4-139 - Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao ponto 01. (Coordenada: 0717345 – 9378465) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	755
Figura 7.4-140 - Vista geral. Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao ponto 01. (Coordenada: 0717345 – 9378465) (Fonte: Bourscheid, maio/2013)....	755
Figura 7.4-141 - Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao ponto 02. (Coordenada: 0681741/9343179) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	756
Figura 7.4-142 - Baixa visibilidade do solo. (Coordenada: 0681741/9343179) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	756
Figura 7.4-143 - Afloramentos rochosos próximos a curso de água (Coordenada: 0681741/9343179) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	756
Figura 7.4-144 - Vista da Comunidade São Francisco (Coordenada: 0640979/9311702) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	757
Figura 7.4-145 - Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao ponto 03 (Coordenada: 0640979/9311702) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	757
Figura 7.4-146 - Propriedade na Comunidade São Francisco (Coordenada: 0640979/9311702) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	757
Figura 7.4-147 - Área de plantação ao lado da comunidade São Francisco (Coordenada: 0640979/9311702) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	757
Figura 7.4-148 - Estrada de acesso em direção ao ponto 04 (Coordenada 0604712/9280923) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	758
Figura 7.4-149 - Vista geral da área próximo ao ponto 04 (Coordenada: 0603881/9280101) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	758
Figura 7.4-150 - Ponto mais próximo do ponto 04 (Coordenada: 0604712 /9280923) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	758
Figura 7.4-151 - Relevo com pequena inclinação (Coordenada: 0603881/9280101) (Fonte: Bourscheid, maio/2013). .....	758
Figura 7.4-152 - Vista da propriedade (Coordenada: 0565616/9248117) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	759
Figura 7.4-153 - Vista da propriedade (Coordenada: 0565616/9248117) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	759
Figura 7.4-154 - Ponto mais próximo do ponto 05 (Coordenada: 0565616/9248117)	



---

(Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	759
Figura 7.4-155 - Ponto mais próximo do ponto 05 (Coordenada: 0565616/9248117) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	759
Figura 7.4-156 - Estrada de acesso em direção ao ponto 06 (Coordenada: 0529556/9216230) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	760
Figura 7.4-157 - Ponto mais próximo do ponto 06 (Coordenada: 0529556/9216230) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	760
Figura 7.4-158 - Propriedades próximo ao ponto 06 (Coordenada: 0529556/9216230) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	760
Figura 7.4-159 - Propriedades próximo ao ponto 06 (Coordenada: 0529556/9216230) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	760
Figura 7.4-160 - Ponto mais próximo do ponto 07 e seccionamentos (Coordenada: 0507924/9192719) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	761
Figura-7.4-161 - Ponto mais próximo do ponto 07 e seccionamentos (Coordenada: 0507924/9192719) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).....	761

## Índice de Tabelas

Tabela 7.4-1 - Comunidades Remanescentes de Povos Indígenas na All. ....	662
Tabela 7.4-2 - Comunidades Remanescentes de Quilombos na All. ....	663
Tabela 7.4-3 - Com Traços Remanescentes de Comunidades na All. ....	663



## Índice de Quadros

Quadro 7.4-1 – Taxa Crescimento Populacional dos municípios da All. ....	498
Quadro 7.4-2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da All. ....	499
Quadro 7.4-3 - Inserção regional dos municípios da All. ....	502
Quadro 7.4-4 - Estimativa populacional da AID. ....	519
Quadro 7.4-5 - Distribuição dos aglomerados rurais. ....	519
Quadro 7.4-6 - Densidade demográfica nas áreas urbanas da AID. ....	522
Quadro 7.4-7 - Assentamentos levantados em pesquisas de campo. ....	523
Quadro 7.4-8 - Infraestrutura dos assentamentos visitados pesquisas de campo. ....	524
Quadro 7.4-9 – Dados sobre os estabelecimentos de saúde existentes na All. ....	531
Quadro 7.4-10 - Números de profissionais da saúde. ....	542
Quadro 7.4-11 – Número de leitos por estabelecimento de saúde e complexidades de atendimento. ....	544
Quadro 7.4-12 – Incidência de Dengue ....	571
Quadro 7.4-13 – Incidência de Endemias. ....	572
Quadro 7.4-14 - Disponibilidade de ambulâncias nos municípios da All. ....	576
Quadro 7.4-15 – Estrutura educacional municípios da All. ....	578
Quadro 7.4-16 - Cursos de Capacitação. ....	599
Quadro 7.4-17 - Existência de Projetos de Educação Ambiental na All. ....	603
Quadro 7.4-18 - Condições da rodovia BR 110. ....	609
Quadro 7.4-19 - Condições da rodovia BR 230. ....	609
Quadro 7.4-20 - Comunicação e Informação. ....	614
Quadro 7.4-21 - Organizações Sociais. ....	617
Quadro 7.4-22 - Principais Atividades Econômicas nos municípios da All. ....	624
Quadro 7.4-23 - Área dos estabelecimentos rurais no Brasil, 1985 – 2006. ....	633
Quadro 7.4-24 - Usos proibidos na Faixa de Servidão. ....	636
Quadro 7.4-25 - Principais rodovias e estradas contidas dentro da faixa de servidão. ....	643
Quadro 7.4-26 - Principais Benfeitorias e Edificações contidas dentro da faixa de servidão. ....	646
Quadro 7.4-27 - Lista de bens Tombados nos municípios da All na Paraíba. ....	709
Quadro 7.4-28 – Lista de Bens Tombados nos municípios da All no Rio Grande do Norte.	

---

.....	714
Quadro 7.4-29 - Sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN, para AID.....	743
Quadro 7.4-30 - Pontos pré-determinados.....	751
Quadro 7.4-31 - Pontos complementares. ....	751
Quadro-7.4-32 - Localização dos sítios arqueológicos conhecidos e registrados no CNSA/IPHAN na All. ....	761

## **7.4 Meio Socioeconômico**

### *7.4.1 Metodologia*

A execução de uma Linha de Transmissão (LT) e suas Subestações, no que se refere às interações socioambientais, apresenta como principal característica, a possibilidade de interações socioespaciais diferenciadas ao longo do seu trajeto.

A LT 500 kV Milagres II- Açú III será localizada entre os municípios de Milagres no Ceará, cruzando por municípios do Estado da Paraíba, e o município de Assú no Rio Grande do Norte. Esse trajeto, com 337 km, é composto por vinte municípios (dois no Ceará, oito no Rio Grande do Norte e dez na Paraíba).

Na Área de Influência Direta (AID) o uso e ocupação do solo é caracterizado predominantemente por atividades rurais. Áreas urbanas ou periurbanas ocorrem nos municípios de Milagres e Barro no Ceará; Santa Cruz, João Dias, Messias Targino e Campo Grande, no Rio Grande do Norte.

Para o conhecimento e caracterização dessa(s) realidade(s), foram adotados procedimentos de diagnóstico que de um lado buscaram compreender o contexto geral no qual o empreendimento se insere e de outro lado o contexto local (Áreas de Influência Indireta e Direta) com o qual o empreendimento apresenta maior grau de interações socioespaciais e socioambientais.

O método de trabalho adotado para a realização do diagnóstico e posterior análise de impactos utiliza-se de procedimentos consagrados de levantamento de dados diretos e indiretos e segue as orientações e recomendações do TR expedido pelo IBAMA. O diagnóstico da área socioeconômica é composto por um conjunto de temáticas, que vão dos aspectos demográficos a populações tradicionais. Assim, o método de trabalho a seguir descrito serve como um guia geral dos procedimentos adotados para a realização do diagnóstico. Os resultados do diagnóstico foram organizados de forma a permitir, primeiramente, uma visão do contexto regional no qual o projeto se insere, e, na sequência, são apresentados resultados para as diferentes temáticas solicitadas no TR. Em relação ao diagnóstico arqueológico, os procedimentos metodológicos são apresentados, exclusivamente, no item específico a esse tema.

A definição e descrição das áreas de influência estão no item 7.1. As áreas são: Área de Influência Indireta (20 municípios), Área de Influência Direta (2,5 km para ambos os

lados do eixo principal). Os canteiros de obras, suporte logístico para a fase de instalação do LT, estão previstos para os municípios de Cajazeiras (PB), Alexandria (RN) e Campo Grande (RN), ou seja, dentro da Área de Influência Indireta do empreendimento.

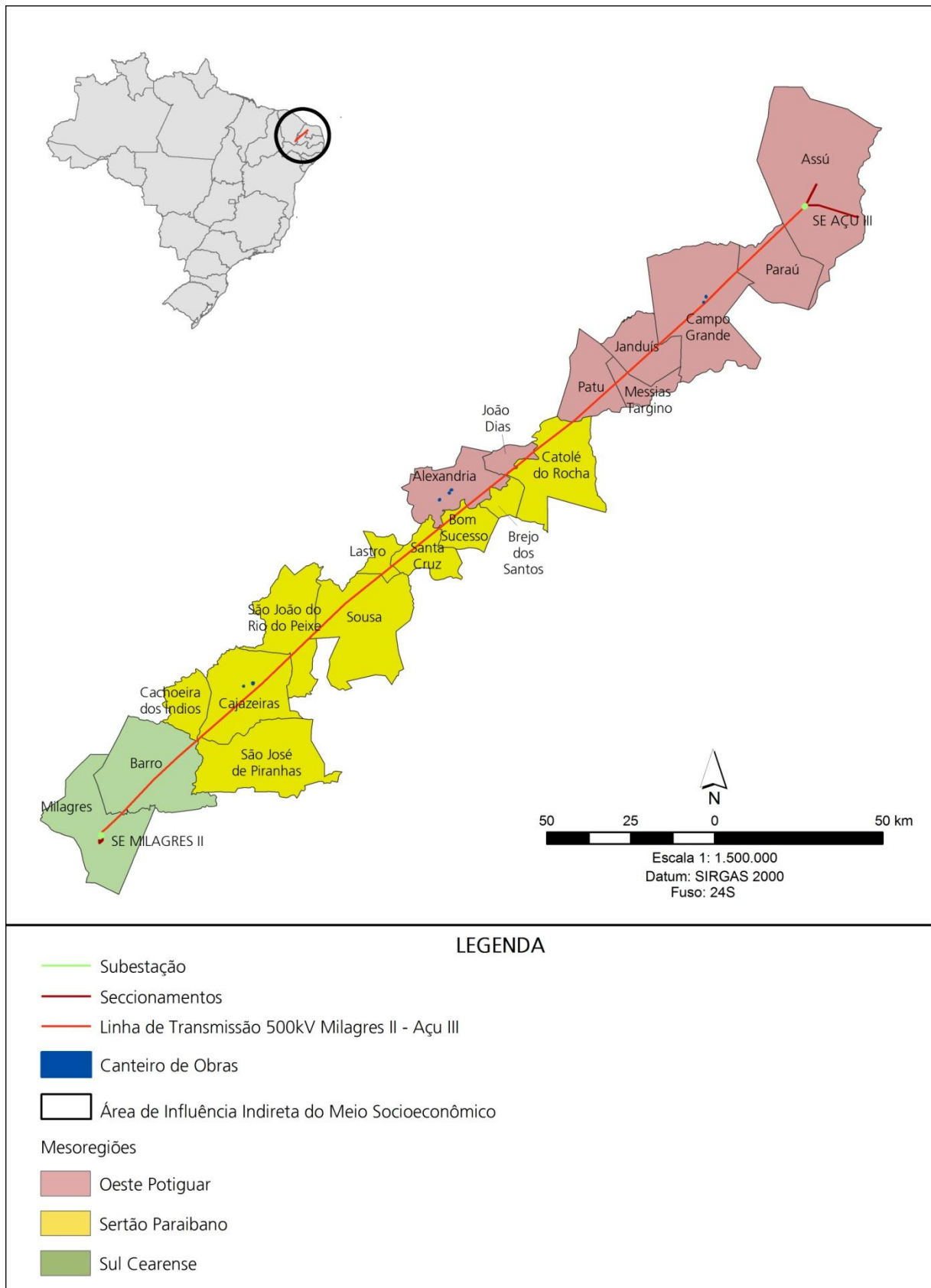
Em termos metodológicos, como já fora apresentado no Plano de Trabalho, o diagnóstico foi realizado através da técnica de triangulação de dados. A triangulação de dados em ciências socioeconômicas não deve se configurar como um arranjo/amontoado de dados, mas, sim, como a interação com base em perspectivas teóricas ou objetivos específicos (FLICK, U: 2000). No caso do Diagnóstico Socioeconômico para fins de análise de impactos ambientais, o principal objetivo é uma descrição/diagnóstica das áreas de influência do empreendimento em análise. Para tanto, foram utilizados dados secundários e primários. Todas as fontes secundárias estão citadas ao longo do trabalho, assim como os procedimentos utilizados para os levantamentos primários e procedimentos específicos, como, por exemplo, os relativos ao uso e ocupação do solo.

## *7.4.2 Resultados*

### *7.4.2.1 Caracterização da População*

#### *7.4.2.1.1 Processo de ocupação e formação dos municípios da All*

Para efeito de estudo do processo de ocupação humana nos municípios da All do empreendimento, foram consideradas três mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São elas: a Mesorregião do Sul Cearense, a Mesorregião do Sertão Paraibano e a Mesorregião do Oeste Potiguar (Figura 7.4-1).



**LEGENDA**

- Subestação
  - Seccionamentos
  - Linha de Transmissão 500kV Milagres II - Açú III
  - Canteiro de Obras
  - Área de Influência Indireta do Meio Socioeconômico
- Mesoregiões
- Oeste Potiguar
  - Sertão Paraibano
  - Sul Cearense

Figura 7.4-1 - Mesoregiões abrangidas pelo empreendimento.

O desenvolvimento da exploração na Zona da Mata foi responsável pela criação de um segundo sistema econômico dela dependente, que se estendeu em direção ao interior e se difundiu rapidamente povoando o sertão do Nordeste brasileiro: a criação de gado. Desse modo, o processo de povoamento das três regiões que compõem a All do Empreendimento aconteceu de forma semelhante, tendo impulso, sobretudo, a partir do Ciclo da Pecuária.

Esta atividade desenvolveu-se em função do abastecimento de animais de tração, também conhecidos na cultura regional como animais de tiro, usados para conduzir produtos aos engenhos, e do abastecimento da carne, não apenas para os engenhos, como também para os centros urbanos do litoral. Portanto, no litoral, o processo econômico de produção pecuária e equina (cavalar), estabeleceram as bases iniciais de povoação e conquista do sertão. O gado foi criado, inicialmente, nas fazendas de açúcar e, com o passar do tempo, a criação desse gado tornou-se antieconômica, pois além de os animais embrenharem-se em meio ao canavial, estragando a plantação, exigiam uma grande área para pastagem, a qual daria muito mais lucro, se coberta de canaviais.

Foi então que a Coroa portuguesa, preocupada com o comprometimento da exportação de cana-de-açúcar, decidiu que o gado fosse levado para o interior. Assim, a carta régia de 1701 proibiu a criação do gado numa faixa de 10 léguas a partir do litoral, já que ocuparia extensos pastos mais lucrativos para a utilização na cultura canavieira. A busca de novas pastagens levou os fazendeiros de gado para o interior da atual região nordeste, onde surgiram postos avançados de povoação no sertão.

Do estado da Bahia, principal centro de irradiação do criatório em direção ao norte<sup>1</sup>, o gado se deslocou seguindo o curso do rio São Francisco. Atravessando os sertões da Bahia em direção ao estado de Pernambuco, percorreu o interior chegando a alcançar os estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Já a partir do século XVII, a entrada do gado pelo sertão cearense, paraibano e potiguar foi acontecendo de forma lenta, devido a conflitos com povos locais, indígenas, que costumavam escolher as várzeas dos rios para fixar suas aldeias, locais também cobiçados pelos pecuaristas.

O outro polo irradiador era Olinda, de onde o gado se expandia para o interior de Pernambuco e Paraíba, daí se espalhando pelos campos do Ceará, Piauí e Maranhão. A criação de gado atendia a um mercado específico: os engenhos de cana-de-açúcar. Nos

<sup>1</sup> Disponível em <[http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo\\_de\\_ocupacao.html](http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html)>. Acesso em 20 de

dois casos, seja partindo-se de Olinda ou da Bahia, o gado avançou pelo interior da colônia seguindo o leito dos rios, que forneciam segurança alimentar para o gado, com água e pasto, e direcionamento geográfico para os pecuaristas que se orientavam pelo próprio desenho dos rios. Ao longo deste caminho, aglomerações, povoados e posteriormente vilas e cidades foram sendo estabelecidos esses locais que serviam de apoio para a atividade pecuária.

Assim, a pecuária integrava os diversos centros econômicos brasileiros da época, pois era a única atividade voltada para o mercado interno, entrando em decadência com o declínio de seus centros consumidores.

O período em que a pecuária existiu voltada, principalmente, para dar suporte à atividade de produção da cana-de-açúcar teve início nos últimos anos do século XVI e se estendeu até o início do século XVIII. Quando a Zona da Mata tem seu declínio, por conta da concorrência do açúcar produzido nas Antilhas, pelos holandeses.

As áreas de mineração, ao contrário, têm seu crescimento acelerado a partir dos últimos anos do século XVII. Com a extração de ouro de aluvião em Goiás, Mato Grosso e, principalmente, em Minas Gerais. O que refloresceu, de certa forma, a produção pecuária, pelo menos até o declínio das áreas de mineração, ao final do século XVIII. Assim, com o declínio da pecuária, a produção de algodão para o exterior ganhou destaque.

O ciclo da pecuária marcou profundamente a colonização e povoamento do sertão nordestino, como será explanado nos parágrafos seguintes, seguindo os históricos municipais do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, coletados junto ao IBGE Cidades<sup>2</sup>.

No sul cearense, em meados do século XVIII, colonizadores brancos instalaram-se próximos ao sítio denominado Pilar, local onde ainda acostaram forasteiros e índios Tapuias, iniciando um conflito por terra, o que deu origem ao povoado que futuramente se tornaria o município de Milagres.<sup>3</sup>

Na região que futuramente seria o município de Barro, existiam terras na cercadura do riacho Cumbe, que posteriormente foram desmembradas e passaram a constituir terras

<sup>2</sup> O site "Cidades" é uma ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default2.php>>. Acesso em 20 de Maio de 2013.

<sup>3</sup> Disponível em <<http://milagres.ce.gov.br/2013/sobre-milagres/historia/>>. Acesso em 5 de Maio de 2013.

para cultivo dos sítios Timbaúba, Gangorra, Xique-Xique, Manda Saia e Catolé. Barro figura como distrito de Milagres em 1936 e, posteriormente, elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 1153, de 22 de novembro de 1951.

No Sertão Paraibano, dentre os 10 municípios atravessados pelo empreendimento, percebe-se vários tipos de povoamento, já que houve o surgimento de municípios a partir de fazendas localizadas às margens de riachos, onde eram instaladas capelas; houve o povoamento a partir da construção de galpões que funcionavam como mercado; e a criação de municípios a partir da agricultura e pecuária.

Os rios constituíam as principais vias de entrada no Sertão Paraibano. A facilidade de circulação e a disponibilidade de água foram fatores predominantes para ocupação das margens fluviais. Dessa forma, ao longo dos rios, grandes fazendas de gado foram instaladas, dando origem, posteriormente, a núcleos urbanos. As principais populações ribeiras do Sertão da Paraíba nos fins do século XVIII eram as do Cariri, do Piancó, do Piranhas, do Sabugi, do Patu, do Rio do Peixe, do Seridó e do Espinharas.

O município paraibano de Bom Sucesso surgiu a partir do sítio Bom Sucesso, onde foi construído um galpão simples usado para realização de feiras e missas. Nas imediações do primitivo mercado, muitas casas foram sendo construídas e, em pouco tempo, estava formando o povoado de Bom Sucesso. Sendo, em meados de 1963, desmembrado do município de Jericó, e tendo, assim, sua emancipação política.

Católé do Rocha surgiu a partir da agricultura e criação de gado, às margens do riacho “Agon” ou “Ogon”. O pequeno aglomerado de casas que era Catolé do Rocha naquela época começa a crescer e se desenvolver devido ao surgimento de uma feira semanal, que reunia moradores da região interessados no comércio de produtos apropriado.

O município de Brejo dos Santos, antigo distrito de Catolé do Rocha, surgiu às margens do Riacho Sabão. Por conta das características de seu solo constituído de terra vermelha e adequado à agricultura, passou a atrair moradores que chegavam para trabalhar “na terra”. Posteriormente, duas indústrias de beneficiamento de algodão passaram a operar na localidade, contribuindo, amplamente, para seu desenvolvimento. No ano de 1966, o município de Brejo dos Santos obteve sua emancipação.

O município de Sousa está localizado em uma região muito fértil, o vale do Rio do Peixe. No vale, praticava-se pecuária extensiva, predominante em toda caatinga até meados do século XVIII. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, provocou crescimento na



demanda de algodão para o exterior. A cultura algodoeira se expandiu por todo o nordeste, substituindo a criação de gado e necessitando de maior número de trabalhadores. Nesse contexto surgiram vilas, entre elas, Sousa. Situada no caminho do interior para o litoral, Sousa tornou-se um polo comercial, o que ainda a caracteriza.

O processo de ocupação da região onde se localiza o município de Lastro se iniciou na primeira metade do século XIX. Seu desmembramento do município de Sousa ocorreu no ano de 1963.

O município de Santa Cruz teve origem em 1918, sendo constituído ao redor de um galpão, onde eram realizadas feiras para os moradores da região, onde eram comercializados produtos diversificados, como alimentos e utensílios. Posteriormente teve-se a criação de uma capela. Em 1953, é inaugurada uma estação ferroviária, na localidade, da Estrada de Ferro Mossoró/RN – Sousa/PB. Com o constante progresso, em 1961 Santa Cruz foi desmembrado de Sousa.

São João do Rio do Peixe estabeleceu-se às margens do Rio do Peixe, com uma fazenda de criação de gado. Em 1881, São João do Rio do Peixe foi desmembrado de Sousa. No ano de 1932, o município de São João do Rio do Peixe passou a denominar-se Antenor Navarro. Posteriormente, em 1989, o município de Antenor Navarro volta a ser chamado de São João do Rio de Peixe.

O trecho mais ocidental do sertão paraibano, onde se situa Cajazeiras, só seria povoado em meados do século XVIII. Por esta época, todo território paraibano já estava conquistado. A atual cidade de Cajazeiras originou-se de um sítio denominado “Cajazeiras”. Difere-se dos outros municípios, pois sua urbanização se deu a partir da instalação de um colégio, tendo até os dias de hoje uma estrutura educacional bastante valorizada na região. O município de Cajazeiras permaneceu subordinado a Sousa até meados do ano de 1876, quando foi elevado à condição de cidade.

O município de Cachoeira dos Índios surgiu a partir de habitações criadas em volta da Serra do Coati. Conforme informações do IBGE<sup>4</sup>, as primeiras famílias começaram a chegar à localidade a partir de 1905. Inicialmente, o povoado era chamado de Catingueira e chegou a ser invadido três vezes pelo bando de Lampião. Em 1950, é denominado Cachoeira dos Índios e figura como distrito do município de Cajazeiras. Posteriormente, Cachoeira dos Índios foi elevado à categoria de município no ano de

<sup>4</sup><http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250330&search=paraibalcachoeira-dos-%C3%8Dndios#historico>

1961, desmembrado de Cajazeiras.

O município de São José de Piranhas formou-se em território pertencente à Casa da Torre<sup>5</sup>, e a fazendeiros de Piancó que ali se estabeleceram, por volta do século XVIII. O povoado de “São José de Piranhas” se desenvolveu as margens do rio de mesma denominação. Em meados do ano de 1885, São José e Piranhas é desmembrado de Cajazeiras.

No Oeste Potiguar, dentre os oito municípios atravessados pelo empreendimento, o processo de ocupação humana também se deu a partir das entradas pecuaristas. O município de Assú teve sua origem quando o governador da Capitania do Rio Grande do Norte organizou uma expedição para a conquista do sertão, fazendo com isso o aldeamento dos índios e assegurando o estabelecimento de colonos. Em meados de 1788, recebe o nome de Vila Nova da Princesa. Elevado à condição de cidade e sede municipal com a denominação de Assú pela Lei Provincial nº 124, de 16 de outubro de 1845.

A fazenda Barriguda foi o ponto de origem da povoação que se tornou o município de Alexandria, em 1759. O povoado pertencente ao município de Martins passou a chamar-se Alexandria, em homenagem a Dona Alexandrina Barreto Ferreira Chaves, filha da terra e esposa de Ferreira Chaves, que foi Senador e Governador do Estado. Em 1930 desmembra-se dos municípios de Pau dos Ferros e Martins, sendo elevada a categoria de vila e somente em 1936 denomina-se o município de Alexandria.

A capela em honra de Santana e as casas construídas para a descendência de João do Vale formaram a povoação de Campo Grande, primeiro nome dado ao município, que posteriormente também se chamou de Augusto Severo, devido a um projeto apresentado pelo deputado Luiz Pereira Tito Jacomé, para homenagear o potiguar Augusto Severo, que foi um dos pioneiros da aviação brasileira. Em visita à Prefeitura Municipal verifica-se que o cunho municipal não se utiliza do topônimo “Augusto Severo” e sim, a nomenclatura inicial de “Campo Grande”.

Em 1706, o Padre Mestre Borges, o capitão-mor Alfonso de Albuquerque Maranhão e João Dias, recebiam da coroa portuguesa sesmarias amplas localizadas nos sertões do

---

<sup>5</sup> Também conhecida como Castelo de Garcia D’Ávila, A Casa da Torre é considerada a “única construção das Américas com características medievais, erigida em 1551” e localiza-se na Praia do Forte, no Município de Mata de São João, na Bahia. FONTE: <[http://www.fgd.org.br/o\\_castelo/index.html](http://www.fgd.org.br/o_castelo/index.html)> Acesso em: 05 de agosto de 2013.

Rio Grande do Norte, cujas terras eram consideradas esconderijos do gentio tapuia canindé, da tribo Janduí. João Dias, destemido e experiente desbravador dos sertões, fundador de situações posseiras, manejador de facão e rastejador de caminhos ignorados, tinha terras na ribeira do Umari, sertão do Apodi e deixaria seu nome, perpetuado à serra de João Dias, no Martins, conforme era costume de muitos pioneiros. Neste contexto, surgiu o distrito criado com a denominação de João Dias, expovoado subordinado ao município de Alexandria. Elevado à categoria de município com a denominação de João Dias, em 1963, desmembrado de Alexandria e constituído do distrito sede.

O município de Janduí se desenvolveu a partir do sítio de São Bento, localizado na estrada para a Paraíba, em direção ao riacho dos Porcos. Sua localização geográfica, entre povoados, fazendas de gado e sítios agrícolas, contribuiu para o desenvolvimento do povoado que deu origem ao município. O município de Janduí foi desmembrado de Caraúbas em meados de 1950.

O povoamento da localidade onde hoje existe o município de Paraú teve início em 1701, quando o Padre Lúcio de Mendonça de Sá, o Alferes Manoel da Silveira de Carvalho e Diogo de Mendonça Bernardo Vieira de Melo, Capitão-Mor-Governador do Rio Grande do Norte, receberam sesmarias de 3 (três) léguas<sup>6</sup> cada uma, no rio Paraú, no município de Augusto Severo (Campo Grande). Figura, desde 1953, como distrito do município de Augusto Severo, do qual foi desmembrado e elevado à categoria de município em 1962.

O povoamento que deu origem ao município de Patu teve início em 1718, com a concessão de uma sesmaria ao padre Francisco Pinto de Araújo, na Serra do Patu. Mais tarde, em 1742, o Capitão Leandro Saraiva de Moura destacava-se como proprietário de Patu de Fora, e, posteriormente, do Sítio Boqueirão no ano de 1755. O principal destaque no início da criação de Patu foi o Coronel Perreira, Comandante do Regimento de Ordenanças da Ribeira do Apodi, na Serra do Patu, que no ano de 1758 fez doação de terras para a construção da Capela de Nossa Senhora dos Impossíveis, erguida na serra que ficou conhecida como a Serra do Lima. No dia 25 de setembro de 1890, através da Lei nº 53, Patu desmembrou-se de Martins, tornando-se município do Rio Grande do Norte.

---

<sup>6</sup> Medida variável, de acordo com o período da história. No Brasil, equivale a aproximadamente 6.600 m, conforme HOUAISS, A. VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Em 1962, foi criado o município com a denominação de Junco (devido a terras calcáreas do Patu, denominadas pelo serrote junco, construído desse material, permitindo a conservação da unidade e produção de juncáceas), desmembrado do município de Patu. Posteriormente, o nome foi mudado para Messias Targino, como homenagem a um ilustre antepassado de uma importante família do município.

#### 7.4.2.1.2 Crescimento Populacional

Os dados populacionais dos períodos intercensitários 1991-2000 e 2000-2010, apresentados no Quadro 7.4-1, demonstram que a dinâmica populacional, mais precisamente no que se refere às taxas tendenciais de incremento ou perda populacional nos municípios da All do projeto em estudo, apresentam tendências diferenciadas conforme a região de inserção dos municípios. Porém, antes da análise dessa tendência, é relevante apontar que, em termos demográficos, o último período censitário, nesse caso 2000-2010, deve ser considerado como o tendencial. Pois as tendências demográficas são fortemente influenciadas por fatores da conjuntura socioeconômica e de políticas públicas relativas, por exemplo, a reprodutividade humana. Assim, o intervalo de dez anos tem sido considerado como o indicador mais adequado para os estudos de tendências demográficas de curto e médio prazo.

Nos municípios do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte pertencentes à All do empreendimento em estudo, a Taxa Geométrica indica o crescimento médio anual da população de cada município, obtido através de um intervalo de tempo de 19 anos, compreendido entre os dois levantamentos populacionais, o de 1991 e o de 2010, informando o crescimento negativo ou positivo de cada município relacionado. Para melhor compreensão geral, identificou-se crescimento positivo preenchido na cor verde e crescimento negativo na cor vermelha (Quadro 7.4-1).

Portanto, observa-se que os dois municípios que se situam na Região Sul Cearense tiveram um crescimento positivo. Enquanto que, na região do Sertão Paraibano, apenas três municípios - Cajazeiras, Cachoeira dos Índios e Catolé do Rocha - tiveram um crescimento populacional positivo; os sete demais municípios da região atravessados pelo empreendimento apresentaram um crescimento populacional negativo. Da mesma forma, na Região Oeste Potiguar observaram-se apenas três municípios com crescimento populacional positivo; Assú, Patu e Messias Targino; os cinco demais apresentaram crescimento populacional negativo.

Para conclusão da análise, observa-se que o município com maior percentual positivo de crescimento foi Cachoeira dos Índios, no estado da Paraíba. O município que obteve o maior percentual negativo foi Augusto Severo (Campo Grande), no estado do Rio Grande do Norte.

As estimativas de crescimento da população foram elaboradas através do método geométrico. Segundo as orientações do IBGE, para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (P0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período. No caso apresentado, calculou-se a taxa geométrica baseada no intervalo de tempo de 19 anos, ente 1991 e 2010<sup>7</sup>. A fórmula utilizada para o cálculo foi:

$$r = \left[ \left( \sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$

<sup>7</sup> Os dados do Censo Demográfico do IBGE de 1980 não estavam disponíveis para consulta, motivo pelo qual não foram considerados nessa análise.

Quadro 7.4-1 – Taxa Crescimento Populacional dos municípios da All.

População							
UF	Município	1991	2000	2010	Homens Total	Mulheres Total	Taxa Geométrica (%) – Intervalo entre os anos 1991- 2010.
CE	Barro	19.375	20.007	21.514	10.627	10.887	0,55%
	Milagres	24.187	26.959	28.316	13.926	14.390	0,83%
PB	Cajazeiras	51.273	54.715	58.446	27.938	30.508	0,69%
	Cachoeira dos Índios	7.315	7.834	9.546	4.820	4.726	1,41%
	Catolé do Rocha	25.220	26.641	28.759	14.028	14.731	0,69%
	São João do Rio de Peixe	21.551	17.661	18.201	8.940	9.261	-0,89%
	Lastro	3.278	3.118	2.841	1.438	1.403	-0,75%
	Sousa	79.135	62.635	65.803	31.798	34.005	-0,97%
	São José de Piranhas	3.278	3.118	2.841	9.529	9.567	-0,75%
	Bom Sucesso	6.277	5.285	5.035	2.477	2.558	-1,15%
	Santa Cruz	7.410	6.471	6.471	3.283	3.188	-0,71%
	Brejo dos Santos	6.233	5.948	6.198	3.094	3.104	-0,03%
RN	Assú	43.591	47.904	53.227	26.141	27.086	1,06%
	Patu	11.741	11.171	11.964	5.886	6.079	0,10%
	Paraú	4.008	4.092	3.859	1.925	1.934	-0,20%
	Messias Targino	3.413	3.718	4.188	2.119	2.069	1,08%
	Alexandria	14.580	13.772	13.507	6.616	6.891	-0,40%
	Janduís	5.983	5.597	5.345	2.650	2.695	-0,59%
	João Dias	2.654	2.596	2.601	1.281	1.320	-0,11%
	Augusto Severo	12.437	9.024	9.289	4.708	4.581	-1,52%

Fonte: IBGE Cidades.

#### 7.4.2.1.3 IDHM

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é universalmente utilizado para medir o desenvolvimento de países ou regiões, utilizando como critérios os indicadores de educação, longevidade e renda. A aplicação desta metodologia em escala municipal recebe o nome de IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Segundo informações contidas no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil<sup>8</sup>, o índice varia de 0 (zero), o que corresponde a nenhum desenvolvimento humano, a 1 (um) referente a desenvolvimento humano total. As Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal são: Muito baixo – 0 (zero) até 0,499; Baixo – 0,500 até 0,599; Médio – 0,600 até 0,699; Alto – 0,700 até 0,799; e Muito Alto – 0,800 até 1.

O IDHM de cada município é fruto da média geométrica de três indicadores<sup>9</sup>, IDHM Educação, IDHM Longevidade e IDHM Renda (Raiz cúbica da multiplicação dos três IDHMs).

A partir da análise dos dados apresentados no Quadro 7.4-2, é possível observar que a maior parte dos municípios encontra-se na Faixa de Desenvolvimento Humano Municipal de classificação Média. Porém, seis dos municípios da All apresentam índices classificados como de Baixo Desenvolvimento Humano.

Quadro 7.4-2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da All.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 2010		
	Valor	Posição no Ranking Estadual	Faixa de Desenvolvimento
<b>IDHM – Sul Cearense*</b>			
Barro	0,599	136	BAIXO
Milagres	0,628	52	MÉDIO
<b>IDHM – Sertão Paraibano**</b>			
Bom Sucesso	0,592	89	BAIXO
Brejo dos Santos	0,619	36	MÉDIO
Cachoeira dos Índios	0,587	101	Baixo

<sup>8</sup> O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil é um banco de dados eletrônico feito com o objetivo de informar e aumentar a capacidade de análise sobre informações socioeconômicas relevantes dos municípios brasileiros e das Unidades da Federação. Tendo como referência os censos de 1991, de 2000 e de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), este sistema disponibiliza informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ano de 2013. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em 06 de Agosto de 2013.

<sup>9</sup> Educação (IDHM-E), Longevidade (IDHM-L) e Renda (IDHM-R).

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 2010		
	Valor	Posição no Ranking Estadual	Faixa de Desenvolvimento
Cajazeiras	0,679	7	Médio
Catolé do Rocha	0,640	16	Médio
Lastro	0,533	212	Baixo
Santa Cruz	0,618	37	Médio
São João do Rio do Peixe	0,608	52	Médio
São José de Piranhas	0,591	95	Baixo
Sousa	0,668	9	Médio
<b>IDHM – Oeste Potiguar ***</b>			
Assú	0,661	16	Médio
Alexandria	0,606	83	Médio
Augusto Severo (Campo Grande)	0,621	56	Médio
Janduís	0,615	65	Médio
João Dias	0,530	167	Baixo
Messias Targino	0,644	26	Médio
Paraú	0,603	92	Médio
Patu	0,618	60	Médio

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD), 2013.

\* No estado do Ceará são 184 municípios; \*\* No estado da Paraíba são 223 municípios; e, no estado do Rio Grande do Norte são 167 municípios.

#### 7.4.2.1.4 Polos Regionais

No âmbito desse estudo, a identificação dos polos regionais, mais especificamente, das cidades com centralidades socioeconômicas regionais, foi realizada de forma a contemplar duas perspectivas. A primeira é uma visão da composição territorial das regiões, consideradas como Áreas de Influência Regional do empreendimento e as respectivas hierarquias populacionais dos territórios municipais. A segunda perspectiva buscou-se identificar e caracterizar de forma descritiva a dinâmica socioeconômica das Mesorregiões e seus respectivos polos.

##### a. Inserção Mesorregional e Microrregional dos municípios da All.

O empreendimento em análise localiza-se na região nordeste, passando por vinte municípios: Barro e Milagres no estado do Ceará e na Mesorregião Sul Cearense; Bom Sucesso, Brejo dos Santos, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Lastro, Santa Cruz, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas e Sousa, no estado da



---

Paraíba e na Mesorregião do Sertão Paraibano; e ainda, Assú, Alexandria, Augusto Severo (Campo Grande), Janduís, João Dias, Messias Targino, Paraú e Patu, localizados no estado do Rio Grande do Norte e na Mesorregião do Oeste Potiguar. No Quadro 7.4-3, conforme dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA<sup>10</sup>, estão apresentadas as Mesorregiões, Microrregiões e os municípios. Estão destacados os municípios que compõem a All do Empreendimento.

---

<sup>10</sup> Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/default.asp?z=t&o=4&i=P>>. Acesso em 20 de Maio de 2013.

Quadro 7.4-3 - Inserção regional dos municípios da All

UF	Mesorregião	Microrregião	População Total da Microrregião	Município	População	Distritos	População
CE	Sul Cearense	Barro	90.320	Barro	21.514	Barro	13.454
						Brejinho	340
						Engenho Velho	692
						Serrota	513
						Iara	2.541
						Cuncas	2.200
						Santo Antônio	957
						Monte Alegre	817
		Aurora	24.566				
		Mauriti	44.240				
		Brejo Santo	99.891	Milagres	28.316	Milagres	24.208
						Rosário	4.108
Abaíara	10.496						
Brejo Santo	45.193						
Jati	7.660						
Penaforte	8.226						
PB	Sertão Paraibano	Cajazeiras	151.716	Cachoeira dos Índios	9.546	Cachoeira dos Índios	6.594
						Balanço	280
						Fátima	1.559
						São José de Marimbás	1.113
				Cajazeiras	58.446	Cajazeiras	54.518

UF	Mesorregião	Microrregião	População Total da Microrregião	Município	População	Distritos	População
						Engenheiro Ávidos	3.928
				S.J. Rio do Peixe	18.201	S.J. Rio do Peixe	14.297
						Umari	3.904
				S.J Piranhas	2.841	São José das Piranhas	17.934
						Bom Sucesso	5.035
				Bernadinho Batista	3.075		
				Bom Jesus	2.400		
				Bonito de Santa Fé	10.804		
				Carrapateira	2.378		
				Joca Claudino	2.615		
				Monte Horebe	4.508		
				Poço Dantas	3.751		
				PB	Sertão Paraibano	Cajazeiras	151.716
Santa Helena	5.369						
Triunfo Potiguar	9.220						
Uiraúna	14.584						
Catolé do Rocha	116.056	Bom Sucesso	5.035			Bom Sucesso	5.035
		Catolé do Rocha	28.759			Catolé do Rocha	24.243
						Coronel Maia	2.469
						Picos	2.047
		Brejo dos Santos	6.198			Brejo dos Santos	6.198
		Belém do Brejo do Cruz	7.143				
Jericó	7.538						

UF	Mesorregião	Microrregião	População Total da Microrregião	Município	População	Distritos	População
				Brejo da Cruz	13.123		
				Lagoa	4.681		
				Mato Grosso	2.702		
				Riacho dos Cavalos	8.314		
				São Beto	30.879		
				São José do Brejo do Cruz	1.684		
		Sousa	182.13	Sousa	65.803	Sousa	65.805
				Lastro	2.841	Lastro	2.841
				Santa Cruz	6.741	Santa Cruz	6.741
				Aparecida	7.676		
				Cajazeirinhas	3.033		
				Condado	6.584		
				Malta	5.613		
				Marizópolis	6.173		
				Nazarezinho	7.280		
Sousa	182.13	Paulista	11.788				
		Pombal	32.110				
		São Bentinho	4.138				
		São Domingos de Pombal	2.855				
PB	Sertão Paraibano	Sousa	182.13	São Francisco do Oeste	3.364		
				São José da Lagoa Tapada	7.564		
				Vieirópolis	5.045		
				Vista Serrana	3.512		

UF	Mesorregião	Microrregião	População Total da Microrregião	Município	População	Distritos	População
RN	Oeste Potiguar	Médio Oeste	39,041	Campo Grande	9.289	Campo Grande	9.289
				Janduís	5.345	Janduís	5.345
				Messias Targino	4.188	Messias Targino	4.188
				Paraú	3.859	Paraú	3.859
				Triunfo Potiguar	3.368		
				Upanema	12.992		
		Pau dos Ferros	114.267	Alexandria	13.507	Alexandria	13.507
				Pau dos Ferros	27.745		
				Tenente Ananias	9.883		
				Marcelino Vieira	8.265		
				Portalegre	7.320		
				José da Penha	5.868		
				Severiano Melo	5.752		
				Itaú	5.564		
				Rafael Fernandes	4.692		
				Rodolfo Fernandes	4.418		
				Paraná	3.952		
				São Francisco do Oeste	3.874		
				Pilões	3.453		
Riacho da Cruz	3.165						
Francisco Dantas	2.874						
Taboleiro Grande	2.317						
Viçosa	1.618						

UF	Mesorregião	Microrregião	População Total da Microrregião	Município	População	Distritos	População		
RN	Oeste Potiguar	Umarizal	79.549	João Dias	2.601	João Dias	1.860		
							Rosário	741	
		Umarizal	79.549	Patu	11.964	Patu	11.964		
				Almino Afonso	4.871				
				Antônio Martins	6.907				
				Frutuoso Gomes	4.233				
				Lucrécia	3.633				
				Martins	8.218				
				Olho D'água do Borges	4.295				
				Patu	11.964				
				Rafael Godeiro	3.063				
				Serrinha dos Pintos	4.540				
		Umarizal	10.659						
		Vale do Assú	140.534	Assú	53.227	Assú	53.227		
				Jucurutu	17.692				
				Ipangaçu	13.856				
				Pendências	13.432				
				Alto do Rodrigues	12.305				
				Carnaubais	9.762				
São Rafael	8.111								
Itajá	6.932								
Porto do Mangue	5.217								

Fonte: IBGE SIDRA

b. Aspectos socioeconômicos regionais e hierarquia funcional dos polos regionais

i. *Mesorregião Sul Cearense*

Os municípios de Barro e Milagres localizam-se próximos à Região Metropolitana do Cariri<sup>11</sup>, da qual sofrem influência econômica.

O Cariri detém considerável potencial natural de recursos hídricos, minerais, de solo e clima, que favorecem tanto a agricultura diversificada como agroindústrias, tendo em vista a localização privilegiada, numa das áreas mais úmidas e férteis dos vales de pé-de-serra da Chapada do Araripe. No segmento, existem agroindústrias de derivados da cana-de-açúcar, como açúcar, rapadura e aguardente; também existem agroindústrias algodoeiras e produtos derivados do couro. A região ainda apresenta áreas de cultivo irrigado com produção de frutícolas (banana, mamão, manga, uva, pinha, acerola, graviola, coco e outras), cultivos de hortaliças e grãos. Há também atividades de agropecuária orgânica, avicultura, ovinocaprinocultura, além de atividades de metalurgia e ourivesaria.

No setor industrial, destaca-se, o município de Juazeiro do Norte, o bloco das indústrias de vestuário, calçados, artefatos, tecidos, couros e peles que representa a segunda maior produção do estado do Ceará. Juntamente com setor comercial, o setor industrial, é um dos principais responsáveis pela geração de empregos formais no município e importante economicamente para o estado e a região.

Em relação aos municípios Barro e Milagres, considerando as pesquisas de campo, observou-se atividades agrícolas como um dos principais aspectos econômicos.

ii. *Mesorregião Sertão Paraibano*

A Paraíba dispõe de 14 Distritos Industriais, localizados em várias regiões com facilidade de acesso viário; disponibilidade de serviços centralizados; da existência de infraestrutura; e da disponibilidade de um grande contingente de mão-de-obra. Dentre esses distritos, quatro estão localizados na Mesorregião do Sertão Paraibano, Catingueira, Patos, Sousa e Cajazeiras.

<sup>11</sup> A Região Metropolitana do Cariri é composta pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. Disponível em <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/RMC.pdf>>. Acesso em 22 de Maio de 2013.

Para análise, destacam-se os de Sousa e Cajazeiras que se configuram por aspectos econômicos regionais diferentes dos demais do estado da Paraíba, e que serão atravessados pelo traçado linha de transmissão.

O município de Sousa encontra-se às margens do Rio do Peixe, onde se localiza o Polo Irrigado de São Gonçalo. Este perímetro é uma zona agrícola com exemplar sistema de irrigação. Concluído em 1936, o açude São Gonçalo tem capacidade de armazenamento de 44 milhões de m<sup>3</sup> de água<sup>12</sup>, irrigando a produção de coco (uma das principais culturas do município), fruticultura, hortaliças, grãos e algodão herbáceo. Já o Distrito Industrial destaca-se pela produção de produtos do segmento de laticínio (sorvetes, iogurtes e derivados de leite) e materiais de limpeza (sabão e associados), seguidos de indústrias de metalúrgica e calçados.

O município de Cajazeiras atualmente é considerado um dos principais polos da região sertaneja, tendo sua economia dividida nos setores primário (atividades agrárias, pecuária, pesqueira e avícola); secundário (indústria têxtil, indústria de alimentos, indústria da construção; e terciários (comércio, informática, bancos, educacional, turismo e imobiliário)<sup>13</sup>. Considerando ainda, que o setor comercial seja regional, pois atrai consumidores de regiões próximas, e de outros estados.

### *iii. Mesorregião Oeste Potiguar*

Dentro das regiões definidas como polos integrados do nordeste, o Rio Grande do Norte aparece com uma das áreas de maior dinamismo no campo da agricultura, especificamente da produção de frutas tropicais irrigadas, com destaque para o Polo Integrado de Fruticultura Irrigada Assú/Mossoró, e também polo agroindustrial processador de frutas e hortaliças. A produção deste polo representa o grande avanço tecnológico e de organização da produção agrícola norte-rio-grandense<sup>14</sup>.

Mostra-se através dessas informações a importância regional dos municípios de Assú e Mossoró, sendo considerados os centros urbanos mais dinâmicos, já que favorece economicamente outros municípios, gerando empregos formais para a região. Constituem também esse polo os municípios de Baraúna, Carnaubais, Upanema,

<sup>12</sup> Disponível em <[http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede\\_Irigacao/Docs/Perfil%20Economico%20do%20Estado%20da%20Paraiba-2002.PDF](http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Perfil%20Economico%20do%20Estado%20da%20Paraiba-2002.PDF)>. Acesso em 23 de Maio de 2013.

<sup>13</sup> Disponível em <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT-1-milanya-ribeiro.pdf>>. Acesso em 22 de Maio de 2013

<sup>14</sup> Disponível em <[biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/pernambuco/13.doc](http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/pernambuco/13.doc)>. Acesso em 23 de Maio de 2013.



Ipangaçu, Alto do Rodrigues, Afonso Bezerra, Pendências, Serra do Mel e Itajá.

A grande vantagem do Polo Assú/Mossoró é sua proximidade e equidistância dos centros consumidores de Fortaleza (260 km), Natal (277 km), João Pessoa (428 km) e Recife (540 km). Como ponto positivo de logística de transporte para exportação, pode-se citar sua equidistância dos principais portos do Nordeste, porto de Mucuripe em Fortaleza/CE (250 km), do porto de Pecém/CE (300 km); do porto de Natal/RN (210 km) e de Recife/Suape/PE (350 km) <sup>15</sup>.

#### *iv. Infograma*

Para conclusão desta análise, observa-se que cada polo regional citado nas três mesorregiões em estudo é referência para os demais municípios por onde passará o empreendimento, devido ao seu potencial de capilaridade típico dos centros urbanos, concentrando serviços, comércios e outras infraestruturas urbanas. Apresenta-se a Figura 7.4-2, para ilustração, na qual se caracteriza o tamanho populacional, através do tamanho dos círculos, de cada Mesorregião, e de cada município por onde passará o empreendimento. Mostra-se, ainda, o nível de hierarquização das mesorregiões e dos municípios que compreendem o traçado da Linha de Transmissão, Seccionamentos e Subestações Associadas.

<sup>15</sup> Distâncias aproximadas. Informação disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/rede\\_irrigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20Assu%20Mossoro.PDF](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/rede_irrigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20Assu%20Mossoro.PDF)>. Acesso em 23 de Maio de 2013.

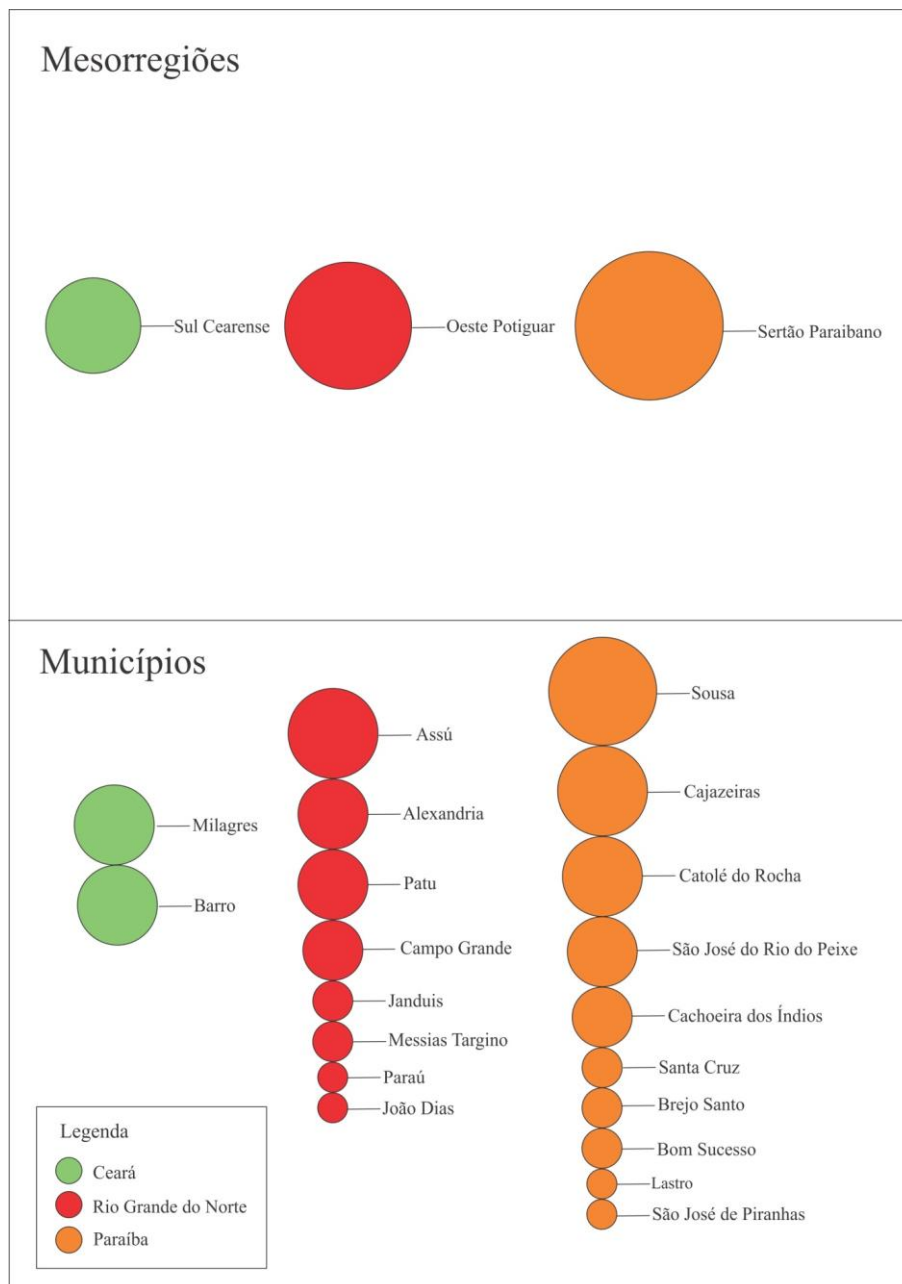


Figura 7.4-2 - Hierarquização das mesorregiões e dos municípios por tamanho populacional

#### 7.4.2.1.5 Distribuição Geográfica da População da AII

Utilizando dados populacionais obtidos através do Censo Demográfico do ano de 2010, feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), identificou-se a distribuição geográfica da população da AII (Área de Influência Indireta), especificando a população urbana e rural. Em complemento, analisou-se o grau de urbanização dos municípios, tendo como base o seguinte cálculo: População urbana x 100 / População total.

Dando continuidade, obteve-se a densidade demográfica de cada município estudado, usando o método de cálculo descrito: População total / Área do município.

A Figura 7.4-3 a Figura 7.4-8 caracterizam a distribuição rural e urbana; grau de urbanização e densidade demográfica por município.

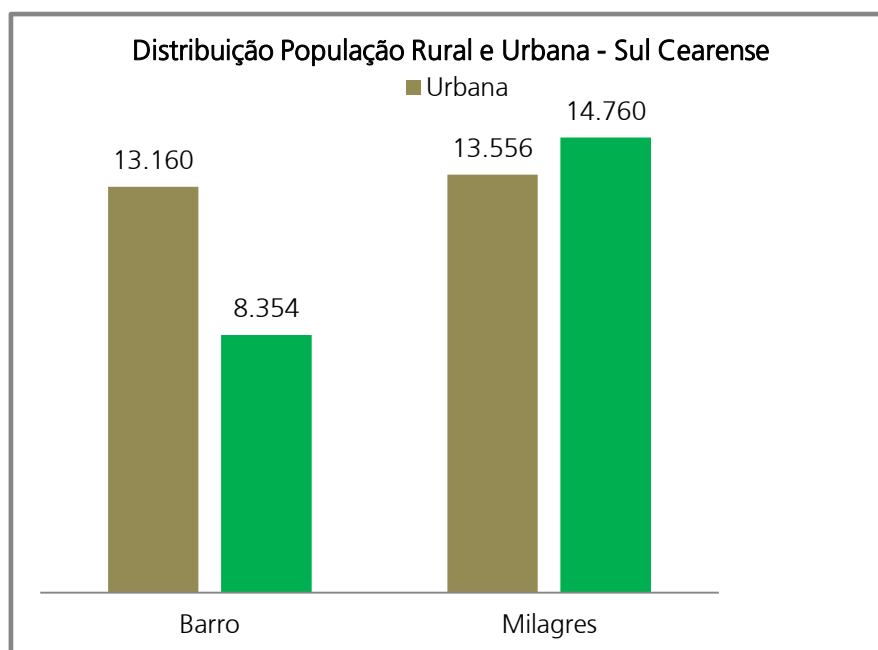


Figura 7.4-3 - Distribuição Rural e Urbana dos municípios de Barro e Milagres, pertencentes a Mesorregião Sul Cearense (Fonte: IBGE, 2010).

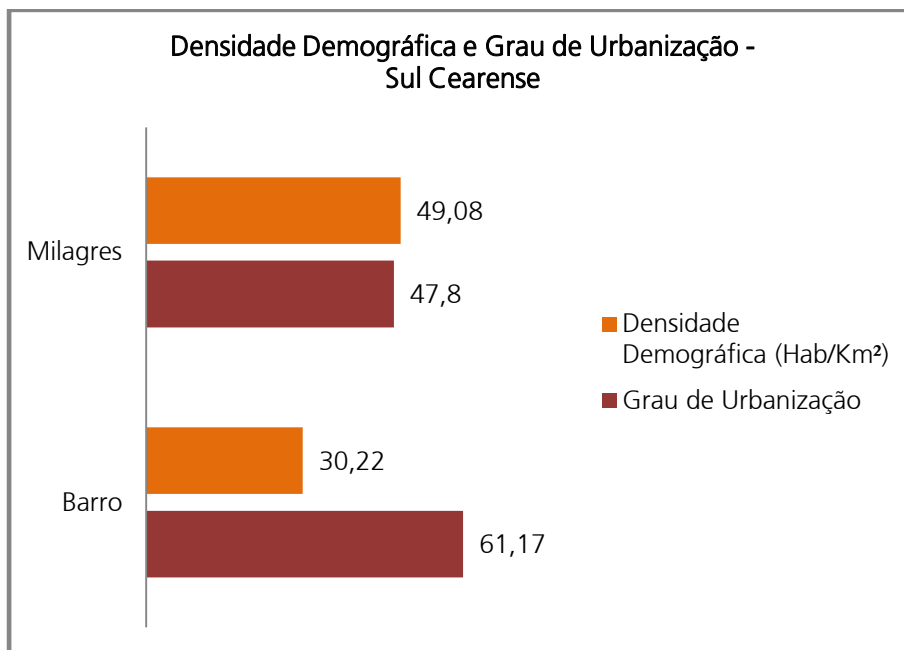


Figura 7.4-4 - Densidade Demográfica dos municípios cearenses da All, pertencentes à Mesorregião Sul Cearense (Fonte: IBGE, 2010).

É possível observar que a maior parte da população de Barro vive na área urbana do município, precisamente 61,7% dos habitantes. Cerca de 70,53% do Produto Interno Bruto é gerado pelo setor de Serviços e 11% pela Indústria, enquanto a agropecuária é responsável por apenas 18,47%<sup>16</sup>.

Em Milagres, a população que vive em área urbana é menor do que vive na Zona Rural do município. Aproximadamente 52,13% da população é rural. Mesmo assim, o setor agropecuário é o que contribui menos, quantitativamente, para o PIB do município. Aproximadamente 13,16% é gerado por esse setor, enquanto a indústria e os serviços contribuem, respectivamente, com 14,52% e 72,32%<sup>17</sup>.

Barro e Milagres são municípios pouco populosos, ou seja, tem um número de habitantes relativamente pequeno. Com base nos dados apresentados, podemos concluir que também são municípios com densidade demográfica que podem ser consideradas baixas. A densidade demográfica do Ceará, por exemplo, é calculada em 56,76 hab/km<sup>2</sup> e de Fortaleza, capital do Estado, em 7.786,52 hab/km<sup>2</sup>.

<sup>16</sup> Fonte: IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal de Barro – 2012. Disponível em: < [http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/pbm-2012/Barro.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Barro.pdf) > acesso em: 06 de agosto de 2013.

<sup>17</sup> Fonte: IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal de Milagres – 2012. Disponível em: < [http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/pbm-2012/Milagres.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Milagres.pdf) > acesso em: 06 de agosto de 2013.

A seguir, podemos observar informações sobre os municípios da All, localizados na Mesorregião Sertão Paraibano, na Paraíba.

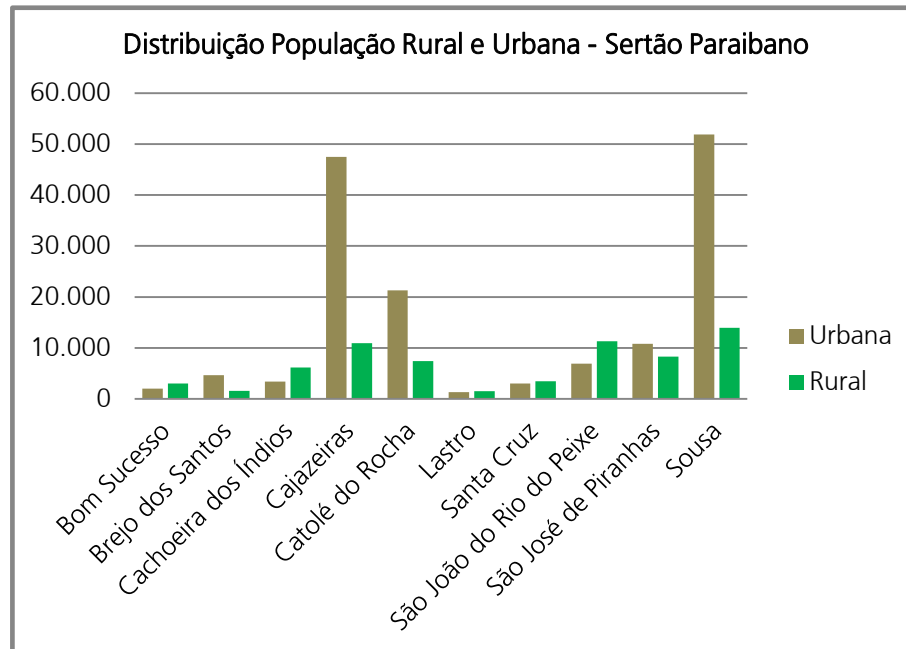


Figura 7.4-5 - Distribuição População Rural e Urbana dos municípios paraibanos da All, pertencentes a Mesorregião do Sertão Paraibano (Fonte: IBGE, 2010).

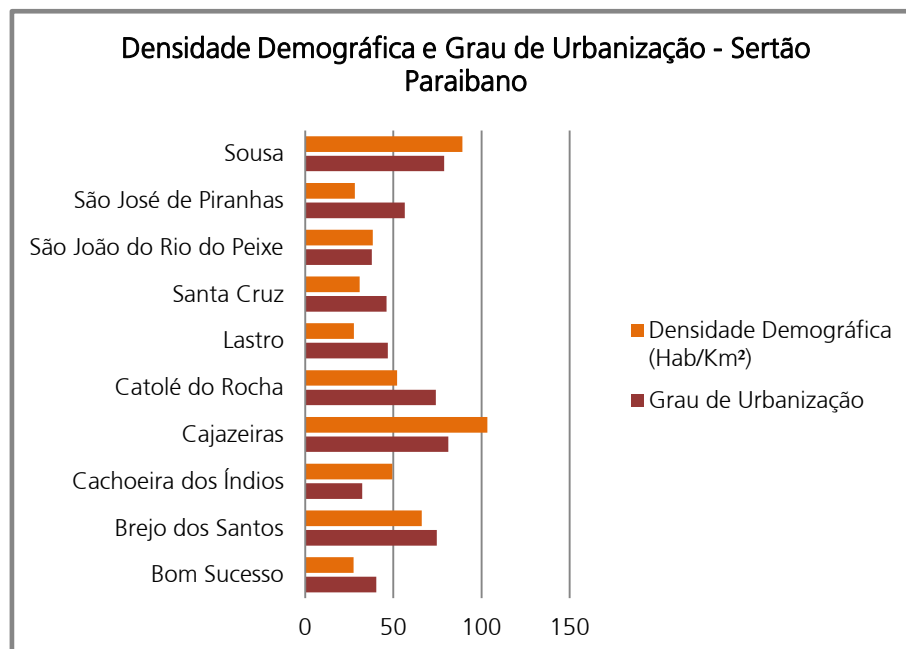


Figura 7.4-6 - Densidade Demográfica dos municípios paraibanos da All, pertencentes a Mesorregião do Sertão Paraibano (Fonte: IBGE, 2010).

Em relação aos municípios da Mesorregião do Sertão Paraibano, metade dos municípios possui população rural maior que a urbana. No entanto, em números absolutos, o

número de pessoas residentes em zonas urbanas é maior que o numero de pessoas em áreas rurais.

O setor de Serviços aparece, em todos os municípios dessa Mesorregião, como principal responsável por gerar riquezas. Seguido pela indústria e pela agropecuária.

Podemos considerar que são todos municípios pouco populosos e, a maior parte, com baixa densidade demográfica. Apenas Sousa, Cajazeiras e Brejo dos Santos apresentam índices de densidades em patamares um pouco mais elevados. A densidade demográfica do Estado da Paraíba é calculada, de acordo com o IBGE, em 66,70 hab/km, enquanto João Pessoa, capital do estado, tem densidade demográfica de 3.421,30 hab/km.

A seguir, podemos observar informações sobre os municípios da All, localizados na Mesorregião Oeste Potiguar, no Rio Grande do Norte.

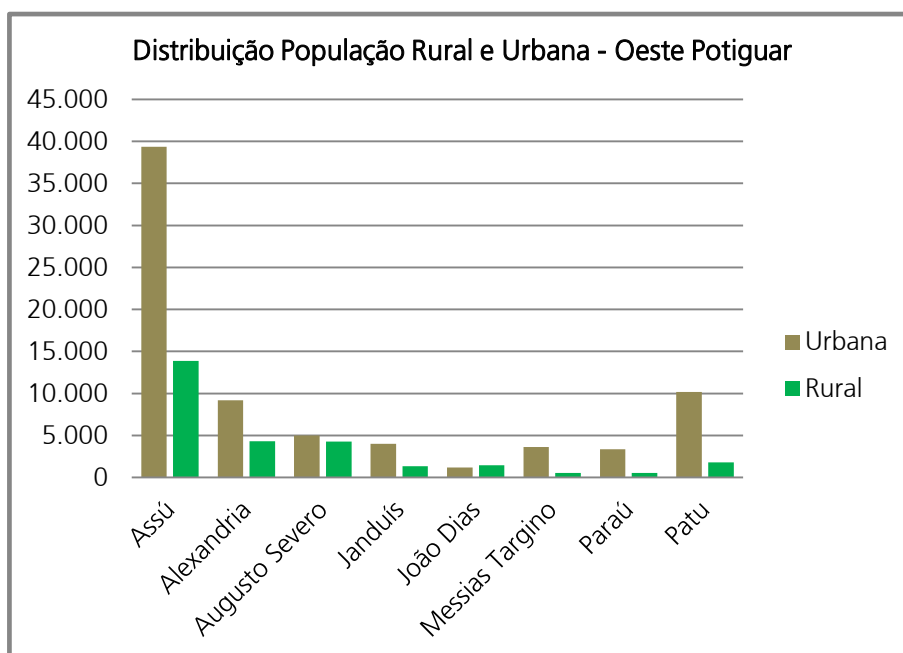


Figura 7.4-7 - Distribuição População Rural e Urbana dos municípios norte rio-grandense da All, pertencentes a da Mesorregião Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010).

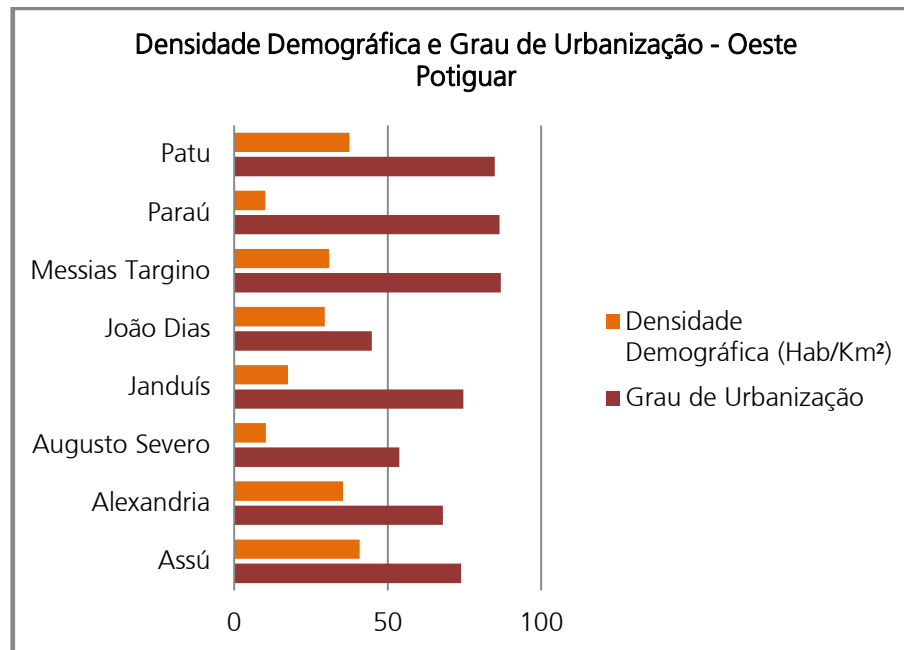


Figura 7.4-8 - Densidade Demográfica dos municípios norte rio-grandense da All, pertencentes a Mesorregião do Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010).

Conforme os dados apresentados, é possível observarmos que dos oito municípios da All do Empreendimento, localizados na mesorregião Oeste Potiguar, apenas um, João Dias, tem sua população distribuída de modo que o número de habitantes da Zona Rural é, ligeiramente, maior do que os habitantes na Área Urbana do município.

A densidade demográfica dos oito municípios dessa mesorregião pode ser considerada baixa. A densidade demográfica do Estado do Rio Grande do Norte, segundo dados do IBGE, é calculada em 59,99 hab/km<sup>2</sup>, enquanto Natal, capital do estado, tem densidade demográfica de 4.808,20 hab/km<sup>2</sup>.

É importante ressaltar que a densidade demográfica elevada não acarreta, necessariamente, em prejuízos à qualidade de vida da população. O contrário, densidade demográfica baixa, também não é sinônimo de melhoria nas condições de vida dos habitantes do local analisado. O "superpovoamento" é, portanto, relativo. Ou seja, é possível a existência de áreas com elevados índices de densidade demográfica onde, ao mesmo tempo, sua população desfruta de alto padrão de qualidade de vida. Inúmeros outros fatores devem ser considerados para avaliação do padrão de vida de uma população. A infraestrutura oferecida pela área analisada deve ser condizente, deve ser compatível com a demanda apresentada pela população residente. A qualidade de vida deve ser avaliada, considerando-se esta relação.

#### 7.4.2.1.6 Levantamento Populacional e Densidade na AID

O Termo de Referência estabelece como AID Socioeconômica uma faixa de 2.500 m para cada lado do eixo da Linha de Transmissão.

Para estimar o contingente populacional ao longo da AID foi realizado levantamento utilizando-se visita em campo, imagem de satélite<sup>18</sup> e Mapeamento das Unidades Territoriais – IBGE, 2010.

Para efeito de estudo, e identificação dos aglomerados, assentamentos e núcleos urbanos da AID do Meio Socioeconômico, esta faixa de 2.500 metros foi subdividida em 3 (três) faixas com larguras diferentes para cada um dos lados da LT, a partir do seu eixo: a faixa A, imediatamente após a LT, que se estende do eixo da LT a 250 metros após o eixo; a faixa B, de 250 metros a 500 metros de distância do eixo da LT; e a faixa C, de 500 a 2500 metros do eixo da LT, conforme demonstrado na Figura 7.4-9:

---

<sup>18</sup> Google Earth Pro. Versão 7.0.2.8415



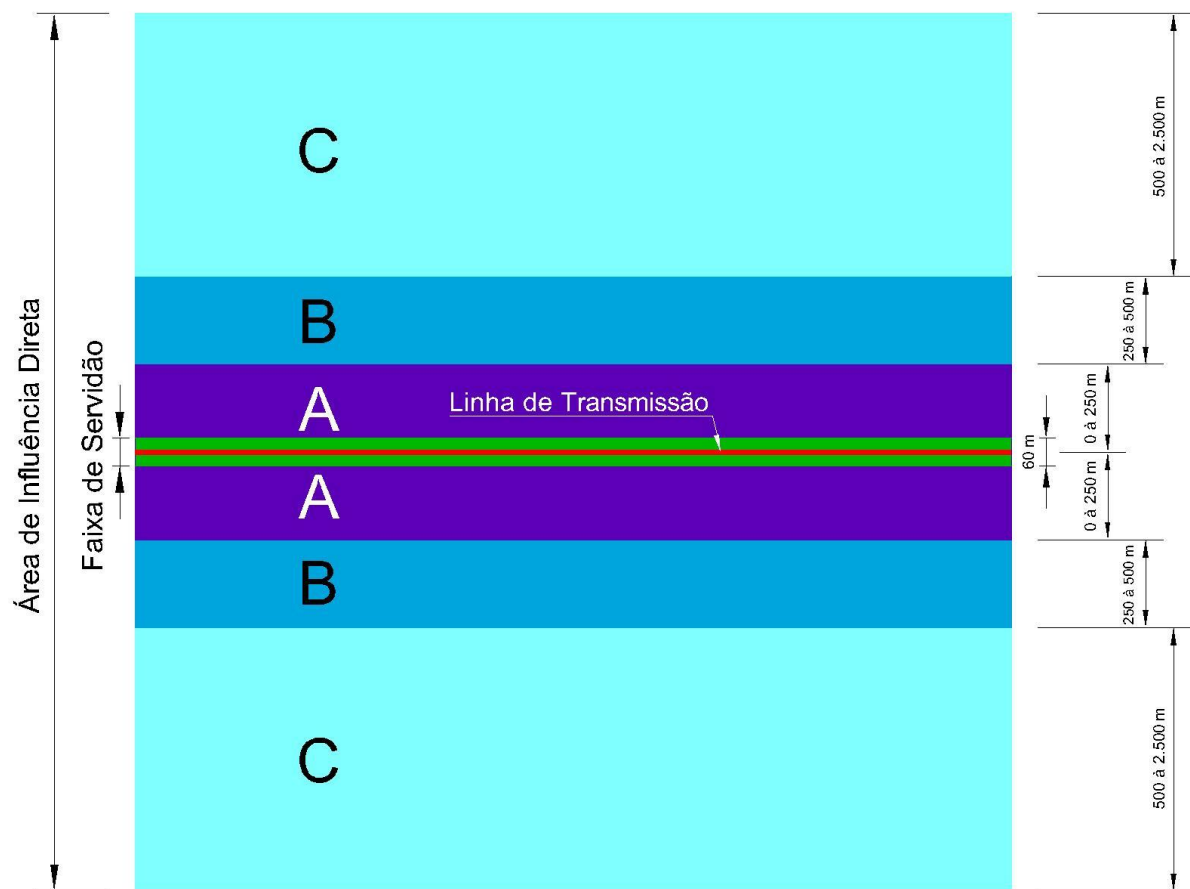


Figura 7.4-9 - Esquema de divisão da AID.

Foram considerados, para fins de contagem, áreas urbanas e aglomerados rurais com 20 (vinte) ou mais unidades habitacionais.

Desse modo, considerando os parâmetros estabelecidos, sempre que detectada unidade habitacional na AID, esta foi localizada dentro do território municipal ao qual pertence para que, na base de dados do SIDRA<sup>19</sup>, fosse levantada a média de habitantes por domicílio.

Os aglomerados rurais foram nomeados combinando-se a letra da faixa no qual estavam inseridos com um número de ordem. O Quadro 7.4-4 exhibe a estimativa populacional das áreas urbanas interceptadas pela AID e dos aglomerados populacionais rurais. O Quadro 7.4-5 exhibe a distribuição dos aglomerados rurais com seus posicionamentos em relação à linha de transmissão (Faixas A, B ou C), além de das respectivas coordenadas de localização destes (ver Mapa do Contingente de Densidade e Levantamento Populacional, Apêndice 7.25).

<sup>19</sup> Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA

De acordo com as informações levantadas, é possível concluir que a população estimada na AID é de **46.061 pessoas**.

Baseados nos mesmos dados, pode-se afirmar que existem **418** unidades habitacionais entre 0 e 250 metros do eixo da linha de transmissão (Faixa A), **711** unidades habitacionais entre 251 e 500 metros (Faixa B) e **3.795** moradias entre 501 e 2.500 metros do mesmo eixo (Faixa C).

A subdistribuição espacial das residências e médias populacionais na AID permite uma visualização da baixa existência de residências próximas ao traçado e a respectiva concentração na faixa de 501 a 2.500 metros do eixo, faixa na qual não haverá qualquer restrição de uso do solo, já que a faixa de servidão da LT se limitará a 30 metros para cada lado do eixo.

De posse dos dados constantes do Quadro 7.4-4, passa-se ao cálculo da densidade demográfica da área urbana inserida na AID.

Para o cálculo da densidade, utilizou-se a equação: Densidade = nº de habitantes / km<sup>2</sup>. O Quadro 7.4-6 expressa os resultados dos cálculos da densidade dos municípios contidos totalmente ou parcialmente dentro da AID. Nos municípios parcialmente interceptados pela AID, o cálculo da densidade considerou apenas as áreas urbanas situadas dentro da AID.

Nas pesquisas de campo, foram identificados assentamentos rurais inseridos na AID do empreendimento. O Quadro 7.4-7 e Quadro 7.4-8 exibem os assentamentos, informando número de registro, liderança, dimensões territoriais, número de lotes, de famílias e de pessoas por casa, dentre outras informações. No Apêndice 7.26 (Mapa dos Assentamentos Rurais) é visualizada a posição do empreendimento em relação aos polígonos dos assentamentos. Nessa fase de pesquisa, não foi identificada necessidade de remoção de residências de assentados.

No que se refere às densidades urbanas, é preciso atentar para o fato de que ocorrem distorções significativas entre as densidades medidas e a real. Pois, a medida é feita com base na população residente nos 2.500 km em relação à extensão da faixa na área urbana. Assim, ocorre uma super-representação da densidade. Na realidade, como pode ser constatado no Apêndice 7.26 (Mapa dos Assentamentos Rurais), a localização proposta para a LT 500 kV Milagres II – Açú III, Seccionamentos e Subestações Associadas no trechos urbanos não ocorre em áreas adensadas. Pelo contrário,

margeiam o tecido urbano consolidado e interagem com áreas ocupadas de forma esparsa.

Quadro 7.4-4 - Estimativa populacional da AID.

Estado	Município / Distrito Sede	Estimativa Populacional no	Estimativa populacional de aglomerados populacionais	Total
CE	Milagres	13.553	C1 + C2 + C3	14.928
CE	Barro	1.619	A1 + B1 + C4 + C5 + C6 + C7 + C8 + C9 + C10 + C11 + C12 + C13	5.410
PB	Cachoeiras dos Índios	0	C15	349
PB	Cajazeiras	0	A2 + A3 + A4 + A5 + B2 + B3 + C16 + C17 + C18 + C19 + C20 + C21 + C22 + C23 + C24 + C25 + C26 + C27 + C28 + C29 + C30	3.858
PB	São João do Rio do Peixe	0	B4 + C31 + C32 + C33 + C34 + C35 + C36	1.102
PB	Sousa	0	A6 + B5 + B6 + B7 + B8 + C37 + C38 + C39 + C40	1.762
PB	Santa Cruz	1.496	C41 + C42 + C43	1.853
RN	Alexandria	0	A7 + C44 + C46 + C48 + C49 + C51	1.337
PB	Bom Sucesso	0	B9 + B10 + C45 + C47	618
PB	Brejo dos Santos	0	C50	85
RN	João Dias	1.166	A8 + B11 + C52	2.529
PB	Catolé do Rocha	0	A9 + B12 + B13 + B14	953
RN	Patu	0	B15 + C53 + C54	499
RN	Augusto Severo (Campo Grande)	5.002	A10 + C55	5.451
RN	Assú	0	C56 + C57 + C58 + C59 + C60	1.689
RN	Messias Targino	3.638	-	3.638
Total		26.474		46.061

Quadro 7.4-5 - Distribuição dos aglomerados rurais.

Aglomerado Rural	Nº de habitações	Coordenadas geográficas
Faixa A (de 0 a 250 m para cada lado da Linha de Transmissão)		
A1	35	07°12'38.12"S; 38°50'32.48"W
A2	20	07°00'37.01"S; 38°38'01.01"W
A3	62	06°59'22.02"S; 38°36'17.01"W
A4	39	06°58'43.02"S; 38°35'55.01"W
A5	30	06°53'13.85"S; 38°29'30.39"W
A6	25	06°38'28.02"S; 38°13'50.02"W

<b>Aglomerado Rural</b>	<b>Nº de habitações</b>	<b>Coordenadas geográficas</b>
A7	39	06°20'53.01"S; 37°51'16.02"W
A8	120	06°16'45.02"S; 37°46'36.01"W
A9	20	06°15'53.47"S; 37°45'51.71"W
A10	28	06°11'04.22"S; 37°39'50.17"W
Total	418	-
<b>Faixa B (de 251 a 500 m para cada lado da Linha de Transmissão)</b>		
B1	102	07°05'38.03"S; 38°43'23.02"W
B2	27	07°02'04.01"S; 38°39'12.00"W
B3	24	06°50'07.02"S; 38°25'59.01"W
B4	26	06°49'22.03"S; 38°25'13.03"W
B5	47	06°43'30.02"S; 38°19'47.00"W
B6	20	06°41'28.03"S; 38°17'46.01"W
B7	56	06°38'02.05"S; 38°12'53.85"W
B8	23	06°37'34.33"S; 38°13'08.29"W
B9	51	06°27'08.01"S; 38°00'08.02"W
B10	36	06°27'07.02"S; 37°59'10.01"W
B11	32	06°15'59.45"S; 37°46'16.46"W
B12	142	06°14'47.08"S; 37°43'47.25"W
B13	31	06°14'25.24"S; 37°43'23.52"W
B14	47	06°12'59.39"S; 37°41'38.81"W
B15	47	06°11'04.22"S; 37°39'50.17"W
Total	711	-
<b>Faixa C (de 501 a 2500 m da cada lado da Linha de Transmissão)</b>		
C1	220	07°20'11.02"S; 38°56'12.00"W
C2	52	07°18'08.01"S; 38°54'20.02"W
C3	25	07°15'59.02"S; 38°52'24.01"W
C4	27	07°12'10.00"S; 38°49'39.02"W
C5	27	07°09'54.03"S; 38°49'02.03"W
C6	57	07°10'15.02"S; 38°47'21.01"W
C7	127	07°08'51.03"S; 38°48'19.02"W
C8	223	07°09'39.02"S; 38°46'52.01"W
C9	42	07°08'46.03"S; 38°45'27.00"W
C10	210	07°05'02.02"S; 38°44'32.03"W
C11	35	07°05'25.03"S; 38°42'20.02"W
C12	21	07°03'09.01"S; 38°41'39.03"W
C13	112	07°02'41.00"S; 38°42'20.02"W

Aglomerado Rural	Nº de habitações	Coordenadas geográficas
C14	59	07°03'26.03"S; 38°40'27.01"W
C15	75	07°01'48.01"S; 38°40'29.01"W
C16	25	07°00'11.02"S; 38°38'42.00"W
C17	42	07°00'49.02"S; 38°37'16.02"W
C18	91	07°00'28.01"S; 38°35'56.02"W
C19	87	06°58'47.01"S; 38°37'33.01"W
C20	59	06°59'26.01"S; 38°35'14.00"W
C21	80	06°58'56.01"S; 38°35'08.03"W
C22	20	06°57'35.02"S; 38°36'27.00"W
C23	24	06°56'28.01"S; 38°34'40.00"W
C24	29	06°56'41.02"S; 38°31'30.03"W
C25	53	06°53'50.03"S; 38°31'35.03"W
C26	30	06°54'19.02"S; 38°30'11.02"W
C27	41	06°53'38.01"S; 38°28'57.03"W
C28	88	06°52'35.00"S; 38°29'30.01"W
C29	63	06°52'19.03"S; 38°27'18.03"W
C30	22	06°49'57.00"S; 38°27'04.02"W
C31	29	06°50'03.01"S; 38°24'56.00"W
C32	20	06°48'40.01"S; 38°25'33.02"W
C33	75	06°49'23.01"S; 38°24'24.03"W
C34	63	06°48'58.00"S; 38°23'34.01"W
C35	22	06°47'14.00"S; 38°22'21.01"W
C36	21	06°45'20.01"S; 38°22'06.01"W
C37	80	06°44'52.01"S; 38°20'06.01"W
C38	44	06°42'39.03"S; 38°19'28.02"W
C39	80	06°43'12.00"S; 38°18'33.02"W
C40	63	06°41'51.02"S; 38°19'19.03"W
C41	20	06°32'41.02"S; 38° 05'15.01"W
C42	22	06°28'55.02"S; 38° 03'03.02"W
C43	119	06°28'17.02"S; 38° 03'01.00"W
C44	60	06°27'40.85"S; 38° 01'25.04"W
C45	58	06°27'04.01"S; 37°57'57.00"W
C46	23	06°25'33.02"S; 37°59'14.01"W
C47	32	06°26'05.01"S; 37°57'12.01"W
C48	120	06°24'50.02"S; 37°58'48.02"W
C49	21	06°24'34.00"S; 37°55'35.00"W

Aglomerado Rural	Nº de habitações	Coordenadas geográficas
C50	23	06°22'51.02"S; 37°52'37.02"W
C51	150	06°20'31.02"S; 37°52'53.01"W
C52	30	06°16'48.49"S; 37°48'11.24"W
C53	43	06°10'58.86"S; 37°38'49.45"W
C54	74	06°09'11.29"S; 37°36'57.47"W
C55	39	05°52'28.48"S; 37°20'31.19"W
C56	80	05°37'43.41"S; 37°04'57.49"W
C57	50	05°35'58.19"S; 37°00'45.50"W
C58	64	05°34'10.37"S; 37°02'25.27"W
C59	59	05°38'30.03"S; 36°55'58.01"W
C60	145	05°37'39.00"S; 36°54'56.01"W
Total	3795	-

Quadro 7.4-6 - Densidade demográfica nas áreas urbanas da AID.

Área urbana na AID	População na área urbana inserida na LT	Área (Km²)	Densidade (hab/Km²)	demográfica
Milagres	13.553	3,26	4.159	
Barro	1.619	0,20	8.096	
Santa Cruz	1.496	0,245	6.106	
João Dias	1.166	0,625	1.866	
Messias Targino	3.638	1,72	2.115	
Campo Grande	5.002	1,75	2.858	

Quadro 7.4-7 - Assentamentos levantados em pesquisas de campo.

Assentamento/ Município	Registro CNPJ	Líder	Dimensões (hectares)	Nº de lotes	Nº de famílias	Nº de pessoas por casa	Apoio Financeiro
Itaborai / São João do Rio do Peixe	01.725.458/0001-70	Gerisberto Francisco de Souza	18,4	18	18	5	Não
Oiticica dos Belos / Bom Sucesso	10.464.674/0001-09	Aldaberto Paz de Lima	20	20	15	5	Não
PA Ronaldo Valença / Campo Grande	08.593.615/0001-80	Eliana Araújo de Costa	40	47	47	5	Não
PA Estrela do Oeste / Paraú e Upanema	04.624.064/0001-14	Francisco Roberto da Silva	35	35	15	3	Sim. Utilizado na compra de animais e alimentos
PA Salgado/ Paraú e Upanema	13.173.129/0001-15	Ana Gorete Batista	22	40	40	5	Sim. Utilizado na compra de alimentos
PA Prof. Maurício Oliveira/Assú	08.508.997/0001-05	Raison Baracho de Oliveira	28	70	75	3	Não
PA Novos Pingos/Assú	Obs. Registro RN 024900000035	Plino Bezerra de Oliveira Júnior	25	56	56	5	Sim

Observações: Os assentamentos surgidos de fazendas são: PA Ronaldo Valença, PA Estrela do Oeste, PA Salgado, PA Prof. Maurício de Oliveira e PA Novos Pingos. Foi informado que o surgimento foi de uma fazenda da qual o INCRA tomou posse e dividiu os lotes. Os demais não sabiam informar sobre o assunto. Em alguns assentamentos existem áreas de uso comum, como em PA Ronaldo Valença; PA Estrela do Oeste e PA Novos Pingos, sendo utilizada para reuniões. Os demais informaram que não existia.

Fonte: Pesquisas de campo, realizada em abril e maio de 2013.

Quadro 7.4-8 - Infraestrutura dos assentamentos visitados pesquisas de campo.

Assentamento	Produção Agrícola	Período de Produção	Abastecimento de Água	Coleta de lixo	Unidade de Saúde	Estabelecimento de Ensino	Principais Necessidades
Itaborai / São João do Rio do Peixe	Milho, Feijão e Sorgo	Inverno (estação chuvosa)	Poço	Não	Não. Atendimento na Sede Municipal	Não. Estudantes destinados para Sede Municipal	Saúde e Água
Oiticica dos Belos / Bom Sucesso	Milho, Feijão e Sorgo	Inverno (estação chuvosa)	Carro Pipa	Não	Não. Atendimento na Sede Municipal ou Alexandria	Sim	Água, Saúde e Alimentação
PA Ronaldo Valença / Campo Grande	Milho, Feijão e Batata	Inverno (estação chuvosa) e Verão	Encanamento	Não	Não. Atendimento na Sede Municipal	Não. Estudantes destinados para Sede Municipal	Emprego e Alimentos
PA Estrela do Oeste/ Paraú e Upanema	Milho, Feijão e Sorgo	Inverno (estação chuvosa)	Carro Pipa	Não	Não. Quando precisa vai para Açú	Sim	Água e Emprego
PA Salgado / Paraú e Upanema	Milho, Feijão e Sorgo	Inverno (estação chuvosa)	Carro Pipa	Não	Sim	Não. Estudantes destinados a Pereiro	Água e Escola
PA Prof. Maurício Oliveira / Assú	Milho, Feijão e Melancia	Inverno (estação chuvosa)	Encanamento	Sim	Sim	Sim	Água e documentação dos lotes
PA Novos Pingos / Assú	Milho, Feijão e Algodão e Caju	Inverno (estação chuvosa)	Encanamento	Sim	Sim	Sim	Irrigação para plantio

Observações: Os agricultores nordestinos costumam chamar o período da estação chuvosa de inverno.

Fonte: Pesquisa de campo, realizada em abril e maio de 2013.





Figura 7.4-10 - Assentamento Prof. Maurício de Oliveira (Coordenadas: S 05°35'58.0" W 037°00'44.1") (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-11 - Associação do Assentamento PA Novo Pingos (Coordenadas: S 05°35'35.1" W 037°03'38.4") (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

Além dos assentamentos já identificados e caracterizados, identificou-se a Comunidade do Vale do Cuncas, no Distrito de Cuncas, em Barro/CE, e a Comunidade do Sítio Escondido, no município de Patu/RN. Informações sobre tais comunidades estarão no assunto sobre Populações Tradicionais (7.4.4). Também foram identificadas, no município de Cajazeiras/PB, nas pesquisas de campo, duas comunidades, Sítio do Coco e Cachoeira do Coco, cujo território da comunidade é atravessado pela Linha de Transmissão.



Figura 7.4-12 - Estrada de Acesso para as Comunidades Sítio do Coco e Cachoeira do Coco, município de Cajazeiras/PB (Coordenadas: S 06°58'53.2" / W 038°35'17.5") (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

De acordo com o Termo de Referência expedido pelo IBAMA, deve-se avaliar o efeito cumulativo de impactos em propriedades, em caso de paralelismo com outras Linhas de Transmissão. Aqui, neste Estudo, não ocorre paralelismo de Linhas, motivo pelo qual não foi realizada a avaliação solicitada.

A análise dos vetores de crescimento e tendências de expansão urbana das áreas próximas à AID pode ser observada no Item 7.4.3.8.5

#### 7.4.2.1.7 Fluxos Migratórios na All

Fluxo Migratório corresponde ao movimento de entrada e saída de pessoas de seus locais de origens por um período permanente ou semipermanente<sup>20</sup>. Tal fenômeno pode acontecer entre países, regiões, estados, municípios e cidades; reordenando oportunidades sociais e principalmente econômicas, já que são predominantes para que este fenômeno ocorra. Certas regiões são propícias para esses fluxos migratórios, então, pode-se dizer que são Tendências Migratórias, que acontecem juntamente com o ordenamento do capital<sup>21</sup>.

A análise realizada identificou nas regiões por onde passará o empreendimento algumas tendências migratórias, como também suas possíveis causas (ver Mapa de Fluxos Migratórios, Apêndice 7.27). Observa-se que as Tendências Migratórias Gerais são direcionadas para os maiores Centros Urbanos:

- Na Mesorregião Oeste Potiguar, tendem a ir em direção da capital Natal, para Mossoró e Assú, e até mesmo para a capital cearense Fortaleza. Sendo que Assú também é considerada um polo de Tendência Migratória local, por conta de sua proximidade com Mossoró e oportunidades de emprego, principalmente no setor agrícola, com destaque para o “Polo de Fruticultura Irrigada Assú/Mossoró”<sup>22</sup>.
- A Mesorregião do Sertão Paraibano se caracteriza como um polo de emigração. As direções principais são: à capital João Pessoa, à Campina Grande, Recife em Pernambuco, a Juazeiro do Norte no estado do Ceará e Petrolina em Pernambuco. Entretanto, no município de Souza, possivelmente pela presença de um polo agrícola dinâmico e economia urbana significativa, ocorrem processos migratórios. Também se observou Cajazeiras como sendo o município com maior

<sup>20</sup> Migrações Rurais e Fluxos de Conhecimento Agroecológicos: o caso de Montes Claros MG. Disponível em: < <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/689/493>>. Acesso em: 23 de Maio de 2013.

<sup>21</sup> Capital - Nome feminino: cidade ou povoação onde reside o governo de uma nação, região ou distrito. Nome masculino: dinheiro que constitui o fundo de uma indústria, sociedade comercial ou de um rendimento.

Capital In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-05-23]. Disponível em <URL: [http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/capital;jsessionid=moygBTI9knkV1GURP95H7g\\_\\_](http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/capital;jsessionid=moygBTI9knkV1GURP95H7g__)>.

Acesso em 23 de Maio de 2013.

<sup>22</sup> “Polo de Fruticultura Irrigada Assú/Mossoró”, termo utilizado por Aldenôr Gomes da Silva, Eng.º Agr.º, Doutor em Economia, Professor do Mestrado em Ciências Sociais – UFRN; em seu artigo: Trabalho e Tecnologia na produção de frutas Irrigadas no Rio Grande do Norte – Brasil.

fluxo local da região, pela existência de polo estudantil, além do setor econômico com comércio e agricultura.

- Na Mesorregião Sul Cearense, as Tendências Migratórias Gerais saem, comumente, para Juazeiro do Norte ou Petrolina, que são polos regionais de educação e também econômicos, destacando o polo industrial de Juazeiro do Norte, sendo o maior polo calçadista do Norte/Nordeste e terceiro do país, ficando atrás apenas de Franca/SP e Novo Hamburgo/RS; as indústrias das áreas de construção civil, metalúrgica e têxtil também se destacam e têm grande potencial de crescimento<sup>23</sup>.

Apesar de aspectos econômicos serem considerados fatores principais, um dos motivos de tais migrações na região nordeste desde 2011 foi a severidade do período de seca<sup>24</sup>. Considerada a pior seca dos últimos cinquenta anos ocasionou prejuízos econômicos significativos, afetando diretamente o índice de desemprego com déficit em empregos com carteira assinada, e para produtores sem carteira assinada que tinham na agropecuária seu meio de sobrevivência<sup>25</sup>. Dentre os municípios que compreendem a passagem do empreendimento que foram visitadas nas pesquisas de campo, considerou-se que a região mais afetada pela seca foram os municípios do Rio Grande do Norte, destacando os prejuízos visíveis com agricultura e pecuária<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Disponível em [http://www.sfiac.org.br/porta1v2/sites/revista/home.php?st=interna1&conteudo\\_id=51968&start\\_date=2012-03-07](http://www.sfiac.org.br/porta1v2/sites/revista/home.php?st=interna1&conteudo_id=51968&start_date=2012-03-07). Acesso em 23 de Maio de 2013.

<sup>24</sup> Em termos muito gerais define-se seca como um período de persistência anômala de tempo seco de modo a causar problemas na agricultura, na pecuária e/ou no fornecimento de água. Fonte: [http://www.inamet.ao/index.php?option=com\\_content&view=article&id=109:definicao-de-seca&catid=71:o-tempo-e-o-clima&Itemid=154](http://www.inamet.ao/index.php?option=com_content&view=article&id=109:definicao-de-seca&catid=71:o-tempo-e-o-clima&Itemid=154).

<sup>25</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/05/1273540-pior-seca-em-50-anos-fecha-empregos-e-arruina-lucros-no-nordeste.shtml>. Acesso em 23 de Maio de 2013.

<sup>26</sup> Conclusões da pesquisa de campo.

### 7.4.3 *Infraestrutura, serviços públicos e vulnerabilidades*

#### 7.4.3.1 Saúde

##### 7.4.3.1.1 Caracterização dos Serviços e Estrutura de Saúde na All

Com base em dados obtidos junto às Secretárias Municipais de Saúde, a maioria dos municípios da All não atende a demanda por serviços e precisam de melhorias em suas estruturas. Sendo comum, em casos mais graves, a transferência para hospitais de outros municípios de maior porte e com melhor infraestrutura na área de saúde. Na descrição a seguir, feita por Mesorregião, fica evidenciado a importância dos municípios maiores e com função de polos regionais e microrregionais, em diversas áreas, assim como na área de saúde.

Sendo assim, há de se observar que, na maioria dos municípios da All, a estrutura de saúde atualmente existente não é suficiente para a demanda atual e, considerando a implantação do empreendimento, será insuficiente para a demanda futura.

Na Mesorregião Oeste Potiguar, o município de Assú possui boa estrutura hospitalar, porém necessita de melhorias, pois, no trabalho de campo, foram identificadas algumas deficiências no setor. Como a falta de profissionais médicos de algumas especialidades (cirurgião geral e médico do trabalho, por exemplo) e a necessidade de ampliação das equipes ligadas à Saúde da Família. Nos municípios de Alexandria, Janduí e Messias Targino as necessidades municipais são atendidas. Atualmente, o município de João Dias não atende a demanda hospitalar, mas um hospital está em construção. Nos municípios de Paraú e Patu, as necessidades não são atendidas, precisando de melhorias. Não existem leitos de UTI em Paraú, assim como em Patú. Conforme identificado em pesquisa de campo, nos dois municípios há a necessidade de deslocamento até o Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia, de Mossoró, em casos mais graves. Em Paraú, não existem unidades de saúde privadas e o município só possui uma ambulância, sendo recorrente o aluguel de veículos particulares para suprir a demanda. Casos mais graves também são encaminhados para o Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos, de Assú.

Na Mesorregião do Sertão Paraibano, os municípios Bom Sucesso, Lastro e Sousa, atendem as necessidades da população, divergindo de Brejo dos Santos e São José de Piranhas. Em Cachoeira dos Índios a estrutura de saúde é insuficiente, pois no único hospital do município existe apenas pronto atendimento em pequenos procedimentos.

No município de Cajazeiras existe projeto de ampliação de mais oito unidades básicas, contribuindo para melhor atendimento da população. Em Catolé do Rocha, são atendidos alguns casos de média complexidade, casos mais graves são transferidos para o Hospital Regional de Sousa. Em Santa Cruz e em São João do Rio do Peixe, a estrutura de saúde precisa de melhorias. Não existem leitos de UTI, nesses municípios e as equipes de profissionais de saúde precisam ser ampliadas. Casos graves que não podem ser tratados em seus municípios de origens são transferidos para o Hospital Regional Dep. Manoel Gonçalves de Abrantes em Sousa ou o Hospital Regional de Cajazeiras.

Na Mesorregião do Sul Cearense, nos municípios de Barro e Milagres, a estrutura de saúde atende as necessidades básicas da população, casos mais graves são enviados para o Hospital Geral de Brejo Santo, ou Hospital São Vicente e Hospital Santo Antônio em Barbalha. Em alguns casos, os pacientes podem ser transferidos para o Hospital Regional de Juazeiro do Norte.

No Quadro 7.4-9, abaixo, município a município, é apresentada a listagem das unidades de saúde por tipologia e hospitais conforme o grau de atendimento (baixa ou alta complexidade) existentes nos municípios da All. Dentre os 20 municípios da All, três deles (São José de Piranhas, João Dias e Paraú) não possuem hospitais. Nos demais municípios existem hospitais, que na sua maioria atendem a casos de baixa e média complexidade. Os centros de referência, inclusive com unidades hematológicas (bancos de sangue) estão localizados nos municípios de Assú, Catolé do Rocha, Cajazeiras e Souza. No restante dos municípios existem hospitais que atendem a casos de baixa e média complexidade. Em relação à disponibilidade de leitos, observa-se que para o conjunto dos 20 municípios da All, existem em Souza sete leitos para internações de tipo intensiva (UTI). A maior oferta de leitos ocorre no município de Sousa: 166 leitos em três hospitais, sendo que 36 leitos são destinados a atendimento materno infantil. Em Souza existem outros 83 leitos de caráter privado. Neste mesmo município, entre outros equipamentos, existe uma Ressonância Magnética, o que de certo modo explicita o nível de atendimento existente no município, pois esse é um dos equipamentos ainda considerado de ponta para a realização de exames médicos.

O número de profissionais de saúde é explicitado também município a município, no Quadro 7.4-10. Como era de se esperar, em Sousa (397 médicos - Cadernos do DATASUS), Cajazeiras (167 médicos) e Assú (121 médicos) concentram-se o maior número de médicos entre os 20 municípios da All. Os dados para os três municípios

citado foram complementados com informações do Caderno de Saúde do DATASUS (arquivos acessados no mês de março de 2013), pois no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES não havia dados para o número de médicos no município de Sousa.

Quadro 7.4-9 – Dados sobre os estabelecimentos de saúde existentes na All.

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
Mesorregião Sul Cearense						
Barro	Hospital Municipal São Antônio	Público	30	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	Posto de Saúde Adélia Gonçalves	Público	–	–	Sede	Média
	Posto de Saúde Bairro Trajano Nogueira	Público	–	–	Sede	Média
	Posto de Saúde Distrito de Brejinho	Público	–	–	Zona Rural Distrito de Brejinho	Atenção Básica
	Posto de Saúde Distrito Iara	Público	–	–	Zona Rural Distrito Iara	Média
	Posto de Saúde Distrito Santo Antônio	Público	–	–	Zona Rural Distrito Santo Antônio	Média
	Posto de Saúde Monte Alegre	Público	–	–	Zona Rural Distrito Monte Alegre	Atenção Básica
	Posto de Saúde Riachão	Público	–	–	Zona Rural Distrito Riachão	Média
	Posto de Saúde Sítio Alegre	Público	–	–	Zona Rural Sítio Alegre	Atenção Básica
	Posto de Saúde Vila São José	Público	–	–	Sede	Média
Milagres	Hospital e Maternidade Maria Bela de Lacerda	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Unidade de Saúde Água Vermelha	Público	–	–	Zona Rural Sítio Água Vermelha	Atenção Básica
	Unidade de Saúde Café da Linha	Público	–	–	Zona Rural Distrito Café da Linha	Atenção Básica
	Unidade de Saúde Carnaúba	Público	–	–	Zona Rural Distrito Carnaúba	Atenção Básica



Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Unidade de Saúde Casa Própria	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde Frei Damião	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde Padre Cícero	Público	–	–	Zona Rural Bairro Padre Cícero	Atenção Básica
	Unidade de Saúde Rosário	Público	–	–	Zona Rural Distrito do Rosário	Atenção Básica
Milagres	Unidade de Saúde Santa Catarina	Público	–	–	Zona Rural Sítio Santa Catarina	Atenção Básica
	Unidade de Saúde Serra Branca	Público	–	–	Zona Rural Sítio Serra Branca	Atenção Básica
	Unidade de Saúde Vila Fronteiro	Público	–	–	Zona Rural Vila Fronteiro	Atenção Básica
Mesorregião Sertão Paraibano						
Bom Sucesso	Centro de Saúde PSF I	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Centro de Saúde PSF II	Público	–	–	Zona Rural Distrito Serrinha	Atenção Básica
	Hospital Municipal	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Posto de Saúde Âncora	Público	–	–	Zona Rural Sítio São Bento	Atenção Básica
Brejo dos Santos	Hospital Casa de Saúde São Lucas	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Laboratório de Análises Clínicas Municipal	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Distrito Olho D'aguinha	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Distrito Timbaúbinha	Atenção Básica



Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Distrito Brejinho	Atenção Básica
	Unidade Básica do PSF	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Básica do PSF II	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Básica do PSF III	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
Cachoeira dos Índios	Hospital e Maternidade Municipal Josefa Bandeira de Sousa	Público	16	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Posto de Saúde	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Distrito de Balança	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Distrito de Fátima	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Distrito de Tambor	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Distrito de São José de Marimbas	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Sítio Anjical	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Sítio Baixa Grande	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Sítio Bom Jardim	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
					Sítio Lagoa do Mato	
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
					Sítio Redonda	
Cajazeiras	Policlínica Orgino Guedes	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Atenção Psicossocial II	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Atenção Psicossocial para Alcool e Drogas	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	Centro de Reabilitação Auditiva	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
Cajazeiras	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Laboratório de Patologia Clínica Dr. Ciro Pereira de Sousa	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Instituto Materno Infantil Dr. Júlio Maria Bandeira de Melo	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	Hospital Regional de Cajazeiras	Público	–	–	Sede	Alta Hospitalar e/ou Ambulatorial
	USF Higino Dias Moreira	Público	–	–	Zona Rural Côcos	Atenção Básica
	USF Elvira Dias Moreira	Público	–	–	Zona Rural Engº Avidos	Atenção Básica
	USF de Divinópolis	Público	–	–	Zona Rural Distrito Divinópolis	Atenção Básica
	USF José Leite Rolim	Público	–	–	Urbano/Rural	Atenção Básica
	USF do Sol Nascentes	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
USF João Bosco Braga Barreto	Público	–	–	Urbano/Rural	Atenção Básica	

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
					Dom Bosco	
	USF Dr. José Jurema	Público	–	–	Urbano/Rural	Atenção Básica
					Remédios	
	USF São José	Público	–	–	Urbano/Rural	Atenção Básica
	USF Dr. Vital Rolim	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Cristo Rei	Público	–	–	Urbano/Rural	Atenção Básica
					Morro do Cristo	
	USF Maria José de Jesus	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Simão de Oliveira	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Francisco Gonçalves Albuquerque	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
	USF Mutirão	Público	–	–	Urbano/Rural	Atenção Básica
	USF Amélio Estrela D. Cartaxo	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
Cajazeiras	ESF Bela Vista	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
Catolé do Rocha	Centro de Saúde de Catolé do Rocha	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hemonúcleo de Catolé do Rocha	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Hospital Infantil Ermina Evangelista	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar
	Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	Posto de Saúde de Boqueirão	Público	–	–	Zona Rural Sítio Boqueirão	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Catolé de Baixo	Público	–	–	Zona Rural Sítio Catolé de Baixo	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Conceição	Público	–	–	Zonal Rural Sítio Conceição	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Posto de Saúde de São Francisco	Público	–	–	Zona Rural Sítio São Francisco	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Serra Nova	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
					Sítio Serra Nova	
	USF 01 Tancredo Neves	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
USF 02 Várzea	Público	–	–	Sede	Atenção Básica	
Catolé do Rocha	USF 03 Centro	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF 04 CAIC	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF 05 Rancho do Povo	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
					Sítio Rancho do Povo	
	USF 06 Cajazeirinha	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
					Sítio Cajazeirinha	
	USF 07 Coronel Maia	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
Distrito Coronel Maia						
USF 08 Picos	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica	
				Distrito de Picos		
USF 09 Batalhão	Público	–	–	Sede	Atenção Básica	
Lastro	Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Carmo	Público	20	–	Sede	Média Hospitalar
	Unidade de Saúde da Família	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Sítio Boa Esperança	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Sítio Mariana	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Sítio Jurema	Atenção Básica
Santa Cruz	Centro de Especialidades Odontológicas – CEO I	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Hospital e Maternidade Francisca Wanderley	Público	19	–	Sede	Média Hospitalar
	Policlínica Maria Cecília	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Unidade de Saúde	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Distrito São Pedro	Atenção Básica
Santa Cruz	Unidade do SAMU	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
São João do Rio do Peixe	Centro de Saúde	Público	–	–	Sede	Média
	Hospital Capitão João Dantas Rotheia	Público	28	–	Sede	Média Hospitalar
	UBS Central	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	UBS da Gruta	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	UBS de Gravatá	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
	UBS de Umari	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
	UBS de Bandarra	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
	UBS de Engenho Novo	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
UBS de Pilões	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica	
São José de Piranhas	Posto de Saúde Arconcio Pereira	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Piranhas Velhas	Público	–	–	Zona Rural Distrito de Piranhas Velhas	Atenção Básica
São José de Piranhas	Unidade de Saúde de São José de Piranhas	Público	–	–	Sede	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Unidade de Saúde de Boa Vista	Público	–	–	Zona Rural Distrito Boa Vista	Atenção Básica
	Unidade de Saúde de Geraldo Batista	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
					Distrito Bom Jesus	
	Unidade de Saúde de Nezinho Braz	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
Unidade Hospitalar de São José de Piranhas	Público	23	–	Sede	Média Hospitalar	
Sousa	Hospital Materno Infantil	Público	36	–	Sede	Alta Hospitalar e Ambulatorial
	Hospital Santa Terezinha	Privado	40	1	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Hospital Regional Dep. Manoel Gonçalves de Abrantes	Público	90	6	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	Hemocentro de Sousa	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	SAMU Sousa	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
Mesorregião Oeste Potiguar						
Açú	CAPS	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	CC Dr. Ezequiel E. da Fonseca Filho	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Especialidades Odontológicas de Assú	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Reabilitação Integrada	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos	Público	64	–	Sede	Alta Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Pronto Socorro Municipal	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Secretaria Municipal de Saúde de Assú	Público	–	–	Sede	–

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	UNICAT de Assú	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	USF Bela Vista	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Dom Elizeu	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Feliz Assu	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Frutuilândia II	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Lagoa do Ferreiro	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Parati 2000	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF São João	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Vertentes	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	UFS Bela Vista Piató	Público	–	–	Zona Rural Sítio Bela Vista Piató	Atenção Básica
	USF do Riacho	Público	–	–	Zona Rural Sítio Riacho	Atenção Básica
	USF Linda Flor	Público	–	–	Zona Rural Sítio Linda Flor	Atenção Básica
	USF Morada Nova	Público	–	–	Zona Rural Sítio Morada Nova	Atenção Básica
	USF Nova Esperança	Público	–	–	Zona Rural Sítio Nova Esperança	Atenção Básica
	USF Panon II	Público	–	–	Zona Rural Sítio Panon II	Atenção Básica
	Unimed Vale do Assú	Cooperativa	–	–	Sede	–
	Centro de Dialise do Vale do Assú CDA	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Clínica Dr. Arnóbio Abreu	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Oitava Rosado	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Clínica Santa Cecília	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Clínica Vitalis	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Viver Clínica Médica e Análises Clínicas	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hospital Geral de Oftalmologia	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Policlínica de Assú	Privado	40	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
Alexandria	Hosp. e Mater. Guiomar Fernandes	Público	50	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Maternidade Joaquina Queiroz	Público	51	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Unidade Básica de Saúde de Cascalho	Público	–	–	Zona Rural Comunidade Cascalho	Atenção Básica
Campo Grande (Augusto Severo)	Hospital Municipal	Público	3	–	Sede	Média
	Centro de Saúde Francisca Chiquinha	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Unidade Básica de Saúde	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centro de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Comunidade Bom Jesus	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Comunidade Salgado	Atenção Básica
Janduís	Hosp. e Mater. Estadual	Público	30	–	Sede	Alta Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Posto de Saúde Municipal	Público	–	–	Sede	Atenção Básica



Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Sítio Permissão	Atenção Básica
João Dias	Unidade Mista Maria Celestina da Conceição	Público	3	–	Sede	Média
Messias Targino	Hospital e Maternidade Paulina Targino	Público	15	–	Sede	Baixa Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Unidade Básica de Saúde	Público	1	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde	Público	–	–	Zona Rural Localidade Trincheira	Atenção Básica
Paraú	Centro de Saúde Rosália Gondim de Melo	Público	1	–	Sede	Média Ambulatorial
Patu	Hosp. Municipal Dr. Henderson Joseni Bandeira de Moura	Público	42	–	Sede	Baixa Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Unidade de Saúde Lourival Rocha	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde Forte Dantas	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde Nova Patu	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde João Inácio	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde de Torão	Público	–	–	Zona Rural Distrito	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
					Torão	
	Unidade de Saúde de Saco	Público	-	-	Zona Rural Distrito Saco	Atenção Básica
	Unidade de Saúde de Gameleira	Público	-	-	Zona Rural Distrito Gameleira	Atenção Básica

Quadro 7.4-10 - Números de profissionais da saúde.

Município	Médico	Enfermeiro	Téc. e/ou Aux. Enfermagem	Dentista	Aux. Dentista	Assistente Social	Bioquímico/Farmacêutico	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Nutricionista	Psicólogo	Agente de Saúde	Agente de Endemias	Outros
Mesorregião Sul Cearense														
Barro	14	20	35	15	-	-	-	-	-	-	-	52	17	-
	8 PSF	9 PSF		12 PSF										
Milagres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mesorregião Sertão Paraibano														
Bom Sucesso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brejo dos Santos - 3 equipes do PSF	3 PSF	3 PSF	3 PSF	3 PSF	-	-	-	-	-	-	-	15 PSF	-	-
Cachoeira dos Índios	3	9	-	4	-	-	-	-	-	-	-	24	9	-
Cajazeiras	167	86	162	34	11	15	40	30	14	9	17	147	-	2
	16 ESF	11 ESF	31 ESF	16 ESF	22 ESF									
Catolé do	21	30	19	4	4	-	-	10	1	3	-	74	-	-

Município	Médico	Enfermeiro	Téc. e/ou Aux. Enfermagem	Dentista	Aux. Dentista	Assistente Social	Bioquímico/Farmacêutico	Fisioterapeuta	Fonoaudiólogo	Nutricionista	Psicólogo	Agente de Saúde	Agente de Endemias	Outros
Rocha		10 ESF	5 ESF		9 ESF									
Lastro	4	-	7	1	-	1	1	1	1	1	1	8	2	-
Santa Cruz	3	6	6	6	5	-	-	1	-	1	-	17	4	-
São João do Rio do Peixe	3 8 PSF	8 PSF	8 PSF	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José de Piranhas	1 CAPS	7 PSF	-	-	-	1 NASF	-	2 NASF	1 NASF	1 NASF	1 NASF	-	-	-
Sousa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mesorregião Oeste Potiguar														
Assú	94	32	-	8	-	11	19	8	2	7	4	-	-	
Alexandria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Augusto Severo (Campo Grande)	3 PSF	3 PSF	3 PSF	3 PSF	3 PSF	-	-	2 NASF	-	1 NASF	-	-	-	
Janduís	3	3	12	2	-	-	-	-	-	-	-	12	5	
João Dias - 1 equipe PSF	1 PSF	1 PSF	7 PSF	1 PSF	-	-	-	-	-	1 PSF	1 PSF	7	-	
Messias Targino 2 equipes PSF	2 PSF	2PSF	2PSF	2 PSF	2 PSF	-	-	-	-	-	-	10 PSF	-	
Paraú	2	2	4	3	2	-	1	1	-	-	-	-	-	
Patu	5 5 PSF	2 5 PSF	12 5 PSF	5	5	-	-	-	-	-	-	28	7	

Quadro 7.4-11 – Número de leitos por estabelecimento de saúde e complexidades de atendimento.

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
Mesorregião Sul Cearense						
Barro	Hospital Municipal São Antônio	Público	30	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	Posto de Saúde Adélia Gonçalves	Público	–	–	Sede	Média
	Posto de Saúde Bairro Trajano Nogueira	Público	–	–	Sede	Média
	Posto de Saúde Distrito de Brejinho	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
	Posto de Saúde Distrito Iara	Público	–	–	Zona Rural	Média
	Posto de Saúde Distrito Santo Antônio	Público	–	–	Zona Rural	Média
	Posto de Saúde Monte Alegre	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
	Posto de Saúde Riachão	Público	–	–	Zona Rural	Média
	Posto de Saúde Sítio Alegre	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
Posto de Saúde Vila São José	Público	–	–	Sede	Média	
Milagres	CAPS Milagres	Público	–	–	Sede	Média
	Centro Clínico Silena Aguiar	Privado	–	–	Sede	Média
	Centro de Especialidades Odontológicas de Milagres - CEO	Público	–	–	Sede	Média
	Centro de Saúde Coronel Aduino Bezerra	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Consultório Odontológico	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Consultório Odontológico	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Consultório Odontológico Dr. Andrey Sampaio	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Esc Lar Chaguinha F. Pestalozzi	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Fisio Clínica	Privado/Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Hospital Maternidade Madre Rosa Gattorno	Privado/Público	44	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Hospital Maternidade Nossa Senhora dos Milagres	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	Hospital Municipal Maria Bela de Lacerda	Público	33	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Infisio	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Laboratório de Análises Clínicas Ana Liduína	Privado	–	–	Sede	Média
	Laboratório de Análises Clínicas Cavalcante	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde Central	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde da Água Vermelha	Público	–	–	Zona Rural Sítio Água Vermelha	Atenção Básica
	Posto de Saúde da Vila Fronteiro	Público	–	–	Zona Rural Vila Fronteiro	Média
	Posto de Saúde de Barreiros	Público	–	–	Zona Rural Vila Barreiros	Atenção Básica
	Posto de Saúde da Café da Linha	Público	–	–	Zona Rural Vila Café da Linha	Média
	Posto de Saúde de Carnaúba	Público	–	–	Zona Rural Sítio Carnaúba	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Com. Socb. Enf. Ened	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde da Rosário	Público	–	–	Zona Rural Distrito do Rosário	Média

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Posto de Saúde Serra Brava	Público	–	–	Zona Rural Vila Serra Brava	Média
	Posto de Saúde de Vila Padre Cícero	Público	–	–	Zona Rural Bairro Padre Cícero	Média
	Posto de Saúde da Frei Damião	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde da Santa Catarina	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
					Sítio Santa Catarina	
	PSF Casa Própria	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
Secretária Municipal de Saúde de Milagres	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial	
Mesorregião Sertão Paraibano						
Bom Sucesso	Hospital e Maternidade Severino Virito	Público	16	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	PSF Centro de Saúde	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	PSF Distrito de Serrinha	Público	–	–	Zona Rural Sítio Serrinha	Atenção Básica
	Secretaria Municipal de Saúde de Bom Sucesso	Público	–	–	Sede	–
	Serviço de atendimento móvel de urgência de Bom Sucesso	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
Brejo dos Santos	APAMI	Público	18	–	Sede	Média Hospitalar
	Laboratório Municipal de Análises Clínicas	Público	–	–	Sede	
	PSF1	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	PSF2	Público	–	–	Conjunto Habitacional	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Secretária Municipal de Saúde de Brejo dos Santos	Público	–	–	Sede	
Cachoeiras dos Índios	Centro de Saúde Cachoeira dos Índios	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Hospital e Maternidade Municipal Josefa Bandeira de Sousa	Público	16	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Secretaria de Saúde de Cachoeira dos Índios	Público	–	–	Sede	–
	Unidade Básica Saúde da Família I Centro	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Básica Saúde da Família II Rural	Público	–	–	Zona Rural Distrito de Fátima	Atenção Básica
	Unidade Básica Saúde da Família III Rural	Público	–	–	Zona Rural Sítio Baixa Grande	Atenção Básica
Cajazeiras	AME Saúde Atenção Médica Especial em Saúde	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Analyses	Privado	–	–	Sede	Média
	Analysis Center	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Banco de Leite Humano BLH	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Banco de Leite Humano de Cajazeiras	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Cardioclínica	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	CEMEC	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centrallab Centro de Análises Laboratoriais	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centro de At Psicossocial de Dep de Alcool e Drogas CAPSAD	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Centro de Atenção Psicossocial CAPS II	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	Centro de Diagnostico de Cajazeiras CEDIC	Privado	–	–	Sede	Médio
	Centro de Especialidades Odontológicas de Cajazeiras	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Reabilitação Auditiva	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro Médico Dr. Sabino Rolim Guimarães	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	CERPAI	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	CESE				Sede	Atenção Básica
	Citoanálise Laboratório de Anatomia Patológica e Citológica	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	CLIFE	Privado	–	–	Sede	Média
	CLIMEFIC	Privado	–	–	Sede	Média
	CLINERP	Privado			Sede	Média
	Clínica Avançada Fisioterapia Ltda CAF	Privado	–	–	Sede	Média
	Clínica Cardiológica Dr. Radames V. Diniz	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica de Olhos Dr. Mauricio Lucena	Privado	–	–	Sede	Média
	Clínica de Tratamento Integrado	Privado	–	–	Sede	Média
	Clínica Dr. Ananias	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Dr. Ciro Pereira	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial



Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Clínica Dr. Paulo Gonçalves	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Escola Faculdades Santa Maria	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Fisioterapia Santa Terezinha	Privado	–	–	Sede	Média
	Clínica Geral Ortodontia Preventiva e Corretiva	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Médica de Especialidades	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Odontológica	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Clínica Odontológica Centrodonto	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Odontológica Clizélia e Samia Guedes	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Odontológica Dr. Eugênia Rolim Meira	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Pediátrica COMIC	Privado	–	–	Sede	Média
	Clínica Santa Clara	Privado	–	–	Sede	Média
	Clínica Santa Helena	Privado	62	–	Zona Rural Av. Brasil 01	Alta Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Cons. Odont. Diviane Santos Saraiva e Elcyo R. V. Lucena	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Consultório de Fonoaudiologia	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Consultório Odontológico	Privado	–	–	Sede	
	Consultório Odontológico Dr. Hermano J.R. Meira	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Consultório Odontológico Dr. Virginia M.Cardoso	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Consultório Odontológico Maria de Fátima Gonçalves	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Consultório Odontológico Maria Eunice de Souza	Privado	–	–	Sede	Média
	Consultório Odontológico Santa Apolônia	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Consultório Psicológico	Privado	–	–	Sede	Média
	ESF Bela Vista	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Farmácia Central do Município		–	–	Sede	Média
	Hemonúcleo de Cajazeiras	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Hospital Alberto Saban Ltda	Privado	41	–	Sede	Média Hospitalar
	Hospital Regional de Cajazeiras	Público	135	–	Sede	Alta Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Hospital Universitário Júlio Maria Bandeira de Melo	Público	26	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	IOP Instituto de Olhos Paraibano	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	LABCLIN	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório Braga	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório de A. Dr. Ivan Cavalcante	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório de Patologia Clínica Dr. Ciro Pereira de Sousa	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório de Patologia Clínica Dr. Ciro Pereira de Sousa II	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	LACIL	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Multiclin Psicologia e Serviços	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Núcleo de Zoonose	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Odontofisio	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Penitenciária Padrão de Cajazeiras	Público			Zona Rural Sítio José Dias	Média
	Policlínica Orgino Guedes	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Posto de Assistência Primária a Saúde PAPS	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde do Almas	Público	–	–	Zona Rural Sítio Almas	Atenção Básica
	Posto de Saúde do Patamute	Público	–	–	Zona Rural Sítio Patamute	Atenção Básica
	Posto de Saúde Francisco Nunes da Silva	Público	–	–	Zona Rural Sítio Azevem	Atenção Básica
	Posto de Saúde José Antônio Pessoa	Público	–	–	Zona Rural Sítio Riacho do Meio	Atenção Básica
	Posto de Saúde Manoel Gonçalves	Público	–	–	Zona Rural Sítio Catolé dos Gonçalves	Atenção Básica
	Posto de Saúde Sol Nascente	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	PROCARDIO	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	SAMU Regional de Cajazeiras	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Secretária de Saúde de Cajazeiras	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	UNICLIM Unidade de Clínicas e Imagem	Privado			Sede	Média Ambulatorial
	Unidade Básica de Saúde do Almas	Público	–	–	Zona Rural Sítio Almas	Atenção Básica
	Unidade de Vigilância Epidemiológica	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Vigilância Sanitária	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Móvel Terrestre	Público	–	–	Sede	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Unidade Móvel Terrestre Cajazeiras	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Amelio Estrela D. Cartaxo	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Cristo Rei	Público	–	–	Urbano/Rural Morro do Cristo	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família de Divinópolis	Público	–	–	Zona Rural Distrito Divinópolis	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Dr. José Jurema	Público	–	–	Urbano/Rural Remédios	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Dr. Vital Rolim	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Elvira Dias da Silva	Público	–	–	Zona Rural Engº Avidos	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Francisco Gonçalves Albuquerque	Público	–	–	Zona Rural Sítio Serra da Arara	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Higino Dias Moreira	Público	–	–	Zona Rural Sítio Cocos	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família João Bosco Braga Barreto	Público	–	–	Urbano/Rural Dom Bosco	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família José Leite Rolim	Público	–	–	Urbano/Rural	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Maria José de Jesus	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Mutirão	Público	–	–	Urbano/Rural	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família São José	Público	–	–	Urbano/Rural	Atenção Básica
	Unidade Saúde da Família Simão de Oliveira	Público	–	–	Sede	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Unidade Saúde da Família do Sol Nascentes	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	UNIMAGEM	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	USA 01 Cajazeiras	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	USB 01 Cajazeiras	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
Catolé do Rocha	CEMMA	Privado			Sede	Média Ambulatorial
	Central de Regularização de Catolé do Rocha	Público	–	–	Sede	Média
	Centro de Atenção Psicossocial de Catolé do Rocha	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centro de Saúde de Catolé do Rocha	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Dr. Aldenizio	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Dr. Iran Campos	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	CLINLAB	Privado	–	–	Sede	Média
	Consultório Odontológico Dr. Selda Soares	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Consultório Odontológico Dr. Veras	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Corporalle	Privado			Sede	Média
	ENDOCLIN	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	ENDOMED	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Formiga Laboratório de Análises Clínicas	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hemonúcleo de Catolé do Rocha	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
Hospital Infantil Ermina Evangelista	Privado	–	–	Sede	Média Hospitalar	

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
	Laboratório de Análises Clínicas Dr. João Veras Diniz	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório de Análises Clínicas	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	ORTOMED	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Posto de Saúde de Boqueirão	Público	–	–	Zona Rural Sítio Boqueirão	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Catolé de Baixo	Público	–	–	Zona Rural Sítio Catolé do Rocha	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Conceição	Público	–	–	Zonal Rural Sítio Conceição	Atenção Básica
	Posto de Saúde de São Francisco	Público	–	–	Zona Rural Sítio São Francisco	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Serra Nova	Público	–	–	Zona Rural Sítio Serra Nova	Atenção Básica
	Secretaria Municipal de Saúde de Catolé do Rocha	Público	–	–	Sede	–
	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Catolé do Rocha	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	USF 01 Tancredo Neves	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF 02 Várzea	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF 03 Centro	Público	–	–	Sede	Média
	USF 04 CAIC	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF 05 Rancho do Povo	Público	–	–	Zona Rural Sítio Rancho do Povo	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	USF 06 Cajazeirinha	Público	–	–	Zona Rural Sítio Cajazeirinha	Atenção Básica
	USF 07 Coronel Maia	Público	–	–	Zona Rural Distrito Coronel Maia	Atenção Básica
	USF 08 Picos	Público	–	–	Zona Rural Distrito de Picos	Atenção Básica
	USF 09 Batalhão	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Vigilância Sanitária	Público	–	–	Sede	
Lastro	Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Carmo	Público	10	–	Sede	Média Hospitalar
	Laboratório de Análises Clínicas	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório de Prótese Dentária	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Policlínica	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Posto de Saúde Sítio Boa Esperança	Público	–	–	Zona Rural Sítio Boa Esperança	Atenção Básica
	Posto de Saúde Sítio Jurema	Público	–	–	Zona Rural Sítio Jurema	Atenção Básica
	Posto de Saúde da Família Maria Abrantes Ferreira	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Secretaria Municipal de Saúde de Lastro	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
Santa Cruz	Centro de Especialidades Odontológicas – CEO I	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Hospital e Maternidade de Santa Cruz Francisca Wanderley	Público	18	–	Sede	Média Hospitalar
	Policlínica Municipal Maria Cecília Antunes de Oliveira	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	SAMU de Santa Cruz PB	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz	Público	–	–	Sede	–
	Unidade Móvel de Santa Cruz	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	USF Casinha do Homem Equipe II	Público	–	–	Zona Rural Distrito Casinha do Homem	Atenção Básica
	USF Santa Cruz Equipe I	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF São Pedro Equipe III	Público	–	–	Zona Rural Distrito São Pedro	Atenção Básica
	Vigilância Sanitária do Município de Santa Cruz	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
São João do Rio do Peixe	Centro de Atenção Psicossocial CAPS I	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centro de Especialidades Odontológicas CEO Tipo I	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centro de Saúde São João do Rio do Peixe	Público	–	–	Sede	Média
	Hospital Capitão João Dantas Rothea	Público	28	–	Sede	Média Hospitalar
	LABCLIM	Privado	–	–	Sede	Média
	Laboratório de Próteses Dentaria	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	NASF I Núcleo de Apoio a Saúde da Família	Público	–	–	Sede	Média
	Posto de Saúde de Bandarra UBS	Público	–	–	Zona Rural Distrito	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Engenho Novo	Público	–	–	Zona Rural Engenho Novo	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Pilões UBS	Público	–	–	Zona Rural Distrito	Atenção Básica
Posto de Saúde de Umari UBS	Público	–	–	Zona Rural Distrito	Atenção Básica	



Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Posto de Saúde de Gravata UBS	Público	–	–	Zona Rural Distrito	Atenção Básica
	Secretaria Municipal de Saúde de São João do Rio do Peixe	Público	–	–	Sede	Média
	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192	Público	–	–	Sede	Média
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Rio do Peixe	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	UBS Central	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	UBSF da Gruta	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Autorizadora de TFD Intermunicipal	Público	–	–	Sede	Média
São José de Piranhas	Centro de Atenção Psicossocial Socorro Batista CAPS I	Público	–	–	Sede	Média
	Divisão de Saúde PSF I	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Policlínica Romeu Menandro Cruz		–	–	Sede	Média
	Posto de Saúde Arconcio Pereira	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Piranhas Velhas PSF V	Público	–	–	Zona Rural	Atenção Básica
	SAMU São José de Piranhas	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Secretaria Municipal da Saúde	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Unidade Básica de Saúde de São José de Piranhas PSF II	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde da Família de Boa Vista PSF III	Público	–	–	Zona Rural Boa Vista	Atenção Básica
	Unidade de Saúde da Família Geraldo Batista PSF IV	Público	–	–	Zona Rural Distrito Bom Jesus	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Unidade de Saúde da Família Nezinho Braz PSF VII	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Hospitalar de São José de Piranhas	Público	23	–	Sede	Média Hospitalar e Alta Ambulatorial
Sousa	Adriana Navarro Jacome	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	CAPS AD Walter Sarmento	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	CAPS Infantil João Paulo II	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Casa de Saúde Bom Jesus	Privado	25	–	Sede	Média Hospitalar e Ambulatorial
	Casa de Saúde Nossa Senhora dos Remedios	Privado	26	–	Sede	Baixa Hospitalar
	Ceaclin Geofabio Sucupira Casimira	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Central de Regulação	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centralmedic	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centro Clinico Dr Andre Cabral	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centro Clinico Francisca Sarmento de Sousa LTDA	Privado	–	–	Sede	Média
	Centro de Atenção Psicossocial Tozinho Gadelha	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Diagnostico Chico Corea	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Fisioterapia	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centro de Reabilitação Cardíaca	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Centro de Reabilitação em Fisioterapia	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
Centro Medico de Prevenção de Glaucoma LTDA	Privado	–	–	Sede	Média	

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Citoclin Análises Clínicas	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Citologia Dr. Jorge Gadelha Maia	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	CLINESP	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clinginobst e Pediatria Sinval V. Mendes	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Dr. Marcelino Sena	Privado	–	–	Sede	Média
	Clínica Radiológica Dr. Pericles Neves Ltda	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Clínica Rocha Ltda	Privado	–	–	Sede	Média
	Clínica Santa Emília	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Visão Dr. José Vicente de Oliveira Neto Ltda	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	CLINOR Clínica de Oftalmologia Ltda	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	CLINOS	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Consultório Médico Otorrinolaringologia	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Consultório Odontológico Dr. Jussara Gomes Moura	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	DIACLIN Diagnóstico de Análises Clínicas	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Dr. Francisco	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Dr. Marneide Pedrosa Pinto Gadelha	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Dr, Orlando Xavier de Figueiredo	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	ESF XXV Núcleo I	Público	–	–	Zona Rural São Gonçalo	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Exito Psicologia e Consultoria em RH	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Fernando Rodrigues Marques Lemos	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	FGV Odontologia Ltda	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Fisioclínica	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	FisioLaser	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Fisiotrauma	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Francisco Alves de Oliveira	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Gilberto Gomes Sarmento	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hemocentro de Sousa	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	HOPE Medical	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hospital Distrital Dep. Manoel Gonçalves de Abrantes	Público	84	6	Sede	Média Hospitalar
	Hospital Materno Infantil DR. Antônio de Paiva Gadelha	Público	49	–	Sede	Alta Hospitalar e Ambulatorial
	Laboratório de Análises Clínicas Dantas Ltda	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Lab Antônio Gadelha	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Lab de Anal. Clínicas Zé Camarão	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	LABOMEDY Laboratório de Análises Clínicas Ltda	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório Análises Clínicas Alaor Gomes de Sá	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório Dr. Carlos Pires	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório e Clínica Diagnostic	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Laboratório Gelsimar Batista Analises	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório Mãe Chiquinha	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório Sousense	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	LAC Lab de Análises Clínicas Cidade Sorriso Ltda	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	LAC Laboratório de Análises Clínicas	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	LACAM	Privado			Sede	Média Ambulatorial
	LACLI	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	LAPRODENT Serviços de Protese Dentária	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Luiz Alberto Gadelha de Oliveira	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Maria Lindete de França Virginio	Privado			Sede	Atenção Básica
	MULTILAB	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	NASF I	Público	–	–	Sede	Baixa Hospitalar
	NASF II	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	NASF III	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Nubia Cristina Gadelha Formiga Matos	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Núcleo de Oftalmologia	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	OTOCENTER Lemos e Ribeiro Ltda	Privado	–	–	Sede	
	Otoclínica Aline Pires Benevides Gadelha	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Pedro Barbosa de Lima Neto	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Policlínica Mirian Gadelha	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Posto de Saúde Varzea do Cantinho	Público	–	–	Zona Rural Sítio Várzea do Cantinho	Atenção Básica
	Pro Saúde Infantil	Privado	2	–	Sede	Média Hospitalar
	Prontanálise	Privado			Sede	Média Ambulatorial
	Residência Terapeutica Bom Jesus Feminino	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Residência Terapeutica Divino Espirito Santo Masculino	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	SAMU Sousa	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Secretaria Municipal de Saúde de Sousa	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sousa	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Sociedade Hospitalar Gadelha de Oliveira	Privado	74	–	Sede	Alta Hospitalar e Ambulatorial
	Unidade de Saúde da Família São Gonçalo	Privado	–	–	Zona Rural São Gonçalo	Atenção Básica
	Unidade Móvel Terrestre	Privado	–	–	Sede	Média
	USF Alto Capanema Centro Equipe XIV	Privado			Sede	Atenção Básica
	USF Alto do Cruzeiro Equipe I	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF André Gadelha Equipe XXI	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Angelim Equipe XI	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Bancarios Equipe XVII	Público			Sede	Atenção Básica
	USF Centro Equipe XIII	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Ciganos Equipe XXIV	Público	–	–	Sede	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	USF EQI Posto Alto do Cruzeiro	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Estação Equipe VI	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Frei Damião José Lins do Rego Equipe VII	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Guanabara Equipe XII	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Jardim Brasília Equipe III	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Jardim Iracema Equipe XXIII	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Jardim Sorrilândia II Equipe V	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Lagoa dos Estrelas Equipe XX	Público	–	–	Zona Rural Sítio Lagoa dos Estrelas	Atenção Básica
	USF Malhada da Pedra Equipe XIX	Público	–	–	Zona Rural Sítio Malhada da Pedra	Atenção Básica
	USF Mutirão Projeto Mariz Equipe II	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Nossa Senhora de Fátima Equipe IX	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Pereiros Equipe XXII	Público	–	–	Zona rural Sítio Pereiro	Atenção Básica
	USF São Gonçalo Equipe XV	Público	–	–	Zona Rural São Gonçalo	Atenção Básica
	USF São Gonçalo Núcleo II Equipe XVI	Público	–	–	Zona Rural São Gonçalo	Atenção Básica
	USF São Gonçalo Núcleo III Equipe XXVI	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF São José Equipe XVIII	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Varzea da Cruz Equipe X	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF VI Jardim Santana Estação	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Zu Silva Equipe VIII	Público	–	–	Sede	Atenção Básica

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
Mesorregião Oeste Potiguar						
Assú	CAPS	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	CC Dr. Ezequiel E. da Fonseca Filho	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Especialidades Odontológicas de Assú	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Centro de Reabilitação Integrada	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos	Público	64	–	Sede	Alta Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Pronto Socorro Municipal	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Secretaria Municipal de Saúde de Assú	Público	–	–	Sede	–
	UNICAT de Assú	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	USF Bela Vista	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Dom Elizeu	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Feliz Assu	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Frutilândia	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Frutilândia II	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Lagoa do Ferreiro	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Parati 2000	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF São João	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	USF Vertentes	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	UFS Bela Vista Piató	Público	–	–	Zona Rural Sítio Bela Vista Piató	Atenção Básica
USF do Riacho	Público	–	–	Zona Rural Sítio Riacho	Atenção Básica	



Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	USF Linda Flor	Público	–	–	Zona Rural Sítio Linda Flor	Atenção Básica
	USF Morada Nova	Público	–	–	Zona Rural Sítio Morada Nova	Atenção Básica
	USF Nova Esperança	Público	–	–	Zona Rural Sítio Nova Esperança	Atenção Básica
	USF Panon II	Público	–	–	Zona Rural Sítio Panon II	Atenção Básica
	Unimed Vale do Assú	Cooperativa	–	–	Sede	–
	Centro de Dialise do Vale do Assú CDA	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Clínica Dr. Arnóbio Abreu	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Oitava Rosado	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Santa Cecília	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Clínica Vitalis	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Viver Clínica Médica e Análises Clínicas	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hospital Geral de Oftalmologia	Privado	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	Policlínica de Assú	Privado	40	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Centro Odontomédico	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	CIOM	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica de Olhos Dr. Vasconcelos Neto	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Clínica Odontológica Dr. Jair Cosme Pereira	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Consultório Dra. Cleana Shirley Corsino Rodrigues	Privado	–	–	Sede	Média
	Consultório Médico Dra. Ivanira Lucio de Sousa	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Consultório Médico Dr. J.A. Tavares	Privado	–	–	Sede	Atenção Básica
	Dentesáude	Privado	–	–	Sede	Média
	Labclínica	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório de Análises Clínicas Dr. Noe	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório Labclin	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Laboratório Tertuliano Soares	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Lacil	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Protsáude	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Ultrassu Imagens e Serviços Médicos	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Unilab Unidade Laboratorial	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
Alexandria	Centro de Saúde de Alexandria	Público	–	–	Sede	Média
	CEO Irene Maia de Figueiredo	Público	–	–	Sede	Alta Ambulatorial
	CIED Centro de Imagem Elizabete Dantas	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hosp. Mater. Guiomar Fernandes	Público	50	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Hospital Maternidade Joaquina Queiroz	Público	53	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Laboratório de Análises Clínicas	Privado	–	–	Sede	Média Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Secretária Municipal de Saúde de Alexandria	Público	–	–	Sede	–
	Unidade Básica de Saúde Alto Boa Vista	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade Básica de Saúde Manicoba	Público	–	–	Zonal Rural Sítio Manicoba	Atenção Básica
	Unidade Básica de Saúde Riacho do Meio	Público	–	–	Zona Rural Sítio Riacho do Meio	Atenção Básica
	Unidade de Saúde da Família Carnaubal	Público	–	–	Zona Rural Sítio Carnaubal	Média
	Unidade de Saúde da Família Cascalho	Público	–	–	Sede	Média
	Unidade de Saúde da Família Santo Amaro	Público	–	–	Sede	Média
	Unidade de Saúde da Família Serrota	Público	–	–	Zona Rural Sítio Serrota	Média
Campo Grande (Augusto Severo)	Hospital Municipal de Augusto Severo	Público	–	–	Sede	Média
	Centro de Saúde Francisca Chiquinela Jacome	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Posto de Saúde de Bom Jesus	Público	–	–	Zona Rural Comunidade Bom Jesus	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Salgado	Público	–	–	Zona Rural Comunidade Salgado	Atenção Básica
	Posto de Saúde Cajueiro	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Centro de Vigilância Epidemiológica e Sanitária	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Secretária Municipal de Saúde de Campo Grande	Público	–	–	Sede	–
	UBS Maria Idalia de Souza Santos	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
	Polo Academia Campo Grande	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
Janduís	Centro de Saúde de Janduís	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Hosp. Maternidade Maria Cristina Maia	Público	20	–	Sede	Alta Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Posto de Saúde de Perdição	Público	–	–	Zona Rural Sítio Perdição	Atenção Básica
	Posto de Saúde de Retiro	Público	–	–	Zona Rural Sítio Retiro	Atenção Básica
	Secretaria Municipal de Saúde de Janduís	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
João Dias	Centro de Saúde de João Dias	Público	–	–	Sede	Média
	Posto de Saúde Vila Rosário	Público	–	–	Zona Rural Vila Rosário	Atenção Básica
	Secretaria Municipal de Saúde de João Dias	Público	–	–	Sede	Média
Messias Targino	Hospital e Maternidade Paulina Targino	Público	16	–	Sede	Baixa Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Centro de Saúde Dr. Edino Jales	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Posto de Saúde Trincheiras	Público	–	–	Zona Rural Sítio Trincheiras	Atenção Básica
	Polo Academia de Messias Targino	Público	–	–	Sede	Média Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Secretaria Municipal de Saúde	Público	–	–	Sede	–
	Unidade de Saúde de Vigilância Sanitária	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
Paraú	Centro de Saúde Rosália Gondim de Melo	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Secretaria Municipal de Saúde	Público	–	–	Sede	–

Município	Discriminação	Vínculo	Nº de leitos convencionais	Nº de leitos UTI	Localização	Complexidade (Atendimento)
Patu	CAPS	Público	–	–	Sede	Média
	Centro de Convivência do Idoso	Público	–	–	Sede	Média Ambulatorial
	Hosp. Municipal de Patu	Público	33	–	Sede	Baixa Hospitalar e/ou Ambulatorial
	Polo Academia da Saúde	Público	–	–	Sede	Média
	Posto de Saúde Saco	Público	–	–	Zona Rural Sítio Saco	Atenção Básica
	Posto de Saúde Torão	Público	–	–	Zona Rural Sítio Torão	Atenção Básica
	Secretaria Municipal de Saúde	Público	–	–	Sede	–
	Unidade de Saúde da Família Gameleira	Público	–	–	Zona Rural Sítio Gameleira	Atenção Básica
	Unidade de Saúde da Família João Inácio	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde da Família Nova Patu	Público	–	–	Sede	Atenção Básica
	Unidade de Saúde da Família Rosalita Forte Dantas	Público	–	–	Sede	Atenção Básica

#### 7.4.3.1.2 Padrões de Saúde da All

O padrão de atendimento em saúde observado nos municípios da All é constituído por atenção básica e atendimento de baixa e média complexidade. Apenas alguns municípios são de referências em saúde como Assú/RN, Sousa/PB e Cajazeiras/PB, que realizam atendimento de alta complexidade. Ainda podem ser incluídos os municípios de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Juazeiro do Norte, no Ceará, como referências em atendimentos médicos hospitalares.

No que se refere a ocorrências de saúde pública que podem ser potencializadas pela instalação do empreendimento, buscou-se verificar junto às secretarias municipais de saúde quais são as ocorrências, associadas a doenças, que podem ser influenciadas por comportamentos coletivos (doenças infectocontagiosas) com maior ocorrência. A seguir os dados são apresentados por Mesorregião.

Na Mesorregião Sul Cearense, observa-se maior incidência de dengue e tuberculose. No município de Barro, foram identificados casos de hanseníase, e no município de Milagres casos de gripe.

Nos dez municípios da Mesorregião do Sertão Paraibano, nota-se grande incidência de gripe, doenças diarreicas agudas (DDA) e dengue. Em alguns municípios como Bom Sucesso, foram identificados casos de AIDS, e no município de Sousa, casos de hanseníase e tuberculose.

Nos oito municípios da Mesorregião Oeste Potiguar, observa-se maior incidência de gripe e doenças diarreicas agudas (DDA), seguidos por casos de AIDS e dengue, e ainda casos de hanseníase e tuberculose identificados no município de Messias Targino.

#### 7.4.3.1.3 Incidência de Endemias na All

Segundo informações obtidas nas Secretarias de Saúde, observa-se incidência de endemias nos municípios da All. Uma das mais citadas foi a dengue. Na região do sul cearense, há uma incidência moderada dos casos de dengue. Uma incidência maior foi observada na região do sertão paraibano. Observou-se também que na região oeste potiguar a incidência de dengue foi considerada baixa, por motivo de ser ano de seca. Os locais que foram citados com maiores incidências de casos são as zonas urbanas dos municípios. Apenas o município de Milagres/CE foi citado com maior incidência na zona rural. No Quadro 7.4-12, a marcação "X" significa incidência e o "-", significa não

incidência.

Quadro 7.4-12 – Incidência de Dengue

Municípios	Zona Urbana	Zona Rural
Região Oeste Potiguar		
Assú	-	-
Alexandria	-	-
Augusto Severo (Campo Grande)	-	-
Janduís	X	-
João Dias	-	-
Messias Targino	X	-
Paraú	-	-
Patu	-	-
Região Sertão Paraibano		
Bom Sucesso	X	-
Brejo dos Santos	X	-
Cachoeira dos Índios	X	-
Cajazeiras	X	-
Catolé do Rocha	X	-
Lastro	X	-
Santa Cruz	X	-
São João do Rio do Peixe	-	-
São José de Piranhas	X	-
Sousa	X	-
Região Sul Cearense		
Barro	X	-
Milagres	-	X

Fonte: Secretarias Municipais de Saúde, pesquisa de campo, realizadas em abril e maio de 2013.

Sobre outras endemias, observa-se ainda grande dificuldade na obtenção de informações sobre DSTs, principalmente AIDS. Somente alguns municípios disponibilizaram tais informações, ainda assim, não repassaram dados quantitativos concretos por restrição de informação. Identificaram-se ainda as doenças endêmicas como Hanseníase, Tuberculose e Doença de Chagas.

De modo particular, foi observada a grande incidência de doença diarreica aguda (DDA). Nas áreas consideradas endêmicas, há a maior incidência das diarreias em épocas

chuvosas. Esse fato vincula-se principalmente à elevação da temperatura média ambiental e ao regime das chuvas, cuja conjugação favorece a proliferação e transmissão de alguns agentes. Além desses, outros fatores particulares à região devem ser considerados e pesquisados quanto à possibilidade de modificar os índices de incidência das diarreias, tais como: turismo, migrações, colheitas agrícolas, etc.

No entanto, existe uma relação inversa entre sua incidência e boas condições de saneamento e hábitos de higiene pessoal e alimentar. Tal relação pode determinar diferentes comportamentos da doença numa mesma área geográfica, explicando incidências diferenciadas em populações situadas muito proximamente no espaço, mas beneficiadas por diferentes níveis de melhorias sanitárias ou de serviços promotores de desenvolvimento social<sup>27</sup>. Segundo o Guia de Vigilância Epidemiológica<sup>28</sup> da Secretaria de Vigilância em Saúde, o modo de transmissão pode ocorrer pela via oral ou fecal-oral, sendo específico para cada agente etiológico:

- Transmissão indireta – ingestão de água e alimentos contaminados e contato com objetos contaminados (ex.: utensílios de cozinha, acessórios de banheiros, equipamentos hospitalares);
- Transmissão direta – pessoa a pessoa (ex.: mãos contaminadas) e de animais para as pessoas.

Conforme o Quadro 7.4-13 pode-se observar de maneira geral os dados descritos acima:

Quadro 7.4-13 – Incidência de Endemias.

Municípios	Doenças				
	AIDS	Hanseníase	Tuberculose	DDA	Doença Chagas de
Região Oeste Potiguar					
Assú	-	-	-	-	-
Alexandria	-	-	-	X	-
Augusto Severo (Campo Grande)	X	-	-	X	-
Janduís	-	-	-	-	-

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo\\_frame.asp?cod\\_noticia=660](http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_frame.asp?cod_noticia=660). Acesso em 06 de Junho de 2013.

<sup>28</sup> Disponível < [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve\\_7ed\\_web\\_atual\\_dda.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual_dda.pdf)>. Acesso em 6 de Junho de 2013.



Municípios	Doenças				
	AIDS	Hanseníase	Tuberculose	DDA	Doença Chagas
João Dias	-	-	-	X	-
Messias Targino	X	X	X	-	X
Paraú	-	-	-	-	-
Patu	X	-	-	X	-
Região Sertão Paraibano					
Bom Sucesso	X	-	-	-	-
Brejo dos Santos	-	-	-	-	-
Cachoeira dos Índios	X	-	-	X	X
Cajazeiras	X	-	-	-	X
Catolé do Rocha	-	-	-	-	-
Lastro	-	-	-	X	-
Santa Cruz	-	-	-	X	-
São João do Rio do Peixe	-	-	-	X	-
São José de Piranhas	-	-	-	X	-
Sousa	-	X	X	X	-
Região Sul Cearense					
Barro	-	X	X	-	-
Milagres	-	-	X	-	X

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, pesquisa de campo

Para informações espaciais, ver Apêndice 7.28 (Mapa de Incidência de Endemias).

#### 7.4.3.1.4 Logística de Saúde

##### a. Suporte para atendimento de emergência - Bombeiros

- Mossoró / RN – 2º SGB/2º GB - Telefones: (84) 3315.3528 / 3315.3834 / 193.
- Sousa / PB - 1º CRBM DO 5º BBM – Telefones: (083) 3522- 6361 / 193.
- Juazeiro do Norte / CE – 5º GB / 1ª Seção de Bombeiro - Telefones: (088) 3102.1140 (fax) / 3102.1143.
- Crato / CE - 5º GB / 2ª Seção de Bombeiro - Telefones: (088) 3102 1252 / 3102 1253.

b. Hospitais de referência

- Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia – Rua Projetada – Bairro Aeroporto – Mossoró / RN – (84) 3315.3416.



Figura 7.4-13 – Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia.

- Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos - Rua Dr. Luis Carlos, S/N – Assú / RN – Telefones: (84) 3331.6529 / 6530 / 6531.



Figura 7.4-14 – Hospital Regional Nelson Inácio dos santos, Assú – RN (Coordenadas: S 05°35'00.6"/ W 036°54'52.0'') (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

- Hospital Regional Dep. Manoel Gonçalves de Abrantes - Rua José Fagundes de Lira – Bairro Gato Preto – Sousa / PB – Telefone: (83) 3522.2774.



Figura 7.4-15 - Hospital Regional Dep. Manoel Gonçalves de Abrantes – Sousa/PB (Coordenadas: S 06°45'52.4''/ W 038°13'14.8'') (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

- Hospital Regional de Cajazeiras – Rua Antônio Holanda Tabelaio – Centro – Cajazeiras / PB – Telefone: (83) 3531.4457.



Figura 7.4-16 – Hospital Regional de Cajazeiras, Cajazeiras – PB (Coordenadas: S 06°53'08.9''/ W 038°33'17.4'') (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

- Hospital Regional do Cariri - Rua Catulo da Paixão Cearense, s/n – Bairro Triângulo - Juazeiro do Norte / CE - Telefone: (88) 3566.3600.



Figura 7.4-17 – Hospital Regional do Cariri, Juazeiro do Norte – CE (Fonte: <http://diarionordeste.globo.com/nateria.asp?codigo=941963>).

Quadro 7.4-14 - Disponibilidade de ambulâncias nos municípios da All.

Transporte para Auxílio de Emergência Médica		
Municípios	Ambulâncias	Outros tipos de Veículos
Região Oeste Potiguar		
Assú	3	9
Alexandria	2	5
Augusto Severo (Campo Grande)	3	-
Janduís	3	-
João Dias	2	1
Messias Targino	2	1
Paraú	1	-
Patu	2	4
Região Sertão Paraibano		
Bom Sucesso	2	2
Brejo dos Santos	2	2
Cachoeira dos Índios	1	7
Cajazeiras	6	8
Catolé do Rocha	5	4
Lastro	1	2
Santa Cruz	2	2
São João do Rio do Peixe	2	10
São José de Piranhas	3	3
Sousa	5	1
Região Sul Cearense		
Barro	2	3
Milagres	2	12

---

O mecanismo de logística de saúde está expresso nos Programas Ambientais que envolvem o tema, quais sejam:

- Programa de Proteção do Trabalhador e Segurança do Meio Ambiente de Trabalho;
- Programa de Saúde Ocupacional;
- Programa de Atendimento de Emergências.

#### 7.4.3.2 Educação

##### 7.4.3.2.1 Caracterização dos Estabelecimentos Escolares e Níveis de Ensino

A educação constitui-se num dos elementos mais importantes para o desenvolvimento econômico de um país ou região, tendo por finalidade preparar o cidadão para o exercício do trabalho e da cidadania, devendo constituir-se como direito fundamental ao ser humano. A educação escolar brasileira compõe-se de Educação Básica, que se caracteriza em educação infantil, fundamental (I e II) e médio; e Educação Superior. A responsabilidade pela educação no Brasil se divide entre os governos federal, estadual e municipal, e existe uma grande presença do setor privado.

Através das informações colhidas em visitas às secretarias municipais de educação, percebe-se que apesar das inúmeras inovações tecnológicas, em alguns municípios há falta de investimento na área educacional, gerando a má qualidade da mesma. É importante salientar que o investimento em educação resulta em crescimento econômico e desenvolvimento social e cultural da sociedade.

No Quadro 7.4-15, foram identificados os estabelecimentos de ensino existentes nos 20 municípios atravessados pela Linha de Transmissão, separando-os por Mesorregiões, classificando-os por vinculação (rede pública ou privada), identificando os níveis de ensino e os locais de referência importantes para a comunidade localizada na AI (Área de Influência Indireta).

Quadro 7.4-15 – Estrutura educacional municípios da All.

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
Sul Cearense				
<b>Barro</b>				
Esc. Alexandre Ferreira da Silva	EEFM Mauro Sampaio	Esc. Pequeno Polegar	Inexistente	Inexistente
Esc. Alvino Justino	EEFM Antônio Leite Tavares	Esc. Santo Antônio	-	-
Esc. Antônio Barbosa de Oliveira	-	-	-	-
Esc. Antônio de Sousa Silva	-	-	-	-
Esc. Antônio Severo de Lima	-	-	-	-
Esc. Aurílio Cardoso de Lima	-	-	-	-
Esc. Aluna Socorro Falcão*	-	-	-	-
Esc. Cesar Cals*	-	-	-	-
Esc. Expedito Álvaro Feitosa	-	-	-	-
Esc. Gilberto Leite de Aquino*	-	-	-	-
Esc. João Bento da Silva	-	-	-	-
Esc. João Gonçalves da Silva	-	-	-	-
Esc. João Pereira da Silva	-	-	-	-
Esc. Joaquim Alves Pereira	-	-	-	-
Esc. Joaquim Gonçalves Lustosa	-	-	-	-
Esc. José Fernandes de Lima	-	-	-	-
Esc. José Francisco da Silva	-	-	-	-
Esc. José Raimundo da Silva	-	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
Esc. José Vicente da Silva	-	-	-	-
Esc. Pedro Roberto da Silva	-	-	-	-
Esc. Professora Catarina Tavares	-	-	-	-
Esc. Roberto Antônio de Sousa	-	-	-	-
Esc. São Francisco	-	-	-	-
Esc. São Geraldo	-	-	-	-
Esc. Soledade André*	-	-	-	-
Esc. Vereador Assis Hermes	-	-	-	-
Esc. Vicente Batista de Sousa	-	-	-	-
Esc. Virgílio Leite Cabral	-	-	-	-
<b>Milagres</b>				
EMEIF Francisco Gomes de Licena	CEJA – Pe. Joaquim Alves	Centro Educacional de Milagres	Escola Estadual de Educação Profissional Ana Zélia da Fonseca	Inexistente
EMEIF Manoel Correa da Silva	EEEM Dona Antônia Lindalva de Moraes	Patronato e Escola Normal Dona Zelinha Gomes	-	-
EMEIF Presidente Médici	Escola Estadual de Educação Profissional Ana Zélia da Fonseca	Instituto Menino Jesus	-	-
EMEIF Oseias Leite Belém	-	Esc. Mundo Feliz	-	-
EMEIF Castelo Branco	-	-	-	-
EMEIF José Rodrigues Bezerra	-	-	-	-
EMEIF João Belém de Oliveira	-	-	-	-
EMEIF João Evangelista Dantas	-	-	-	-
EMEIF José Luciano Alves	-	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEIF Dona Mariquinha Belo	-	-	-	-
EMEIF Marieta Calles*	-	-	-	-
EMEIF Maria Lúcia Belém Leite*	-	-	-	-
EMEIF Clicélio Martins Pereira	-	-	-	-
EMEI Novo Espaço da Criança	-	-	-	-
Sertão Paraibano				
<b>Bom Sucesso</b>				
EMEIF Balbina de Almeida Oliveira	EEEEFM Pe. Aristides*	Centro Educacional Oficina do Saber	Inexistente	Inexistente
EMEIF Laureano Leão de Lima	EEEE de Oiticica*	-	-	-
EMEIF Francisco Ferreira da Cruz	EEEE Dr. José Paz Lima*	-	-	-
EMEIF Manoel Pereira Filho	-	-	-	-
EMEIF Vicente Bernardo de Oliveira	-	-	-	-
<b>Brejo dos Santos</b>				
EMEF Arão Teodomiro de Sousa	EEEEFM Diva Guedes de Araújo*	Col. Princípio do Saber	Inexistente	Inexistente
EMEF Elizário Luiz da Costa	-	-	-	-
EMEI Manoel Luiz	-	-	-	-
EMEF Cipriano Cardoso	-	-	-	-
EMEF Manoel Adelino	-	-	-	-
EMEF José Deoclécio de Souza	-	-	-	-
EMEF Elias Ferreira	-	-	-	-



Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEF Serafim Baltazar	-	-	-	-
<b>Cachoeira dos Índios</b>				
EMEIF Maria Candido*	EEEFM Prof. Adalberto de Sousa	Esc. Nossa Sra. Aparecida	Inexistente	Inexistente
EMEIF Sítio do Tambor*	-	-	-	-
EMEIF Sítio Fátima*	-	-	-	-
<b>Cajazeiras</b>				
CAIC – Esc. Antônio Tabosa Rodrigues	CEJA – Mons. Vicente Freitas	Dados não disponibilizados	Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Paraíba – IFPB*	Faculdade de filosofia, ciência e letras de Cajazeiras - FAFIC
EMEIEF Antônio de Sousa Dias	EEEF Antônio Dias da Silva	-	Universidade Federal de Campina Grande – UFCG*	Faculdade Evilásio Formiga - FEF
EMEIEF Aníbal Gomes de Sá	EEEF Cel. Joaquim Matos	-	-	Faculdade Santa Maria – FSM
EMEIEF Augusto Barnadino de Souza	EEEF Faz. São José	-	-	Faculdade São Francisco da Paraíba - FASP
EMEIEF Carolino de Sousa Neto	EEEF Desembargador Boto	-	-	Instituto Superior de Educação de Cajazeiras - ISEC
EMEIF Cecília Estolano Meireles	EEEF Dom Moises Coelho	-	-	Universidade Norte do Paraná - UNOPAR
EMEIF Costa e Silva	EEEF Janduy Carneiro	-	-	Universidade Paulista - UNIP
EMEIEF José Cosmo Abreu	EEEF Victor Jurema	-	-	-
EMEIEF José Leite Rolim	EEEF José Manoel de Abreu	-	-	-
EMEIEF José Martins de Oliveira	EEEF Mons. João Milanês	-	-	-
EMEIEF José Timóteo de Carvalho	EEEF Sinhazinha Ramalho	-	-	-
EMEIEF Luiz Cartaxo Rolim	EEEFM Cristiano Cartaxo	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEIF G.da Silva	EEEE Monte Carmelo	-	-	-
EMEIEF Matias Duarte Rolim	EEEFM Prof. Manoel Mangueira	-	-	-
EMEIEF Prof. Crispim Coelho	EEEFM Prof. Crispim Coelho	-	-	-
EMEIEF Vital A. de Freitas.	EEEFM Mons. Constantino Vieira	-	-	-
EMEIEF Regina Vieira da Costa	-	-	-	-
EMEIEF Vitoria Bezerra	-	-	-	-
EMEIEF Galdino Pires Ferreira	-	-	-	-
EMEIEF Jose A. Nascimento	-	-	-	-
EMEIEF Irmã Nirvanda Leite Rolim	-	-	-	-
<b>Catolé do Rocha</b>				
Creche Irmã Maria	EEEM Obdúlia Dantas*	Col. João Agripino	Esc. Agrotécnica do Cajueiro*	Universidade Paulista - UNIP
Creche Rômulo Maia	EEEE João Suassuna*	Col. Téc. Dom Vital	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB*	-
EMEIF Jenipapeiro	EEEE Sergina Laura	Centro Educacional e Aperfeiçoamento de Catolé do Rocha - CEAC	Colégio Técnico Dom Vital	-
EMEIF Mapirunga	EEEE Cajazeiras	Esc. Paraíso da Criança	-	-
EMEIF Boa Água	Esc. Agrotécnica do Cajueiro*	Esc. Espaço Criador	-	-
EMEIF. Pe. Cândido	EEEE José Gonçalves	-	-	-
EMEIF Campim Açú	EEEE Catolé de Baixo	-	-	-
EMEIF Antônio Severino	EEEE Cantidio Pedro	-	-	-
EMEIF Manoel Vieira	EEEE São Francisco	-	-	-
EMEIF Leonilda de Freitas	EEEE Fábio Mariz	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEIF Rubens José	-	-	-	-
EMEIF Abdon José	-	-	-	-
EMEIF Benício Alves	-	-	-	-
Esc. Água Branca (EJA)	-	-	-	-
Esc. Maria das Dores (EJA)	-	-	-	-
EMEIF Desembargador Manoel Maia	-	-	-	-
EMEIF Várzea do Tapuio	-	-	-	-
EMEIF Manoel Francisco	-	-	-	-
Centro de Ens. Luzia Maia*	-	-	-	-
EMEIF Antônio Gomes	-	-	-	-
EMEIF Celso Mariz	-	-	-	-
EMEIF Professora Catarina de Sousa Maia*	-	-	-	-
<b>Lastro</b>				
Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados
<b>Santa Cruz</b>				
Creche Rosa Antunes*	EEEFM Valdemiro Wanderley de Oliveira	Dados não disponibilizados	Inexistente	Inexistente
EMEF Januário Avelino de Sousa	EEEF Prof. Nestor Antunes de Oliveira	-	-	-
EMEF José Joaquim da Silva	-	-	-	-
EMEF Angelina Maria de Jesus	-	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEF Genura Gomes Sarmiento	-	-	-	-
EMEF Manoel Vicente Sobrinho	-	-	-	-
EMEF Felinto José Furtado	-	-	-	-
EMEF Adauto Ferreira de Andrade*	-	-	-	-
EMEF Maria Martins Lopes	-	-	-	-
EMEF Francisco Félix de Sousa	-	-	-	-
EMEF Mons. Manoel Vieira	-	-	-	-
<b>São João do Rio do Peixe</b>				
APAE – Esc. Diogo Amador*	EEEE Antônio Severino da Silva	Dados não disponibilizados	Inexistente	Inexistente
Creche Lar da Criança D. Laura Pinheiro*	EEEE Conego Manoel Jacome	-	-	-
EMEIEF José Dantas Pinheiro*	EEEE Dário José de Oliveira	-	-	-
EMEIEF José Gonçalves da Silva	EEEE de Bandarra	-	-	-
EMEIEF Francisco Fernandes de Sousa	EEEE de Brejo das Freiras	-	-	-
EMEIEF José Gila de Sousa	EEEE Cachoeira da Moça	-	-	-
EMEIEF de Bandarra*	EEEE de Gravatá	-	-	-
EMEIEF Francisca Hermina de Jesus	EEEE Francisco Luiz dos Santos	-	-	-
EMEIEF Amélia Soares de Moraes	EEEE Maria de Sousa Lira Muniz	-	-	-
EMEIEF Joca Alves	EEEE Professora Amélia Batista	-	-	-
EMEIEF de Escurinho de Cima	EEEE Franssinete Bernardo	-	-	-
EMEIEF Gilberto de Sousa Lacerda	EEEE Rita Martins de Melo	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEIEF Áurea Almeida Braga	EEEE Riachão dos Gilas	-	-	-
EMEIEF de Pereiros de Cima	EEEE Severina Almeida	-	-	-
EMEIEF José Antônio da Silva	EEEE Distrito de Umari	-	-	-
EMEIEF de Riachão dos Ribeiros	EEEE de Recreio	-	-	-
EMEIEF Jacob Guilherme Frantz*	EEEFM Cel. Jacob Guilherme Frantz *	-	-	-
EMEIEF Pedro Félix de Sousa	Esc. Normal Ministro José A. de Almeida	-	-	-
EMEIEF Frei Antônio José*	EEEE Engenho Novo	-	-	-
EMEIEF Raimundo Rodrigues dos Santos*	-	-	-	-
EMEIEF José da Silva	-	-	-	-
<b>São José de Piranhas</b>				
EMEIEF Ezilda Coelho	Esc. Normal São José	Escola Nossa Senhora da Conceição	Inexistente	Inexistente
EMEIF Hermenegildo Gomes de Sousa	EEEE Antônio Gomes Barbosa	Escola Grão de Mostarda	-	-
EMEIEF José Mariano Filho	EEEE Bairro Santo Antônio	-	-	-
EMEIF José Pereira Sobrinho	EEEE João Ferreira de Araújo	-	-	-
EMEIEF José Vieira de Melo	EEEE Prof. Luiz Aberto de Paiva	-	-	-
EMEIF Josué Bezerra	EEEE Santa Maria Gorete	-	-	-
EMEIF Justino Ferreira do Nascimento	EEEE São Sebastião	-	-	-
EMEIEF Antônio Manoel de Sousa	EEEFM Pref. Joaquim Lacerda Leite	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEIEF Francisco Emerson de Lucena	-	-	-	-
EMEIF José Bento de Maria	-	-	-	-
EMEIF Capitulina Maria de Jesus	-	-	-	-
EMEIEF Maria Solidade de Jesus	-	-	-	-
EMEIF Santa Izabel	-	-	-	-
Grupo Esc. Mul. João Batista Campos	-	-	-	-
EMEIF João Sebastião de Figueiredo	-	-	-	-
EMEIEF Joaquim Lacerda Leite	-	-	-	-
EMEIF Maria Honorio de Medeiros	-	-	-	-
Grupo Esc. Mul. Sinval Lacerda de Oliveira	-	-	-	-
EMEIF Manoel Vicente Lacerda	-	-	-	-
EMEIEF Sebastião Vieira da Silva	-	-	-	-
EMEIF Teodora Maria de Lira	-	-	-	-
EMEIF Antônio Pedrosa	-	-	-	-
EMEIEF Francisca Ferreira Dias	-	-	-	-
EMEIF João Ferreira de Araújo	-	-	-	-
EMEIEF José Vidal de Carvalho	-	-	-	-
EMEIF Noel Cipriano de Oliveira	-	-	-	-
EMEIF Santa Luzia I e II	-	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
Inst. Educacional Antônio Lacerda Neto*	-	-	-	-
EMEIF Umbelina Cavalcante Sobral	-	-	-	-
EMEIF Ernane Satyro	-	-	-	-
EMEIF Clarindo Luís da Silva	-	-	-	-
EMEIF Joaquim Pereira Lima	-	-	-	-
EMEIF Mestre Cazuzá	-	-	-	-
EMEIF Severino Vital de Oliveira	-	-	-	-
EMEF Clemidia Pereira de Negreiros	-	-	-	-
EMEIF Maria França de Jesus	-	-	-	-
<b>Sousa</b>				
Creche Leopoldina Gonçalves Ribeiro	EEEE Jaime Meira Fontes	Escola 7 de Setembro	Esc. Profissionalizante do Estado da Paraíba - ESPEP	Faculdade Educacional da Lapa - FAEL
EMEF José Reis	EEEM Mestre Júlio Sarmento*	Colégio Monteiro Lobato	Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Paraíba - IFPB*	Universidade Norte do Paraná - UNOPAR
EMEF Rômulo Pires	EEEE André Gadelha*	Ação Colégio e Curso	Serviço Social da Indústria - SESI	Universidade Paulista - UNIP
EMEF Maria Marques de Sousa	EEEE Demonstração de Sousa	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	-
EMEF Maria Estrela de Oliveira	EEEFM Celso Mariz*	-	-	-
EMEF Alexandre Francisco Américo	EEEFM Conego João Cartaxo	-	-	-
EMEF Angelina Estrela Dantas	EEEE Batista Leite*	-	-	-
EMEF Antônio Anísio da Silva	EEEE Francisco Carlos Vasconcelos	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEF Cícero Inácio de Oliveira	EEEE Bento Freire de Sousa	-	-	-
EMEF Escolinha de Educação Infantil	EEEE Dr. Tomaz Pires de Sá	-	-	-
EMEF Escolinha de Educação Infantil	EEEM Antônio Teodoro Neto	-	-	-
EMEF Francisca de Sousa Sá	-	-	-	-
EMEF Francisco Antônio do Nascimento	-	-	-	-
EMEF Henrique Gomes	-	-	-	-
EMEF João Antônio da Silva	-	-	-	-
EMEF Batista do Nascimento	-	-	-	-
EMEF João Garrido de Assis	-	-	-	-
EMEF João Marques de Sousa	-	-	-	-
EMEF José Alexandre do Nascimento	-	-	-	-
EMEF José Gonçalves de Lima	-	-	-	-
EMEF José Lopes Martins	-	-	-	-
EMEF José Teófilo dos Santos	-	-	-	-
EMEF Maria Mercedes Mariz	-	-	-	-
EMEF Maria Raquel Pinto Gadelha	-	-	-	-
EMEF Salomão Pereira Gadelha	-	-	-	-
EMEF Sílvia Gondim	-	-	-	-
EMEF Tony Cássio Rodrigues Estrela	-	-	-	-



Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEF João Batista do Nascimento	-	-	-	-
EMEF Batista Gambarra	-	-	-	-
EMEF Clotário de Paiva Gadelha	-	-	-	-
EMEF Degma Lúcia	-	-	-	-
EMEF Maria Auritada Silva	-	-	-	-
EMEF Maria Marques de Sousa	-	-	-	-
EMEF Otacílio Gomes de Sá	-	-	-	-
EMEF Rômulo Pires	-	-	-	-
EMEF Sinhá Gadelha	-	-	-	-
EMEF Tozinho Gadelha	-	-	-	-
EMEF José Reis	-	-	-	-
EMEF Maria Estrela de Oliveira	-	-	-	-
EMEF Papa Paulo VI	-	-	-	-
Escola Experimental do IFPB	-	-	-	-
Oeste Potiguar				
<b>Assú</b>				
Centro Educacional Dr. Pedro Amorim	EEEFM Juscelino Kubitschec	Colégio do Futuro	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*	CEPROVA – Curso de Profissionalização do Vale do Acaraú
Centro Educacional Monsenhor Júlio Alves Bezerra	EEEF Manoel P. Montenegro	Complexo Educacional Santo André*	-	Instituto de Ensino e Cultura - IEC
Centro Educacional Professora Luiza de França	Esc. Marcos Alberto de Sá Leitão	Degrau Colégio e Curso	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Núcleo Açu - SENAC

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
Esc. 7 de Setembro	Esc. Poeta Renato Caldas	Educandário Nossa Senhora das Vitórias*	-	Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias - FCNSV
Esc. Alferes Soares Filgueira	EEEF Ten. Cel. José Correia	Escolinha Caminho do Futuro	-	Universidade Anhanguera - UNIDERP
Esc. Baviera	Esc. Isolada de Comboeiro	Instituto Pe. Ibiapina	-	Universidade Paulista – UNIP
Esc. Castro Alves	Esc. Isolada de Banguê	-	-	-
Esc. Comunitária Bela Vista	Esc. Pe. Ibiapina	-	-	-
Esc. Dep. Edgard Borges Montenegro	-	-	-	-
Esc. dos Pingos	-	-	-	-
Esc. Engenheiro Carlos Queiroz	-	-	-	-
Esc. Francisco Pedro Guilherme	-	-	-	-
Esc. Janduís I	-	-	-	-
Esc. Joaquim Rodrigues da Fonseca	-	-	-	-
Esc. Luiz Joaquim Nogueira	-	-	-	-
Esc. Manoel Cortez	-	-	-	-
Esc. Manoel Salustiano Correia de Medeiros Dantas	-	-	-	-
Esc. Mateus da Rocha	-	-	-	-
Esc. Pe. Alfredo Simonette	-	-	-	-
Esc. Prof. Antônio Guerra	-	-	-	-
Esc. Prof. Elias Souto	-	-	-	-
Esc. Professora Maria Neuza	-	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
Bezerra				
Esc. Professora Nair Fernandes Rodrigues	-	-	-	-
Esc. Prof. Rufino Alves	-	-	-	-
Esc. Romualdo Matias Cabral	-	-	-	-
Esc. São Manoel	-	-	-	-
Esc. São Sebastião	-	-	-	-
Esc. Sebastião Alves Martins	-	-	-	-
Esc. Sem. Georgino Avelino	-	-	-	-
Esc. Sinhazinha Wanderley	-	-	-	-
Esc. Santa Cecília	-	-	-	-
Esc. Torrões	-	-	-	-
Esc. Palheiros II B	-	-	-	-
<b>Alexandria</b>				
Unidade de Atendimento Creche/Berçário Municipal	Centro Educacional Gentil Paiva	Escola Carrossel Encantado*	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Educacional - INBRAD
Creche Municipal Mãe Justina	-	Escola Seletiva de Serviços Educacionais e Cursos - ESSEC	-	-
Jardim de Infância Pedro Lobo da Costa*	-	-	-	-
Esc. Emanuel Emídio de Sousa	-	-	-	-
Esc. Coronel Benedito de Paiva*	-	-	-	-
Esc. Dr. Gregório de Paiva	-	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
Esc. Manoel Valentim de Oliveira	-	-	-	-
Esc. Antônio Teles da Costa	-	-	-	-
Esc. Prof. Manoel de Sousa	-	-	-	-
Esc. Severino Miguel de Oliveira	-	-	-	-
Esc. Cícero Mariano da Silva	-	-	-	-
Esc. Prof. Clementino Maniçoba	-	-	-	-
<b>Augusto Severo (Campo Grande)</b>				
Creche Dione Nogueira Veras	Esc. Adrião Melo*	Esc. Sagrado Coração de Maria	Instituto Federal do Paraná – IFPR	Instituto Educacional Superior Potiguar – IESP
Creche Bom Jesus	Esc. Ana Maria Vieira Liberato	-	-	Faculdade de Educação e Teologia – FACETE
EMEIF Comunidade Bom Jesus	-	-	-	Universidade Vale do Acaraú - UVA
EMEIF Comunidade Salgado	-	-	-	-
EMEIF Comunidade Pimenta	-	-	-	-
EMEIF Comunidade Milagres	-	-	-	-
EMEIF Comunidade Morcego	-	-	-	-
EMEIF Comunidade Campanha	-	-	-	-
EMEIF Comunidade Cajueiro	-	-	-	-
EMEIF Comunidade Bom Futuro	-	-	-	-
Esc. Joaquim Leal Pimenta*	-	-	-	-
Esc. Ieda Medeiros	-	-	-	-
Complexo Educacional Bom Jesus	-	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
<b>Janduis</b>				
Escola/ Creche Tia Alice	EEEFM Daniel Gurgel*	Inexistente	Inexistente	Universidade Vale do Acaraú – UVA (Turmas Esporádicas)
Creche Municipal do Sítio Permissão	Esc. Professor Vicente Gurgel	-	-	-
Esc. Professor Aluízio Gurgel*	-	-	-	-
Esc. Antônia Eorli de Brito	-	-	-	-
Esc. Professor Leonel Cícero	-	-	-	-
Esc. Municipal José Tomás	-	-	-	-
Esc. Prisco Serafim	-	-	-	-
<b>João Dias</b>				
Creche Manoel Simplício da Silva	Esc. José Osias*	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Esc. Mário Alves Diniz*	-	-	-	-
Esc. Santa Filomena	-	-	-	-
Esc. Francisco Ubaldo de Oliveira	-	-	-	-
Esc. José Saldanha de Oliveira	-	-	-	-
Esc. João Alves de Oliveira Melo	-	-	-	-
<b>Messias Targino</b>				
Universidade Infantil Elza Jales	EEEFM Polinária Jales*	Jardim Escola Meu Coração	Inexistente	Inexistente
EMEF Prof. Júlio Benedito*	-	Esc. Universo Colorido	-	-
EMEIF Antônio Cardoso Unidade I	-	Esc. Mundo Mágico	-	-
EMEIF Antônio Cardoso Unidade II	-		-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
CAICA – Centro de Apoio a Crianças	-		-	-
<b>Paraú</b>				
Creche Almeida Júnior	EEEM Silvestre Veras Barbosa*	Jardim Escola Gente Inocente*	Inexistente	ETERN – Escola Técnica de Enfermagem (Turmas Esporádicas)
Esc. Bom Lugar	EEEE Luís Gondim	Jardim Escola Chapeuzinho Vermelho	-	Universidade Vale do Acaraú – UVA (Turmas Esporádicas)
EMEIF João Lourenço de Aquino	-	-	-	-
EMEIF Estrela do Oeste	-	-	-	-
EMEIF João Ferreira de Paula	-	-	-	-
EMEIF Pe. Amaro*	-	-	-	-
EMEIF Alagamar	-	-	-	-
<b>Patu</b>				
EMEIF Francisco Francelino de Moura*	EEEE João Goudeiro*	Creche Cantinho da Criança	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*	Faculdade Cristo Rei – FCR
EMEF Raimundo Nonato	EEEE Dr. Xavier Fernandes	Ginásio Comercial de Patu	-	CENP – Centro Educacional New Plan/ Cursos Técnicos
EMEI Carmelita Rocha	EEEM Dr. Edino Jales	Educandário Santa Terezinha	-	-
EMEF Raimundo Rocha	-	-	-	-
EMEI Governador Alúzio Alves	-	-	-	-
EMEIF Lauro Maia	-	-	-	-
EMEIF Eptácio de Andrade	-	-	-	-
EMEIF João Tavares de Figueiredo	-	-	-	-
EMEIF Berlamino Ferreira	-	-	-	-

Fundamental e Médio			Superior e Técnico	
Rede Pública Municipal	Rede Pública Estadual	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
EMEIF Francisco Cândido	-	-	-	-
EMEIF Etelvino Leite	-	-	-	-
EMEIF Luís Ferreira e Silva	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Educação Municipal, pesquisa de campo.

\*Locais de referência para a comunidade.

Na Mesorregião Sul Cearense, os municípios de Barro e Milagres possuem boa infraestrutura educacional. Em Milagres, inclui-se também a existência de curso profissionalizante (Figura 7.4-18), porém, com a ausência de estabelecimentos de ensino superior, universitários migram a Fortaleza/CE, Juazeiro do Norte/CE, Crato/CE, Barbalha/CE e Cajazeiras/PB para cursarem suas respectivas universidades.



Figura 7.4-18 - Escola Estadual de Educação Profissional Ana Zélia da Fonseca, Milagres – CE  
(Coordenadas: S 07°18'39.5"/ W 38°57'16.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Dentre os municípios analisados na Mesorregião do Sertão Paraibano, Cajazeiras, Catolé do Rocha e Sousa possuem um sistema educacional desenvolvido, possuindo em suas sedes escolas de ensino básico, secundário e superior, além da oferta de cursos profissionalizantes. Ressalta-se também a existência da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) no município de São João do Rio do Peixe.





Figura 7.4-19 - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Núcleo Cajazeiras – PB (Coordenadas: S 06°52'25.1"/ W 38°33'32.0") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-20 - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Núcleo Catolé do Rocha – PB (Coordenadas: S 06°21'08.3"/ W 37°43'29.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-21 - Instituto Federal da Paraíba – IFPB, Núcleo Sousa – PB (Coordenadas: S 06°46'462"/ W 038°13'52.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-22 - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Núcleo Sousa – PB (Coordenadas: S 06°45'45.9"/ W 038°13'43.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Na Mesorregião do Oeste Potiguar, destaca-se o polo educacional de Assú, município sede do 11º DIREC (Diretoria Regional de Educação e Cultura), que abrange os municípios de Assú, Augusto Severo (Campo Grande), Carnaubais, Ipangaçu, Itajá, Paraú, São Rafael e Triunfo Potiguar. Assú oferece creches e pré-escolas para a população que necessite, assim como instrução secundária nas escolas públicas; universidades e outros estabelecimentos de ensino.



Figura 7.4-23 - Sede do 11º DIRET, Assú – RN  
(Coordenadas: S 05°34' 22.4"/W 036° 54' 22.1")  
(Fonte: Bourscheid, abril/2013).

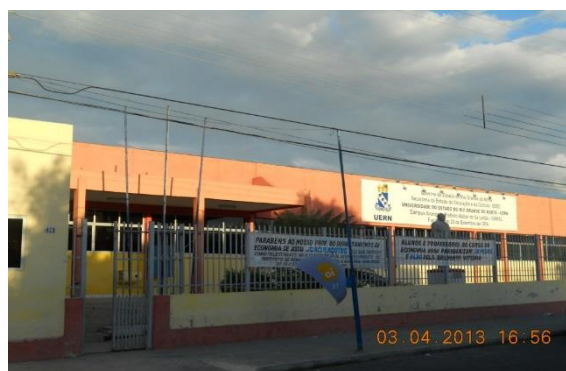


Figura 7.4-24 - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Núcleo Assú – RN  
(Coordenadas: S 05°34'25.8"/W 036°54'32.8")  
(Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Também há oferta de cursos de nível superior em Alexandria e Patu. No município de Augusto Severo (Campo Grande) existe a oferta de cursos de nível superior, de instituições como a UVA, Universidade Vale do Acaraú, utilizando estruturas de colégios locais. É equivalente entre todos os municípios estudados a oferta de ensino aos jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade adequada.



Figura 7.4-25 - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Núcleo Alexandria – RN  
(Coordenadas: S 06°24'56.2"/W 038°00'50.3")  
(Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-26 - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Núcleo Patu – RN  
(Coordenadas: S 06°05'59.4"/W 37°38'14.3")  
(Fonte: Bourscheid, abril/2013).

#### 7.4.3.2.2 Cursos de Capacitação de Mão de Obra

O Quadro 7.4-16 apresenta a oferta de cursos de capacitação da mão de obra na All, com os dados sobre área de formação, número de vagas e de alunos concludentes. A oferta de cursos de capacitação da mão de obra nas regiões do empreendimento, conforme é visualizado no quadro a seguir, apresenta relativa diversificação. Mas,

observa-se que a oferta concentra-se nos municípios economicamente mais expressivos. Sendo assim, é preciso considerar que para a fase de instalação do empreendimento a grande demanda de mão de obra será caracterizada por profissionais com baixo e médio capital humano. Situação que fica explicitada no item a seguir do diagnóstico (índice de escolaridade da população).

Quadro 7.4-16 - Cursos de Capacitação.

Município	Curso	Área	Vagas	Concludentes
Sul Cearense				
Barro	Inexistente	-	-	-
Milagres	PRONATEC	Mecânica de Automóveis	40	40
		Eletricista Predial	40	40
	PROJOVEM	Eletricista Predial	25	25
	EEEP Ana Zélia da Fonseca	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados
Sertão Paraibano				
Bom Sucesso	Inexistente	-	-	-
Brejo dos Santos	Prefeitura Municipal	Capacitação de professores	-	-
Cachoeira dos Índios	Prefeitura Municipal	Capacitação de professores	-	-
Cajazeiras	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados
Catolé do Rocha	Prefeitura Municipal	Capacitação de professores	-	-
Lastro	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados
Santa Cruz	Inexistente	-	-	-
São João do Rio do Peixe	Inexistente	-	-	-
São José de Piranhas	Prefeitura Municipal	Capacitação de professores	-	-
Sousa	IFPB	Meio Ambiente	56	56
		Técnico em Segurança do Trabalho	-	-
	ESPEP	Qualificação profissional para servidores públicos	-	-
Oeste Potiguar				
ASSÚ	SENAC	Técnico em Segurança do Trabalho	30	30
		Qualificação em Segurança e Meio Ambiente	30	30
		Noções Básicas de Primeiros Socorros	25/30	25/30

Município	Curso	Área	Vagas	Concludentes
		Gestão e Negócios	25/30	25/30
		Turismo e Hospitalidade	25/30	25/30
	SEBRAE	Capacitação de Micro e Pequenos Empresários	-	-
	CEPROVA	Técnico em Segurança do Trabalho	30/35	25/27
		Técnico em Eletrotécnica	30/35	25/27
		Técnico em Edificações	30/35	25/27
		Técnico em Petróleo e Gás	30/35	25/27
		Técnico em Meio Ambiente	30/35	25/27
		Capacitação de Profissionais de Saúde	30/35	25/27
	MICROLINS	Petróleo e Gás	24	24
		Rotinas Administrativas	24	18
		Liderança e Gestão de Pessoas	24	18
		Manutenção de Computadores e Redes	15	15
		Cursos na área de Informática	24	18
	IEC	Capacitação de Profissionais de Saúde	45	30/35
Alexandria	SENAC	Administração/Computação	30 a 50	30 a 50
Augusto Severo (Campo Grande)	IFPR	Pesca e Aquicultura	100	80
Janduís	Inexistente	-	-	-
João Dias	Inexistente	-	-	-
Messias Targino	SENAC	Operador de Tratores (Cursos Esporádicos)	20	20
	SEBRAE	Construção Civil (Cursos Esporádicos)	20	20
		Eletricista (Cursos Esporádicos)	20	20
Paraú	ETERN	Escola Técnica de Enfermagem (Turmas Esporádicas)	30	20/ 25
Patu	CENP	Petróleo e Gás	-	-
		Capacitação de Profissionais de Saúde	-	-

Fonte: Secretaria de Educação Municipal, pesquisa de campo, realizada em abril e maio de 2013.



Na Figura 7.4-27 destaca-se o SENAC, localizado em Assú, Rio Grande do Norte. O SENAC é uma instituição de educação profissional, de direito privado, financiada pelos empresários do Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Sua administração está delegada à Confederação Nacional do Comércio (CNC) e sua prestação de contas é submetida ao Tribunal de Contas da União<sup>29</sup>.



Figura 7.4-27 - Unidade SENAC, Assú – RN (Coordenadas: S 05°34'32.9''/ W 036°54'36.4'') (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

#### 7.4.3.2.3 Índices de Escolaridade da População

Como forma de representar a situação educacional dos 20 municípios localizados na All, fez-se o levantamento do índice de escolaridade, a partir de dados educacionais obtidos no censo demográfico do ano de 2010, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), utilizando-se o método de cálculo abaixo:

$$\frac{\text{Nº de indivíduos de 10 anos e + de idade, segundo grupos de anos de estudo}}{\text{População total com 10 anos e mais.}} \times 100$$

A Figura 7.4-28 a Figura 7.4-30 caracterizam os níveis de escolaridade dos municípios de Barro e Milagres, localizados na Mesorregião Sul Cearense; Bom Sucesso, Brejo dos Santos, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Lastro, Santa Cruz, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas e Sousa, na Mesorregião do Sertão Paraibano; e Assú, Alexandria, Campo Grande (Augusto Severo), Janduís, João Dias, Messias Targino, Paraú e Patu, pertencentes à Mesorregião do Oeste Potiguar.

<sup>29</sup> Disponível em < <http://www.senac.br/institucional/faq-senac.html>>. Acesso em 25 de Maio de 2013.

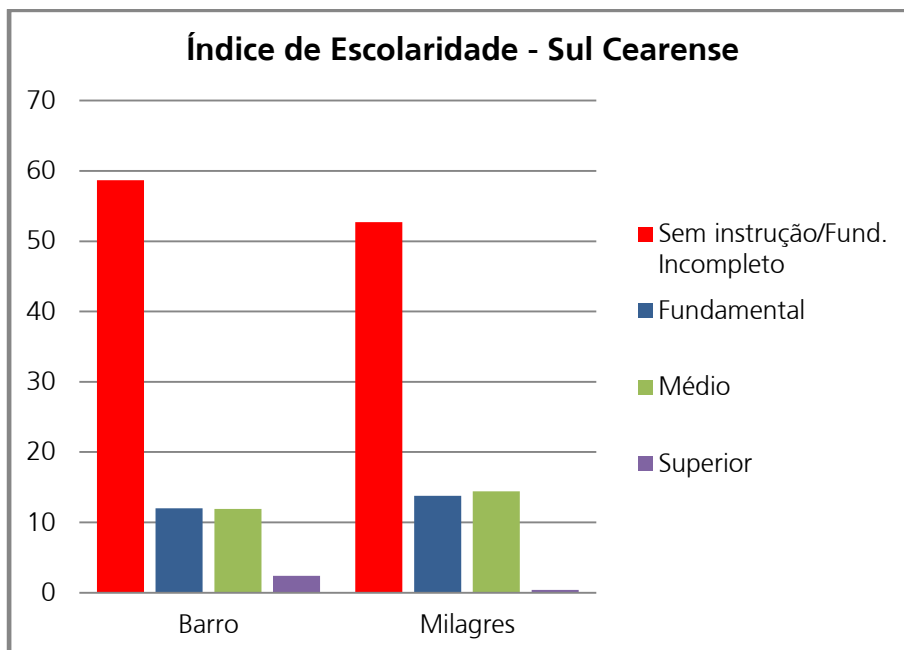


Figura 7.4-28 - Índice de Escolaridade dos municípios da All pertencentes à Mesorregião Sul Cearense (Fonte: IBGE, 2010).

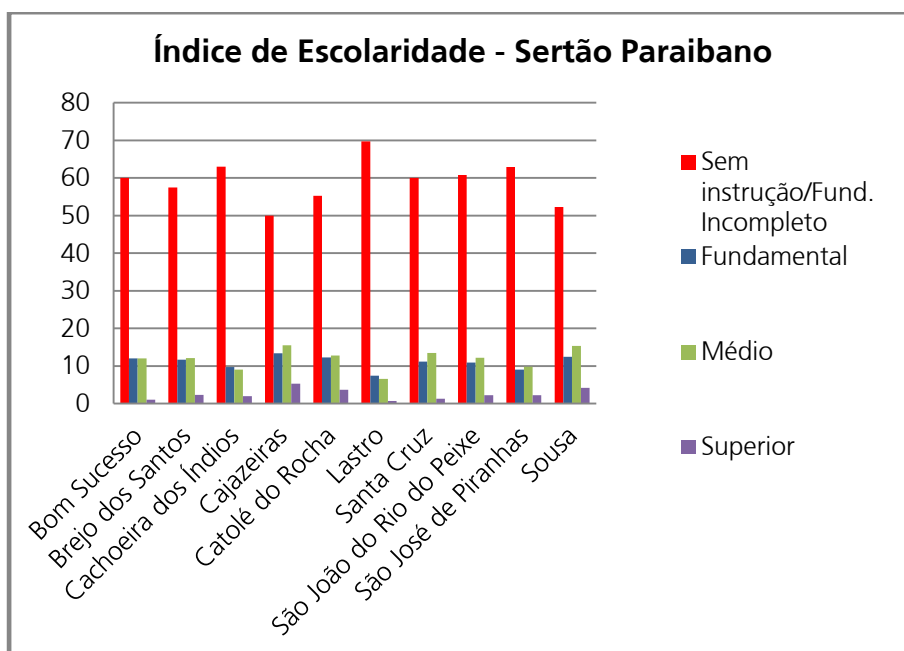


Figura 7.4-29 - Índice de Escolaridade dos municípios da All pertencentes à Mesorregião Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010)

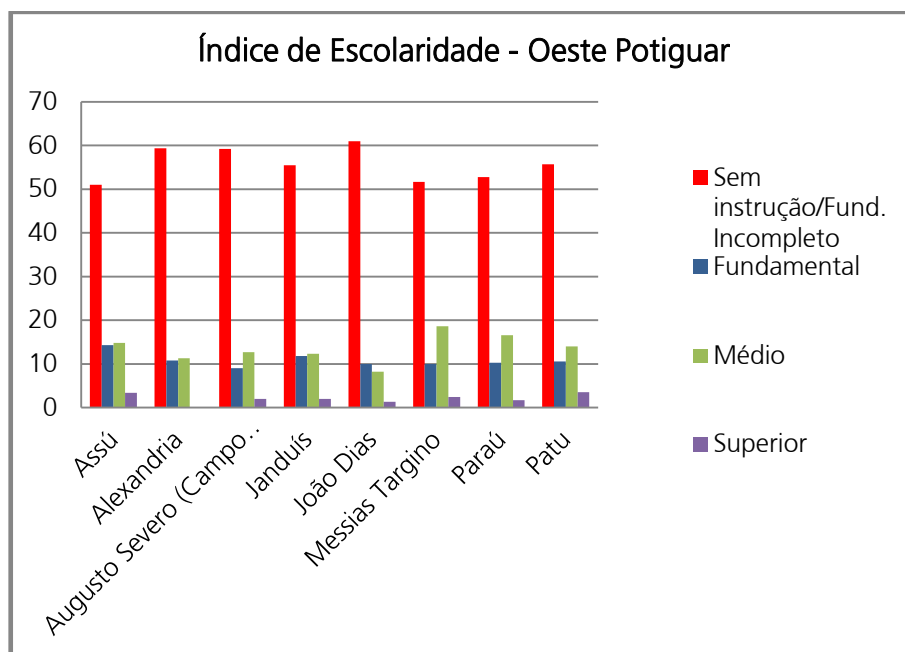


Figura 7.4-30 - Índice de Escolaridade dos municípios da All pertencentes à Mesorregião Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010)

No que diz respeito a índice de escolaridade da população na área de influência do projeto, conforme é observado nos gráficos acima, o ponto comum entre as regiões e os municípios está no baixo índice de escolaridade da população.

#### 7.4.3.2.4 Educação Ambiental

Conforme dos dados apresentados no Quadro 7.4-17, percebe-se a carência de ações voltadas para a educação ambiental. Alguns municípios abordam a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais, porém o preocupante é que em outros municípios este assunto sequer é tratado, tornando-se desconhecido aos moradores da região.

Quadro 7.4-17 - Existência de Projetos de Educação Ambiental na All.

Municípios	Projetos de Educação Ambiental
Sul Cearense	
Barro	Ausência de programas de educação ambiental
Milagres	Projetos de educação ambiental nas escolas
Sertão Paraibano	
Bom Sucesso	Projetos de educação ambiental nas escolas
Brejo dos Santos	Projetos de educação ambiental nas escolas
Cachoeira dos Índios	Projetos de educação ambiental nas escolas
Cajazeiras	Dados não disponibilizados

Municípios	Projetos de Educação Ambiental
Catolé do Rocha	Projetos de educação ambiental nas escolas
Lastro	Dados não disponibilizados
Santa Cruz	Projetos de educação ambiental nas escolas
São João do Rio do Peixe	Ausência de programas de educação ambiental
São José de Piranhas	Ausência de programas de educação ambiental
Sousa	Projetos de educação ambiental nas escolas
<b>Oeste Potiguar</b>	
Assú	Conselho Municipal do Meio Ambiente (Núcleo de Educação Ambiental)
Alexandria	Projetos de educação ambiental nas escolas
Augusto Severo (Campo Grande)	Projeto AQUIFLORA – Programa de recuperação e preservação de espécies nativas ameaçadas de extinção da fauna aquática e da flora sertaneja do semiárido do Oeste Potiguar.
Janduís	Ausência de programas de educação ambiental
João Dias	Ausência de programas de educação ambiental
Messias Targino	Ausência de programas de educação ambiental
Paraú	Ausência de programas de educação ambiental
Patu	Projetos de educação ambiental nas escolas

Fonte: Secretaria de Educação Municipal, pesquisa de campo, realizada em abril e maio de 2013.

Na AI (Área de Influência Indireta), destacam-se os programas AQUIFLORA e o Núcleo de Educação Ambiental. O AQUIFLORA é um projeto executado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Socioambiental (ABDA), com Patrocínio da Petrobras (selo Petrobras Ambiental) e Governo Federal, tendo como parceiros locais as prefeituras e colônias de pescadores municipais da região onde atua. Este projeto auxilia na capacitação de professores para a educação ambiental e tem como principal objetivo recuperar e preservar os atributos naturais do bioma Caatinga em sua área de atuação no semiárido do Oeste Potiguar, no alto curso da bacia hidrográfica do Rio do Carmo e entorno do reservatório da barragem de Umari. O programa AQUIFLORA abrange os municípios de Upanema, Campo Grande e Triunfo Potiguar.

Concluindo, verifica-se a existência do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Assú, órgão responsável em propor as diretrizes da Política Municipal de Meio Ambiente. Este conselho é uma ramificação do Núcleo de Educação Ambiental, que abrange os municípios de Assú, Ipanguaçu, Paraú, São Rafael, Triunfo Potiguar, Carnaubais, Campo Grande e Itajá. O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Assú leva a educação ambiental para as escolas e tem como principal preocupação a destinação do lixo



domiciliar, assim sendo seu objetivo fundamental junto ao município é a construção de um aterro sanitário ou a remoção do lixo para uma usina de beneficiamento de resíduos.

### 7.4.3.3 Transporte

#### 7.4.3.3.1 Caracterização e interferências do empreendimento na estrutura viária

As interferências do empreendimento na estrutura viária são abordadas no Capítulo referente aos impactos ambientais.

#### 7.4.3.3.2 Caracterização da estrutura viária dos municípios elegíveis para receber canteiros de obras

Os municípios elegíveis a receber os canteiros de obras são Augusto Severo (Campo Grande), e Alexandria, no Rio Grande do Norte, e Cajazeiras, na Paraíba.

As áreas potenciais selecionadas para o canteiro de obras no Município de Augusto Severo (Campo Grande) / RN são situadas: a segunda alternativa de localização (Figura 7.4-31) é a sede de uma fazenda, à margem leste da Rodovia BR 110 (24 m 687196,71E; 9352411,17 S); já a terceira alternativa de localização (Figura 7.4-32) ao lado sudeste da RN 233 que se encontra asfaltada (24M 686516,67 E; 9350784,25 N)

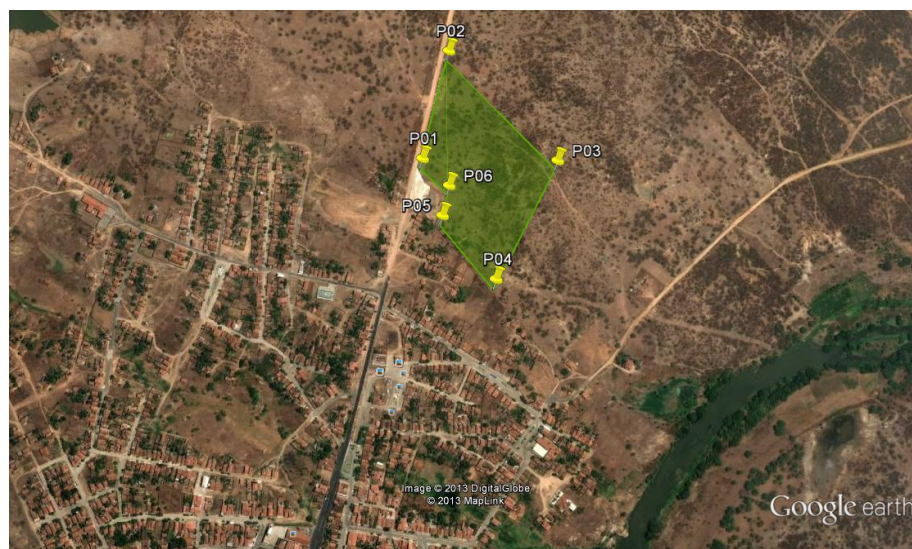


Figura 7.4-31 - Alternativa 2 para implantação de Canteiro de Obras em Campo Grande/RN

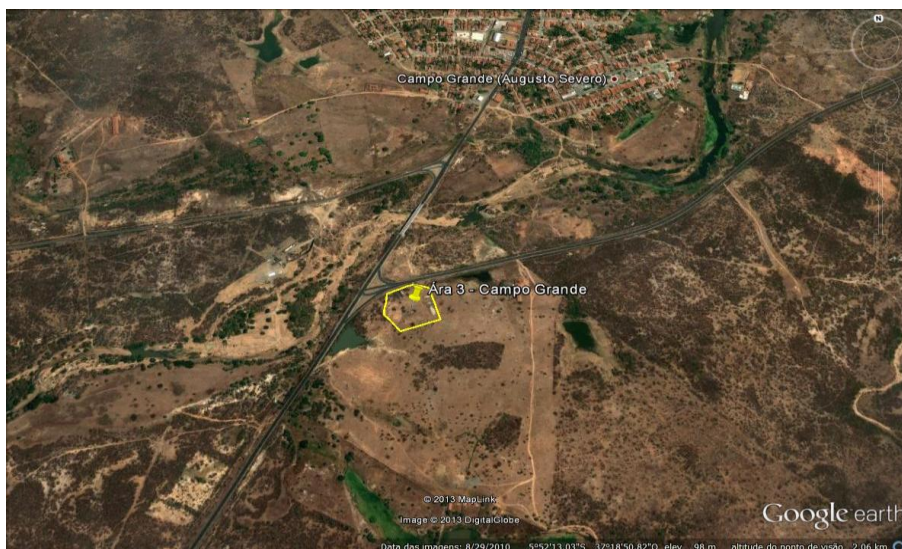


Figura 7.4-32 -. Alternativa 3 para implantação de Canteiro de Obras em Campo Grande/RN.

Em Alexandria/RN, a primeira alternativa (Figura 7.4-33) recai sobre uma cooperativa desativada situada à margem sudoeste da rodovia RN-078 (24M 608126.00 E; 9292523.00 N). As outras duas alternativas (Figura 7.4-34) estão situadas à margem sudeste da Rodovia RN 117 (24M 611502,87 E; 9295323,58.00 S / 610923,40 E; 9294531,35 S).



Figura 7.4-33 – Alternativa 1 para implantação de Canteiro de Obras em Alexandria/RN.



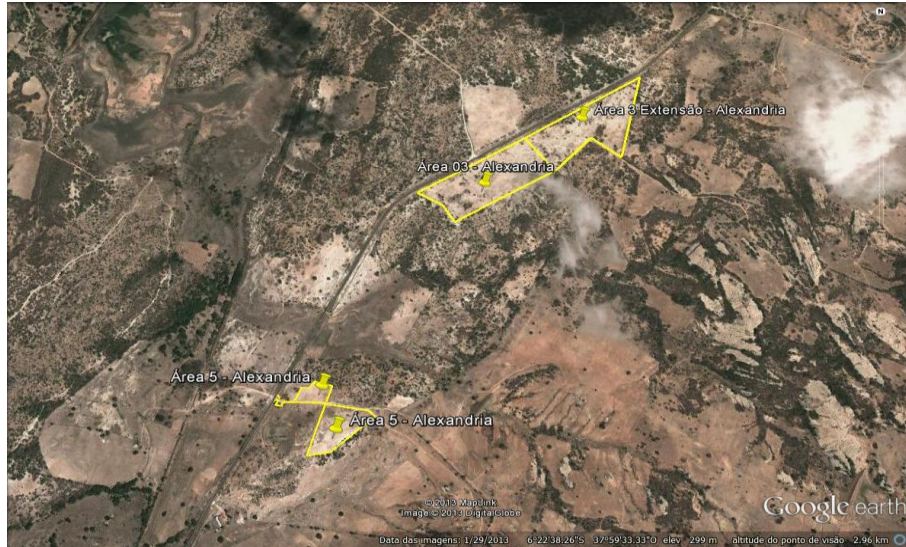


Figura 7.4-34 - Alternativa 3 e 5 para implantação de Canteiro de Obras em Alexandria/RN.

Quanto a Cajazeiras/PB, o primeiro canteiro (Figura 7.4-35) será situado à margem sul da rodovia BR 230 (24M 549882,27 E; 9237268,61 S). O segundo (Figura 7.4-36), ao norte da mesma rodovia (24M 551639,77 E; 9237770,76 S).

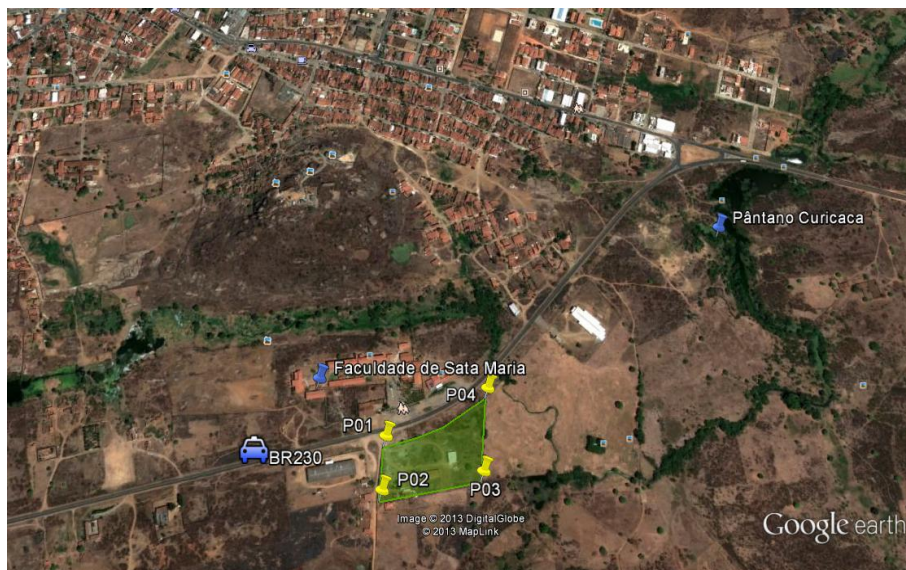


Figura 7.4-35 - Alternativa 2 para implantação de Canteiro de Obras em Cajazeiras/PB.

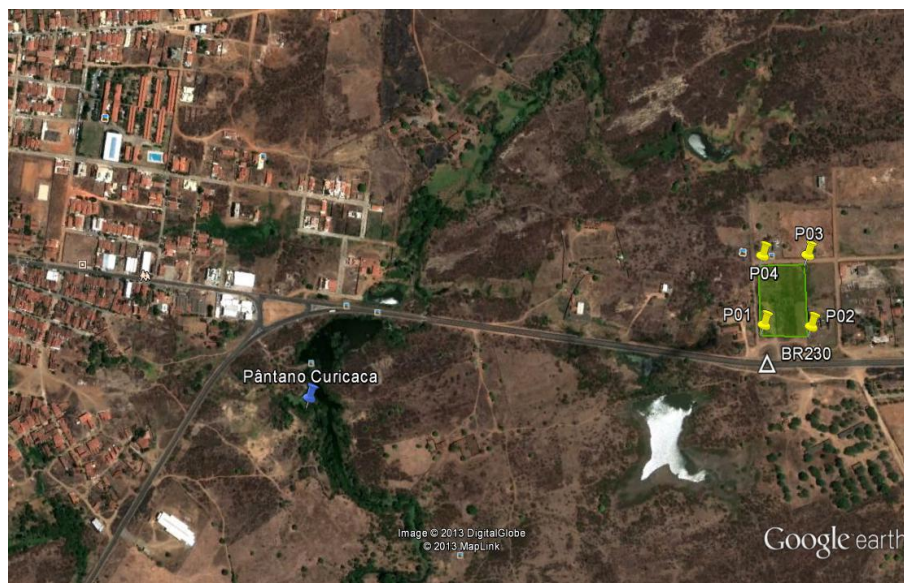


Figura 7.4-36 - Alternativa 3 para implantação de Canteiro de Obras em Cajazeiras/PB.

O município de Augusto Severo (Campo Grande) / RN (Figura 7.4-42) é cortado pela rodovia federal<sup>30</sup> BR-110, no sentido norte-sul e pela rodovia estadual<sup>31</sup> RN-233 (Figura 7.4-39).

Na Pesquisa CNT de Rodovias 2012<sup>32</sup> a rodovia BR-110 recebeu conceito regular. A Figura 7.4-37 exibe as condições da citada rodovia federal nas proximidades da sede do município de Augusto Severo (Campo Grande) / RN, indo-se na direção de Upanema / RN.

A partir de informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT<sup>33</sup>, as condições de tais rodovias estão expostas no Quadro 7.4-18 e no Quadro 7.4-19.

De acordo com a mesma pesquisa, a rodovia RN-233 recebeu conceito péssimo, sendo ruim para o pavimento, péssimo para sinalização e o mesmo conceito para geometria.

O município de Alexandria/RN (Figura 7.4-43) é cruzado pelas rodovias estaduais RN-117, RN-075 e RN-078 (Figura 7.4-40). Na Pesquisa CNT (Confederação Nacional do

<sup>30</sup> São as Rodovias Federais, cujos trechos estão sob-regime de administração direta, ou delegada pelo DNIT aos estados, Distrito Federal e municípios.

<sup>31</sup> São aquelas cujos trechos estão sob-regime de administração direta ou contratada, controladas pelos órgãos rodoviários estaduais, e que constam do plano de viação de cada estado, nelas incluídas aquelas construídas pelos estados sobre a diretriz de uma Rodovia Federal planejada.

<sup>32</sup> Pesquisa CNT de rodovias 2012: relatório gerencial. – Brasília: CNT: SEST: SENAT, 2012.408 p.: il. color. ; mapas, gráficos.

<sup>33</sup> Disponível em

<<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/condicoesdrf.asp?BR=110&Estado=Rio+Grande+do+Norte&drf=14>>. Acesso em 23 de maio de 2013.

Transporte) de Rodovias 2012<sup>34</sup>, a rodovia RN-117 recebeu o conceito ruim, sendo ruim para o pavimento, péssimo para sinalização e o mesmo conceito para geometria. As demais rodovias não foram conceituadas na pesquisa, mas apresenta características semelhantes. Quanto a Cajazeiras/PB (Figura 7.4-44), esta é atravessada pela rodovia federal BR-230 (Figura 7.4-38) e pelas rodovias estaduais PB-393, PB-394 e PB-400. O Quadro 7.4-19 apresenta as condições da rodovia BR230, segundo informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT<sup>35</sup>.

A Pesquisa CNT de Rodovias 2012 atribuiu à rodovia PB-393, conceito ruim, sendo regular para o pavimento, ruim para sinalização e o mesmo conceito para geometria. A PB-400 (Figura 7.4-41), por sua vez, recebeu o conceito regular, sendo regular para o pavimento, regular para sinalização e também regular para geometria. A PB-394 não foi conceituada.

Quadro 7.4-18 - Condições da rodovia BR 110.

Trecho	Km	Condição	Observação
Upanema - RN-233 Augusto Severo (Campo Grande)	99,5 ao 127,1	Atenção tráfego através de desvio no km 127,0.	Upanema
RN-233 – Augusto Severo (Campo Grande - BR-226 (Janduís)	127,1 ao 146,9	Trecho em terra, com 1,6 Km pavimentados no município de Campo Grande.	Upanema – Augusto Severo (Campo Grande) / RN
BR-226 (Janduís) – Divisa RN/PB – Trecho Municipal	146,9 ao 159,9	Trecho em terra.	Janduís

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT

Quadro 7.4-19 - Condições da rodovia BR 230.

Trecho	Km	Condição	Observação
BR-427 (Pombal) - Divisa PB/CE	406,5 ao 520,4	Trecho em condições normais de tráfego, com exceção do segmento compreendido entre os kms 450 e 461, que apresentam alguns buracos.	Pombal, Aparecida, Sousa, São Gonçalo, Marizópolis, Divinópolis, Cajazeiras, Divisa PB/CE

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Paginas/Relatorio-geral.aspx>> Acesso em: 20 de maio de 2013.

<sup>35</sup> Disponível em <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/condicoesdrf.asp?BR=230&Estado=Para%EDba&drf=13>>. Acesso em 23 de maio de 2013.





Figura 7.4-37 - Trecho da BR-110 no município de Augusto Severo (Campo Grande) / RN (Coordenadas: 05°49'09,05"S/ 37°18'04,96 W) (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-38 - Trecho da BR-230 no Município de Cajazeiras/PB (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-39 - Trecho da RN-233 (Coordenadas: 05o46'01,6"S/ 37o05'57,1"W) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-40 - RN-078 em Alexandria/RN (Coordenadas: 06°25'27,7"S/ 37°59'50,4"W) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-41 - PB-400 - Cajazeiras / PB (Coordenadas: 06°58'49,9"S/ 38°34'58,1"W) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

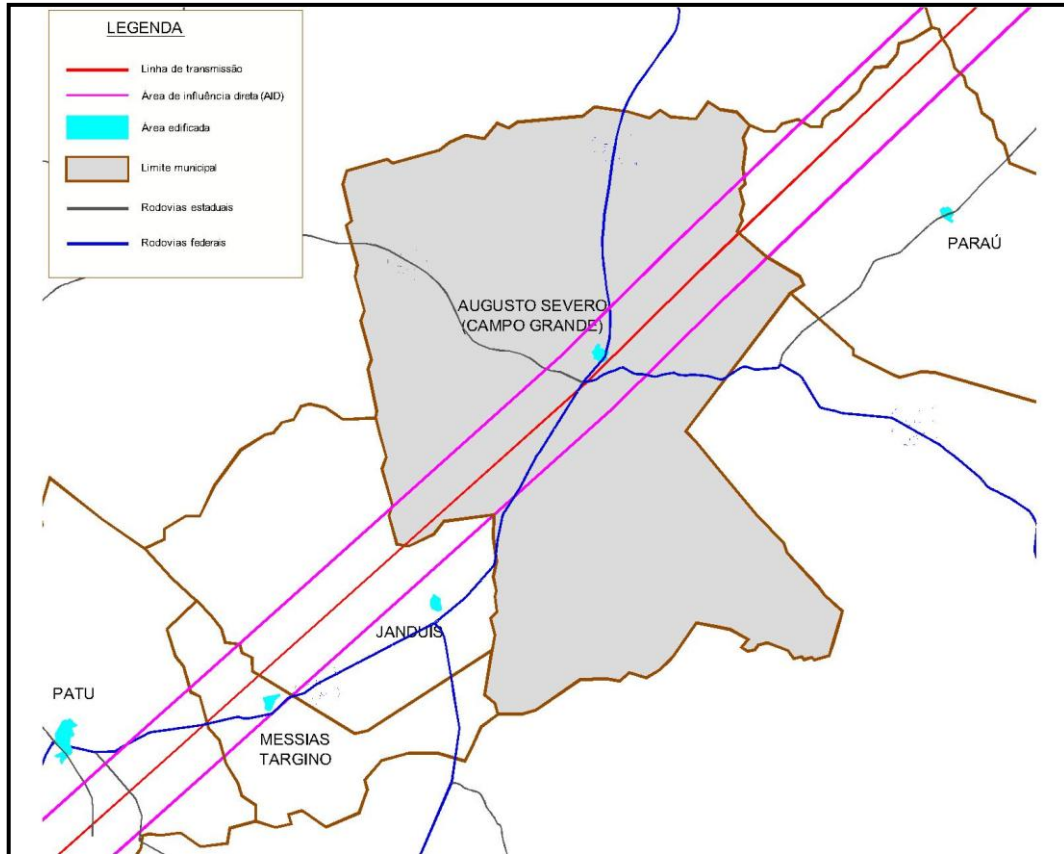


Figura 7.4-42 - Malha rodoviária de Campo Grande (Augusto Severo) / RN.

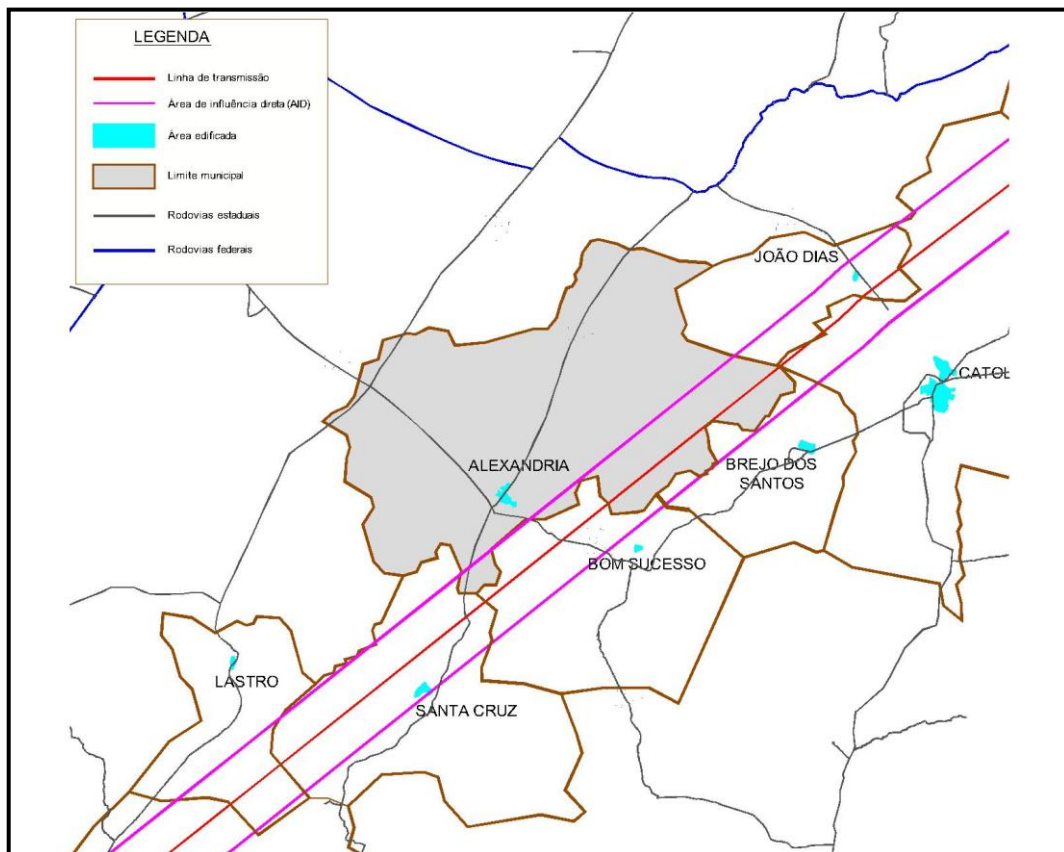


Figura 7.4-43 - Malha rodoviária do município de Alexandria / RN.

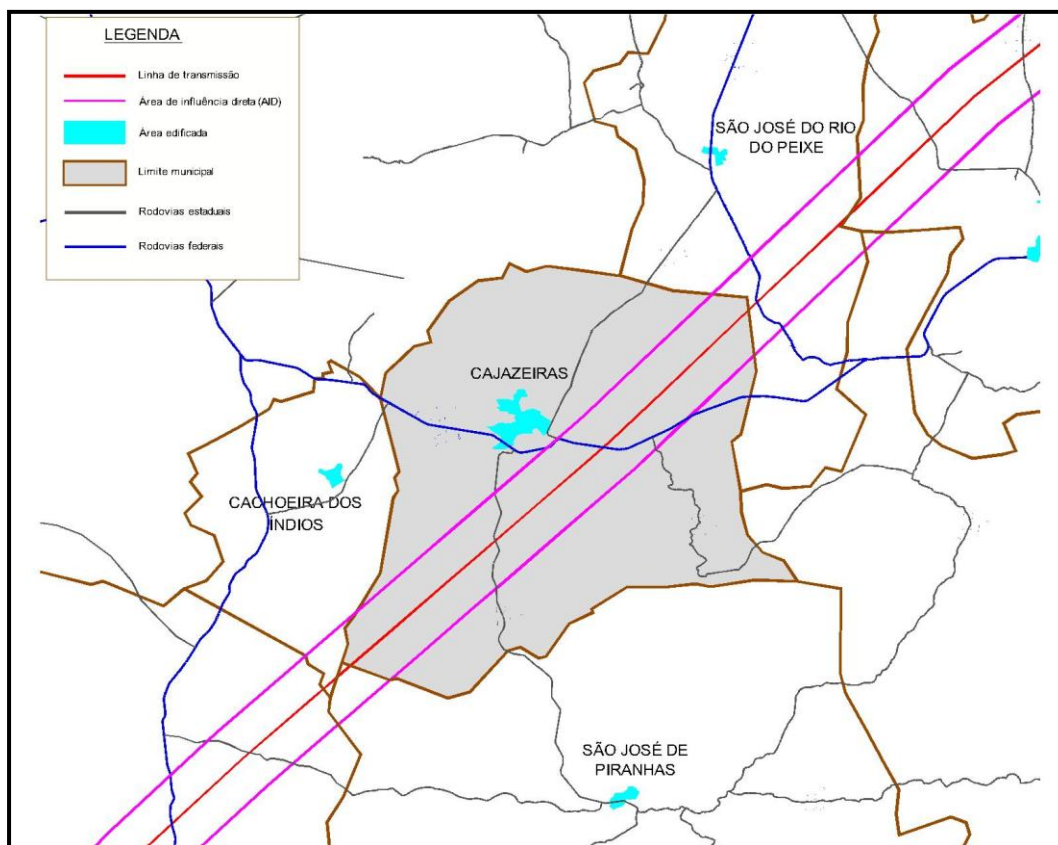


Figura 7.4-44 - Malha rodoviária do município de Cajazeiras / PB.

#### 7.4.3.4 Segurança Pública

##### 7.4.3.4.1 Caracterização da Segurança Pública nos municípios elegíveis para receber os canteiros de obras

A segurança pública passou a ser considerada um problema fundamental e um desafio aos estados brasileiros. Nos 20 municípios estudados na AII, a segurança pública fica a cargo do Estado (efetivo da polícia militar juntamente com a polícia civil) e, em alguns municípios, também se verifica a presença das guardas municipais, destinados à proteção dos bens, serviços e instalações, como em Cajazeiras, Sousa e São João do Rio de Peixe, no Sertão Paraibano, e Patu, no Oeste Potiguar.

Dentre os municípios atravessados pelo empreendimento, Alexandria/RN, Augusto Severo (Campo Grande)/RN e Cajazeiras/PB são os municípios elegíveis para receber canteiros de obras.

A segurança pública de Alexandria é constituída pela 3ª Companhia/7º Batalhão de Polícia Militar, sendo este município sede da 8ª Delegacia Regional de Polícia Civil do Rio Grande do Norte (8ª DRP), que compreende outros seis municípios do estado: Antônio



Martins, João Dias, Marcelino Vieira, Paraná, Pilões e Tenente Ananias.

Em Augusto Severo (Campo Grande), a segurança pública fica a cargo da 3ª Companhia de Polícia Militar.

No município de Cajazeiras, a segurança é feita pelo 6º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba e pela 9ª Delegacia Regional da Polícia Civil da Paraíba (9ª DRP).

De acordo com a pesquisa de campo, realizada ao longo dos meses abril e maio de 2013, as principais vulnerabilidades da segurança pública nos municípios analisados são o baixo efetivo policial, considerado insuficiente; más condições de trabalho, com prédios antigos e com equipamentos danificados; precariedade de viaturas, que não são atendidas pela manutenção adequada; e armamentos ultrapassados. Além dos problemas relacionados com o aumento das taxas de criminalidade, a degradação do espaço público, a violência, entre tantos outros, que representam desafios para a eficácia da segurança pública, não só nas regiões estudadas, mas como em todo Brasil.

#### 7.4.3.5 Comunicação e Informação

##### 7.4.3.5.1 Caracterização das Redes de Comunicação e Informação

A característica principal observada foi a radiodifusão sonora, que segundo o Ministério das Comunicações, é um serviço que deve ser prestado para ser recebido direta e livremente pelo público em geral, sendo conhecido popularmente como "rádio".<sup>36</sup>

De acordo com as informações obtidas nas Secretarias Municipais de Administração, Planejamento e Infraestrutura, os principais canais de comunicação e informação dos municípios da All do empreendimento funcionam através de rádios comunitárias ou convencionais, altos falantes e, em alguns municípios, através de sites e blogs.

A seguir (Quadro 7.4-20) estão descritos os principais meios de comunicação e informação citados nos municípios visitados.

<sup>36</sup> Disponível em <<http://www.mc.gov.br/radio-e-tv/acoes-e-programas>>. Acesso em 17 de Maio de 2013.



Figura 7.4-45 - Rádio Princesa do Vale, Assú – RN (Coordenadas: S 05°34'18.2''/ W 036°54'43.1'') (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Quadro 7.4-20 - Comunicação e Informação.

Município	Principais meio de comunicação/informação
Sul Cearense	
Barro	Dados não disponibilizados
Milagres	Rádios FM Onda Sul, FM Som da Terra e Palmares
Sertão Paraibano	
Bom Sucesso	Rádio Comunitária FM 104,9
Brejo dos Santos	Voz do município (Alto falantes distribuídos pela sede)
Cachoeira dos Índios	Rádio Comunitária e Rádio Tropical FM
Cajazeiras	Difusora Rádio Cajazeiras, Rádio Comunitária FM Cidade, Rádio Patamute, Rádio Oeste da Paraíba, Rádio Alto Piranhas. Site da Prefeitura: <a href="http://www.cajazeiras.pb.gov.br">www.cajazeiras.pb.gov.br</a>
Catolé do Rocha	Rádio Comunitária 104,9 FM, Rádio Panorama 96,7 FM e Jornal Comunitário
Lastro	Dados não disponibilizados
Santa Cruz	Alto falantes distribuídos pela sede
São João do Rio do Peixe	Rádio São João FM, Site <a href="http://www.aracasfm.com.br">www.aracasfm.com.br</a> e Jornal Municipal
São José de Piranhas	Dados não disponibilizados
Sousa	Difusora Rio do Peixe, Jornal A União, Jornal Correio da Paraíba, Rádio Centro, Rádio Líder FM, Rádio Progresso AM, Rádio Sousa FM 104, Rádio Souse FM e Serviço de Som Voz da Cidade.
Oeste Potiguar	
Assú	Rádio Princesa do Vale e Jornal Tribuna do Vale
Alexandria	Rádio Comunitária 104,7 FM e Rádio Tapuio AM
Augusto Severo (Campo Grande)	Rádio Comunitária 104,7 FM
Janduís	Rádio Comunitária 87,9 FM

Município	Principais meio de comunicação/informação
João Dias	Inexistente
Messias Targino	Rádio Comunitária Juventude 87,9 FM
Paraú	Blog "http://www.parauforte.blogspot.com.br"
Patu	Rádio Educadora Patuense 87,9 FM

Fontes: Secretarias Municipais de Administração, Planejamento e Infraestrutura, pesquisa de campo, realizada em abril e maio de 2013.

#### 7.4.3.6 Organização Social

##### 7.4.3.6.1 Grupos de Atuação na All

Segundo informações adquiridas nas visitas às Secretarias Municipais de Infraestrutura, Agricultura e Ação Social, identificaram-se algumas organizações civis entre Associações Comunitárias e Associações de Pequenos Produtores. Os principais grupos de interesse identificados passíveis de interação direta ou indireta com o empreendimento foram: os pequenos produtores rurais e agricultores de subsistência, sendo representados pelas associações; as populações municipais, devido à necessidade de mão de obra; as Prefeituras Municipais, pois existe o interesse de benefícios gerados para os municípios; além das agroindústrias e mineradoras existentes em exercício nos municípios.

Em Sousa/PB, observou-se o Perímetro Irrigado de São Gonçalo com agrovilas que cultivam variada produção, sendo uma das principais a cultura de coco, seguido por banana, que é a segunda maior produção. Além da agroindústria, estão instaladas no município as indústrias de laticínios Isis e Mareni, e também a de alimentos Vó Ita. Em Cajazeiras/PB, nas pesquisas de campo, não foram adquiridas informações sobre as principais empresas atuantes, mas identificou-se em pesquisas secundárias a presença de agropecuária, indústrias e comércio. Em Assú/RN, há o polo de fruticultura, considerado como um dos principais aspectos econômicos da região.

Ainda sobre grupos de interesse, segundo dados obtidos com Departamento Nacional de Produção Mineral, foram identificadas algumas empresas de mineração atuantes. Em Milagres/CE, tem-se como uma das principais empresas, a *Artrical Argila do Triângulo Caririense Ltda*, que produz cerâmica vermelha a partir da argila extraída. Na Mesorregião Sul Cearense, observa-se a participação das empresas *Vicenza Mineração e Participações S.A.* e *Grupo Nicholson Tanaka e Bartels Investimentos e Participações Ltda*, atuando ainda na Mesorregião do Sertão Paraibano, e na Mesorregião do Oeste Potiguar. Outra empresa de mineração atuante é a *Terrativa Minerais S.A.*, presente

principalmente no Sul Cearense e em alguns municípios do Sertão Paraibano. A *Mhag Serviços e Mineração S.A.* tem sua atuação nas imediações do município de Assú/RN e Paraú/RN. Devido ao Parque Ceramista, presente na Região do Vale do Assú<sup>37</sup>, observou-se a extração de argila para utilização de matéria-prima nas cerâmicas.

Para identificação das Associações, o Quadro 7.4-21 mostra as principais organizações sociais, obtidas através de informações levantadas nas pesquisas de campo.

---

<sup>37</sup> O Vale do Assú faz parte do estado do Rio Grande do Norte e é uma microrregião constituída de nove municípios, que ficam na região da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Assú. Disponível em <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/203/176>>. Acesso em 24 de Maio de 2013.

Quadro 7.4-21 - Organizações Sociais.

Município	Organizações	Local
Mesorregião Oeste Potiguar		
Assú	Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais das Margens do Açude de Mendubim	Sítio Palheiros II
	Associação Comunitária de Olho D'água - Piató	Comunidade de Olho D'água
	Associação Comunitária de Bela Vista - Piató	Bela Vista - Piató
	Associação dos Produtores e Produtoras do Projeto de Assentamento Professor Maurício de Oliveira	Sítio Reata
	Associação do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Palheiros IV	Sítio Palheiros IV
	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Agricultores do Paulista - ADESCOPAP	Comunidade Paulista
	Associação dos Colonos do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária do Palheiros I e II	Sítio Palheiros
	EMATER-RN	Rua Coronel Wanderley, 1321, Centro
Alexandria	EMATER-RN	Rua Ananias Emídio, 242
Campo Grande (Augusto Severo)	Associação Comunitária no Bom Jesus I e II	Zona Rural
	Associação Comunitária de Caiana	-
	Associação Comunitária de Cabeça do Boi	-
	Associação Comunitária de Condado	-
	Associação Comunitária de Salgado I e II	Zona Rural
	Associação Comunitária Sertão Verde	-
	Associação Comunitária dos Pescadores	-
	EMATER-RN	Rua Julião Fernandes, s/n, Centro

Município	Organizações	Local
Janduís	Associação Comunitária Santa Terezinha	Sede
	Associação Comunitária Verde Teto	Sede
	EMATER-RN	Rua Moises Gurgel, 104 – Centro, CEP:59690 - 000
	Associação Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Pau de Leite I	Zona Rural
	Associação de Produtores Rurais de Humaitá	Zona Rural
	FOMOP – Fórum dos Movimentos Populares	Sede
João Dias	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Vila Rosário	Zona Rural
	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Santo Amaro	Zona Rural
	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Sítio Caboclo	Zona Rural
	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Sítio Lagoa e Alto	Zona Rural
	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Sítio Serraria dos Germanicos	Zona Rural
	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Sítio Serraria dos Oliveiras	Zona Rural
Região Oeste Potiguar		
João Dias	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Sítio Figueiredo	Zona Rural
	Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Riacho de Flor	Zona Rural
	EMATER-RN	R. Francisco Veríssimo Filho, 192 – Centro – 59880-000
Messias Targino	EMATER-RN	R. Olga Fernandes da Cunha, 121 – Centro – 59775-000
Paraú	EMATER-RN	Rua Dona Ribeirinha, 07 Centro
	FUMAC – Fundo Municipal das Associações e Comunidades	Sede

Município	Organizações	Local
Patu	Associação Comunitária Gameleira	-
	Associação Comunitária Rajada	-
	Associação Comunitária Escondido	-
	Associação Comunitária Quilombos	-
	Associação Comunitária Sítio Cafarnaum	-
	Associação Comunitária João Pereira	Conjunto Habitacional João Pereira
	Associação Comunitária Jatobá	-
	Associação Comunitária Saquinho	-
	EMATER-RN	R. Projetada, s/n - Cj. João Pereira - 59770-000
Mesorregião Sertão Paraibano		
Bom Sucesso	Associação dos Produtores de Leite	Zona Rural
Brejo dos Santos	Sindicato Rural	-
	Sindicato dos Funcionários Públicos	-
Cachoeira dos Índios	-	-
Cajazeiras	EMATER-PB Regional	Sede
Catolé do Rocha	EMATER-PB	Sede
Lastro	-	-
Santa Cruz	EMATER-PB	Sede
São João do Rio do Peixe	EMATER-PB	Sede
São José de Piranhas	-	-
Sousa	Sindicato Rural	Sede

Município	Organizações	Local
	EMATER-PB Regional	
	Associação Comercial e Empresarial	Sede
Mesorregião Sul Cearense		
Barro	-	-
Milagres	Associação de Pequenos Agricultores do Sítio Mororó	Zona Rural
	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Taboquinha	Zona Rural
	EMATER-CE	Rua Sandoval Lins, 132



### 7.4.3.7 Aspectos Econômicos

#### 7.4.3.7.1 PIB dos municípios da All

Para levantamento do PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios da All (Área de Influência Indireta), utilizaram-se informações do censo demográfico de 2010, concretizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste censo demográfico são apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três setores de atividade econômica: Agropecuária, Indústria e Serviços. O PIB dos municípios está ilustrado abaixo, por meio da Figura 7.4-46 a Figura 7.4-50. Os dados apresentados evidenciam a importância da economia de serviços na estruturação da dinâmica econômica dos municípios da All do Empreendimento. O município mais industrializado, em termos relativos, é Souza, no estado da Paraíba, seguido por Cajazeiras, também na Paraíba, e Assú, no Rio Grande do Norte.

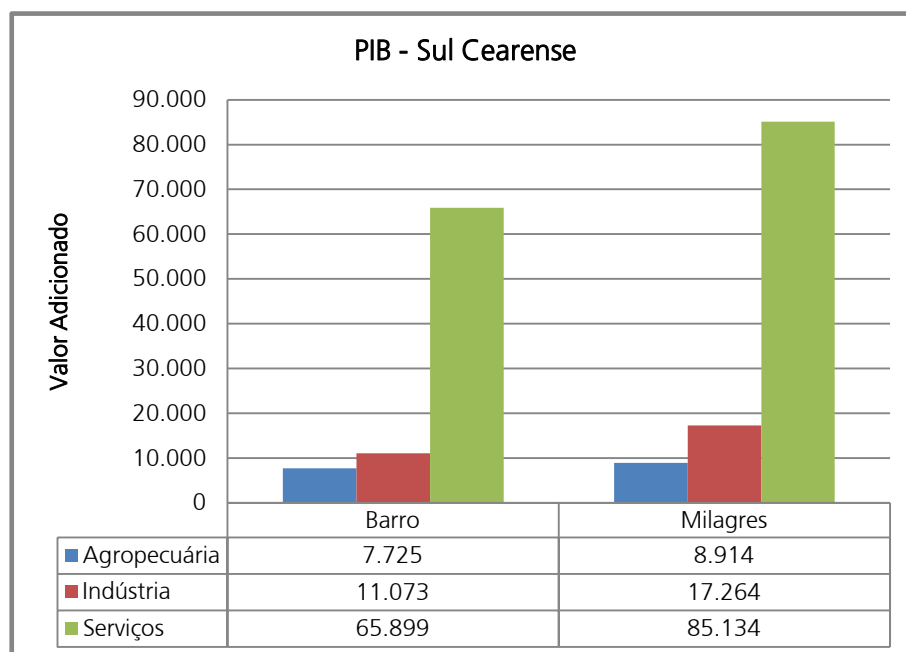


Figura 7.4-46 - PIB dos municípios da All pertencente ao Sul Cearense (Fonte: IBGE, 2010).

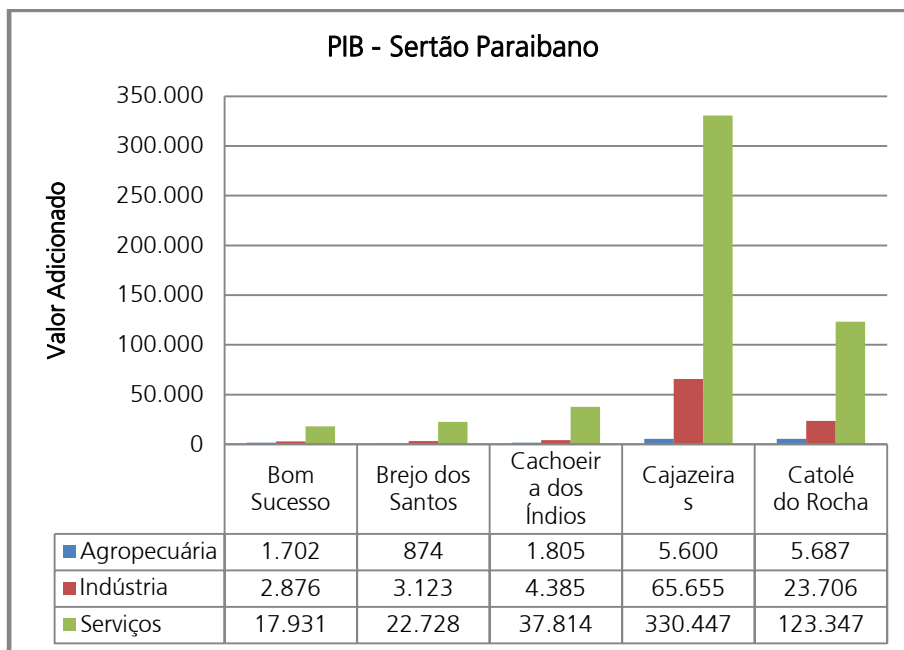


Figura 7.4-47 - PIB dos municípios da All pertencente ao Sertão Paraibano (Fonte: IBGE, 2010).

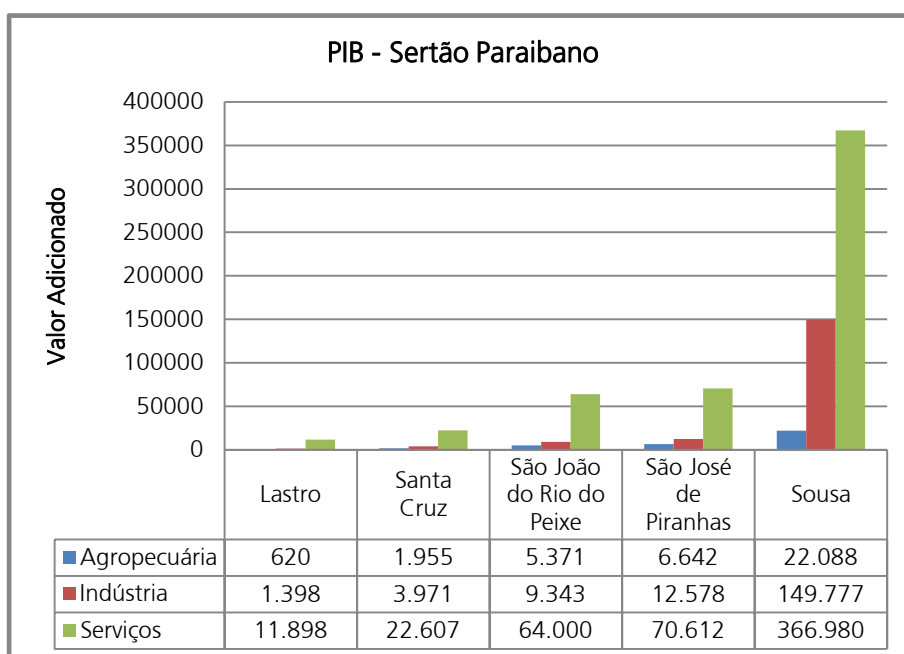


Figura 7.4-48 - PIB dos municípios da All pertencente ao Sertão Paraibano (Fonte: IBGE, 2010).

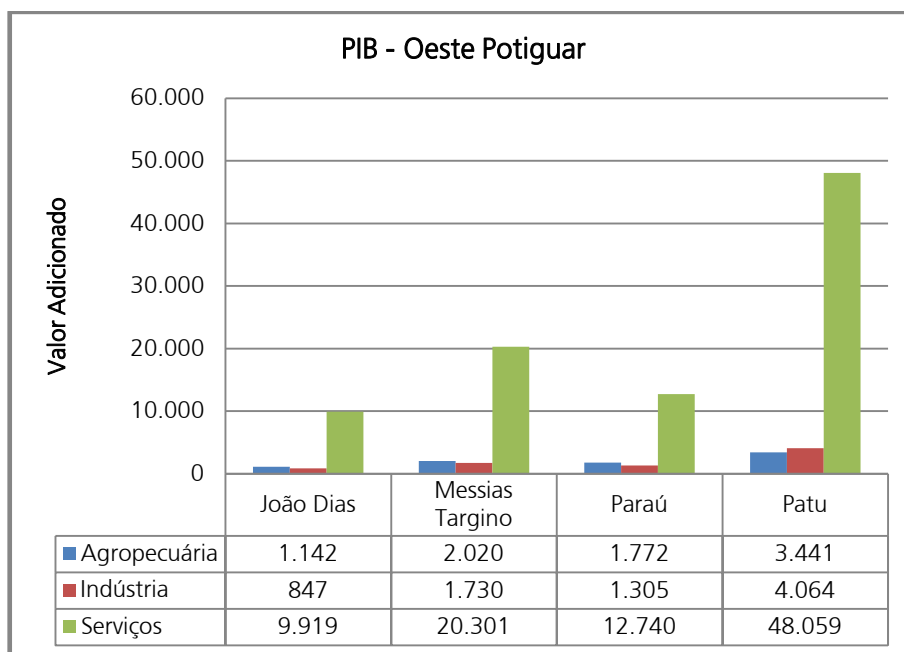


Figura 7.4-49 - PIB dos municípios da All pertencente ao Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010).

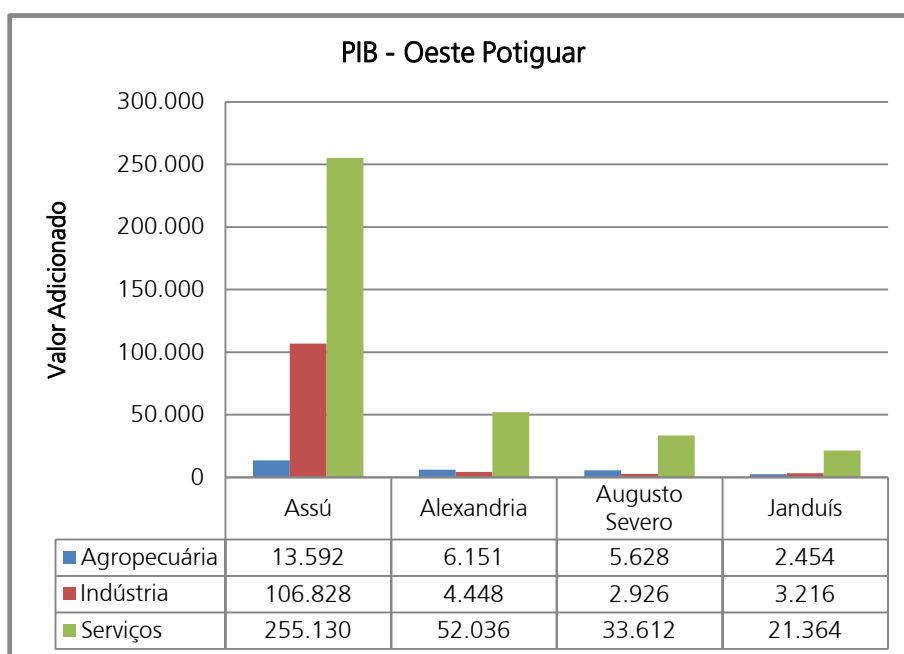


Figura 7.4-50 - PIB dos municípios da All pertencente ao Oeste Potiguar (Fonte: IBGE, 2010).

#### 7.4.3.7.2 Principais Atividades Econômicas

O Quadro 7.4-22 caracteriza as principais atividades econômicas da All (Área de Influência Indireta), agregando dados dos três grandes setores da economia: primário, secundário e terciário em âmbito municipal.

O setor primário é aquele onde as atividades são voltadas para a produção de matéria-prima, ou seja, os produtos são extraídos da natureza e não passam por processos de

transformação. A agricultura, mineração, extrativismo vegetal, pecuária, caça e pesca são exemplos de atividades desse setor. No caso dos municípios da All do Empreendimento, a agricultura se apresenta em destaque. Mesmo não sendo a principal geradora de riquezas para os municípios, ela aparece como atividade amplamente praticada, principalmente como forma de subsistência. O setor primário, de maneira geral, sofre mais com as condições climáticas. Os períodos de seca, por exemplo, prejudicam largamente a agricultura e a pecuária. O que pôde ser observado, durante a pesquisa de campo, nos municípios da All.

No entanto, a tecnologia e o conhecimento podem ser utilizados para minimizar tais efeitos. Em Sousa/PB, por exemplo, a agricultura é desenvolvida de maneira diferenciada da maioria dos municípios da All. Como exemplo de eficiência e alta produtividade, no chamado Polo Irrigado de São Gonçalo. Outro exemplo, dentro da All, é o de Assú/RN. Por integrar o Polo Integrado de Fruticultura Irrigada Assu/Mossoró.

O setor secundário é aquele no qual as atividades realizam transformação, ou seja, por meio da manufatura de matérias-primas, é agregado valor aos artigos produzidos por esse setor da economia. Cajazeiras e Sousa, na Paraíba, se destacam nesse setor com indústrias têxteis, de alimentos, construção, metalurgia e calçados etc.

Já o setor terciário da economia é aquele ligado à prestação de serviços e comércio. É o principal responsável por postos de emprego, formais e informais e é o setor responsável pela maior parcela dos PIBs dos municípios da All. Sendo as prefeituras responsáveis por grande parte dos empregos nos municípios estudados.

As principais atividades refletem a estrutura dos PIBs municipais, portanto, evidencia a forte presença de empresas de comércio e serviços.

Quadro 7.4-22 - Principais Atividades Econômicas nos municípios da All

Município	Setores		
	Primário	Secundário	Terciário
Sul Cearense			
Barro	Agricultura	-	Comércio
Milagres	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados
Sertão Paraibano			
Bom Sucesso	Agricultura	-	Comércio e serviços públicos
Brejo dos Santos	Agricultura	-	Comércio e serviços públicos

Município	Setores		
	Primário	Secundário	Terciário
Cachoeira dos Índios	Pecuária e agricultura	-	Comércio
Cajazeiras	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados
Catolé do Rocha	Agricultura	Indústria	Comércio
Lastro	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados
Santa Cruz	Agricultura	-	Comércio
São João do Rio do Peixe	Agricultura	-	-
São José de Piranhas	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados	Dados não disponibilizados
Sousa	Agricultura e piscicultura	Indústria	Comércio e serviços imobiliários
Oeste Potiguar			
Assú	Agricultura	-	-
Alexandria	Agricultura	-	Comércio e serviços públicos
Augusto Severo (Campo Grande)	Agricultura, pecuária e melinocultura	-	Comércio e serviços públicos
Janduís	Agricultura	Construção Civil	Serviços públicos
João Dias	Agricultura	-	Serviços públicos
Messias Targino	Agricultura	Fábricas de confecções	Comércio
Paraú	Agricultura e pecuária	-	-
Patu	Agricultura	-	Turismo, comércio e serviços públicos

Fonte: Prefeitura Municipal, pesquisa de campo realizada em abril e maio de 2013.

#### 7.4.3.7.3 Trabalho, Renda e Índice de Desemprego na AI

A década de 1990 foi um período de grandes transformações na sociedade brasileira. O que pôde ser observado no mercado de trabalho, especialmente a partir da segunda metade da década, com o Plano Real e outras mudanças estruturais profundas que contribuíram para a estabilização econômica e abertura comercial.

No Ceará, essas transformações foram responsáveis por uma série de modificações. Em decorrência de novas estratégias políticas, a concessão de incentivos fiscais para a indústria foi responsável pela atração de inúmeras novas indústrias para o estado e pela modificação do perfil de algumas áreas. Algumas cidades, como Juazeiro do Norte, tornaram-se polos industriais e passaram a ser pontos de atração de mão de obra pelo

aumento da oferta de empregos e ocupações (BARBOSA *et al.*, 2012)<sup>38</sup>.

Segundo o Relatório de Características do Emprego Formal<sup>39</sup>, contido no RAIS<sup>40</sup> do ano de 2011, o número de empregos formais no Ceará alcançou 1,4 milhão em dezembro de 2011, representando um crescimento de 6,12% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2010.

Esse aumento, em termos absolutos, correspondeu ao acréscimo de 81,1 mil postos de trabalho, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Desse total, 32,2 mil novos postos foram gerados no setor de Serviços, 21,2 mil no Comércio e 15,5 mil na Administração Pública.

O maior crescimento relativo foi o da Construção Civil, com 11,87% (mais de 9,0 mil postos de trabalho). O rendimento real médio do trabalhador cearense subiu 4,92% em relação a dezembro de 2010.

Conforme relatório<sup>41</sup> (RAIS, 2011), na Paraíba, o número de empregos alcançou 614,8 mil em dezembro de 2011, correspondente ao crescimento de 6,09% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2010. No total, teve-se o acréscimo de 35,3 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.

Em termos de geração de empregos, os setores que apresentaram os melhores desempenhos foram os Serviços, com mais de 12,1 mil postos, Construção Civil, com 8,8 mil postos, e o Comércio, com a criação de 7,1 mil postos de trabalho. Verifica-se maior crescimento no setor da Construção Civil, mais de 8,8 mil postos de trabalho.

O rendimento real médio do trabalhador paraibano obteve crescimento (2,54%) em relação a dezembro de 2010, como resultado de variações positivas nas remunerações médias recebidas pelos homens (+1,04%) e pelas mulheres (+4,59%).

No Sertão Paraibano, a atividade que mais gera emprego e renda é o setor de calçados,

<sup>38</sup> BARBOSA, D. F. *et al.* O comportamento do primeiro emprego na indústria de transformação do estado do Ceará. *Id on line - Revista de Psicologia*. Ano 6, Nº 17, Julho de 2012. Disponível em: <<http://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/194/194>> Acesso: 08 de agosto de 2013.

<sup>39</sup> Características do Emprego Formal – Ceará. RAIS, 2011. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A39D953B90139DEFF604E3B76/RAIS%202011%20CE.pdf>>. Acesso em: 23 de Maio de 2013.

<sup>40</sup> O Ministério do Trabalho e Emprego conta com o importante instrumento de coleta de dados denominado de Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. Disponível em: <[http://www.rais.gov.br/RAIS\\_SITIO/oque.asp](http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/oque.asp)> Acesso em 23 de Maio de 2013.

<sup>41</sup> Características do Emprego Formal - Paraíba, RAIS, 2011. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A39D953B90139DEFF77613D91/RAIS%202011%20PB.pdf>>. Acesso em: 23 de Maio de 2013.

seguido pelas atividades de artefatos de couro, materiais não metálicos, material plástico e têxtil. Dentre os municípios paraibanos atravessados pelo empreendimento, nota-se a presença de indústrias calçadistas em Catolé do Rocha e em Sousa.

O estudo<sup>42</sup> (RAIS, 2011) ainda mostra que, no Rio Grande do Norte, o número de empregos formais alcançou 592,4 mil em dezembro de 2011, representando um crescimento de 3,03% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2010. Em números absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 17,4 mil postos de trabalho.

Os setores que apresentaram os melhores desempenhos, em termos absolutos, foram os Serviços, com a criação de 7,5 mil postos de trabalho e o Comércio, que respondeu pelo aumento de 5,5 mil postos. Em termos relativos, os melhores desempenhos foram dos setores da Extrativa Mineral, com crescimento de 32,93% (referente a 2,9 mil postos), e do Comércio, com aumento de 5,42% (equivalente a 5,5 mil postos de trabalho).

O setor da Indústria de Transformação e os Serviços Industriais de Utilidade Pública foram os setores que apresentaram declínio de empregos.

O rendimento real médio do trabalhador no estado teve aumento de 3,75% em relação a dezembro de 2010, decorrente de elevações nas remunerações médias percebidas pelos homens (+2,56%) e pelas mulheres (+5,52%).

Em visitas aos municípios atravessados pelo empreendimento, observou-se o efeito imediato e mais comumente associado à seca: a pobreza; que resulta, por sua vez, da falta de oportunidade de trabalho alternativo àqueles que dependem basicamente do desenvolvimento da agricultura nas áreas atingidas pela seca. Outro aspecto que reforça esse quadro é o perfil da oferta mão de obra dessas regiões, que além de abundante apresenta baixa qualificação.

A partir de dados amostrais relacionados ao trabalho (condição de ocupação) do censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do ano de 2010, fez-se o cálculo do índice desemprego da população residente na All, utilizando o seguinte parâmetro:

<sup>42</sup> Características do Emprego Formal – Rio Grande do Norte, RAIS, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A39D953B90139DEFF878B3F3B/RAIS%202011%20RN.pdf>>. Acesso em: 23 de Maio de 2013.

Índice de desemprego = Percentual da população de 16 anos e mais, economicamente ativa, desocupada.

A Figura 7.4-51, Figura 7.4-52 e Figura 7.4-53 representam o índice de desemprego em todos os municípios da All. Na Mesorregião Sul Cearense, percebe-se que o maior índice de desemprego está no município de Milagres, equivalendo a 8,03% do total da população economicamente ativa.

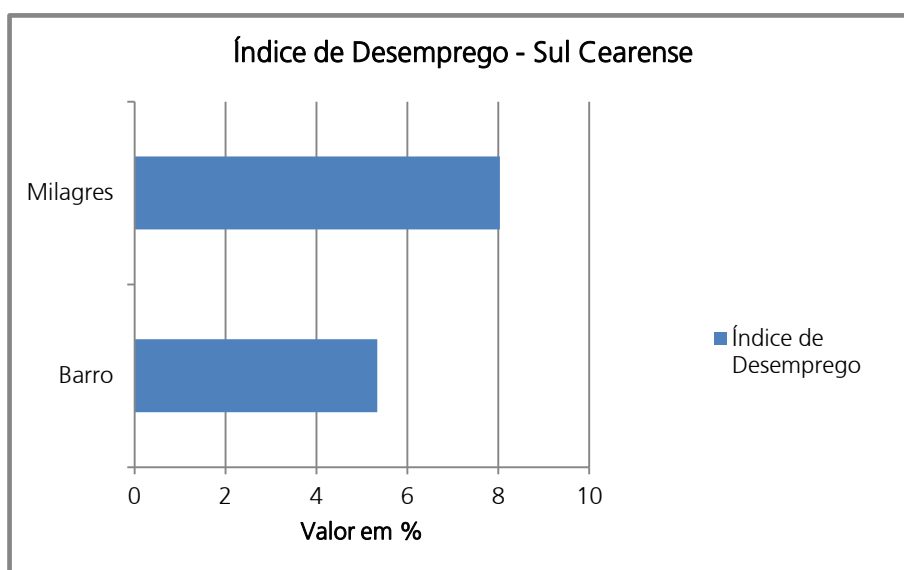


Figura 7.4-51 - Índice de Desemprego da Mesorregião Sul Cearense (Fonte: Censos Demográficos, IBGE).

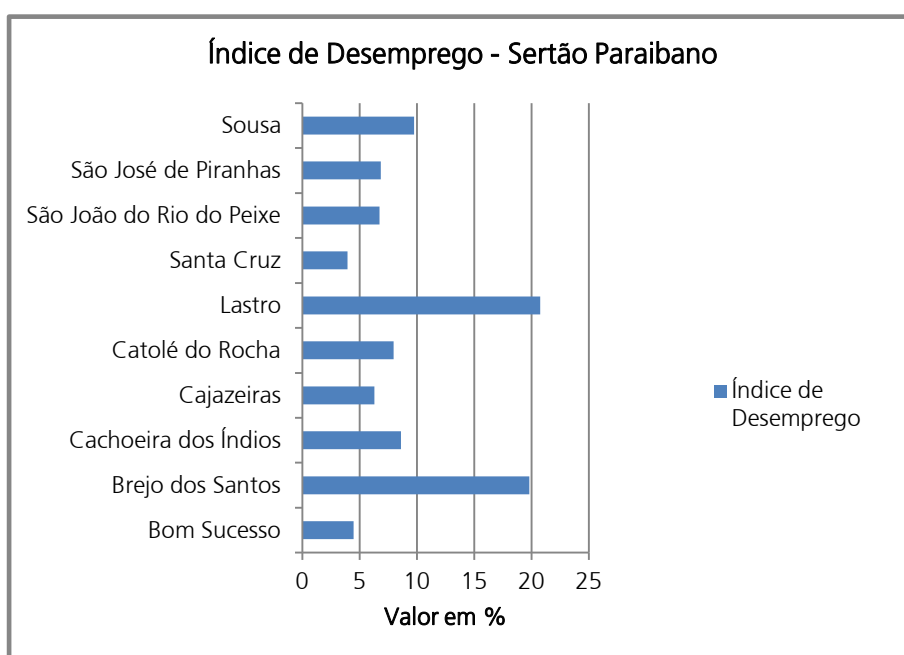


Figura 7.4-52 - Índice de Desemprego da Mesorregião Sertão Paraibano (Fonte: Censos Demográficos, IBGE).

No Sertão Paraibano, Lastro concentra a maior taxa de desemprego (20,74%), seguido



pelo município de Brejo dos Santos, que possui 19,79% da sua população desempregada.

No Oeste Potiguar, o município de Paraú possui índice de desemprego equivalente a 14,19%, posteriormente têm-se os municípios de Alexandria com 12,11% e Assú com 10,09% do total da população de 16 anos e mais, economicamente ativa, desocupada.

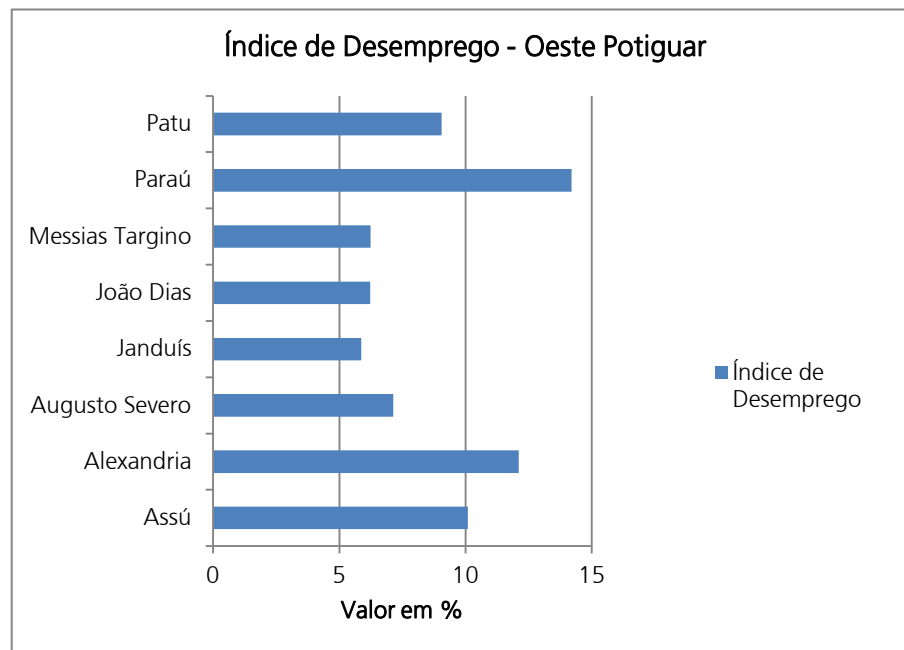


Figura 7.4-53 - Índice de Desemprego da Mesorregião Oeste Potiguar (Fonte: Censos Demográficos, IBGE).

#### 7.4.3.8 Uso e ocupação do solo

##### 7.4.3.8.1 Caracterização do Uso e Ocupação do Solo da AID

Na AID, a predominância do uso do solo é de cobertura vegetal por Caatinga, seguida de solo exposto. As áreas urbanas representam menos de 1% (0,22%) da área total. Os principais cultivos são típicos da produção agrícola familiar (feijão, milho e, com menor grau, hortifrutigranjeiros).

Analisando o traçado da Linha de Transmissão, e considerando-se os limites da AID, foram caracterizados os principais usos do solo, identificando as atividades minerárias, assentamentos e comunidades, e áreas cultivadas.

a. Atividades Minerárias

As atividades minerárias identificadas estão classificadas conforme as fases de legalização para produção nas jazidas. A primeira fase consiste a pesquisa mineral e preceda a fase de concessão de lavra, que é pertinente à fase do aproveitamento industrial da jazida considerada técnica e economicamente explotável na fase de pesquisa; essa fase depende de licenciamento ambiental. A fase de licenciamento consiste no regulamento do aproveitamento das substâncias minerais da jazida, concedida pelos órgãos ambientais. A título de curiosidade, a regulamentação de aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente define a pesquisa mineral com guia de utilização como uma das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental (RESOLUÇÃO CONAMA nº 009/1990 e RESOLUÇÃO CONAMA nº 237/1997).

Considerando os limites da AID do Empreendimento, podem-se caracterizar por Mesorregiões os tipos de atividades minerárias existentes ao longo do traçado da Linha de Transmissão.

Na Mesorregião Sul Cearense as atividades minerárias observadas são minério de Cobre, em fase de requerimento de pesquisa; o minério de Ferro, em fase de requerimento e autorização de pesquisa; e Argila para uso de cerâmica vermelha, em fase de requerimento de pesquisa.

Na Mesorregião do Sertão Paraibano, observou-se principalmente a exploração de minério de Ferro, em fase de requerimento e autorização de pesquisa; o minério de Cobre, em fase de requerimento de pesquisa no município de Catolé do Rocha; granito, em fase de requerimento de pesquisa; e Areia, em fase de licenciamento para uso da construção civil no município de Sousa.

Na Mesorregião do Oeste Potiguar, as atividades minerárias observadas são: minério de Cobre, em fase de requerimento e autorização de pesquisa; o minério de Ferro, em fase de requerimento e autorização da pesquisa, além de algumas jazidas em fase concessão de lavra e disponibilidade. Observou-se também, a exploração do minério de Manganês no município de Assú, em fase de autorização de pesquisa, e ainda no mesmo município a exploração de Calcário, em fase de autorização de pesquisa, Areia, em fase de requerimento de pesquisa, e Arenito em fase de concessão de lavras. Uma das explorações bastante presente na região é a da Argila e Argila Refratária, em fase de

autorização de pesquisa, mas a maioria em fase de licenciamento. Outra atividade minerária presente é a exploração de Granito e Granito Ornamental, requerimento e autorização de pesquisa. No município de Messias Targino observou-se para uso de revestimento, a exploração de Mármore, em fase de autorização de pesquisa; no mesmo município, em fase de requerimento estava a exploração do minério Charnóquito.

b. Assentamento e Comunidades

Os assentamentos identificados nos limites da AID, através de pesquisa *in loco*, caracterizam-se, em sua maioria, por serem criados pelo INCRA, que obteve as terras para a criação dos assentamentos. A principal atividade é a produção agrícola. (Ver Apêndice 7.26, Mapa dos Assentamentos Rurais).

No que se refere a comunidades, podemos citar a Comunidade do Vale do Cuncas, no Distrito de Cuncas em Barro /CE, e a Comunidade do Sítio Escondido no município de Patu /RN, identificadas nas visitas *in loco*. Informações mais aprofundadas sobre as comunidades encontram-se no item sobre Populações Tradicionais (7.4.4). Em Cajazeiras /PB duas comunidades que se localizam próximo ao Empreendimento, Sítio do Coco e Cachoeira do Coco. Caracterizam-se pela agricultura familiar e pecuária.

c. Áreas cultivadas

Áreas cultivadas caracterizam-se por atividades agropecuárias, segundo dados do IBGE a utilização da terra foram divididas nas seguintes categorias:

- Lavouras permanentes- Compreendeu a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Foram incluídas nesta categoria as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes.
- Lavouras temporárias- Abrangeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de novo plantio após cada colheita, incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.
- Terras em descanso- Terras habitualmente utilizadas para o plantio de lavouras temporárias, que em 31 de dezembro de 1995 se encontravam em descanso, por prazo não superior a quatro anos em relação ao último ano de sua utilização.

- Pastagens naturais- Constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato.
- Pastagens plantadas- Abrangeu as áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio.
- Matas naturais- Formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.
- Matas plantadas- Compreendeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.
- Terras produtivas não utilizadas- Constituídas pelas áreas que se prestavam à formação de culturas, pastos ou matas e não estivessem sendo usadas para tais finalidades. Foram incluídas as terras não utilizadas por período superior a quatro anos.
- Terras inaproveitáveis- Formadas por áreas imprestáveis para formação de culturas, pastos e matas, tais como: areais, pântanos, encostas íngremes, pedreiras, etc., e as formadas pelas áreas ocupadas com estradas, caminhos, construções, canais de irrigação, açudes, etc.

Devido aos dados não disponibilizados nas pesquisas in loco, a identificação sobre o tipo de cultura cultivada não pode ser informado nos Mapas de Uso e Ocupação do Solo para distinguir as áreas cultivadas. Apenas caracterizar os tipos de culturas nas regiões. As principais observadas foram fruticulturas, grãos e hortaliças. Em relação a pecuária, teve-se mesma dificuldade de obtenção de informações.

#### d. Mapas de Uso e Ocupação de Solo

Identificou-se como principais usos do solo atividades minerárias; assentamentos; comunidades rurais; e áreas de cultivo. Os dados para confecção de mapas foram obtidos através de informações do SIGMINE/DNPM, referente às atividades de mineração; INCRA e pesquisas in loco, para identificação de assentamentos e comunidades que sofrerão diretamente influência do Empreendimento; e do IBGE, referente ao censo agropecuário de 2006. As áreas de cultivos foram identificadas através de imagens de satélite do Google Earth Pro e pesquisas de campo, *in loco*. Nessa etapa os dados de campo forneceram importantes subsídios para identificação, devido informações obtidas em algumas Secretárias Municipais de Agricultura. As

situações de referência de uso e ocupação dos solos estão representadas nos mapas em apêndice (Apêndice 7.29, Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Meio Socioeconômico). Para um detalhamento da distribuição quantitativa e tipologia da cobertura vegetal ver Mapa de Uso, Ocupação e Cobertura do Solo (Apêndice 7.19) no Meio Biótico (item 7.4).

#### 7.4.3.8.2 Caracterização da Estrutura Fundiária da All

O Brasil possui uma estrutura fundiária extremamente concentrada, porém diferenciada em suas regiões. Segundo o Censo Agropecuário<sup>43</sup>, do ano de 2006, “a desigualdade na distribuição da terra constitui uma característica central da história de ocupação do território brasileiro e da formação de sua sociedade, revela processos pretéritos e contemporâneos do modo como os recursos naturais são apropriados no Brasil”.

Quadro 7.4-23 - Área dos estabelecimentos rurais no Brasil, 1985 – 2006.

Discriminação	Área dos estabelecimentos rurais (ha)		
	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	9.986.637	7.882.194	7.798.607
De 10 ha a menos de 100 ha	69.565.161	62.693.585	62.893.091
De 100 ha a menos de 1.000 ha	131.432.667	123.541.517	112.696.478
1.000 ha e mais	163.940.667	159.493.949	146.553.218
Total	374.924.421	353.611.246	329.941.393

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985/ 2006.

A partir do Quadro 7.4-23, o Censo Agropecuário (IBGE 2006) revela as diferenças verificadas nas áreas dos estabelecimentos agropecuários, quando comparados os diferentes estratos fundiários, continuam a caracterizar a manutenção da desigualdade na distribuição da terra no País nos últimos censos agropecuários. Neste sentido, enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 ha ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais nos três últimos Censos Agropecuários (1985, 1995 e 2006), a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1.000 ha concentram mais de 43,0% da área total nestes anos. Em termos de número de estabelecimentos, contudo, a proporção se altera radicalmente uma vez que os estabelecimentos de menos de 10 ha passam a concentrar um percentual acima de

<sup>43</sup> Censo Agropecuário – IBGE, Rio de Janeiro, p.1-777, 2006. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagr\\_o2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagr_o2006.pdf)>. Acesso em 13 de Maio de 2013.

47,0%, enquanto os estabelecimentos de mais de 1.000 ha concentraram, respectivamente, 0,87%, 1,02% e 0,91% do número total de estabelecimentos agropecuários no Brasil, nos anos censitários analisados. Quanto aos estratos intermediários (de 10 a menos de 100 ha e de 100 a menos de 1.000 ha) sua participação mantém-se com pouca variação no período analisado, tanto no total de área quanto no número de estabelecimentos, confirmando a manutenção de um perfil fundiário pouco alterado no País entre os Censos Agropecuários de 1985 e o de 2006.

Assim, enquanto os estabelecimentos de 10 a menos de 100 ha concentravam, respectivamente, 37,2%, 39,4% e 38,0% da área total dos estabelecimentos agropecuários em 1985, 1995-1996 e 2006, a participação deste estrato quanto ao número total de estabelecimentos variou, respectivamente, de 18,5%, em 1985, para 17,7%, em 1995 e, finalmente, 19,0%, em 2006. No que se refere ao estrato de 100 a 1.000 ha, esta variação temporal passou de cerca de 35,0%, nos dois anos iniciais, para 34,0% em 2006; quanto à área ocupada, em relação ao total da área dos estabelecimentos, a variação foi de cerca de 9,0% para 8,2%, em 2006.

Conforme o Censo em questão, a estrutura fundiária refere-se à organização das propriedades rurais quanto ao número, tamanho e distribuição pelo país. Assim, o resultado do Censo Agropecuário é importante fonte de informações para o estudo e compreensão da estrutura agrária brasileira.

No Nordeste, tem-se a exploração latifundiária, a concentração da propriedade da terra e da renda no meio rural. As atividades agrárias desempenham importante papel econômico e social. O Nordeste é a região do Brasil com maior concentração de população rural e sofre sistematicamente com os efeitos de sua vulnerabilidade climática. Dentre os estados que compõem a região nordeste destacam-se os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, que serão atravessados pelo empreendimento.

Segundo Xavier<sup>44</sup> (1999), o processo histórico de desenvolvimento do estado do Ceará, caracterizado pela a concentração de renda, de terra e as várias formas de exclusão social no meio rural, são consequência direta da forma como se deu o processo de ocupação do território e da forma de gestão patrimonial do poder político. A atual estrutura fundiária do Ceará caracteriza-se, ao mesmo tempo, pelo minifúndio

---

<sup>44</sup> XAVIER, U. Desenvolvimento rural no Ceará e o projeto cédula da terra: Inclusão social ou um Cavalo de Tróia? Ministério do Desenvolvimento Agrário – Março, 1999. Disponível em <[http://www.mda.gov.br/portal/thead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo\\_72.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/thead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_72.pdf)>. Acesso em 15 de Maio de 2013.

improdutivo e pelo latifúndio ocioso.

Não diferenciando do restante da região nordeste, a Paraíba possui na organização do seu espaço agrário alta concentração da propriedade da terra. Destaca-se o crescimento de projetos de assentamentos<sup>45</sup>, que têm contribuído para transformação da paisagem de algumas das regiões com predomínio histórico de monocultura canavieira e/ou a pecuária extensiva.

Comum aos estados nordestinos, o estado do Rio Grande do Norte possui grande concentração de terra e distribuição de renda desigual. Assemelhando-se à Paraíba, o Rio Grande do Norte vem sendo beneficiado pela política de reforma agrária do Governo Federal através da implantação de assentamentos rurais em vários municípios.

Percebe-se claramente a semelhança na estrutura fundiária dos estados interceptados pelo empreendimento. Assim, conclui-se que a desigualdade de distribuição de terras nestas regiões é obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico, inibindo a realização de investimentos, prejudicando a produção agropecuária e favorecendo a ocorrência de conflitos pela posse da terra.

#### 7.4.3.8.3 Interações, Restrições e Acessibilidade Permanente da LT com Atividades Econômicas na AID

As áreas cruzadas pela AID caracterizam-se como áreas rurais onde predominam as atividades agrárias (situação demonstrada no uso e ocupação do solo). Tendo como parâmetro o que é determinado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da NBR 5422 (Ver Quadro 7.4-24), foram identificadas 124 benfeitorias em desacordo com a norma, das quais pouco mais de 53% são edificações.

Não foram detectadas outras atividades que requeiram medidas corretivas. Todas as demais atividades econômicas existentes na faixa de domínio proposta para a LT, agricultura e pecuária, predominantemente, poderão permanecer após a fase de instalação, desde que sigam as regras da NBR 5422.

<sup>45</sup> Segundo definição do IBGE – Projetos de Assentamento são novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Envolve também a disponibilidade de condições adequadas para uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária.

Quadro 7.4-24 - Usos proibidos na Faixa de Servidão.

Usos proibidos na Faixa de Servidão	
Âmbito rural	Benfeitorias associadas às atividades pecuárias e agrícolas; Instalações elétricas e mecânicas; açudes.
Âmbito urbano	Edificações, loteamentos, praças e parques; Paradas para ônibus; áreas industriais e comerciais; Estacionamentos.
Sistemas de infraestrutura	Ruas; redes de água e esgotos; redes de comunicação.
Atividades extrativas	Exploração de jazidas e terraplanagem.

Fonte: BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Sistema de Gestão Sócio-Patrimonial: Setor Elétrico. São Paulo, 1997.

Quanto à acessibilidade, notadamente no meio urbano, a restrição se apresenta apenas em relação à altura do que trafegar por baixo da LT. Ou seja, nos pontos de passagem e circulação de veículos e pessoas, a restrição será semelhante a viadutos e tuneis. Porém, em áreas urbanas, por questões de segurança a riscos relativos à energização das LTs de qualquer tensão, são tomadas medidas para que a circulação restrinja-se, preferencialmente, aos eixos viários. Quanto à permanência, ocupação da área de servidão essa é totalmente vetada. Porém, com base em estudos e autorizações específicas, quando as áreas encontram-se, por exemplo, em titularidade pública, podem ser permitidas determinadas atividades. Dentre essas, ajardinamentos, hortas comunitárias, entre outras. No que se refere ao processo de ocupações irregulares dessas áreas no meio urbano a questão é diretamente ligada à capacidade de fiscalização da empresa operadora e do próprio poder público municipal.

No que diz respeito à presença de aeródromos próximos à LT, convém, primeiramente, observar a legislação pertinente. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986), Art. 27, aeródromo é toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves.

A partir da mesma lei apresenta-se uma divisão por forma de uso, sendo executada por meio do Art. 28, onde os aeródromos são classificados em civis e militares. Sendo aeródromo civil destinado ao uso de aeronaves civis e aeródromo militar destinado ao uso de aeronaves militares. Havendo ainda a categorização dos aeródromos civis, classificando-os em públicos e privados, observados no Art. 29.

- Públicos: constituem universidades e patrimônios autônomos, enquanto mantidas sua destinação específica pela União. Assim, só podem ser fechados mediante ato administrativo da Autoridade de Aviação Civil (no caso, a ANAC). Propriedades vizinhas aos aeródromos públicos estão sujeitas a restrições



especiais, em relação ao plano básico de zona de proteção de aeródromos e ao plano de zoneamento de ruídos, retificados nos artigos 43 e 44 dessa lei. São abertos ao tráfego através de processo de homologação;

- Privados: só podem ser utilizados com a permissão de seu proprietário, sendo vedada sua exploração comercial - o proprietário não pode sujeitar os usuários de seu aeródromo ao pagamento de tarifas. Os aeródromos privados não têm zona de proteção garantida, podendo estar sujeitos a restrições operacionais motivadas por novas instalações ou construções no seu entorno. São abertos ao tráfego através de processo de registro e podem ser fechados a qualquer tempo pelo proprietário ou pela Autoridade de Aviação Civil.

A partir dessas contribuições dá-se a categorização de aeródromos e aeroporto, que se dá pelo Art. 31, onde se consideram Aeroportos os aeródromos públicos, dotados de instalações e facilidades para apoio de operações de aeronaves e de embarque e desembarque de pessoas e cargas.

Ao se analisar os territórios municipais compreendidos pela All do empreendimento, foram identificados, com base em dados colhidos em campo e complementados com informações do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, aeródromos nas cidades de Assú/RN, Catolé do Rocha/PB, Cajazeiras/PB, São João do Rio do Peixe/PB, e Souza/PB, contribuindo para os serviços apresentados pelos municípios supracitados, conforme figuras (Figura 7.4-54 a Figura 7.4-57).

O aeródromo de Assú é público e está localizado pouco mais de 2,5 km de distância, a norte, de um dos seccionamentos da Linha de Transmissão, no território do município, localizando-se fora da área urbana da cidade. Segundo dados da ANAC, a pista do aeródromo de Assú tem comprimento de 1.500 m e 16 m de largura, apresentando piso asfáltico.

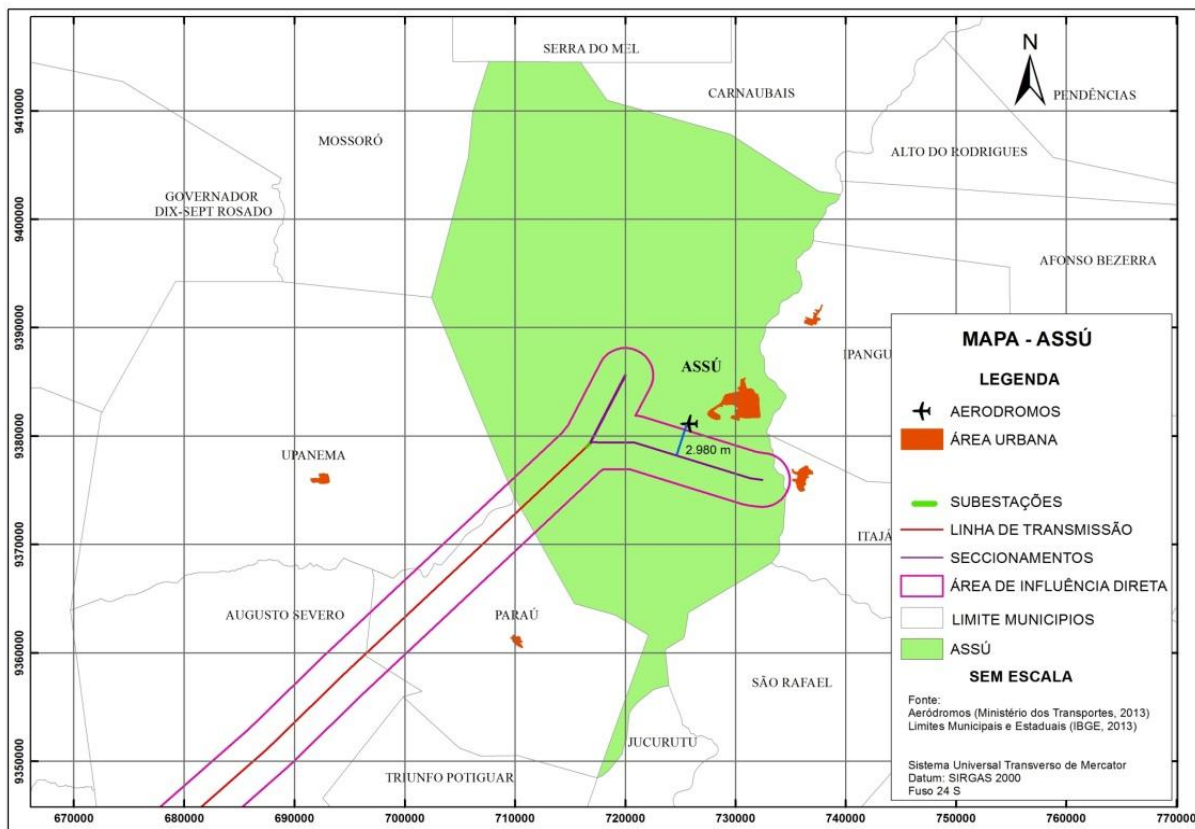


Figura 7.4-54 – Localização do Aeródromo de Assú/RN (Coordenadas 5°35'43" S, 36°57'40" O).

O aeródromo de Catolé do Rocha, Aeródromo Epitácio Alves da Costa, é público, mantido pelo município em parceria com o governo do estado da Paraíba. Conta com apenas uma pista que serve para pousos e decolagens de aeronaves de pequeno porte com cargas e transportes de doentes para a capital do estado. Tem comprimento de 1000 m por 20 m de largura, com pavimentação asfáltica (ASPH) (ANAC, 2013).

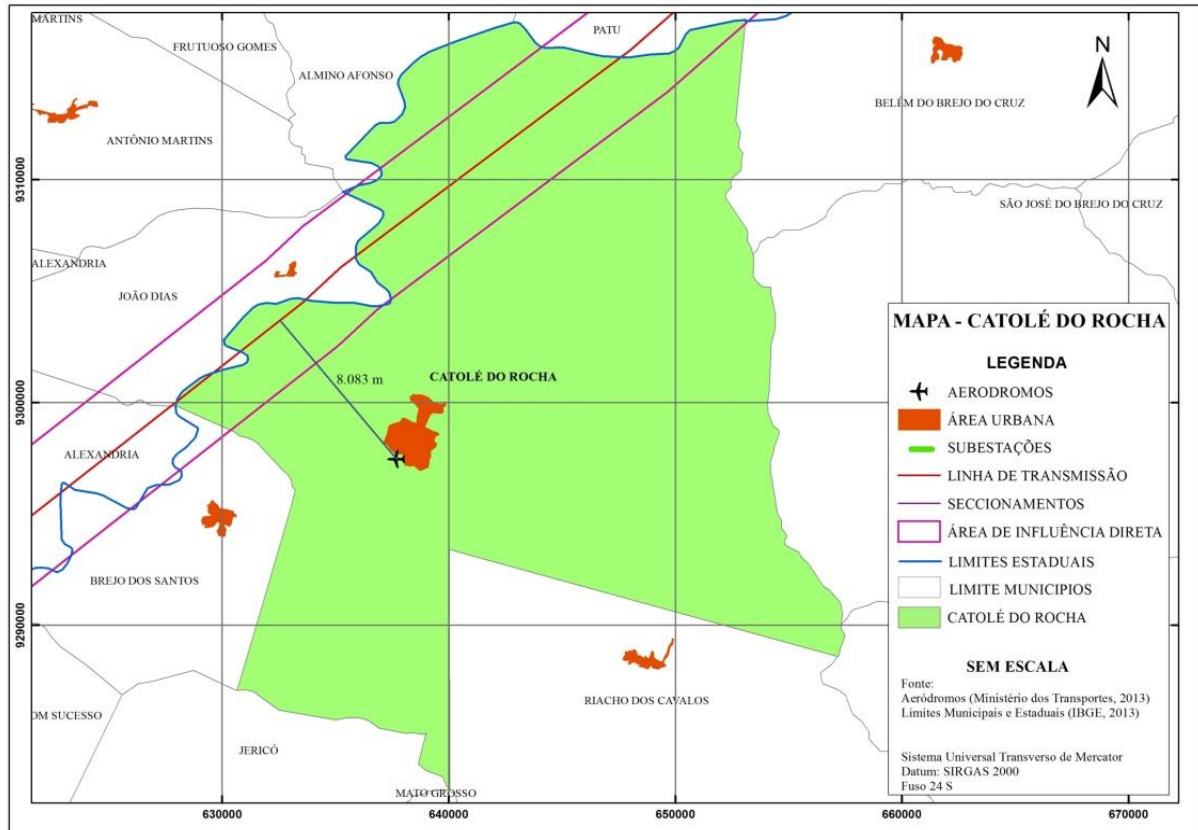


Figura 7.4-55 – Localização de Aeródromo de Catolé do Rocha/PB (Coordenadas 6°21'45" S, 37°45'23" O)

O aeródromo de Cajazeiras apresenta-se sob domínio público municipal. De acordo com informações colhidas em campo encontra-se desativado, tal informação é reforçada pelo fato de não constarem nas listas atualizadas de aeródromos, públicos e privados da ANAC. Localiza-se a aproximadamente 4,3 km de distancia da linha de transmissão, a sul da área urbana da cidade.

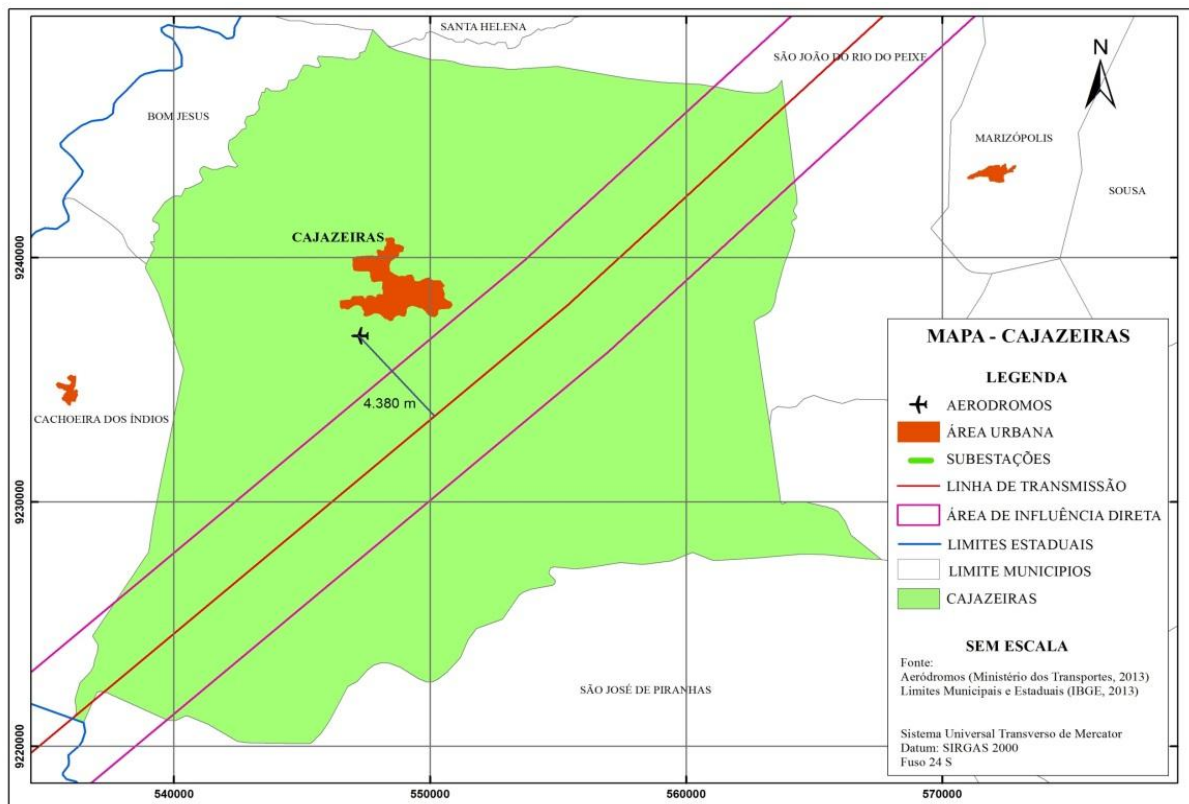


Figura 7.4-56 – Localização de Aeródromo de Cajazeiras/PB (Coordenadas 6°54'15,86" S, 38°34'18,92" O).

Já os aeródromos dos municípios de Sousa e São João do Rio do Peixe, apresentam-se sob domínio público, constando ambos na listagem de aeródromos públicos da ANAC. Localizam-se, respectivamente, a 11,6 e 15,3 km de distancia da Linha de Transmissão. Em São João do Rio do Peixe, o aeródromo se localiza distante da área urbana do município, o que não acontece em Sousa.

O aeródromo de São João do Rio do Peixe, denominado de Brejo das Freiras, conta com uma pista de 950 m de extensão por 25 m de largura com pavimentação em cascalho, enquanto que o de Sousa, homônimo, tem pavimentação asfáltica (ASPH), medindo 1.200 m de comprimento e 30 m de largura. (ANAC, 2013).

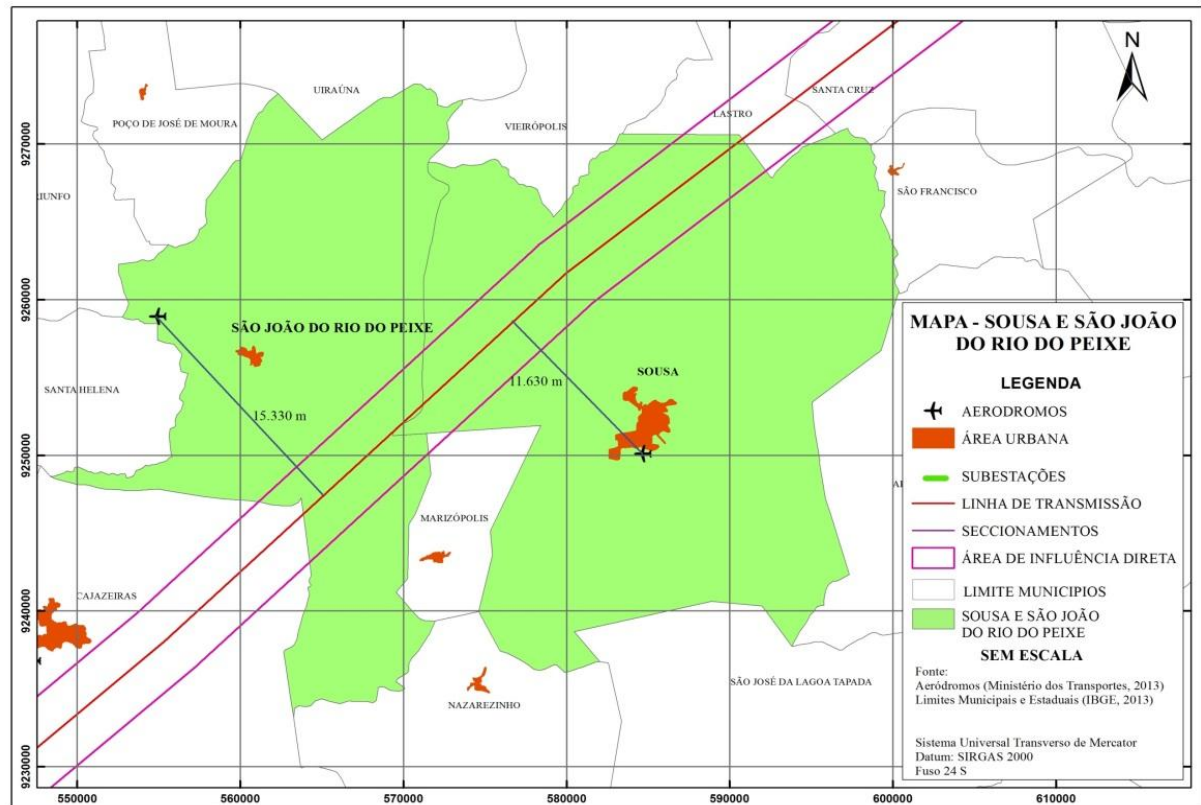


Figura 7.4-57 - Localização dos Aeródromos de Sousa e São João do Rio do Peixe/PB (Coordenadas: Sousa – 6°54'15,86"S, 38°34'18,92"O; S.J. do Rio do Peixe – 6°42'15"S, 38°30'10"O).

Durante a realização do trabalho de campo nas cidades compreendidas pelo empreendimento, verificou-se na cidade norte-rio-grandense de Patu a presença de uma rampa de voo livre, constando de uma distancia de 529 m de distância da Linha de Transmissão.

A Prática de Voo Livre, segundo Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 104, engloba, genericamente, todas as atividades diretamente relacionadas com o voo dos veículos ultraleves não propulsados desde a sua preparação para o voo, sua decolagem, suas evoluções em voo, seu pouso e o término dos procedimentos para sua retirada da área de pouso.

Este regulamento estabelece regras e procedimentos para a operação no espaço aéreo brasileiro de veículos aéreos desportivos denominados como ultraleves não propulsados (asas-deltas, paraplanos, parapentes, etc.), constando nesse documento as regras mínimas a serem cumpridas para sua operação.

O mesmo regulamento define veículos ultraleves não propulsados, por veículos aéreos planadores, muito leves, cujos postos de comando, via de regra, estão suspensos de



maneira pendular a superfície de sustentação.

Verificando que esses veículos não são homologados pela autoridade aeronáutica e têm as seguintes características adicionais: podem, com facilidade, ser montados ou armados na área de decolagem e desmontados ou desarmados na área de pouso; devem ser operados por um único ocupante; podem ter capacidade para até 2 (dois) ocupantes; e não podem exceder o peso vazio máximo de 70 kgf (BRASIL, 2013).

Diante da caracterização da prática esportiva e de lazer do voo livre por meio do Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 104, e considerando a legislação vigente para as regras e procedimentos de operação, espera-se que seguindo as normas do regulamento, os praticantes atenham-se aos cuidados necessários, devido à proximidade com a Linha de Transmissão.

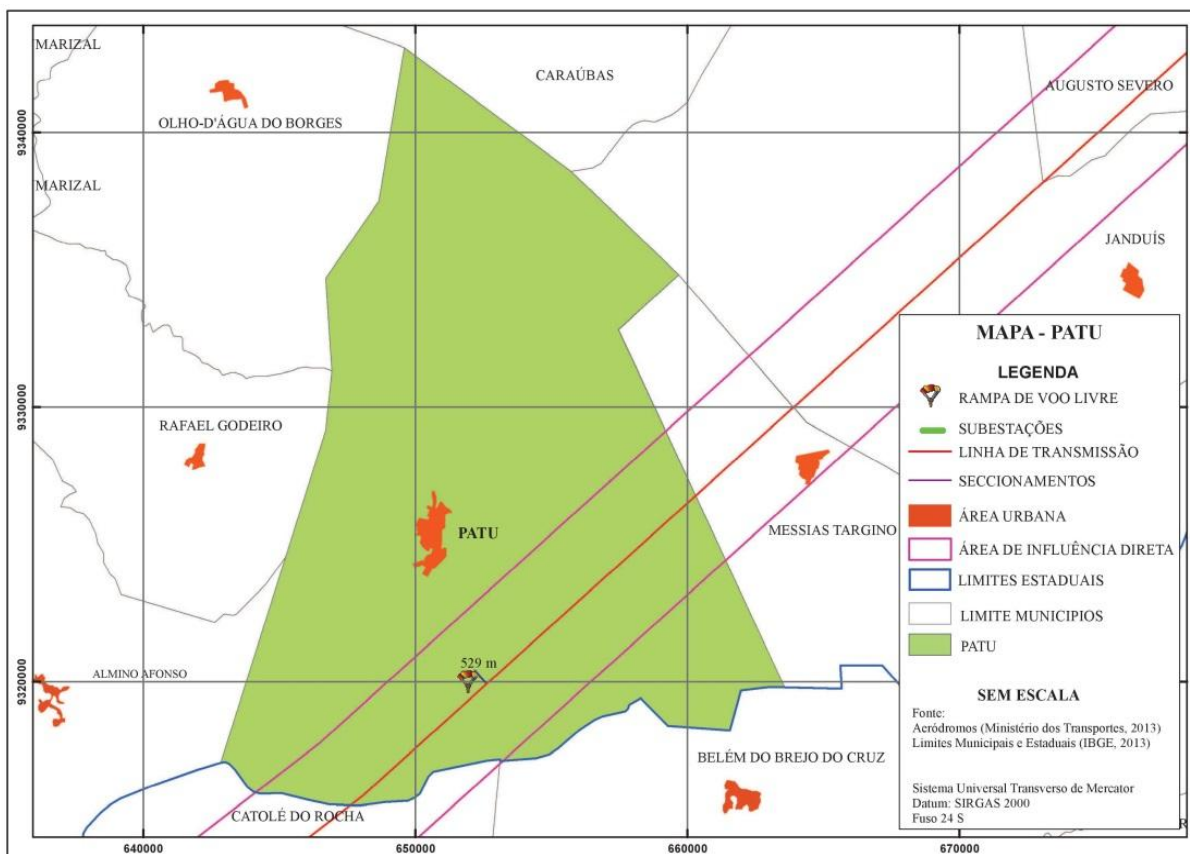


Figura 7.4-58 - Localização de Rampa de Voo Livre em Patu/RN (Coordenadas 6° 9'0.65" S, 37°37'37.39" O).

#### 7.4.3.8.4 Principais Benfeitorias e Edificações contidas dentro da faixa de servidão.

Seguem no Quadro 7.4-25 e no Quadro 7.4-26 abaixo os pontos e as coordenadas condizentes às principais benfeitorias e edificações contidas dentro da faixa de servidão.

Quadro 7.4-25 - Principais rodovias e estradas contidas dentro da faixa de servidão.

Ponto/Local	Benfeitorias	Coordenadas
Milagres	Rodovia federal BR 116	07°18'27.05"S; 38°55'33.60"O
Milagres	Estrada vicinal	07°18'13.65"S; 38°55'43.74"O
Milagres	Estrada vicinal	07°18'08.65"S; 38°55'38.12"O
Milagres	Estrada vicinal	07°16'56.63"S; 38°55'04.11"O
Milagres	Estrada vicinal	07°16'37.28"S; 38°54'41.32"O
Barro	Estrada vicinal	07°12'30.82"S; 38°50'37.82"O
Barro	Estrada vicinal	07°12'17.85"S; 38°50'25.84"O
Barro	Estrada vicinal	07°12'02.34"S; 38°50'10.68"O
Barro	Estrada vicinal	07°11'13.91"S; 38°49'24.89"O
Barro	Estrada vicinal	07°10'53.38"S; 38°49'05.57"O
Barro	Estrada vicinal	07° 09'53.23"S; 38°48'08.58"O
Barro	Estrada vicinal	07° 09'08.91"S; 38°47'26.86"O
Barro	Estrada vicinal	07° 08'47.46"S; 38°47'04.28"O
Barro	Rodovia federal BR 116	07° 08'25.36"S; 38°46'41.40"O
Barro	Estrada vicinal	07° 05'25.89"S; 38°43'28.89"O
Barro	Estrada vicinal	07° 03'53.05"S; 38°41'42.26"O
Barro	Estrada vicinal	07° 03'33.93"S; 38°41'20.68"O
Barro	Estrada vicinal	07°03'16.04"S; 38°41'00.30"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	07° 01'56.33"S; 38°39'29.05"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	07° 00'36.81"S; 38°37'58.02"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	07° 00'14.64"S; 38°37'32.99"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°59'24.94"S; 38°36'35.92"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°58'50.32"S; 38°35'57.10"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°58'44.79"S; 38°35'50.02"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°58'04.17"S; 38°35'03.85"O
Cajazeiras	Rodovia estadual PB 400	06°57'46.82"S; 38°34'44.22"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°57'04.39"S; 38°33'55.43"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°55'59.82"S; 38°32'41.74"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°55'52.20"S; 38°32'33.24"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°55'49.23"S; 38°32'29.79"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°54'52.75"S; 38°31'25.19"O
Cajazeiras	Rodovia federal BR 230	06°54'01.11"S; 38°30'26.17"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°53'06.66"S; 38°29'26.90"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°51'48.44"S; 38°28'05.78"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°51'28.53"S; 38°27'44.88"O

Ponto/Local	Benfeitorias	Coordenadas
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°50'16.13"S; 38°26'29.72"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°49'48.15"S; 38°26'00.42"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°49'25.01"S; 38°25'36.58"O
Cajazeiras	Estrada vicinal	06°49'23.31"S; 38°25'34.70"O
São João do Rio do Peixe	Estrada vicinal	06°48'54.09"S; 38°25'04.46"O
São João do Rio do Peixe	Rodovia estadual PB 705	06°48'52.64"S; 38°25'03.25"O
São João do Rio do Peixe	Estrada vicinal	06°47'57.64"S; 38°24'06.13"O
São João do Rio do Peixe	Estrada vicinal	06°47'27.76"S; 38°23'34.78"O
São João do Rio do Peixe	Estrada vicinal	06°47'13.28"S; 38°23'19.64"O
São João do Rio do Peixe	Ferrovia	06°46'24.36"S; 38°22'29.11"O
São João do Rio do Peixe	Estrada vicinal	06°45'22.65"S; 38°21'24.70"O
Sousa	Estrada vicinal	06°43'45.72"S; 38°19'44.07"O
Sousa	Estrada vicinal	06°43'14.76"S; 38°19'11.90"O
Sousa	Rodovia estadual PB 391	06°42'40.24"S; 38°18'36.27"O
Sousa	Estrada vicinal	06°42'31.00"S; 38°18'26.50"O
Sousa	Estrada vicinal	06°39'44.63"S; 38°15'21.11"O
Sousa	Estrada vicinal	06°38'39.93"S; 38°14'00.60"O
Sousa	Estrada vicinal	06°38'17.69"S; 38°13'32.76"O
Sousa	Estrada vicinal	06°38'7.34"S; 38°13'21.38"O
Sousa	Estrada vicinal	06°37'49.76"S; 38°12'57.84"O
Sousa	Estrada vicinal	06°37'14.67"S; 38°12'14.02"O
Sousa	Estrada vicinal	06°37'02.00"S; 38°11'58.52"O
Sousa	Estrada vicinal	06°36'11.18"S; 38°10'55.32"O
Lastro	Estrada vicinal	06°35'46.48"S; 38°10'24.57"O
Santa Cruz	Estrada vicinal	06°34'18.35"S; 38°08'33.89"O
Santa Cruz	Estrada vicinal	06°32'54.43"S; 38°06'49.72"O
Santa Cruz	Estrada vicinal	06°32'22.86"S; 38°06'09.93"O
Santa Cruz	Estrada vicinal	06°32'11.13"S; 38°05'55.19"O
Santa Cruz	Estrada vicinal	06°31'29.15"S; 38°05'04.30"O
Santa Cruz	Estrada vicinal	06°30'19.78"S; 38°03'36.33"O
Santa Cruz	Estrada vicinal	06°29'42.66"S; 38°02'50.65"O
Santa Cruz	Estrada vicinal	06°29'10.69"S; 38°02'10.56"O
Santa Cruz	Estrada vicinal	06°28'53.10"S; 38°01'48.79"O
Alexandria	Estrada vicinal	06°28'9.53"S; 38°00'54.41"O
Bom Sucesso	Estrada vicinal	06°27'55.94"S; 38°00'37.25"O
Bom Sucesso	Estrada vicinal	06°27'37.61"S; 38°00'14.68"O



Ponto/Local	Benfeitorias	Coordenadas
Bom Sucesso	Estrada vicinal	06°27'07.66"S; 37°59'37.03"O
Bom Sucesso	Estrada vicinal	06°26'57.98"S; 37°59'24.95"O
Bom Sucesso	Estrada vicinal	06°26'29.92"S; 37°58'49.87"O
Bom Sucesso	Estrada vicinal	06°26'13.23"S; 37°58'29.51"O
Bom Sucesso	Estrada vicinal	06°26'00.06"S; 37°58'13.00"O
Bom Sucesso	Rodovia estadual RN 078	06°25'52.62"S; 37°58'03.17"O
Bom Sucesso	Estrada vicinal	06°25'47.64"S; 37°57'57.71"O
Bom Sucesso	Estrada vicinal	06°25'30.52"S; 37°57'36.20"O
Alexandria	Estrada vicinal	06°24'53.45"S; 37°56'49.68"O
Alexandria	Estrada vicinal	06°24'45.76"S; 37°56'40.18"O
Alexandria	Estrada vicinal	06°24'06.96"S; 37°55'52.47"O
Alexandria	Estrada vicinal	06°22'20.49"S; 37°53'40.95"O
Alexandria	Estrada vicinal	06°20'58.87"S; 37°51'58.42"O
Alexandria	Estrada vicinal	06°20'46.78"S; 37°51'41.98"O
João Dias	Estrada vicinal	06°19'56.89"S; 37°50'39.82"O
João Dias	Estrada vicinal	06°18'56.21"S; 37°49'24.20"O
Catolé do Rocha	Estrada vicinal	06°17'54.04"S; 37°48'07.49"O
Catolé do Rocha	Estrada vicinal	06°17'35.70"S; 37°47'43.84"O
João Dias	Rodovia estadual RN 077	06°16'33.90"S; 37°46'36.56"O
Catolé do Rocha	Estrada vicinal	06°16'14.73"S; 37°46'11.34"O
Catolé do Rocha	Estrada vicinal	06°15'59.04"S; 37°45'50.54"O
Catolé do Rocha	Estrada vicinal	06°14'11.33"S; 37°43'30.76"O
Catolé do Rocha	Estrada vicinal	06°13'25.60"S; 37°42'30.94"O
Catolé do Rocha	Estrada vicinal	06°13'18.82"S; 37°42'22.27"O
Catolé do Rocha	Estrada vicinal	06°12'46.42"S; 37°41'39.93"O
Catolé do Rocha	Rodovia estadual PB 325	06°12'27.15"S; 37°41'15.07"O
Patu	Estrada vicinal	06°11'15.67"S; 37°39'41.80"O
Patu	Estrada vicinal	06°09'46.20"S; 37°38'01.88"O
Patu	Rodovia federal/estadual - BR 110/PB 321	06°08'02.37"S; 37°36'06.52"O
Patu	Estrada vicinal	06°06'57.90"S; 37°34'55.58"O
Patu	Estrada vicinal	06°06'27.43"S; 37°34'21.30"O
Patu	Estrada vicinal	06°06'16.11"S; 37°34'08.19"O
Patu	Estrada vicinal	06°06'11.74"S; 37°34'03.92"O
Patu	Estrada vicinal	06°05'39.94"S; 37°33'28.66"O
Patu	Estrada vicinal	06°05'35.04"S; 37°33'23.01"O
Messias Targino	Rodovia federal/estadual - BR 226/RN 110	06°04'40.02"S; 37°32'21.99"O

Ponto/Local	Benfeitorias	Coordenadas
Messias Targino	Estrada vicinal	06°03'58.84"S; 37°31'36.24"O
Janduís	Estrada vicinal	06°02'50.54"S; 37°30'20.17"O
Janduís	Estrada vicinal	06°02'39.01"S; 37°30'07.73"O
Janduís	Estrada vicinal	06°01'29.39"S; 37°28'50.27"O
Janduís	Estrada vicinal	06°00'08.10"S; 37°27'19.81"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Estrada vicinal	05°56'46.35"S; 37°23'35.64"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Estrada vicinal	05°56'23.74"S; 37°23'10.56"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Estrada vicinal	05°55'44.59"S; 37°22'26.99"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Rodovia federal/estadual - BR 226-RN 233	05°53'08.88"S; 37°19'33.81"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Rodovia federal/estadual - BR 226-RN 233	05°51'55.92"S; 37°18'13.54"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Estrada vicinal	05°51'07.51"S; 37°17'25.24"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Estrada vicinal	05°48'19.01"S; 37°14'36.25"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Estrada vicinal	05°47'45.94"S; 37°14'01.81"O
Paraú	Estrada vicinal	05°44'25.09"S; 37°10'32.80"O
Paraú	Estrada vicinal	05°43'04.10"S; 37°09'08.61"O
Paraú	Estrada vicinal	05°40'33.98"S; 37°06'32.41"O
Assú	Estrada vicinal	05°39'10.23"S; 37°05'05.24"O
Assú	Estrada vicinal	05°38'34.46"S; 37° 4'28.07"O
Assú	Estrada vicinal	05°38'19.69"S; 37° 4'12.69"O
Assú	Estrada vicinal	05°37'21.53"S; 37° 3'12.15"O
Assú	Estrada vicinal	05°36'56.68"S; 37° 2'46.50"O
Assú	Estrada vicinal	05°36'50.55"S; 37° 2'39.64"O
Assú	Estrada vicinal	05°36'40.72"S; 37° 2'32.03"O
Assú	Rodovia federal BR 304	05°34'39.76"S; 37° 1'31.46"O
Assú	Estrada vicinal	05°36'39.73"S; 37° 1'47.60"O
Assú	Rodovia estadual RN 233	05°37'08.12"S; 36°58'52.09"O
Assú	Estrada vicinal	05°38'08.32"S; 36°55'37.17"O
Assú	Estrada vicinal	05°38'30.92"S; 36°54'05.48"O

Quadro 7.4-26 - Principais Benfeitorias e Edificações contidas dentro da faixa de servidão.

Ponto/Local	Benfeitorias	Coordenadas
Milagres	Área de mineração	07°18'41.85"S; 38°55'32.98"O
Milagres	Atividade agrícola	07°18'34.44"S; 38°55'32.34"O
Milagres	Atividade agrícola	07°18'31.72"S; 38°55'35.68"O
Milagres	Edificação	07°18'31.13"S; 38°55'33.69"O

Ponto/Local	Benfeitorias	Coordenadas
Milagres	Atividade agrícola	07°16'51.39"S; 38°54'57.92"O
Milagres	Atividade pecuária	07°16'45.00"S; 38°54'49.10"O
Barro	Edificação	07°12'02.35"S; 38°50'10.63"O
Barro	Área de mineração	07°11'16.33"S; 38°49'27.10"O
Barro	Área de mineração	07°10'29.23"S; 38°48'42.67"O
Barro	Atividade agrícola	07°09'15.01"S; 38°47'32.43"O
Barro	Área de mineração	07°09'13.31"S; 38°47'30.83"O
Barro	Edificação	07°08'47.26"S; 38°47'03.11"O
Barro	Área de mineração	07°08'13.99"S; 38°46'28.56"O
Barro	Atividade agrícola	07°07'37.03"S; 38°45'48.89"O
Barro	Área de mineração	07°07'02.36"S; 38°45'11.81"O
Barro	Edificação	07°05'28.44"S; 38°43'31.41"O
Barro	Edificação	07°05'24.90"S; 38°43'27.95"O
Barro	Edificação	07°05'25.57"S; 38°43'27.50"O
Barro	Atividade agrícola	07°05'17.29"S; 38°43'19.18"O
Barro	Área de mineração	07°05'16.24"S; 38°43'17.93"O
Barro	Área de mineração	07°03'14.70"S; 38°40'58.03"O
Cajazeiras	Edificação	07°01'54.22"S; 38°39'26.11"O
Cajazeiras	Edificação	07°01'54.50"S; 38°39'25.73"O
Cajazeiras	Edificação	07°00'41.11"S; 38°38'02.48"O
Cajazeiras	Edificação	07°00'39.09"S; 38°38'01.85"O
Cajazeiras	Edificação	07°00'39.84"S; 38°38'00.46"O
Cajazeiras	Edificação	07°00'37.33"S; 38°38'00.05"O
Cajazeiras	Açude	06°59'44.49"S; 38°36'59.50"O
Cajazeiras	Edificação	06°59'26.91"S; 38°36'39.33"O
Cajazeiras	Edificação	06°59'27.66"S; 38°36'38.62"O
Cajazeiras	Edificação	06°59'25.92"S; 38°36'37.89"O
Cajazeiras	Edificação	06°59'26.04"S; 38°36'36.22"O
Cajazeiras	Área de mineração	06°59'09.42"S; 38°36'18.31"O
Cajazeiras	Edificação	06°58'45.89"S; 38°35'51.40"O
Cajazeiras	Área de mineração	06°58'18.64"S; 38°35'20.22"O
Cajazeiras	Área de mineração	06°57'39.10"S; 38°34'35.55"O
Cajazeiras	Edificação	06°57'01.41"S; 38°33'53.58"O
Cajazeiras	Açude	06°56'22.29"S; 38°33'07.59"O
Cajazeiras	Edificação	06°56'00.86"S; 38°32'42.34"O
Cajazeiras	Edificação	06°55'53.43"S; 38°32'33.32"O

Ponto/Local	Benfeitorias	Coordenadas
Cajazeiras	Edificação	06°55'48.33"S; 38°32'27.35"O
Cajazeiras	Edificação	06°55'46.62"S; 38°32'28.12"O
Cajazeiras	Edificação	06°55'46.13"S; 38°32'26.59"O
Cajazeiras	Edificação	06°54'28.26"S; 38°30'57.16"O
Cajazeiras	Atividade agrícola	06°54'06.49"S; 38°30'32.37"O
Cajazeiras	Atividade pecuária	06°53'57.16"S; 38°30'20.95"O
Cajazeiras	Atividade agrícola	06°53'11.00"S; 38°29'31.49"O
Cajazeiras	Atividade agrícola	06°52'33.69"S; 38°28'52.80"O
Cajazeiras	Edificação	06°50'42.09"S; 38°26'57.57"O
Cajazeiras	Atividade agrícola	06°50'14.48"S; 38°26'27.93"O
Cajazeiras	Atividade agrícola	06°50'07.33"S; 38°26'20.76"O
Cajazeiras	Edificação	06°50'05.36"S; 38°26'18.02"O
São João do Rio do Peixe	Atividade agrícola	06°48'59.54"S; 38°25'10.05"O
São João do Rio do Peixe	Atividade agrícola	06°48'35.54"S; 38°24'45.16"O
São João do Rio do Peixe	Edificação	06°48'02.57"S; 38°24'09.76"O
São João do Rio do Peixe	Edificação	06°47'58.06"S; 38°24'07.30"O
São João do Rio do Peixe	Edificação	06°47'58.18"S; 38°24'05.75"O
São João do Rio do Peixe	Edificação	06°47'12.67"S; 38°23'19.90"O
São João do Rio do Peixe	Edificação	06°47'11.43"S; 38°23'17.35"O
São João do Rio do Peixe	Açude	06°47'05.43"S; 38°23'12.13"O
São João do Rio do Peixe	Atividade agrícola	06°45'40.14"S; 38°21'42.89"O
São João do Rio do Peixe	Edificação	06°45'23.44"S; 38°21'24.86"O
Sousa	Edificação	06°44'50.10"S; 38°20'51.80"O
Sousa	Atividade agrícola	06°44'42.14"S; 38°20'42.69"O
Sousa	Atividade agrícola	06°44'29.32"S; 38°20'29.52"O
Sousa	Atividade agrícola	06°44'18.15"S; 38°20'17.75"O
Sousa	Atividade agrícola	06°43'39.43"S; 38°19'37.52"O
Sousa	Edificação	06°41'57.44"S; 38°17'52.94"O
Sousa	Atividade agrícola	06°41'30.39"S; 38°17'23.39"O
Sousa	Açude	06°39'24.46"S; 38°14'56.38"O
Sousa	Edificação	06°38'38.54"S; 38°14'00.29"O
Sousa	Açude	06°37'53.03"S; 38°13'02.08"O
Sousa	Açude	06°37'22.74"S; 38°12'24.66"O
Sousa	Atividade agrícola	06°36'26.11"S; 38°11'14.11"O
Sousa	Edificação	06°36'21.47"S; 38°11'9.19"O
Lastro	Edificação	06°35'15.96"S; 38°09'46.71"O

Ponto/Local	Benfeitorias	Coordenadas
Lastro	Edificação	06°35'15.53"S; 38°09'46.45"O
Lastro	Edificação	06°35'15.08"S; 38°09'46.11"O
Lastro	Açude	06°35'9.63"S; 38°09'37.41"O
Santa Cruz	Edificação	06°33'37.25"S; 38°07'42.69"O
Santa Cruz	Atividade agrícola	06°33'35.89"S; 38°07'42.36"O
Santa Cruz	Atividade agrícola	06°30'40.93"S; 38°04'02.90"O
Santa Cruz	Edificação	06°30'29.69"S; 38°03'48.52"O
Santa Cruz	Açude	06°30'11.18"S; 38°03'25.15"O
Santa Cruz	Atividade agrícola	06°28'49.34"S; 38°01'44.16"O
Bom Sucesso	Edificação	06°25'15.38"S; 37°57'18.82"O
Alexandria	Edificação	06°24'29.75"S; 37°56'20.17"O
Alexandria	Edificação	06°24'7.45"S; 37°55'51.74"O
Alexandria	Edificação	06°21'04.47"S; 37°52'05.44"O
Alexandria	Edificação	06°21'04.08"S; 37°52'04.70"O
Alexandria	Edificação	06°20'54.51"S; 37°51'53.14"O
Alexandria	Atividade agrícola	06°20'51.40"S; 37°51'48.12"O
Catolé do Rocha	Edificação	06°17'54.65"S; 37°48'07.20"O
João Dias	Edificação	06°16'32.99"S; 37°46'36.74"O
Catolé do Rocha	Edificação	06°15'59.00"S; 37°45'50.87"O
Catolé do Rocha	Edificação	06°15'58.22"S; 37°45'51.36"O
Catolé do Rocha	Edificação	06°15'59.06"S; 37°45'51.18"O
Catolé do Rocha	Edificação	06°14'23.90"S; 37°43'46.68"O
Catolé do Rocha	Açude	06°13'00.03"S; 37°41'57.89"O
Catolé do Rocha	Atividade Agrícola	06°11'18.44"S; 37°39'45.30"O
Patu	Edificação	06°10'57.74"S; 37°39'21.38"O
Patu	Edificação	06°10'56.40"S; 37°39'21.12"O
Patu	Atividade Pecuária	06°10'46.71"S; 37°39'11.01"O
Patu	Edificação	06°09'41.04"S; 37°37'57.42"O
Patu	Edificação	06°08'20.83"S; 37°36'26.18"O
Patu	Açude	06°08'05.02"S; 37°36'09.79"O
Patu	Plantação	06°06'36.00"S; 37°34'30.99"O
Patu	Edificação	06°06'27.56"S; 37°34'22.90"O
Patu	Edificação	06°06'24.21"S; 37°34'17.71"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Área de Mineração	06°05'40.72"S; 37°33'29.91"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Área de Mineração	06° 4'49.39"S; 37°32'31.99"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Área de Mineração	06°03'27.29"S; 37°31'01.08"O

Ponto/Local	Benfeitorias	Coordenadas
Augusto Severo (Campo Grande)	Açude	06°02'09.24"S; 37°29'33.53"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Açude	05°59'39.04"S; 37°26'46.64"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Edificação	05°52'33.26"S; 37°18'53.02"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Edificação	05°51'45.07"S; 37°18'03.94"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Edificação	05°51'04.29"S; 37°17'20.58"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Edificação	05°51'03.55"S; 37°17'20.29"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Edificação	05°50'46.81"S; 37°17'04.84"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Área de Mineração	05°49'51.29"S; 37°16'08.50"O
Augusto Severo (Campo Grande)	Açude	05°47'41.30"S; 37°13'57.12"O
Paraú	Açude	05°44'01.33"S; 37°10'08.25"O
Assú	Edificação	05°38'37.20"S; 37°04'30.77"O
Assú	Edificação	05°34'31.78"S; 37°01'28.92"O

#### 7.4.3.8.5 Mapeamento das Áreas Rurais e Urbanas na AII e Análise de Crescimento Urbano na AII

Para mapear as áreas rurais e urbanas da AII (Área de Influência Indireta) utilizaram-se como base as Áreas de Apuração do IBGE. Esta classificação define “áreas geográficas delimitadas nos mapas e cadastradas para servir de unidade espacial de apuração dos dados censitários. Essas áreas são isoladas em setores censitários específicos” No presente estudo, aplicaram-se os conceitos de Área Urbana, Área Rural e Aglomerado Rural, fundamentados nas informações obtidas nas pesquisas de campo no Setor de Base Territorial (SBT) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Segundo definição do IBGE, áreas urbanas “são internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal. Para as cidades ou vilas onde não existe legislação regulamentadora, é estabelecido um perímetro urbano para fins da coleta censitária, cujos limites são aprovados pelo Prefeito local. Assim sendo, as áreas urbanas são constituídas por vilas (incluindo-se a sede)”.

As áreas rurais “são externas ao perímetro urbano”, incluindo-se os aglomerados rurais que são definidos por “número de domicílios (mais de 10 e menos de 51), caracterizados por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou dispostos ao longo de uma via de comunicação. Os resultados dessa classificação estão apresentados nos Mapas de Áreas Rurais e Urbanas na AII, no Apêndice 7.30.

Já para a análise dos vetores de crescimento e as tendências de expansão urbana dos municípios da All, inicialmente foi estabelecida como área de influência para o estudo uma faixa de 5 km para cada lado da LT, a partir do eixo do traçado. O critério utilizado para delimitação desse corte foi o entendimento de que, nesse perímetro, a incidência dos impactos da implantação e operação do Empreendimento ocorre de forma direta. Dentro desta faixa encontram-se 13 sedes municipais: no Ceará, Milagres à distância de 1,5 km do eixo da LT (SE), e Barro a 2,9 km do eixo da LT; na Paraíba, Cajazeiras a 3,1 km do eixo da LT, Santa Cruz a 2,2 km do eixo da LT, Bom Sucesso a 3,2 km do eixo da LT, Brejo dos Santos a 4,5 km do eixo da LT; no Rio Grande do Norte, Alexandria a 3,7 km, João Dias a 1,1 km, Patu a 4,4 km, Messias Targino a 1,4 km, Janduís a 4,3 km, Campo Grande a 0,4 km, e Assú a 4,8 km do eixo da LT.

Observa-se que somente os municípios de Milagres, Santa Cruz, João Dias, Messias Targino e Campo Grande, apresentam áreas urbanas na AID do traçado em estudo.

A partir deste levantamento, foi realizado um estudo do comportamento urbano, mapeando os eixos de expansão de cada uma das 13 sedes municipais contidas na faixa de 5 km. O mapeamento foi realizado através de pesquisas de campo, análises comparativas de imagens de satélite<sup>46</sup> atuais e antigas, e planos diretores municipais<sup>47</sup>, a fim de verificar todas as tendências urbanas de crescimento. O mapa, como se pode observar no Apêndice 7.31 (Mapas de Análise do Crescimento Urbano na All), está ilustrando cada sede a partir de três tipologias urbanas: o 'Núcleo Fundador', como o marco zero da urbe, o núcleo urbano original; a "Área Urbana Consolidada", como área de estabelecimento urbano, com poucos lotes livres; e a "Área de Expansão Urbana", como as áreas novas da cidade ou em processo de expansão, com predominância de lotes livres, a serem consolidados. Os mapas ainda ilustram os vetores de crescimento urbano através de setas que indicam as rotas de expansão da urbe.

Em termos urbanísticos, a presença de uma LT não se configura como um limitador da expansão urbana. Pois, a mesma não realiza, como outras obras lineares (estradas para grandes fluxos e ferrovias), um seccionamento da malha urbana. Superado o impedimento de ocupação na faixa de domínio, o tecido urbano mantém a continuidade. Exemplo dessa situação ocorre em Milagres, onde ocorre a chegada de algumas LTs na Subestação Milagres, existente. Reservada a área de domínio, a cidade

<sup>46</sup> Imagens captadas com o software Google Earth Pro, versão 7.0.2.8415.

<sup>47</sup> Municípios que possuem Planos Diretores: Barro / CE, Milagres / CE, Assú / RN, Cajazeiras / PB, Catolé do Rocha / PB, Sousa / PB.



colocaliza-se de ambos os lados do traçado (Ver Figura 7.4-59 e Figura 7.4-60).



Figura 7.4-59 – Município de Milagres/CE e a coexistência com as Linhas de Transmissão (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-60 – Município de Milagres/CE e a coexistência com as Linhas de Transmissão (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

#### 7.4.3.8.6 Programas Governamentais

Os planos e programas governamentais propostos para implantação na Área de Influência Indireta serão descritos a seguir, organizados de acordo com a esfera a qual estão subordinados, federal ou estadual. Considerando o caráter do empreendimento, foram priorizados aqueles planos voltados às obras de infraestrutura. Em cada plano apresentado, os municípios da All do Meio Socioeconômico estão em destaque, a fim de facilitar a visualização.

##### a. Planos e Programas Federais

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2: um programa do governo federal brasileiro que conglomerava políticas econômicas planejadas, que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico e social do país, priorizando o investimento em infraestrutura, áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos



hídricos, entre outros. Dentre os planos e obras do PAC 2, aqueles que contemplam a área do empreendimento são:

- LT 230 kV Paraíso - Assú II, C3 – RN<sup>48</sup>: Projeto de Linha de Transmissão que atravessará as cidades de **Assú** e **Santa Cruz**, no estado do Rio Grande do Norte. O projeto está sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, sendo a execução de responsabilidade da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, CHESF. Encontra-se em fase de licitação de obra.
- Sistema Adutor Alto Oeste – RN<sup>49</sup>: Projeto de um sistema adutor na cidade de **Alexandria**, no estado do Rio Grande do Norte. O projeto está sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, sendo a execução de responsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Encontra-se em fase de obras.
- Cinturão das Águas do Ceará - Trecho I – CE<sup>50</sup>: Projeto de um grande sistema gravitatório de canais aquíferos para a condução das águas do São Francisco para 93% do território cearense, inclusive para as regiões mais secas do estado, bem como para aquelas de potencial turístico e econômico, atravessando as cidades de Jati, Porteiras, Brejo Santo, Abaiara, Mauriti, Barbalha, Crato, **Milagres**, Nova Olinda, Farias Brito, Lavras da Mangabeira, Aurora, Cariús, Iguatu, Quixelô, Icó, Orós. O projeto está sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, sendo a execução de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará. Encontra-se em Ação Preparatória.
- Ferrovia Nova Transnordestina - Missão Velha - Salgueiro – CE-PE<sup>51</sup>: Projeto de trecho da ferrovia Transnordestina, nos estados do Ceará e Pernambuco. O projeto está sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes, sendo a execução de responsabilidade da empresa Concessionária TL S/A. O projeto atravessa os municípios de Missão Velha/CE, **Milagres/CE**, Abaiara/CE, Brejo Santo/CE, Jati/CE, Penaforte/CE, Salgueiro/PE, com orçamento previsto de R\$96.300.000,00. O projeto encontra-se em fase de obras.
- Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional - Eixo Norte - Trechos I e II – CE – PB – PE - RN<sup>52</sup>: Empreendimento

<sup>48</sup> Disponível em <<http://www.pac.gov.br/obra/46855>>. Acesso em 23/05/2013.

<sup>49</sup> Disponível em <<http://www.pac.gov.br/obra/1563>>. Acesso em 23/05/2013.

<sup>50</sup> Disponível em <<http://www.pac.gov.br/obra/8035>>. Acesso em 23/05/2013.

<sup>51</sup> Disponível em <<http://www.pac.gov.br/obra/15381>>. Acesso em 23/05/2013.

<sup>52</sup> Disponível em <<http://www.pac.gov.br/obra/4245>>. Acesso em 23/05/2013.

destinado a assegurar a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto e a execução estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. O projeto intervirá diretamente nos municípios de Abaiara/CE, Alto Santo/CE, Aquiraz/CE, Aracati/CE, Aurora/CE, Baixio/CE, Barbalha/CE, **Barro/CE**, Beberibe/CE, Brejo Santo/CE, Caririaçu/CE, Cascavel/CE, Caucaia/CE, Cedro/CE, Chorozinho/CE, Crato/CE, Eusébio/CE, Fortaleza/CE, Fortim/CE, Granjeiro/CE, Guaiúba/CE, Horizonte/CE, Icapuí/CE, Icó/CE, Ipaumirim/CE, Itaiçaba/CE, Itaitinga/CE, Jaguaretama/CE, Jaguaribara/CE, Jaguaribe/CE, Jaguaruana/CE, Jardim/CE, Jati/CE, Juazeiro do Norte/CE, Lavras da Mangabeira/CE, Limoeiro do Norte/CE, Maracanaú/CE, Maranguape/CE, Mauriti/CE, **Milagres/CE**, Missão Velha/CE, Morada Nova/CE, Ocara/CE, Pacajus/CE, Pacatuba/CE, Palhano/CE, Penaforte/CE, Pindoretama/CE, Porteiras/CE, Quixeré/CE, Russas/CE, São Gonçalo do Amarante/CE, São João do Jaguaribe/CE, Tabuleiro do Norte/CE, Umari/CE, Várzea Alegre/CE, **São João do Rio do Peixe/PB**, Aparecida/PB, Areia de Baraúnas/PB, Assunção/PB, Belém do Brejo do Cruz/PB, Bernardino Batista/PB, Bom Jesus/PB, **Bom Sucesso/PB**, Bonito de Santa Fé/PB, Brejo do Cruz/PB, **Brejo dos Santos/PB**, **Cachoeira dos Índios/PB**, Cacimba de Areia/PB, **Cajazeiras/PB**, Carrapateira/PB, **Catolé do Rocha/PB**, Condado/PB, Vista Serrana/PB, Jericó/PB, Junco do Seridó/PB, Lagoa/PB, **Lastro/PB**, Malta/PB, Marizópolis/PB, Mato Grosso/PB, Monte Horebe/PB, Nazarezinho/PB, Passagem/PB, Patos/PB, Paulista/PB, Poço Dantas/PB, Poço de José de Moura/PB, Pombal/PB, Quixabá/PB, Riacho dos Cavalos/PB, Salgadinho/PB, **Santa Cruz/PB**, Santa Helena/PB, Santa Luzia/PB, Joca Claudino/PB, São Bento/PB, São Bentinho/PB, São Domingos/PB, São Francisco/PB, São José da Lagoa Tapada/PB, São José de Espinharas/PB, **São José de Piranhas/PB**, São José do Brejo do Cruz/PB, São José do Sabugi/PB, São Mamede/PB, **Sousa/PB**, Triunfo/PB, Uiraúna/PB, Várzea/PB, Vieirópolis/PB, Araripina/PE, Bodocó/PE, Cabrobó/PE, Carnaubeira da Penha/PE, Cedro/PE, Exu/PE, Granito/PE, Ipubi/PE, Mirandiba/PE, Ouricuri/PE, Parnamirim/PE, Salgueiro/PE, São José do Belmonte/PE, Serrita/PE, Moreilândia/PE, Terra Nova/PE, Trindade/PE, Verdejante/PE, tendo como orçamento previsto de R\$3.064.910.000,00 até 2014, e R\$515.720.000,00 após 2014. O Empreendimento encontra-se em fase de obras.

- Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco - CE PB PE RN<sup>53</sup>: Projeto para a recuperação dos reservatórios que receberão a água da transposição do rio São Francisco, nos municípios de Orós/CE, Icó/CE, Banabuiú/CE, Jaguaribara/CE, Mauriti/CE, Brejo Santo/CE, Jati/CE, Monteiro/PB, **Cajazeiras/PB**, Cabaceiras/PB, **São José de Piranhas/PB**, Piancó/PB, **Sousa/PB**, Parnamirim/PE, Ibimirim/PE, Floresta/PE, **Assú/RN**, São Rafael/RN, Pau dos Ferros/RN. O projeto e a execução estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, com orçamento previsto em R\$200.000.000,00. O projeto encontra-se em fase de obras.
- Ramal do Entremontes - Projeto - CE RN<sup>54</sup>: Projeto para construção de ramais de ligação na bacia que receberá a transposição do rio São Francisco, trecho entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, interligando os municípios de **Assú/RN**, Apodi/RN e Jaguaribe/CE. O projeto e a execução estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, com orçamento previsto em R\$40.000.000,00. O projeto encontra-se em fase de execução.

b. Planos e Programas Regionais:

i. *Sul Cearense*

- Plano Safra<sup>55</sup>: maior programa de crédito fundiário do país, com orçamento para investir R\$ 22,3 bilhões em todo o Brasil. O estado do Ceará deve receber R\$ 960 milhões para a safra 2012/2013 – e desse valor, R\$ 750 milhões estão disponíveis para financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o propósito de apoiar os agricultores por meio linhas de crédito de investimento (R\$ 500 milhões) e custeio (R\$ 250 milhões). Em 2014, serão mais de 260 mil imóveis cadastrados no estado, em 15 milhões de hectares. Já foram entregues cerca de 50 mil títulos de propriedade rural.
- Programa de regularização fundiária<sup>12</sup> de Governo do Estado do Ceará, que já liberou aproximadamente R\$ 1,7 milhão para a renegociação de dívidas de trabalhadores rurais do Projeto Cédula da Terra, em 114 assentamentos. O governo estadual já realizou a entrega de 26.116 títulos de propriedades rurais,

<sup>53</sup> Disponível em <<http://www.pac.gov.br/obra/8203>>. Acesso em 23 de Maio de 2013.

<sup>54</sup> Disponível em <<http://www.pac.gov.br/obra/8057>> Acesso em 23 de Maio de 2013.

<sup>55</sup> Disponível em <<http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/6457-plano-safra-20122013-destina-r-960-milhoes-para-o-ceara>> Acesso em 23 de Maio de 2013.

entregues aos municípios de Abaiara, Barbalha, Beberibe, Caridade, Itapipoca, Itarema, **Milagres**, Morada Nova, Russas, Salitre, Santa Quitéria, Tamboril, Solonópole e Tauá.

- Programa Quintais Produtivos<sup>56</sup>: o Projeto é um modelo de exploração da terra, conduzido por agricultores familiares, em pequenas áreas definidas na unidade produtiva, que se caracterizam pelo cultivo irrigado e diversificado de espécies produtivas, agrícola ou pecuária e plantas medicinais, na mesma área, objetivando a melhoria do padrão alimentar e a geração de renda. Na região Sul Cearense serão implantados 1.468 quintais produtivos (1.083 cisternas de enxurrada e 385 barragens subterrâneas), beneficiando os municípios de Antonina do Norte, Assaré, Potengi, Tarrafas, Araripe, Brejo Santo, Farias Brito, **Milagres**, Porteiras, Salitre, Barbalha, **Barro**, Caririaçu, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti e Missão Velha. O investimento total será de R\$ 18,03 milhões, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O projeto prevê a compra da produção por parte do Governo Estadual. A produção dos agricultores familiares está sendo destinada ao programa de aquisição de alimentos (PAA) do Governo Federal, cuja garantia de comercialização estimula o aumento do número de comunidades envolvidas no processo.

## *ii. Sertão Paraibano*

- Programa Minha Casa Minha Vida<sup>57</sup>, para municípios com menos de 50 mil habitantes. Para construção de 3.705 unidades habitacionais em 103 municípios paraibanos. Dos 10 municípios da All, oito possuem o perfil do programa, ou seja, tem população de menos de 50 mil habitantes. Apenas Cajazeiras e Sousa possuem populações superiores ao estabelecido.
- Programa do Governo do Estado da Paraíba<sup>58</sup>, através da Companhia de Desenvolvimento dos Recursos Minerais (CDRM) em parceria com o Ministério da Integração Nacional, para a perfuração e instalação de poços na Paraíba. O programa prevê a aquisição de novas perfuratrizes, a fim de acelerar o processo

<sup>56</sup> Disponível em <<http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/7691-novos-quintais-produtivos-e-retroescavadeiras-beneficiarao-a-regiao-do-cariri>> Acesso em 23 de Maio de 2013.

<sup>57</sup> Disponível em <<http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida/pb>>. Acesso em 23/05/2013.

<sup>58</sup> Disponível em <<http://www.paraiba.pb.gov.br/61160/cdrm-vai-perfurar-ate-150-pocos-por-mes-com-aquisicao-de-tres-perfuratrizes.html>>. Acesso em 23/05/2013.

de perfuração. Em 2013, as máquinas já perfuraram 36 poços e cinco já foram instalados com cata-vento e as respectivas bombas para a captação de água.

*iii. Oeste Potiguar*

- Programa Cisternas<sup>59</sup>: um programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS, em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria do Trabalho e da Secretaria da Assistência Social, SETHAS. Com investimentos de R\$ 4,7 milhões, o programa prevê, até o final de junho, a construção de 3.100 reservatórios de alvenaria em 47 municípios potiguares.
- Projeto do Governo do Estado, já em execução, para a construção da Barragem Santa Cruz do Apodi<sup>60</sup>, na Bacia do Apodi-Mossoró, no boqueirão denominado Santa Cruz, no município de Apodi/RN, distante 18 km da sede do município. O projeto tem por finalidades a irrigação de 9.236 ha na chapada do Apodi, no perímetro denominado Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, com anteprojeto de engenharia e estudo de viabilidade já executados. A área total do projeto é de 26.372 ha, sendo que os 17.136 ha restantes serão aproveitados após a implantação do Projeto de Transposição de Bacias do Rio São Francisco. A obra garantirá o abastecimento de água a 108.000 habitantes, beneficiando um total de 27 cidades do alto oeste potiguar, sendo 04 delas em sua bacia: Apodi, Felipe Guerra, Caraúbas e Gov. Dix-Sept Rosado, e 23 cidades contempladas pela Adutora Alto Oeste: Água Nova, **Alexandria**, **Antônio Martins**, Frutuoso Gomes, Itaú, **João Dias**, José da Penha, Lucrecia, Luiz Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Olho d'Água dos Borges, Paraná, Pilões, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, Rodolfo Fernandes, Serrinha dos Pintos, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Umarizal e Viçosa, mais 02 distritos: Caiçara e Mata de São Braz.
- Programa Água Boa, em execução desde 1995, executada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, visa ampliar a oferta de água para as populações carentes. Utiliza tecnologia avançada na obtenção e distribuição de água subterrânea e superficial.

<sup>59</sup> Disponível em <http://www.rn.gov.br/imprensa/noticias/representantes-do-mds-avaliam-como-satisfatorio-programa-de-cisternas-no-rn/15210/>. Acesso em 23 de Maio de 2013.

<sup>60</sup> Disponível em < <http://www.rn.gov.br/imprensa/noticias/governadora-fiscaliza-obras-da-adutora-apodi-mossoro-e-do-acesso-ao-reservatorio-de-santa-cruz/15154/>>. Acesso em 23 de Maio de 2013.

- Projeto<sup>61</sup> do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS em convênio com o Governo do Rio Grande do Norte, através da SETHAS, para a construção de duas mil cisternas de placa, 5.100 de calçadão, de 56 mil litros, 250 tanques de produção, dedicados para criação de animais e produção de alimentos, e 120 cisternas em escolas, onde serão investidos R\$ 33,8 milhões. Ao todo, 62 municípios serão contemplados, inclusive os da All do Empreendimento.

#### 7.4.4 Populações Tradicionais

Esta Seção apresenta as principais características das populações tradicionais identificadas nos municípios que compõem a Área de Influência Indireta (All) do empreendimento. Para tanto, se faz necessária uma breve definição do conceito de comunidade tradicional.

No Brasil, a expressão comunidades ou populações tradicionais surgiu a partir da problemática ambiental, no contexto da criação das unidades de conservação (UCs) protegidas pelo governo. A princípio, o conceito aparece relacionando esse tipo de comunidade a segmentos sociais específicos como forma de criar categorias de diferenciação, com o intuito de se propor ações governamentais diferenciadas para essas populações.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o conceito de comunidade tradicional tem diferentes perspectivas. Essas perspectivas foram comentadas em texto referencial que trata das comunidades tradicionais e políticas públicas, em que alguns autores relacionam essas populações à falta de economia de mercado ou a não subordinação de suas relações sociais a essa economia. Outros as diferenciam pelo uso de seu território, que estaria ligado ao sentido de pertencimento daquele lugar, além do uso comum da terra e a memória coletiva. Existem, ainda, os autores que priorizam a questão do uso de tecnologias tradicionais, ligados à natureza holística que se veem como pertencente daquele ambiente (DIEGUES; ARRUDA; SILVA, 2000).

Apesar das múltiplas interpretações acerca das populações tradicionais, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem sua própria definição:

Da nossa parte, partimos do conceito de comunidade entendida como

---

<sup>61</sup> Disponível em <<http://www.rn.gov.br/imprensa/noticias/governo-do-rn-anuncia-investimentos-para-oeste-durante-entrega-de-cisternas-em-sao-miguel/15002/>>. Acesso em 23 de Maio de 2013.

um grupo que interage diretamente, face a face, e que é capaz de agir coletivamente a partir destas interações, que compartilha um patrimônio e um pacote de recursos, dentro eles o território, sobre os quais são estabelecidos direitos coletivos (COSTA FILHO; ALMEIDA; MELO, 2009, p.4).

Aqui, no presente estudo, tem-se como principal referencial o conceito explicitado no Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro 2007 (BRASIL, 2007), que compreende por Povos e Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O decreto define ainda os territórios tradicionais como

Os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. (op. cit.)

É preciso ressaltar que, apesar da definição de “território tradicional” estar diretamente ligada ao conceito de “comunidade tradicional”, nem toda comunidade tem propriedade das terras em que vivem.

De acordo com a Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011:

Terra indígena: as áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por portaria da FUNAI, publicada no Diário Oficial da União, ou áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela FUNAI em razão da localização de índios isolados;

Terra quilombola: as áreas ocupadas por remanescentes de comunidades dos quilombos, que tenha sido reconhecida pelo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, devidamente publicado.

Foi realizada consulta formal à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, através do Ofício Co 009/2013 (Anexo 7.5), informando as distâncias das Terras Indígenas<sup>62</sup> em relação ao traçado do empreendimento, conforme limites estabelecidos na Portaria Interministerial nº 419/2011, e solicitando parecer em relação à interferência em Terras Indígenas. No entanto, até o presente momento não se obteve manifestação deste Órgão.

Em relação às Terras Quilombolas, apenas uma Terra Quilombola localiza-se dentro da

<sup>62</sup> Conforme fontes oficiais da FUNAI disponíveis em seu sítio eletrônico e obtidas em 14/03/2013.



All. Trata-se da Comunidade Jatobá, no município de Patú/RN, cujo RTID já foi concluído e devidamente publicado do Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2006. Porém, no decorrer da pesquisa de campo, foram localizadas e caracterizadas comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombos.

Em consulta formal realizada na Fundação Cultural Palmares (Ofício Co 001/2012 apresentado no Anexo 7.6), obteve-se a manifestação desta Fundação em relação às comunidades certificadas existentes nos municípios da área de influência indireta (Ofício nº 13/2013-DPA/FCP/MINC, Anexo 7.7, quais sejam:

- Comunidade Quilombola Bela Vista do Piató, município de Assú/RN; e
- Comunidade Quilombola Jatobá, município de Patu/RN.

#### 7.4.4.1 Metodologia

A metodologia utilizada no estudo das Populações Tradicionais contou com as etapas da pesquisa prévia, vivência de campo e produção dos relatórios. Na fase de pesquisa prévia, foi realizada a coleta de dados secundários sobre as comunidades localizadas na Área de Influência Indireta da LT 500 kV Milagres II – Açú III, Seccionamentos e Subestações Associadas.

Diversos documentos, relatórios, trabalhos acadêmicos, levantamentos oficiais, dentre outros, foram consultados e, por meio do cruzamento de dados de tais fontes, foi-se construindo uma lista de comunidades com características que interessavam a este estudo. Esses dados serviram como norteadores para o trabalho de campo. Desse modo, foram identificadas as comunidades classificadas como tradicionais, de acordo com o Decreto nº 6.040, de 2007.

Em campo, foram realizadas entrevistas com funcionários de órgãos locais como, prefeituras, secretarias e institutos ligados à agricultura. Tais entrevistas serviram como complemento à pesquisa preliminar, auxiliando na identificação de comunidades com o perfil foco da pesquisa.

Além da observação nas pesquisas de campo, a principal ferramenta de trabalho utilizada no estudo foram as entrevistas semiestruturadas. Tais entrevistas foram realizadas com integrantes dos chamados “canais oficiais” de informação, ou seja, prefeituras, associações, sindicatos e, posteriormente, com membros das comunidades,



objetos deste estudo.

Durante a realização dessa pesquisa, foram visitadas 31 comunidades localizadas ao longo da Área de Influência Indireta do Meio Socioeconômico do empreendimento, estipulado pelo Termo de Referência emitido pelo IBAMA. Nessas ocasiões, foram realizadas entrevistas, observações e registros fotográficos. Com isso, buscou-se a compreensão de seus hábitos, costumes, tradições, atividades econômicas, enfim, a relação existente entre estas comunidades e ambiente ao seu redor.

Foram efetuadas 35 entrevistas, das quais a maioria foi registrada, o que gerou um total de 5 horas de gravação, aproximadamente. A análise do discurso dos atores sociais envolvidos com a realidade de tais comunidades, aliada às fontes oficiais de informação, aparecem como os principais pilares da pesquisa.

É importante ressaltar que não foram necessários estudos específicos, conforme a Portaria Interministerial n. 419/2011, pois não foram identificadas Terras indígenas - conforme definição da Portaria – dentro dos limites estabelecidos como Área de Influência do Empreendimento.

#### 7.4.4.2 Resultados

Após conclusão das análises dos materiais coletados nas etapas de gabinete e de pesquisa de campo, constatou-se que grande parte das localidades visitadas não se enquadrava nos perfis foco do estudo, conforme conceitos apresentados anteriormente, neste Estudo. Assim, resolveu-se por não se apresentar neste trabalho parte das comunidades visitadas por não se enquadrarem no perfil do nosso estudo, ou seja, não eram comunidades tradicionais.

Não foram identificados Terras Indígenas na All do empreendimento, conforme pode ser visualizado no Mapa de Terras Indígenas (Apêndice 7.32). No entanto, duas comunidades autointituladas descendentes de povos indígenas foram localizadas, identificadas e caracterizadas, conforme tabela abaixo. Observa-se que não foram identificados estudos conclusivos sobre essa hipótese.

Tabela 7.4-1 - Comunidades Remanescentes de Povos Indígenas na All.

Comunidade	Município/ Estado	Grupo Indígena	Nº de famílias	Estimativa populacional <sup>63</sup>	Distância da LT (aproximada)
Banguê	Assú/RN	Potiguara	47	207	10 km
Caboclos	Assú/RN	Potiguara	39	89	8 km

Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril e maio de 2013.

O estudo revelou também que, na All do empreendimento, não existem Territórios Quilombolas. Entretanto, foram identificadas seis Comunidades Remanescentes de Quilombos, das quais 5 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e uma encontra-se em processo de certificação (Apêndice 7.33).

Conforme o Diagnóstico da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR (2012, pág. 33), "a certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade como quilombola." Assim, a maioria das comunidades identificadas no estudo encontra-se nesse primeiro "estágio".

Somente após a certificação, de responsabilidade da FCP, a comunidade pode abrir processo para regularização fundiária junto ao INCRA e, desse modo, tornar-se legalmente proprietária da terra. Só existe, então, um Território Quilombola quando há a titulação de determinada porção de terra como pertencente a uma determinada comunidade remanescente de quilombo. É importante ressaltar que a comunidade tem a liberdade de escolha no que diz respeito a solicitar, ou não, a titulação das terras onde vive.

A Comunidade de Jatobá, no município de Patu, no estado do Rio Grande do Norte, é a única comunidade que possui Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID e com processo de titulação das terras em estágio mais avançado.

<sup>63</sup> Entre a informação dos entrevistados em relação ao contingente populacional e aquele verificado pelo método utilizado ao longo do trabalho (conforme metodologia apresentada no item 7.4.2.1.6), ocorrem pequenas variações, as quais não comprometem o resultado final, pois a diferença entre um dado e outro é mínima. Ao longo da análise foram privilegiados os dados obtidos através das entrevistas, evitando-se assim procedimentos de "julgamentos".

Tabela 7.4-2 - Comunidades Remanescentes de Quilombos na All.

Comunidade	Município/ Estado	Situação junto à FCP	Nº de famílias	Estimativa Populacional <sup>64</sup>	Distância da LT (Aproximada)
Bela Vista do Piató	Assú/RN	Certificada	187	748	3 km
Jatobá	Patu/RN	Certificada	30	120	9,5 km
Lagoa Rasa	Catolé Rocha/PB do	Certificada	13	52	10 km
Curralinho/Jatobá	Catolé Rocha/PB do	Certificada	8	32	10 km
São Pedro dos Miguéis	Catolé Rocha/PB do	Certificada	11	44	11,5 km
Pau de Leite	Catolé Rocha/PB do	Em processo	45	180	7 km

Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril e maio de 2013.

Além das comunidades indígenas e quilombolas, o estudo buscou identificar, também, comunidades tradicionais de outros tipos localizadas na All do empreendimento. A tabela abaixo apresenta as comunidades identificadas na All e AID do empreendimento, que ainda apresentam alguns traços característicos de comunidades tradicionais. Porém, com base nas informações levantadas em campo, não é possível afirmar que de fato são comunidades tradicionais, pois nas mesmas foram verificadas atividades típicas das relações de compra e venda da força trabalho, cultivo na forma de meeiros, indefinição quanto à posse da terra, além do fato de não se reconhecerem como grupos socialmente diferenciados, condição fundamental, de acordo com o Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007.

Tabela 7.4-3 - Com Traços Remanescentes de Comunidades na All.

Comunidade	Município/ Estado	Tipo	Estimativa Populacional <sup>65</sup>	Distância da LT (Aproximada)
Sítio Escondido	Patu-RN	Agricultura Familiar	75	0,1 km
Gameleira	Patu/RN	Agricultura Familiar	134	0,2 km
Rajada	Patu/RN	Agricultura Familiar	79	4 km

<sup>64</sup> Entre a informação dos entrevistados em relação ao contingente populacional e aquele verificado pelo método utilizado ao longo do trabalho (conforme metodologia apresentada no item 7.4.2.1.6), ocorrem pequenas variações, as quais não comprometem o resultado final, pois a diferença entre um dado e outro é mínima. Ao longo da análise foram privilegiados os dados obtidos através das entrevistas, evitando-se assim procedimentos de “julgamentos”.

<sup>65</sup> Entre a informação dos entrevistados em relação ao contingente populacional e aquele verificado pelo método utilizado ao longo do trabalho (conforme metodologia apresentada no item 7.4.2.1.6), ocorrem pequenas variações, as quais não comprometem o resultado final, pois a diferença entre um dado e outro é mínima. Ao longo da análise foram privilegiados os dados obtidos através das entrevistas, evitando-se assim procedimentos de “julgamentos”.

Comunidade	Município/ Estado	Tipo	Estimativa Populacional <sup>65</sup>	Distância da (Aproximada) LT
Saco e Saquinho	Patu/RN	Agricultura Familiar	144	0 km
Comunidades do Vale do Cuncas	Barro/RN	Agricultura Familiar e pesca artesanal	657	0 km
Engenho Velho	Barro/RN	Agricultura Familiar	260	1,5 km
Sftio Corrêa	Barro/RN	Agricultura Familiar	116	0,8 km
Oitis e Catolé	Milagres/CE	Agricultura Familiar	172	1 km

Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril e maio de 2013.

#### 7.4.4.2.1 Comunidades Indígenas

Apesar de toda história de miscigenação no Brasil, ainda se pode utilizar, como forma de diferenciação de alguns povos para acautelamento de suas terras e culturas o conceito de “comunidade indígena”, aqui explicado por “comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas.” (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL).

Segundo a legislação brasileira, os índios brasileiros devem ser reconhecidos, em todo território nacional por “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (BRASIL, 1988). A Carta Magna afirma que compete à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Sobre as definições a respeito das comunidades indígenas, diz o artigo 231 da Constituição Federal:

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis (BRASIL, 1988).

O Termo de Referência expedido pelo IBAMA estabelece como área de estudo sobre

Terras Indígenas toda a área de influência indireta (All) do empreendimento. O TR é guiado pela Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011, que define Terra Indígena como:

As áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por portaria da FUNAI, publicada no Diário Oficial da União, ou áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela FUNAI em razão da localização de índios isolados (MINISTÉRIOS DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DA JUSTIÇA, DA CULTURA E DA SAÚDE).

Nesse sentido, considerando-se a Constituição Federal, o Termo de Referência expedido pelo IBAMA e a Portaria Interministerial, não há presença de Terras Indígenas na Área de influência Direta ou Indireta da Linha de Transmissão 500 kV Milagres II- Açú III, Seccionamentos e Subestações Associadas. Porém, na Área de Influência Indireta do empreendimento, foi verificada a presença de duas comunidades de descendentes de índios da família Potiguara.

a. Os Potiguara

A nação indígena Potiguara é oriunda do grupo Tupi. O nome Potiguara significa coletor ou comedor de camarão (*poti* – camarão, *uará* – comedor) (ARARIPE, 2002). No século XVI eles eram predominantes no litoral do Nordeste. Por sua proximidade com o litoral, fizeram contato no primeiro século de colonização com portugueses, holandeses e franceses (MOONEN; MAIA, 1992)

Como tantas outras nações indígenas, passaram por expropriação de suas terras, foram estimulados aos casamentos inter-raciais e tiveram sua identidade omitida. Em 2004, os Potiguara tinham uma população estimada, pela FUNASA, em 10.837 habitantes, distribuídos em 32 aldeias (POVOS INDÍGENS NO BRASIL).

A seguir, serão descritas as comunidades que se autodefinem como descendentes de povos indígenas, localizadas na All do Empreendimento.

b. Comunidade Banguê – Assú/RN

A comunidade Banguê está situada no chamado Anel da Lagoa do Piató, no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte. Sua população é estimada em mais de 220 pessoas, num total de 47 famílias, de acordo com Dona Zélia Zacarias, Presidente da Associação Comunitária de Banguê e professora da escola da comunidade.



Figura 7.4-61 - Rua central Comunidade Banguê (Coordenadas: S05°29'24.3"/W036°57'12.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Na comunidade há uma escola, desativada recentemente, onde Dona Zélia foi professora por 47 anos e onde funciona a Associação Comunitária do Banguê. As casas da comunidade possuem cisternas e há um equipamento de dessalinização, do Programa Água Boa, do Governo do Estado, para tratamento da água proveniente de um chafariz. Há energia elétrica e telefone público, na localidade, que se estende por "[...] uma área com extensão aproximada de 01 léguas<sup>66</sup> de propriedade." (SEPLAN, 2012, pág. 11).



Figura 7.4-62 - Programa Água Boa – Banguê (Coordenadas: S05°29'24.2"/W036°57'12.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

As terras, onde a comunidade vive, pertencem a diversos proprietários que permitem a permanência das famílias. Esses donos das terras são descendentes da família do Capitão Zumba Marreiro e outros que foram, ao longo do tempo, adquirindo as terras

<sup>66</sup> Medida variável, de acordo com o período da história. No Brasil, equivale a aproximadamente 6.600 m, conforme HOUAISS, A. VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.



dos descendentes do fundador da comunidade. Os moradores permanecem nas terras num sistema de “parceria”, onde parte de sua produção é dada ao dono da terra (SEPLAN, 2012).

Banguê é uma comunidade que se autodefine como descendentes de povos indígenas. No entanto, não possui regulamentação nem, tampouco, delimitação das terras onde vive. Sua descendência seria dos povos Potiguara, de acordo com a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI)<sup>67</sup>.

De acordo com Dona Zélia, o Capitão Marreiro construiu seu casarão às margens da Lagoa do Piató em 1911 para viver com sua família. No local escolhido, habitavam índios que passaram a trabalhar em suas terras. Em 1933, o Capitão veio a falecer, deixando vários herdeiros, dentre eles sua filha Dona Senhorinha (Madrinha de D<sup>a</sup> Zélia), esposa de Alexandre Martins de Carvalho, o Padre Xanduzinho, “[...] que compartilhava as terras com a população indígena. Com sua morte (aproximadamente 15 anos depois), passou a pertencer a vários donos.” (SEPLAN, 2012, pág. 11).



Figura 7.4-63 - Casarão do Capitão Marreiro (Coordenadas: S05°29'23.4"/W036°57'09.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A maioria da população de Banguê vive da agricultura e da pesca na Lagoa do Piató, sendo que a pesca vem se destacando como principal atividade por conta das condições climáticas que vêm dificultando a prática da agricultura nos últimos anos. Assim, com o conhecimento transmitido de “pai pra filho”, a pesca se apresenta como principal forma de sustento dos moradores da localidade.

<sup>67</sup> Informação disponível em: <[http://www.anai.org.br/povos\\_rn.asp](http://www.anai.org.br/povos_rn.asp)>, acesso em: 20.04.2013.

### c. Comunidade Caboclos – Assú/RN



Figura 7.4-64 - Casa de taipa, em Caboclos (Coordenadas: S05°44'01.1"/W037°03'32.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A Comunidade Caboclos, também conhecida como Caboclos do Açu ou Caboclos do Riacho, localiza-se em Assú, próximo à divisa com o município de Paraú, no Rio Grande do Norte. Tem uma população estimada em 120 pessoas, sendo 39 famílias, ocupando um território com, aproximadamente, “[...] 2000 hectares de propriedade particular de dois fazendeiros.” (SEPLAN, 2012, pág.11) De acordo com o Sr. José Nélio de Melo, Tecnólogo da EMATER-RN, unidade de Assú:

Foi a EMATER que realmente tentou dar um nome à comunidade, através de associações... A EMATER fez um trabalho e criou... eles criaram, através da orientação da EMATER, uma associação. Então, já deu uma identidade praquela comunidade, né? [...] O caboclo... é terra de um proprietário. Mas, o atual prefeito... ele indenizou aquela área de moradia, do Caboclo, né? Indenizou... e hoje eles já estão... por que antes... ainda hoje... só tem casa de taipa! Se tiver duas de alvenaria é muito! Geralmente é casa de taipa... Então, o prefeito indenizou e hoje já estão com essa liberdade de fazer sua casinha, certo? O caboclo... que era só de um proprietário. (Entrevista concedida pelo Sr. José Nélio de Melo, Tecnólogo da EMATER-RN).

Trata-se de uma comunidade de descendentes de povos indígenas. De acordo com a ANAÍ (Associação Nacional de Ação Indigenista), a descendência é do povo Potiguara<sup>68</sup>. Sendo que a própria comunidade se autodefine como descendentes de índios que, fugindo da violência dos “brancos”, acabaram alojando-se naquele espaço. Tal pensamento, então, compõe a identidade dos moradores da localidade e, por meio da tradição, essa autoimagem é passada de geração em geração.

Por que vem dos mais véi, vem passando pros mais novos... e a gente

<sup>68</sup> Informação disponível em: <[http://www.anai.org.br/povos\\_rn.asp](http://www.anai.org.br/povos_rn.asp)>, acesso em: 20.04.2013.



vem toda vida mantendo aquela... aquela tradição. Aquelas palavras deles, que eles vinham dizendo que eram de índio e a gente continua assim! É por que às vezes a gente até... é discriminado por certas pessoas, mesmo... besta, ignorante... 'por que índio não é isso, índio não é aquilo!' Mas aí ninguém nunca se importou! (Entrevista concedida pelo Sr. Antônio Luiz Lopes, provável morador mais velho de Caboclos).

No entanto, a comunidade não é regulamentada e não há delimitação de terras. Sua situação é extremamente precária, sendo a agricultura e a criação de animais as atividades de subsistência praticadas pelas famílias, condição agravada pelas condições climáticas desfavoráveis para ambas as atividades.

O Caboclo é mais agricultura mesmo! Quando existia período de inverno regular, o açude do riacho, eles... usufruem muito do açude do riacho. Da vazantezinha... mas, também, proprietário, né? Proprietário que cedia pra eles plantarem, né? E a parceria... através de parceria com o proprietário. Hoje, como esse açude tá seco, eles não tem nenhuma fonte! O Caboclo não tem fonte nenhuma! [...] É a comunidade mais carente, desde o setor econômico até a saúde... não tem posto de saúde, não tem escola, né? [...] Caboclo é o mais carente de tudo mesmo! Por que o Caboclo é como o nome... é como se fosse uma família, praticamente uma família! Caboclo tem um índice de deficientes mentais, tá... grande! Por que aí é um... casamento entre... certo? Muito forte em Caboclo... . (Entrevista concedida pelo Sr. José Nélio de Melo, Tecnólogo da EMATER-RN).

A agricultura, quando possível de ser desenvolvida, é executada de maneira rudimentar, servindo apenas para a subsistência. Aliada à criação de poucos animais, como bodes e gado (OLIVEIRA; VIEIRA; SOUZA, 2011). Uma das principais fontes de renda, na comunidade, são as aposentadorias dos mais velhos.

A comunidade não possui escola, sendo que suas crianças se deslocam até uma escola no município vizinho, Paraú, para estudar. Não há posto de saúde, nem mesmo igreja. Há fornecimento de energia elétrica, não há saneamento básico e a água consumida pelos moradores é salgada, de poço. Sendo que, para se ter acesso à água doce, é necessário aguardar o abastecimento por carros pipa.



Figura 7.4-65 - Entrevista com Seu Antônio (Coordenadas: S05°44'02.0"/W037°03'33.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Caboclos é uma comunidade carente, em diversos aspectos, e tem a ideia de descendência indígena arraigada em sua consciência, que continua sendo transmitida de geração em geração. Seu reconhecimento oficial não é uma realidade, mas tal processo já se encontra em andamento.

#### 7.4.4.2.2 Comunidades Quilombolas

O conceito de "comunidade quilombola" ou "remanescente de quilombo" foi utilizado como forma de diferenciar essas comunidades, de se buscar proteger seu território e sua cultura. Em termos de legislação, tem-se como definição mais precisa desses conceitos o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, em que no artigo 2º, considera:

Remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

O decreto acima, datado de 2003, é oriundo das preocupações com as questões quilombolas que tomaram fôlego a partir da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna, em seu artigo 6º, confere direitos territoriais às pessoas "remanescentes de quilombos" que estejam ocupando suas terras, de forma a garantir a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. Pode-se dizer que o termo "quilombo", antes da discussão

---

provocada pela Constituição, estava restrito aos historiadores e poucos especialistas (O'DWYER, 2002).

Os debates sobre território e identidade dessas comunidades suscitaram a participação da antropologia, dentre outras ciências sociais. Atualmente, o conceito de "remanescente de quilombo", ainda gera grande discussão, não se refere somente aos resquícios e resíduos arqueológicos para comprovar ocupação temporal, também não se trata de grupos isolados, nem tampouco homogêneos, "consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos na consolidação de um território próprio." (op. cit., p. 18).

De acordo com a Portaria Interministerial nº419/2011, são consideradas Terras Quilombolas, os territórios onde vivem comunidades devidamente reconhecidas como remanescentes de quilombos por meio do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Desse modo, apenas uma Terra Quilombola localiza-se dentro da AII. Trata-se da Comunidade Jatobá, no município de Patú/RN, cujo RTID já foi concluído e devidamente publicado do Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2006.

Porém, no decorrer da pesquisa de campo, foram localizadas e caracterizadas comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombos.

a. Comunidade Bela Vista do Piató – Assú/RN

A comunidade Bela Vista do Piató localiza-se no chamado Anel da Lagoa do Piató, a noroeste da sede municipal de Assú/RN. Trata-se de uma comunidade certificada pela Fundação Cultural Palmares - FCP como Comunidade Remanescente de Quilombos. De acordo com a Sr<sup>a</sup> Francione, Presidente da Associação Comunitária de Bela Vista do Piató, 187 famílias moram na comunidade. A localização da comunidade pode ser visualizada na Figura 7.4-66 a seguir e no Apêndice 7.33.

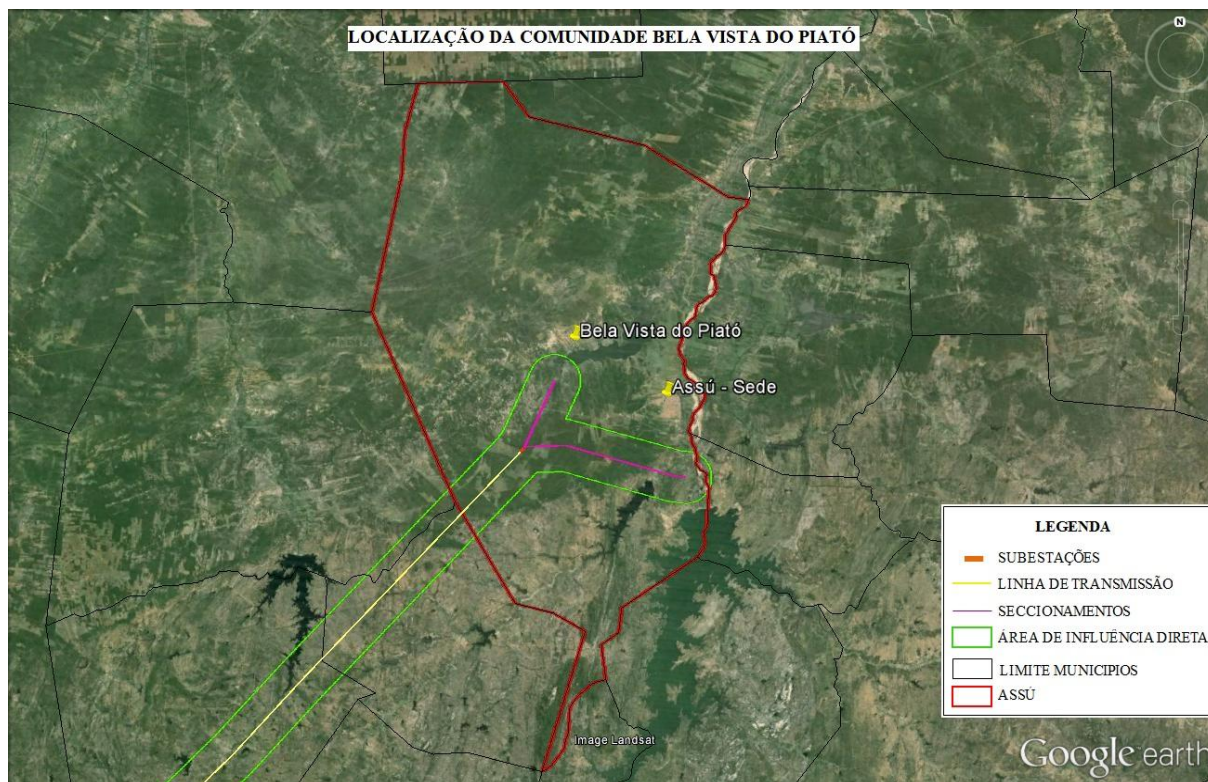


Figura 7.4-66- Localização da Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'28.60"W037°00'01.46") (Fonte: Google Earth, 2013, adaptado).

A via de acesso à comunidade Bela Vista do Piató se dá através de estrada vicinal estadual, não pavimentada, ligada à BR-304, conforme pode ser visualizado na Figura 7.4-67.



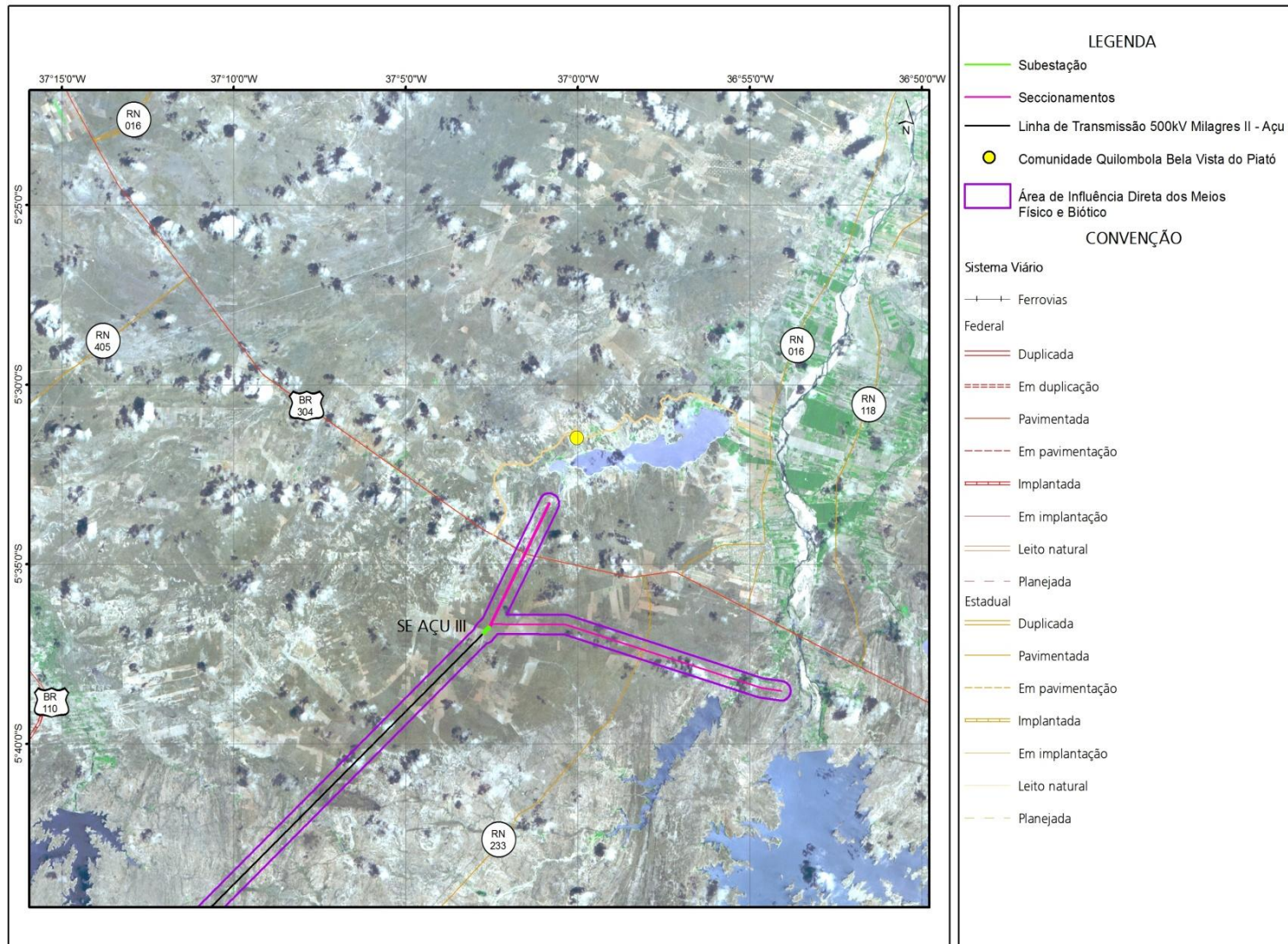


Figura 7.4-67 – Localização e principais vias de acesso à Comunidade de Bela Vista do Piató.

Bela Vista era conhecida, antigamente, como Vaca Morta, nome que não é do apreço dos moradores atuais e que preferem desconversar quando tal nome é lembrado. Sobre a origem da comunidade, Dona Francione conta:

Assim, aqui é uma comunidade quilombola, sabe? Antes de nós, pessoas... índios e escravos eram... foram os primeiros moradores daqui, viu? Tanto que tem pau de baobá aqui, sabe? E contam que... assim, foram surgindo pessoas e aí foram construindo famílias (Entrevista concedida pela Sr<sup>a</sup> Francione, Presidente da Associação Comunitária de Bela Vista Piató).

Inicialmente, a população de Bela Vista do Piató rejeitou a idéia de reconhecimento quilombola. Conforme informações de Dona Francione, o Padroeiro da comunidade era “pra ter sido” Santo Expedito, “que é um santo bem neguinho!”. Porém, a comunidade se sentia estigmatizada como comunidade negra e julgava que ter um santo negro como padroeiro reforçaria tal estigma. Por esse motivo, os moradores da comunidade optaram por Nossa Senhora das Dores, como padroeira.

Assim, após um longo processo, onde inúmeras reuniões foram realizadas pela Associação Comunitária de Bela Vista do Piató, os moradores aprovaram, no dia 07 de abril de 2010, o “autorreconhecimento de sua origem como negros e quilombolas”. Esse ato, comprovado por Ata da Assembleia, foi decisivo para a certificação conferida pela Fundação Cultural Palmares - FCP.

A comunidade é, assim, certificada pela Fundação Cultural Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombos, sendo que a publicação da certificação ocorreu em 27 de dezembro de 2010<sup>69</sup>. No Diário Oficial da União, a publicação é de 11 de maio de 2011<sup>70</sup>.

### *i. Infraestrutura*

Em Bela Vista do Piató a comunidade conta com posto de saúde, escola, energia elétrica, telefone público e água encanada. As ruas da comunidade não possuem pavimentação asfáltica.

<sup>69</sup>Informação disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=RN>> Acesso em: 02.03.2013.

<sup>70</sup>Informação disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=23&data=11/05/2011>> Acesso em: 03.05.2013.



Figura 7.4-68 - Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'21.9"W037°00'16.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A Escola Senador Georgino Avelino foi reformada, reestruturada e ampliada, no ano de 2012, pela Prefeitura Municipal de Assú, num investimento de mais de 75 mil reais. Na ocasião, foram realizadas obras de ampliação da cozinha, reparo nas instalações elétricas e hidráulicas, colocação de piso em cerâmica e pintura, proporcionando à escola uma nova realidade num ambiente com melhores condições para o ensino e aprendizagem.

Além disso, uma Sala de Informática foi instalada através do Programa Nacional de Informática na Educação, o PROINFO, do Governo Federal, oferecendo aos 120 alunos atendidos pela unidade a oportunidade de desenvolverem melhor seus trabalhos e atividade escolares.



Figura 7.4-69 - Escola Municipal Senador Georgino Avelino (Coordenadas: S05°31'23.8"W037°00'13.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A Comunidade conta, também, com uma Unidade Básica de Saúde, cuja instituição mantenedora é a Prefeitura do município. Está classificada como Centro de



Saúde/Unidade Básica no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde<sup>71</sup>.

A Unidade conta com Consultório de Clínicas Básicas, Odontologia, Sala de Curativos, Sala de Enfermagem (Serviços) e Sala de Imunização. São ofertados Serviços Especializados de Estratégia de Saúde da Família e Serviço de Atenção ao Pré-Natal, Parto e Nascimento.



Figura 7.4-70 – Unidade Básica de Saúde da Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'22.2"/W037°00'20.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

O Posto de Saúde de Bela Vita do Piató atende, também, a comunidades do entorno, como as comunidades de Areia Branca de Piató e Sítio Talhado.

## *ii. Economia*

As principais atividades desenvolvidas pelos moradores da comunidade são a pesca, a agricultura e a criação de animais, sendo, basicamente, atividades de subsistência (ver Figura de Uso e Ocupação do Solo – Comunidade Quilombola Bela Vista do Piató – Assú/RN, Figura 7.4-71).

A pesca é realizada na Lagoa do Piató, de forma artesanal. Na agricultura, há o cultivo de banana, melancia e feijão. Este último plantado apenas no chamado “inverno”, ou seja, no período chuvoso.

Na pecuária, cria-se galinha, ovelha e gado. É comum, também, os moradores de Bela Vista trabalharem por curtos períodos em comunidades próximas, em virtude de oferta de trabalho em colheitas em terras vizinhas. Outro motivo é a falta de chuvas que castiga a região e que dificulta a agricultura.

<sup>71</sup> Informação disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br>>. Acesso em 15.11.2013.



---

De maneira geral, essas atividades são praticadas pelos mesmos agentes, ou famílias. Ou seja, dependendo do período do ano ou das condições climáticas a atividade pode mudar. As atividades podem, também, serem praticadas concomitantemente. Como, por exemplo, a criação de animais de pequeno porte que ocorre em paralelo às demais atividades.







Figura 7.4-71 – Uso e Ocupação do Solo na Comunidade Bela Vista do Piató.





*iii. Manifestações Culturais*

Quanto à religião, em Bela Vista do Piató, o número de evangélicos é significativo. Tanto que há uma igreja evangélica na comunidade. No entanto, a maior parcela da população se declara católica. Assim, das duas igrejas existentes na localidade, uma é evangélica e a outra é católica.



Figura 7.4-72 – Igreja Católica da Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'21.2"/W037°00'13.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-73 – Igreja Evangélica da Comunidade Bela Vista do Piató (Coordenadas: S05°31'21.9"/W037°00'16.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

O fato de a maior parte da comunidade ser católica fica evidente em sua maior manifestação cultural. Trata-se de um período de festividades no qual uma santa católica é homenageada. Daí, outro indício da predominância católica em Bela Vista do Piató: Sua Padroeira é Nossa Senhora das Dores.

As festas em homenagem à padroeira da comunidade ocorrem no mês de setembro e contam com a participação de integrantes de outras comunidades dos arredores, que

são convidados.

Os festejos são divididos em 15 noites temáticas, onde são realizadas missas e novenas voltadas para os temas de cada noite. Em determinada noite a temática é a criança, em outra os idosos, em outra as comunidades convidadas são o foco. Ao final, na última noite, é servido um grande jantar.

Há alguns anos, eram realizadas festas com bandas e comercialização de bebidas alcoólicas. O que deixou de ser promovido por conta do aumento de casos de conflitos e confusões. Tais conflitos, segundo D<sup>a</sup> Francione, eram provocados por pessoas de fora da comunidade.

Como principais espaços de sociabilidade da comunidade, foram identificadas as duas igrejas da comunidade (católica e evangélica) e a Escola Municipal Senador Georgino Avelino. Espaços que atraem grande fluxo de moradores, rotineiramente, para variados tipos de reunião.

Como a produção de banana é uma das principais atividades, na comunidade, as mulheres de Bela Vista do Piató produziam artesanato utilizando a palha da bananeira como matéria-prima. Eram confeccionadas peças variadas como cestos, caixas etc. No entanto, o projeto deixou de existir por conta do não repasse de dinheiro para as artesãs. Pessoas “de fora” encomendavam produtos, levavam para vender e não pagavam o que era devido às artesãs de Bela Vista do Piató.

#### *iv. Situação Fundiária*

As terras ocupadas pela comunidade pertencem a vários donos, de acordo com informações da Associação Comunitária de Bela Vista do Piató. Sendo que, nas proximidades da Unidade Básica de Saúde, as terras pertenceriam à Prefeitura Municipal, conforme Dona Francione afirma.

Alguns proprietários sedem espaços para que os moradores construam suas casas. Como no caso do proprietário das terras onde a presidente da Associação mora. Além de permitir a construção da casa, ele ainda contribuiu com os materiais.

No entanto, em outros casos, há conflitos advindos dessa relação. Nesses casos, a Associação aconselha os moradores a se mudarem, com intuito de prevenir o acirramento de disputas pela terra.

Desse modo, é importante frisar que Bela Vista do Piató não é titulada como Terra

Quilombola. As terras ocupadas pelos membros da comunidade não pertencem aos moradores, o que já foi motivo de “pequenos conflitos”, de acordo com a D<sup>a</sup> Francione. Não há uma delimitação oficial das terras onde a comunidade vive.

*v. Impactos Diretos e Indiretos*

Com base no estudo realizado acerca das Populações Tradicionais identificadas nos municípios que compõem a Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento, avalia-se que há possibilidade de interferência na vida dos moradores da Comunidade Bela Vista do Piató. No entanto, tal interferência é improvável por conta da distância entre o empreendimento e a comunidade (cerca de 3 km), bem como pelo fato de haver uma “barreira” natural entre a comunidade e o empreendimento que, de certa forma, funciona como proteção para a comunidade: a Lagoa de Piató.

De uma maneira geral, os potenciais impactos referem-se, principalmente, à circulação de pessoas estranhas às comunidades, ligadas ao empreendimento, durante a construção e os possíveis riscos advindos deste fluxo incomum como, por exemplo, conflitos entre operários e moradores das comunidades, prostituição e transmissão de doenças.

No entanto, mesmo não prevendo-se interferências na Comunidade Quilombola Bela Vista do Piató, advindas das obras de implantação e operação do empreendimento, propõem-se ações específicas para esta comunidade, descritas no âmbito do Programa de Educação Ambiental (item 11.7).

*b. Comunidade Jatobá – Patu/RN*

A Comunidade Jatobá está localizada no município de Patu, no estado do Rio Grande do Norte. De acordo com Dona Sandra, Presidente em exercício da Associação Comunitária Quilombola de Jatobá, a comunidade formou-se a partir do momento em que seu bisavô, vindo do estado da Paraíba, Sr. João Luis, se mudou para aquelas terras, em 1941, com seus sete filhos.

Atualmente, a comunidade é constituída por 30 famílias que vivem em uma área de 219 hectares, aproximadamente, e desenvolvem a agricultura e a pecuária para sobreviverem. Planta-se milho e feijão, para consumo próprio das famílias, e são criados animais de pequeno porte, além de algumas cabeças de gado. Cada família realiza sua plantação em um “pedaço de terra” próprio, sendo que o cultivo ocorre em forma de

mutirão. Assim, há um rodízio onde uns ajudam os outros trabalhando nas plantações de todos, uma em cada dia, de acordo com a necessidade.



Figura 7.4-74 - D<sup>a</sup> Sandra e seu esposo Sr. Júnior (Coordenadas: S06°01'25.6"/W037°36'36.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

As aposentadorias, recebidas por alguns idosos, também têm um papel importante no sustento de algumas famílias. Principalmente em períodos de estiagem, quando a agricultura e a criação de animais são comprometidas.

Desde 2009, existe um projeto de geração de renda e emprego em Jatobá. Funciona na sede da Associação e foi implantado com o apoio de algumas instituições como, por exemplo, a Fundação Banco do Brasil. Com máquinas de corte e costura, as mulheres da comunidade produzem roupas íntimas para comercialização fora de Jatobá. "Trabalham como sacoleiras, mesmo!" enfatiza Dona Sandra, o esforço e a dedicação das mulheres da comunidade.



Figura 7.4-75 - Costureiras trabalhando na sede da Associação (Coordenadas: S06°01'26.2"/W037°36'36.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



No que diz respeito à infraestrutura, os moradores de Jatobá têm acesso à energia elétrica e à água encanada proveniente de um grande poço, construído na comunidade. As crianças estudam em uma escola localizada em uma comunidade vizinha, que oferece turmas até a 4ª série do ensino fundamental. As crianças mais velhas têm que se deslocar até a sede do município.



Figura 7.4-76 - Primeira casa de Jatobá, construída por Sr. José Luis, bisavô de Dª Sandra (Coordenadas: S06°01'28.0"/W037°36'35.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Os principais festejos de Jatobá são a festa de São Benedito, padroeiro da comunidade, e São João. A festa do padroeiro ocorre em outubro, sendo três dias de homenagens e festejos, encerrados por uma louvação.

No ano de 2004, Jatobá começou a “luta” pelo reconhecimento de sua condição de Comunidade Remanescente de Quilombo e, logo em seguida, abriu processo administrativo de regularização fundiária, junto ao INCRA. Assim, nos dias 27 e 28 de dezembro de 2006, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi publicado no Diário Oficial da União. Sendo que, após “longos anos de espera e trabalho”, em 23 de novembro de 2012, ocorreu o ato de imissão de posse, por meio do qual as terras delimitadas no RTID passaram a pertencer à União, precisamente ao INCRA.

Esse é o último passo para que seja entregue o título de reconhecimento de domínio coletivo das terras da comunidade. De acordo com SEPPIR (2012):

Após diversas revisões e o aperfeiçoamento dos procedimentos, o processo de regularização fundiária consolidou-se no que é estabelecido pela IN nº 57 do INCRA, de 20 de outubro de 2009. Para a titulação da terra, é necessário o cumprimento de todo o processo, que envolve

estudo antropológico e ambiental, levantamento fundiário, fase do contraditório, levantamento de benfeitorias e titulação. (Pág. 33)

Desse modo, a Comunidade Quilombola Jatobá é a comunidade remanescente de quilombo com o processo de titulação mais avançado no estado do Rio Grande do Norte e na Área de Influência Indireta da LT 500 kV Milagres II – Açú III, pois já se encontra em processo de titulação.

c. Comunidade Lagoa Rasa – Catolé do Rocha/PB

A Comunidade Negra Rural de Lagoa Rasa está localizada no município de Catolé do Rocha, no estado da Paraíba. Nela, moram treze famílias, num total aproximado de quarenta e nove pessoas que se autodefinem como descendentes de quilombolas. Não possui escola, sendo necessário o deslocamento até uma comunidade vizinha para que as crianças estudem. Também não possui posto de saúde, mas possui energia elétrica e todas as casas possuem cisternas para armazenamento de água.



Figura 7.4-77 - Entrada da Comunidade Lagoa Rasa (Coordenadas: S06°19'17.4"/W037°39'18.4")  
(Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Há uma pequena igreja católica na comunidade, responsável por uma de suas principais festas, que é em homenagem à sua padroeira Nossa Senhora do Rosário. As comemorações ocorrem entre setembro e outubro, anualmente, em três dias de celebrações onde há venda de comidas para arrecadar dinheiro para a Igreja.

Outra data importante comemorada na comunidade é o dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro, onde ocorrem palestras, apresentações e danças. Essa data passou a ser comemorada com regularidade há cinco anos, aproximadamente, e conta com convidados de outras comunidades quilombolas de Catolé do Rocha.



Figura 7.4-78 - Casa de agricultor em Lagoa Rasa (Coordenadas: S06°18'50.6"/W037°39'16.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A agricultura é a principal atividade desenvolvida em Lagoa Rasa, sendo o milho e o feijão as principais culturas trabalhadas. Sua produção é essencialmente voltada para a subsistência da comunidade. A criação de animais também aparece de forma complementar. No entanto, D<sup>a</sup> Dora ressalta que tais atividades são inviabilizadas em períodos de estiagem, sendo insuficientes para sobrevivência dos moradores. Sobre esta questão, ela diz:

Ultimamente, a maioria dos homens tão trabalhando na cidade. Com construção, essas coisas... Por que, quando há inverno, eles trabalham na agricultura. Quando não, é pega no que aparece! (Entrevista concedida por D<sup>a</sup> Dora, Presidente da Associação Comunitária de Lagoa Rasa).

Sobre a origem da comunidade, Dona Dora nos informou ser bisneta de escravos africanos. Seu avô paterno nasceu na cidade de Belém, no Pará, e se mudou para Catolé do Rocha, onde conheceu sua esposa (Avó de D<sup>a</sup> Dora). Tiveram dez filhos, dentre os quais Seu Antônio Jatobá, pai de D<sup>a</sup> Dora, é o único que permanece vivo, atualmente com 94 anos de idade.

Tanto o avô quanto a avó de D<sup>a</sup> Dora chegaram à região para trabalhar nas terras da Família Petronilos, que nos dias de hoje ainda são os proprietários de grande parte das terras ocupadas pela comunidade, juntamente com a Família Barreto.

As terras onde vive a comunidade não são de propriedade dos moradores. Assim, os membros de Lagoa Rasa trabalham como "meeiros", ou seja, parte de sua produção deve ser entregue aos donos das terras onde plantam.

Desde 2004, a comunidade Lagoa Rasa se mobiliza no que diz respeito aos seus direitos de remanescentes de quilombo, sendo que em 2006, a Fundação Cultural Palmares a

certificou, oficializando sua descendência. Tal certificação foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2006<sup>72</sup>.

d. Comunidade Curralinho/Jatobá – Catolé do Rocha/PB

Curralinho e Jatobá são duas Comunidades Remanescentes de Quilombo, localizadas lado a lado, no município de Catolé do Rocha, no estado da Paraíba. Pela quantidade de moradores, pela localização e pela história em comum, as duas comunidades foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, conjuntamente, sendo que a publicação da certificação ocorreu em 13 de dezembro de 2006, no Diário Oficial da União.

Podemos identificar, portanto, que se por um lado o reconhecimento dos grupos étnicos é fruto da demanda dessas populações, por outro, ele será feito dentro de certos limites e parâmetros estipulados pelo Estado, que de certa maneira são assimilados e reformulados por esses grupos. Embora muitas vezes esses limites sejam impostos de forma arbitrária, nem sempre resultam em contextos de enfrentamento (PERALTA, 2012, pág. 40).

Foi o que ocorreu no caso das Comunidades de Curralinho e Jatobá. A decisão de certificá-las conjuntamente foi algo que ocorreu “de cima para baixo”. No entanto, no caso em estudo, felizmente não há registros de conflitos ou enfrentamentos em decorrência da certificação conjunta. De acordo com Seu Domingos Mariano, 88 anos de idade, morador mais antigo das comunidades, “Os cativos trabalhavam aí, fazendo tudo de graça! Trabalhavam aí, no Curralim. Aqui era tudo uma propriedade só!”



Figura 7.4-79 - Comunidade Jatobá (Coordenadas: S06°17'38.4"/W037°37'56.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

<sup>72</sup> Conforme informação da Fundação Cultural Palmares, disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=RN#>> Acesso em: 22.04.2013.



Em Jatobá não há escola e, em Curralinho, a escola que existia não funciona mais. Os moradores das comunidades têm acesso à energia elétrica e à água que é armazenada em duas caixas d'água. Não há igreja em nenhuma das comunidades.

Os moradores trabalham com agricultura voltada para subsistência. Isso quando as condições climáticas são favoráveis. Quando não, muitos são compelidos a sair da comunidade para trabalhar e outros se dedicam apenas às terras dos fazendeiros.



Figura 7.4-80 - Comunidade Curralinho (Coordenadas: S06°17'02.9"/W037°36'38.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Em Curralinho, atualmente, somente uma família permanece morando. As outras casas encontram-se fechadas, aguardando seus moradores retornarem quando e "se a chuva voltar." Em Jatobá, são sete famílias residentes, aproximadamente.

As terras onde vivem, tanto em Curralinho quanto em Jatobá, não pertencem aos moradores das comunidades. Em ambos os casos, são agricultores que trabalham como "meeiros", mas não há conflitos por conta disso. De acordo com os moradores, os proprietários estão dispostos a negociar com o governo a venda dos imóveis para que a titulação seja possível.

#### e. Comunidade São Pedro dos Miguéis – Catolé do Rocha/PB

A Comunidade São Pedro dos Miguéis está localizada no município de Catolé do Rocha, no Estado da Paraíba. Conforme Monteiro e Garcia (2012, pág.85), 38 famílias vivem na comunidade. No entanto, conforme a Presidente da Associação Comunitária de São Pedro dos Miguéis, Dona Maria de Lurdes, atualmente, o número de famílias residentes na comunidade seria de, aproximadamente, 11 famílias.

Sobre a origem de São Pedro dos Miguéis, Dona Maria conta que seus bisavós eram

filhos de escravos. Assim, os primeiros habitantes da comunidade teriam vindo de outra comunidade remanescente de quilombo, chamada Contendas e localizada no município de São Bento/PB. Eles teriam chegado ao local em fuga, buscando um lugar para viver com suas famílias.



Figura 7.4-81 - Entrevista com D<sup>a</sup> Maria de Lurdes (Coordenadas: S06°25'20.6"/W037°47'06.6") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Na comunidade não há escola, sendo que as crianças estudam em uma escola na comunidade vizinha, chamada São Pedro dos Filipes. Os moradores têm acesso à energia elétrica e a água é proveniente de um poço que abastece a caixa d'água da comunidade. Não há igreja na comunidade, e não há um padroeiro ou festa comunitária.

Em anos em que o período chuvoso é satisfatório para a realização da agricultura, os moradores de São Pedro dos Miguéis plantam milho e feijão para consumo próprio. Em períodos de estiagem, os moradores são compelidos a buscar fontes de renda fora da comunidade, sendo que muitos migram para a sede da cidade de Catolé do Rocha.



Figura 7.4-82 - Comunidade São Pedro dos Miguéis (Coordenadas: S06°25'18.8"/W037°47'01.9")  
(Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A comunidade São Pedro dos Miguéis é certificada pela Fundação Cultural Palmares desde 2006, sendo que a publicação no Diário Oficial da União ocorreu no dia 13 de dezembro desse mesmo ano. Porém, no que diz respeito à questão fundiária, os moradores da comunidade, em sua maioria, não são os proprietários das terras onde vivem. Alguns dizem possuir os “papéis” do imóvel, já outros admitem não possuir o bem.

f. Comunidade Pau de Leite – Catolé do Rocha/PB

A Comunidade Pau de Leite está localizada no município de Catolé do Rocha, no estado da Paraíba. Em 2012, cerca de 40 famílias viviam na comunidade (MONTEIRO; GARCIA, 2012, pág. 86). Já em 2013, de acordo com o Sr. José Raimundo Alves, Vice-Presidente da Associação Comunitária, esse número passou a ser de 45 famílias.



Figura 7.4-83 - Moradores da Comunidade Pau de Leite (Coordenadas: S06°20'57.6"/W037°45'46.5")  
(Fonte: Bourscheid, abril/2013).



A comunidade tem acesso à energia elétrica e à água encanada, mas não possui posto de saúde. Possui uma escola, uma pequena Igreja Católica, onde também são realizadas as reuniões da Associação. A padroeira da comunidade é Nossa Senhora da Conceição, sendo que a festa em sua homenagem é a única que acontece em Pau de Leite. Na ocasião, são realizadas missa, procissão e alimentos são comercializados para arrecadar dinheiro.

A agricultura aparece como principal atividade desenvolvida na comunidade, plantando-se milho e feijão com sua produção voltada para a subsistência. No entanto, em períodos de seca, os moradores se dirigem à sede do município em busca de “bicos” para ganhar algum dinheiro. Na comunidade não há criação de animais.

A maior parte das casas na comunidade de Pau de Leite localizam-se às margens da rodovia PB-323. Após os 15 metros que formam a faixa de domínio da rodovia, a terra pertence a diferentes proprietários. Não houve relatos de conflitos motivados por disputas por terra.

Seu José Raimundo conta que Pau de Leite existe há mais de 100 anos. Seus ancestrais descendentes de escravos chegaram ao local e fixaram residência para viver com suas famílias. Batizaram o local com o nome de uma planta que, na época, era abundante na região chamada de Pau de Leite.



Figura 7.4-84 - Comunidade Pau de Leite (Coordenadas: S06°20'57.6"/W037°45'46.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A comunidade Pau de Leite se autodefine como remanescente de quilombo. Porém, ainda não é certificada pela Fundação Cultural Palmares, mas tal certificação já se encontra em processo de reconhecimento, conforme Monteiro e Garcia (2012).

#### 7.4.4.2.3 Comunidades estudadas quanto às suas características e dinâmicas socioeconômicas na AI

Nos sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará foram identificadas comunidades que ainda apresentam alguns traços característicos de comunidades tradicionais de acordo com o já citado Decreto 6.040, de 2007 (BRASIL, 2007). O Decreto, em questão, se atém às características como “diferenciação cultural dos grupos”, “formas próprias de organização social” “ocupação do território e uso de recursos naturais (provenientes desse território)”, além da utilização desses recursos é condição para sua reprodução.

De acordo com o Termo de Referência emitido pelo IBAMA buscou-se identificar e descrever comunidades tradicionais que não fossem de natureza quilombola, nem indígena, localizadas na área de influência direta (AID) da LT 500 kV Milagres II – Açú III, Seccionamentos e Subestações Associadas, ou seja, na margem de 5 (cinco) quilômetros do empreendimento, sendo 2,5 km para cada lado do traçado da LT.

Considerando a área de influência, as comunidades estudadas se diferenciavam principalmente pela permanência de traços culturais e modos de produção característicos de comunidades tradicionais. As características desses povos se assemelham àquelas faladas por Diegues e Arruda em livro produzido pelo Ministério do Meio Ambiente. Suas tradições estavam quase sempre ligadas à relação com os recursos naturais com os quais constroem seu modo de vida, com utilização de tecnologias simples, que causam pouco impacto no meio, e pelo conhecimento da natureza e de suas práticas culturais, comemorações, celebrações e principalmente os ofícios transmitidos de geração a geração oralmente, percebe-se que apesar de quase nenhum desses povos terem a posse da terra, o território em que vivem são ocupados por várias gerações das mesmas famílias (DIEGUES; ARRUDA, 2000).

As relações familiares também são características marcantes nessas comunidades, inclusive nas vizinhanças há ligações entre famílias, demonstrando também relações de compadrio.

##### a. Comunidade do Sítio Escondido – Patu/RN

A comunidade do Sítio Escondido está localizada no município de Patu, no estado do Rio Grande do Norte. Nela, moram 69 famílias que têm a agricultura e a pecuária como principais atividades econômicas.

Plantam milho e feijão, basicamente, com sua produção voltada para a subsistência. Já

na pecuária, são criadas vacas para a produção de leite, voltada para o comércio. Ambas as atividades são praticadas de forma tradicional, sem o auxílio de ferramentas modernas e seu conhecimento é passado de geração em geração.

No entanto, Dona Aureniva (Presidente da Associação Comunitária) afirma que, nos últimos dois anos, por conta da seca, a agricultura e a pecuária estão profundamente comprometidos. O açude de Escondido, que deveria estar cheio, ou pelo menos perto disso no período em que a comunidade foi visitada, estava completamente vazio (Figura 7.4-85). Assim, muitos moradores foram obrigados a recorrer a “bicos”, na sede do município, para sobreviverem. Outros vivem da aposentadoria de algum membro da família. Já outros “vivem de tirar capim para dar ao gado”.



Figura 7.4-85 - Açude Vazio, em Escondido (Coordenadas: S06°10'56.1"/W037°39'45.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

De acordo com Dona Aureniva, seus ancestrais foram os primeiros habitantes e fundadores da comunidade. Lá, trabalhavam com agricultura e criavam suas famílias. Hoje, a terra pertence a inúmeros proprietários, cada um com pequenas porções do sítio. Não existem conflitos por conta de terras na comunidade.

Dona Aureniva é, também, coordenadora do Museu Dona Francisca, que fica na comunidade. Trata-se de uma construção de 1850 que foi recuperada e, hoje, é aberto à visita.



Figura 7.4-86 - Museu Dona Francisca (Coordenadas: S06°10'56.1"/W037°39'45.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Na comunidade, há uma escola municipal funcionando. Não há posto de saúde, mas é assistida por agentes de saúde que realizam visitas, periodicamente, às famílias do sítio. Os moradores têm acesso à energia elétrica e existe um poço, com catavento, que provém água à comunidade.

b. Comunidade Gameleira – Patu/RN

A Comunidade Gameleira está localizada no município de Patu, no estado do Rio Grande do Norte. Conforme informação obtida na escola, a comunidade é composta por 80 famílias, aproximadamente.



Figura 7.4-87 - Ruínas de uma das primeiras casas de Gameleira (Coordenadas: S06°09'07.9"/W037°37'06.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A comunidade é antiga e ainda há no local as ruínas de uma de suas primeiras habitações (Figura 7.4-76 a Figura 7.4-28). De acordo com Dona Maria de Fátima, Professora da escola de Gameleira, era a casa de seus bisavôs e é da “época que existiam escravos”.

Inicialmente, aquelas terras formavam uma fazenda pertencente ao Sr. Francisco Cândido, onde algodão era cultivado. Hoje, os moradores da comunidade são os descendentes dos trabalhadores dessa fazenda.

No que diz respeito à infraestrutura, a comunidade possui uma pequena escola e um posto de saúde. As casas de Gameleira possuem energia elétrica e água encanada proveniente de uma fonte natural.



Figura 7.4-88 - D<sup>a</sup> Maria e seus alunos (Coordenadas: S06°09'10.1"/W037°36'57.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Gameleira é uma comunidade de agricultura familiar, onde são desenvolvidas as culturas do milho e do feijão cuja produção é voltada para subsistência dos moradores. Também há a criação de poucas cabeças de gado. As terras, segundo D<sup>a</sup> Maria de Fátima, são de propriedade das famílias que residem na comunidade, cada uma possuindo uma pequena porção. Não foram relatados conflitos ou disputas por terra na Comunidade Gameleira.

#### c. Comunidade Rajada – Patu/RN

A Comunidade Rajada está localizada no município de Patu, no estado do Rio Grande do Norte. De acordo com a Dona Marília Gabriela Batista, Presidente da Associação Comunitária, 26 famílias moram na comunidade, num total de 85 pessoas, aproximadamente.

A comunidade possuía uma escola que, recentemente, foi desativada por ter poucos alunos. Assim, é necessário o deslocamento para outra comunidade para o acesso à educação. Hoje, o prédio onde a escola funcionava abriga a sede da Associação. As casas de Rajada têm acesso à energia elétrica e à água encanada, proveniente de um poço, perfurado pela Associação.





Figura 7.4-89 - Comunidade Rajada (Coordenadas: S06°09'57.3"/W037°42'05.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Rajada é uma comunidade de agricultura familiar onde se planta milho e feijão, quando as condições climáticas são favoráveis. Também há a criação de gado para a produção de leite. Tais atividades são desenvolvidas com foco na subsistência dos moradores, porém, em casos excepcionais de excedentes, é feita a comercialização dos mesmos.

Quanto à propriedade das terras, Dona Marília informou que a maioria dos moradores são os proprietários das terras onde vivem. No entanto, existem relatos de conflitos e disputas motivados por desentendimentos em relação às dimensões das propriedades.

#### d. Comunidades de Saco e Saquinho – Patu/RN

As comunidades de Saco e Saquinho estão localizadas, lado a lado, no município de Patu, no estado do Rio Grande do Norte. Sua população, conjunta, está estimada em 165 habitantes.

As casas, nas duas comunidades, têm acesso à energia elétrica e o acesso à água é precário, sendo necessário o abastecimento por caminhões pipas. Em Saco, há um posto de saúde, mas está fechado. Nenhuma das comunidades possui padroeiro, igreja nem existem festejos.

A comunidade de Saco não possui escola, sendo que suas crianças deslocam-se até uma escola localizada na comunidade de Saquinho. Trata-se de uma escola do município de Messias Targino/RN, visto que uma pequena parte da comunidade de Saquinho fica neste município.



Figura 7.4-90 - Comunidade de Saco (Coordenadas: S06°06'27.0"/W037°34'22.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Os moradores de ambas as comunidades vivem, principalmente, da agricultura e de aposentadorias rurais. São plantados milho, feijão e arroz para consumo dos próprios agricultores. Também são criados poucos animais, como galinha, gado, ovelha e porco, mas não há a comercialização.

De acordo com o Sr. Fábio, Presidente da Associação Comunitária de Saquinho, os nomes das comunidades têm origem no fato de as comunidades estarem rodeadas por serras. Seriam, então, rodeadas por "sacadas", em alusão às serras e, desse fato viriam os nomes de Saco e Saquinho. Informou-nos, também, que as duas comunidades são "uma coisa só", e o fato de existirem dois nomes diferentes "é como se fosse duas ruas de um bairro".



Figura 7.4-91 - Casa de Taipa, em Saquinho (Coordenadas: S06°06'54.7"/W037°33'37.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Sr. Fábio informou que as terras, nas comunidades, são de propriedade dos próprios moradores. Cada um possuindo pequenas porções de terra onde plantam e criam seus animais. Não houve relato de conflitos ou disputas por terras, nas comunidades.

e. Comunidades do Vale do Rio Cuncas – Barro/CE

Às margens do Rio Cuncas, no município de Barro, no estado do Ceará, em seu Distrito com o nome de Cuncas, estão localizadas três comunidades chamadas Fazenda Nova, Vila de Cuncas e Prazeres. Tais comunidades situam-se entre a BR-116 e o Açude de Prazeres.



Figura 7.4-92 - Vila de Cuncas (Coordenadas: S07°05'37.8"/W038°43'22.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Em Fazenda Nova, não há escola por conta do número reduzido de alunos. Já em Cuncas (Vila) e Prazeres, os moradores contam com escolas abertas e em funcionamento. As três comunidades têm acesso à energia elétrica e à água, proveniente do Açude dos Prazeres.

As principais atividades desenvolvidas nas três comunidades são a agricultura e a pesca. De acordo com Dona Nalba Oliveira, Diretora da escola localizada na Vila, "a base da economia é a agricultura." Sendo que o cultivo da banana é o mais desenvolvido pelos moradores e sua produção é voltada para o comércio.

A pesca também se apresenta como atividade em destaque, nas comunidades, principalmente após a construção do Açude dos Prazeres, que teve início em 1984 e foi concluído em 1988. O que serviu de incentivo à atividade pesqueira chegando-se ao ponto de haver, atualmente, uma Associação de Pescadores, na localidade. A produção pesqueira destina-se ao consumo e para comercialização dos excedentes.

Conforme Dona Nalba, tanto a agricultura como a pesca são realizadas de maneira “artesanal”. Não há a utilização de ferramentas ou maquinários modernos, nem existem grande extensões de plantações ou terras de um mesmo proprietário. As técnicas e os saberes relacionados às estas atividades são aprendidos pelos mais jovens por meio da convivência com os mais velhos.

Sobre o escoamento da produção, Dona Nalba diz que:

“Os compradores vêm pegar no próprio sítio! Eles não têm transporte pra conduzir até o mercado, não... É o comprador que vem pegar.”

Assim, é possível observar que a produção, nas comunidades, apesar de também ser destinada ao comércio, não possui infraestrutura preparada para isso.



Figura 7.4-93 - Comunidades Prazeres (Coordenadas: S07°05'50.4"/W038°41'42.0") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Existe, também, um projeto de artesanato que abrange as três comunidades chamado Mulheres de Fibra, desenvolvido com o apoio do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), onde são produzidos objetos, artesanalmente, como cestos, baús, luminárias etc., utilizando-se a fibra da bananeira como principal matéria-prima.



Figura 7.4-94 - Comunidade Fazenda Nova (Coordenadas: S07°04'43.3"/W038°46'36.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

O padroeiro de Fazenda Nova é São Pedro. São Sebastião é o padroeiro da Vila e Nossa Senhora dos Prazeres é a padroeira de Prazeres. Cada comunidade promove uma festa em homenagem ao seu padroeiro, na qual há a participação das comunidades vizinhas. Sobre a festa na Vila, Dona Nalba conta:

Cuncas [Vila] é a maior! É uma festa mais longa... ela começa dia dez de janeiro e vai até o dia vinte! Aí é aquela onde todos os moradores daqui que trabalham fora, eles... todo mundo prefere tirar férias nessa época, sabe? A festa ela tem a parte religiosa e a parte social. Que a Igreja faz novenas e missas todas as noites... durante o dia tem as pregações, vem os missionários, os seminaristas... aí saem pelas comunidades, pelas casas fazendo pregações, né, os convites... aí durante o dia tem... sempre a Igreja tá aberta e vai recebendo os fiéis, né? Aí à noite tem aquela festa, aquela missa, com todas aquelas pompas, né? De fogos, de balões... que antigamente... hoje não tem mais balões por conta das queimadas. Aí é muito bonito! Tem os noitários... aí cada um procura fazer o seu mais bonito, entendeu? Aí assim vai! (Entrevista concedida por Dona Nalba Oliveira, Diretora da Escola Profª Catarina Tavares)

Os "noitários" são festas promovidas por famílias durante os dez dias de comemorações, em Cuncas. Cada família procura promover a festa mais bonita, com melhor decoração etc., numa disputa "sadia" com as outras famílias. Assim, como o número de noites é limitado, algumas famílias se unem para promoverem, juntas, um "noitário". Além de ser uma forma de se dividir trabalho e custos.

No que diz respeito à propriedade da terra, os agricultores são os proprietários de pequenas porções onde plantam suas "roças" e criam seus poucos animais. Dona Nalba diz desconhecer conflitos por conta da terra, na região.

f. Comunidade Engenho Velho – Barro/CE

A comunidade de Engenho Velho está localizada no município de Barro, no estado do Ceará. De acordo com Sr. Torim, Presidente da Associação Comunitária, aproximadamente 120 famílias vivem na comunidade.

Sr. Torim conta que havia um engenho onde hoje está localizada a comunidade. Os trabalhadores desse engenho foram, então, os primeiros habitantes do local que, gradualmente, foi se transformando em uma comunidade. O engenho deixou de funcionar, de existir, mas permaneceu a comunidade com o nome de Engenho Velho.



Figura 7.4-95 – Comunidade de Engenho Velho (Coordenadas: S07°03'08.4"/W038°41'49.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A agricultura se destaca como principal atividade desenvolvida pelos moradores de Engenho Velho, sendo as culturas do milho, do feijão e do algodão as principais. A produção do milho e do feijão é voltada para consumo próprio de cada família, havendo a comercialização em casos de excedente.



Figura 7.4-96 - Agricultor trabalhando em plantação de feijão (Coordenadas: S07°03'08.4"/W038°41'49.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Existe, em Engenho Velho, uma pequena usina de beneficiamento de algodão pertencente à Associação. O projeto é chamado de "Algodão: Tecnologia e Cidadania" e é fruto de uma parceria entre a Associação Comunitária, a COEP (Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida) e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).



Figura 7.4-97 - Sede do Projeto Algodão: Tecnologia e Cidadania (Coordenadas: S07°02'40.4"/W038°42'19.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

No entanto, a usina não funciona há pelo menos dois anos, por conta das condições climáticas desfavoráveis ao plantio de algodão. Quando o plantio é possível e a usina pode, então, funcionar, a produção é voltada para o mercado externo à comunidade.

A comunidade tem uma escola, posto de saúde e as casas têm acesso à energia elétrica e à água. Possui uma igreja e seu padroeiro é São Vicente de Paula, homenageado na maior festa da comunidade, que ocorre no mês de setembro. Na festa, são realizadas



programações religiosas com a participação de membros de outras comunidades. Outro momento festivo relevante ocorre em junho, com os festejos juninos.

As terras, em Engenho Velho, pertencem às próprias famílias dos moradores da comunidade. Segundo as informações do Sr. Torim, não existem disputas ou conflitos motivados pela posse da terra.

g. Comunidade Sítio Corrêa – Barro/CE

A comunidade do Sítio Corrêa está localizada no município de Barro, no estado do Ceará. De acordo com o Sr. Antônio José (conhecido como “Ciço”), Tesoureiro da Associação Comunitária, 25 famílias moram no Sítio Corrêa.

Não existem escola nem posto de saúde na comunidade. As casas têm acesso à energia elétrica e há um projeto, em andamento, onde um pequeno açude vai armazenar e fornecer água para a comunidade. Mas, por enquanto, somente as tubulações estão prontas e o acesso à água ainda é difícil. A comunidade não possui igreja ou capela e não tem padroeiro.



Figura 7.4-98 - Entrevista com o Sr. Antônio (Seu Ciço) (Coordenadas: S07°12'15.0"/W038°49'36.5")  
(Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A agricultura é a principal atividade desenvolvida na comunidade, onde são plantados milho e feijão. A produção é, em sua grande maioria, voltada para o consumo dos próprios agricultores e familiares.

Em relação às terras, na comunidade do Sítio Corrêa a maioria das famílias de moradores é proprietária das terras onde plantam e vivem. Outros, que compõem a minoria, trabalham em terras de terceiros como “meeiros”, regime no qual parte de suas produções é “doada” ao proprietário do imóvel. De acordo com Sr. Ciço, todos

possuem o “papel de suas terrinhas” e não há registro de conflitos ou disputas por conta da terra, na comunidade.

h. Comunidade de Oitis e Catolé – Milagres/CE

As comunidades de Oitis e Catolé estão localizadas, lado a lado, no município de Milagres, no estado do Ceará. Têm a mesma origem e história de formação e são tidas como uma mesma comunidade pelos moradores. Aproximadamente, 72 famílias vivem nessas localidades.



Figura 7.4-99 - Escola da Comunidade Oitis (Coordenadas: S07°16'32.7"/W038°52'11.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

De acordo com a Dona Francisca Helena, professora da escola da Comunidade de Oitis, quase todos os moradores das duas comunidades pertencem à família Ferreira. Sobre a origem das comunidades, ela diz que a história contada pelos mais velhos remete a um paraibano que teria construído sua casa ali, por conta de uma fonte de água potável, chamada de “pinga”. “Chama-se ‘pinga’ por que, realmente, as rochas pinga!”, afirma Dona Francisca.





Figura 7.4-100 - Comunidade de Oitis (Coordenadas: S07°16'32.7"/W038°52'11.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Por conta dessa fonte de água, as terras da região são propícias à agricultura. Aí, então, outro fator de atração para os primeiros habitantes, que à época plantavam mandioca, sendo que, de acordo com os moradores, existiam três “casas de farinha”, em Oitis. Os “Ferreiras”, hoje predominantes em Oitis e Catolé, seriam descendentes do primeiro habitante.



Figura 7.4-101 - Comunidade de Catolé (Coordenadas: S07°16'00.7"/W038°52'26.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

A agricultura é a principal atividade desenvolvida pelos moradores nas comunidades, onde são cultivados milho e feijão com a produção voltada, principalmente, para a subsistência. Sendo que, em casos de excedentes na produção, estes são comercializados. Algumas vacas, cabras e animais menores também são criados para ajudar no sustento das famílias.

Em Oitis, existe uma escola que serve às duas comunidades. As casas (das duas comunidades) têm acesso à energia elétrica e à água. Há uma pequena Igreja, em Oitis e

os principais festejos das comunidades são as datas religiosas da religião católica. O limite entre as duas comunidades pode ser indicado por uma Linha de Transmissão já existente no local, conforme os próprios membros das comunidades.



Figura 7.4-102 - Linha de Transmissão de entre Oitis e Catolé (Coordenadas: S07°16'11.2"/W038°52'53.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Dona Francisca diz que, no início, as terras onde vivem os moradores das duas comunidades, pertenciam apenas a uma pessoa, ou seja, ao paraibano fundador da comunidade. Com o tempo, essas terras foram sendo divididas entre seus herdeiros. E, com o passar dos anos, o que existe, atualmente, são pequenas propriedades pertencentes às famílias que moram e trabalham nas terras. Há, também, uma minoria de trabalhadores "meeiros", que plantam em terras de terceiros e, em compensação, entregam parte de sua produção ao proprietário da terra.

#### *7.4.5 Patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paisagístico*

##### *7.4.5.1 Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico*

Os municípios da All do empreendimento possuem características favoráveis à localização de sítios históricos, devido ao processo de povoamento e a aspectos históricos e econômicos específicos dessa região. A expansão e ascensão da pecuária possibilitou o estabelecimento dos núcleos urbanos a partir dos sítios e fazendas, geralmente situadas às margens dos cursos hídricos, quase sempre surgidos de pequenos aglomerados, um templo católico e algumas vezes de um mercado. O posterior declínio do ciclo da pecuária e o estabelecimento das vilas possibilitaram a ratificação e crescimento do comércio entre os municípios, expandindo estes

aglomerados<sup>73</sup>.

O crescimento econômico e político das capitais e grandes cidades acarretaram em uma debandada populacional desses aglomerados sertanejos; pessoas que saíam de suas cidades natais em busca de oportunidades na capital. Esse êxodo implicou no declínio econômico dessas pequenas cidades, que permaneceram sem grandes alterações físico-estruturais posteriores ao apogeu econômico. Desse modo, algumas cidades da região ainda possuem a base estrutural do período do apogeu econômico.

A identificação e o estudo do patrimônio histórico, artístico e natural de uma determinada região tem o objetivo de resgatar a cultura e o modo de vida dos povos que ali sobreviveram em tempos passados. Em âmbito federal a proteção deste patrimônio acontece sob o que está disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial.

A Constituição Federal de 1988 definiu que é de competência comum da União, Estados e Municípios a proteção dos “documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos<sup>74</sup> (...)”. Todo sítio arqueológico, portanto, é considerado Bem da União, não podendo ser destruído ou avariado, nem considerado propriedade de um indivíduo ou grupo social. Contudo, o principal dispositivo acerca deste tipo de patrimônio cultural é a Lei nº 3.924 de 26/07/61, que dispõe sobre monumentos arqueológicos pré-históricos e históricos assegurando a sua preservação.

Dentro do perfil já comentado, o estudo foi realizado com pesquisas junto aos órgãos públicos estaduais e federal, levantando os patrimônios históricos, arquitetônicos e paisagísticos protegidos ou passíveis de proteção seguindo as legislações vigentes de cada sítio. Posteriormente, foi realizada pesquisa em campo, buscando confirmação das informações oficiais e patrimônios ainda não protegidos, mas passíveis de proteção,

<sup>73</sup> Disponível em < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/viewFile/109/85> >. Acesso em 25/05/2013

<sup>74</sup> Em seu Capítulo II, por meio do artigo 23, inciso III.

dentro da Área de Influência Indireta, All.

Dentre os três estados, o estado do Ceará não possui bens ou paisagens tombadas nos seus dois municípios pertencentes à All, nem por tombo estadual, nem pelo IPHAN. Na Paraíba, nos municípios da All, vinte e cinco bens, divididos em três municípios, estão protegidos por tombo estadual. Cajazeiras possui 13 bens tombados e a delimitação do seu centro histórico. Segundo Eliana Rolim, os prédios tombados de Cajazeiras pelo governo estadual são componentes do Centro Histórico da cidade, como o Colégio Padre Rolim, que teve seu ápice no século XIX e que serviu de referência para o lugarejo, que se desenvolveu em torno desse colégio; ou como a Praça Nossa Senhora de Fátima, primeira praça de Cajazeiras, que era apenas uma pequena artéria chamada Rua do Cruzeiro, pois tinha uma cruz no local, tendo sido transformada de fato em praça pública em 1930.<sup>75</sup> Já a Estação de Cajazeiras, que foi inaugurada como terminal do ramal Cajazeiras, em 1926<sup>76</sup>, fez parte da Rede de Viação Cearense, tendo sido desativada como ramal em 1971 e atualmente é administrado pela Universidade Federal de Campina Grande, sediando o Núcleo de Extensão Cultural da Universidade.<sup>77</sup>

São João do Rio do Peixe possui um imóvel tombado e a delimitação do seu centro histórico; e Sousa possui sete edifícios tombados, o tombamento de uma área de interesse arqueológico, e a delimitação do seu centro histórico. Ver quadros abaixo.

Quadro 7.4-27 - Lista de bens Tombados nos municípios da All na Paraíba.

Imóvel/Denominação	Município	Proteção Existente
Paraíba		
Estação Ferroviária De Cajazeiras	Cajazeiras	Dec. 22.082 De 03/08/2001
Delimitação do Centro Histórico Inicial da Cidade de Cajazeiras	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Cajazeiras Tênis Clube	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Praça e Matriz de N.S. de Fátima	Cajazeiras	Dec. 25. 140 De 28/06/2004
Praça Mãe Aninha	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Colégio Diocesano Padre Rolim	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Catedral De N.S. da Piedade	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004

<sup>75</sup> ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras** - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial/ Eliana de Souza Rolim. - - João Pessoa: [s.n.], 2010.

<sup>76</sup> Estações Ferroviárias do Brasil. **Cajazeiras**. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/ce\\_crato/cajazeiras.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ce_crato/cajazeiras.htm)>. Acesso em: 25.11.2013.

<sup>77</sup> Blogger História de Cajazeiras. Disponível em: <<http://historiacajazeiras.blogspot.com.br/2012/05/relacao-ao-patrimonio-historico-tombado.html>>. Acesso em 25.11.2013.

Imóvel/Denominação	Município	Proteção Existente
Palácio Episcopal	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Praça Cardeal Arcoverde	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Prefeitura Municipal	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Praça João da Mata	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Seminário De N.S. da Assunção	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Colégio De N.S. do Carmo	Cajazeiras	Dec. 25.140 De 28/06/2004
Estação Ferroviária de S. João do Rio do Peixe	São João do Rio do Peixe	Dec. 21.434 De 31/10/2000
Delimitação do Centro Histórico De S. João do Rio do Peixe	São João do Rio do Peixe	Dec. 22.917 De 03/04/2002
Igreja de Nossa. Senhora do Rosário e Bens Móveis	Sousa	Dec. 20.471 DE 12/07/1999
Praça Bento Freire	Sousa	Dec. 20.471 DE 12/07/1999
Matriz de Nossa Senhora dos Remédios	Sousa	Dec. 25.030 DE 13/05/2004
Fundação Antônio Mariz	Sousa	Dec.25.030 DE 13/05/2004
Praça do Bom Jesus Eucarístico	Sousa	Dec. 25.030 DE 13/05/2004
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Sousa	Dec. 25.030 DE 13/05/2004
Estação Ferroviária de Sousa	Sousa	Dec. 22.082 DE 03/08/2001
Área de 40 ha, na localidade Passagem das Pedras - Vale dos Dinossauros - Bacia do Rio do Peixe / Sub-Bacia de Sousa	Sousa	Dec. 25.148 DE 30/06/2004
Delimitação do Centro Histórico de Sousa	Sousa	Dec. 25.030 DE 13/05/2004

Em Cajazeiras, destacam-se o edifício da Catedral de Nossa Senhora da Piedade, inaugurado em 1957, como se pode observar na Figura 7.4-103. Outro destaque é o edifício vizinho à Catedral, do Palácio Episcopal, como se vê na Figura 7.4-104.





Figura 7.4-103 - Catedral de N. S. da Piedade, Cajazeiras (Coordenadas: S 06° 53' 14"/ W 38° 33' 27.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-104 - Palácio Episcopal, Cajazeiras (Coordenadas: S 06° 53' 14"/ W 38° 33' 27.8") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Já em São João do Rio do Peixe, destaca-se o edifício da Estação Ferroviária, datado de 1925, em 1932 passou a chamar Estação Antenor Navarro. Entre a década de 1920 e o começo da década de 1970 saíam dali também trens para o ramal de Cajazeiras<sup>78</sup>. A estação pode ser observada na Figura 7.4-105.

<sup>78</sup> GOMES, Luis Carlos. **Estação Ferroviária de São João do Rio do Peixe**. In.: Retalhos do Sertão. Disponível em: <<http://www.retalhosdosertao.com.br/?p=155>>. Acesso em: 25.11.2013.



Figura 7.4-105 - Estação Ferroviária, São João do Rio do Peixe (Coordenadas: S 06° 43' 47.7" / W 38° 26' 58.7') (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

O estado da Paraíba possui ainda áreas de interesses paisagísticos e turísticos. Para elencar alguns bens que pudessem ser tomados como patrimônio cultural paisagístico foram norteadores critérios como, por exemplo, os da chancela da Paisagem Cultural Brasileira, instituída em 2009, pela Portaria 187 do IPHAN.<sup>79</sup> Aqui são também empregados os conceitos de excepcionalidade, exemplaridade e singularidade, sendo necessária a definição do recorte territorial e sua peculiaridade, como a Bica da Serra do Estrelo, em Catolé do Rocha, e a Serra Grande, na localidade de Olho D'aguinha, área de fronteira entre o município de Bom Sucesso, na Paraíba, e o município de Alexandria, no Rio Grande do Norte, e que, pelo projeto, estão localizadas na AID do empreendimento. No caso da Serra do Estrelo, existe uma cachoeira sazonal, como se observa na Figura 7.4-106, com trilha ecológica bastante visitada durante o período chuvoso. Trata-se de uma das maiores atrações turísticas naturais do município que se encontra na AID. Na Serra Grande, que se observa na Figura 7.4-107, o traçado em projeto atravessa um topo de serra (Área de Preservação Permanente segundo o Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012<sup>80</sup>) que também é polo turístico.

<sup>79</sup> IPHAN. Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>>. Acesso em 25.11.2013.

<sup>80</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)>. Acesso em 25 de Maio de 2013.





Figura 7.4-106 - Serra do Estrelo, Catolé do Rocha (Coordenadas: S 06° 18' 14.8" / W 37° 48' 32.5") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-107 - Serra Grande, no município de Alexandria/RN (Coordenadas: S 06° 23' 37.25" / W 37° 55' 14.08") (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

Já no Rio Grande do Norte, o empreendimento atravessa área próxima (aproximadamente 500 metros) à Serra do Lima, em Patu, onde há uma rampa de voo livre e o Santuário de Nossa Senhora dos Impossíveis do Lima. Esta serra, além seu valor excepcional, por sua beleza e pela sua integração à paisagem da cidade, tem valor histórico e cultural, pois o povoamento da cidade de Patu começou nas serras com a doação da sesmaria a um padre, no início do século XVIII, e a Serra do Lima (nome de um coronel que foi proprietário da serra) é um símbolo para os romeiros de Patu.<sup>81</sup>



Figura 7.4-108 - Serra do Lima vista da entrada do município de Patu. (Coordenadas: S 6° 08' 13.94" / W 37° 38' 35.64") (Fonte: Bourscheid, abril/2013)

<sup>81</sup> IBGE. @cidades. Patu. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=240930#historico>. Acesso em: 26.11.2013.

Já em Alexandria, a Serra da Barriguda configura-se como atração turística natural do estado e situa-se a, aproximadamente, 1,5 km do empreendimento. A Portaria IPHAN nº 127 de 30 de abril de 2009<sup>82</sup>, estabelece o conceito de Paisagem Cultural Brasileira, como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. A predominância de terras planas e depressões no sertão transforma a relação do homem sertanejo com as rochas, os monólitos existentes por toda a área do projeto, em um caso de peculiar interação entre homem e natureza. O conceito de Paisagem Cultural está no intermédio da preservação ambiental e cultural.

Quanto ao patrimônio material do Rio Grande do Norte, apesar do caráter histórico de algumas cidades através de todo o percurso do empreendimento, só há registros oficiais de tombamento em cinco delas, Alexandria, Augusto Severo (Campo Grande), Janduís, João Dias e Patu, com oito imóveis tombados, protegidos por lei estadual. O patrimônio histórico e artístico estadual está protegido pela Lei nº 4.775, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 8111 de maio de 1981<sup>83</sup>. Ver Quadro 7.4-28 a seguir com lista de bens tombados.

Quadro 7.4-28 – Lista de Bens Tombados nos municípios da All no Rio Grande do Norte.

Imóvel/Denominação	Município	Proteção Existente
Rio Grande do Norte		
Prédio na Av. Dr. Gregório de Piava - Escola Estadual Waldemar de Souza Veras	Alexandria	Dados não disponibilizados
Prédio Situado na TV. Benício Piava	Alexandria	Dados não disponibilizados
Prédio na Rua João Gualberto	Augusto Severo (Campo Grande)	Dados não disponibilizados
Prédio Vaporzão	Janduís	Dados não disponibilizados
Imóvel na Rua Teodoro Benjamim	João Dias	Dados não disponibilizados
Imóvel na Praça João Carlos	Patu	Dados não disponibilizados

Na cidade de Alexandria, destaca-se o edifício da Escola Estadual Waldemar de Souza Veras, e o edifício da Casa de Cultura Popular, na Travessa Benício Piava, como se vê na

<sup>82</sup> Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em 25 de Maio de 2013.

<sup>83</sup> Disponível em <[http://www.cultura.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sec\\_cultura/instituicao/bens/decreto%20de%20tombamento.pdf](http://www.cultura.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sec_cultura/instituicao/bens/decreto%20de%20tombamento.pdf)>. Acesso em 25/05/2013

Figura 7.4-109 e na Figura 7.4-110.



Figura 7.4-109 - Esc. Estadual Waldemar de Souza Veras, Alexandria (Coordenadas: S 06° 24' 47.9" / W 38° 00' 52.1") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-110 - Casa de Cultura Popular, Alexandria (Coordenadas: S 06° 24' 42" / W 38° 00' 57.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

Em Campo Grande, destaca-se o Edifício na Rua João Gualberto (Figura 7.4-111); em Janduís o Prédio Vaporzão (Figura 7.4-112); em João Dias destaca-se o Imóvel na Rua Teodoro Benjamim (Figura 7.4-113); e em Patu o Sobrado na Praça João Carlos (Figura 7.4-114).



Figura 7.4-111 - Edifício na Rua João Gualberto, Campo Grande (Coordenadas: S 05° 51' 49.8" / W 37° 18' 29.9") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-112 - Prédio Vaporzão, Janduís (Coordenadas: S 06° 00' 48.4" / W 37° 24' 26.3") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).





Figura 7.4-113 - Imóvel na Rua Teodoro Benjamim – Igreja Matriz, de 1887, João Dias (Coordenadas: S 06° 16' 32.7" / W 37° 47' 46.4") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).



Figura 7.4-114 - Sobrado na Praça João Carlos, Patu (Coordenadas: S 06° 06' 31.5" / W 37° 38' 08.2") (Fonte: Bourscheid, abril/2013).

#### 7.4.5.1.1 Instituições envolvidas com o Patrimônio Histórico-Cultural.

Dentro da Área de Influência Indireta do empreendimento, nas mesorregiões do Sul Cearense, Sertão Paraibano e Oeste Potiguar, a proteção do patrimônio histórico-cultural acontece sob a responsabilidade de instituições públicas: uma de jurisdição federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, e os de abrangência estadual, como a Secretaria da Cultura, SECULT, e a Coordenadoria de Patrimônio Cultural do Estado do Ceará, no estado do Ceará; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, no estado da Paraíba; a Secretaria Extraordinária de Cultura do Rio Grande do Norte, SECULTRN, e a Fundação José Augusto, FJA, no estado do Rio Grande do Norte. A lista abaixo apresenta os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio conforme a área de atuação, descrevendo a missão de cada organização.

Esfera Federal:

- IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN tem como missão<sup>84</sup> promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País.

<sup>84</sup> Regimento interno do instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2798>>. Acesso em 25 de Maio de 2013.

Esfera Estadual:

No Ceará:

- SECULT: Secretaria da Cultura. Tem como missão<sup>85</sup> executar, superintender e coordenar as atividades de proteção do patrimônio cultural do Ceará, difusão da cultura e aprimoramento cultural do povo cearense, competindo-lhe: auxiliar direta e indiretamente o Governador na formulação da política cultural do estado do Ceará, planejando, normatizando, coordenando, executando e avaliando-a, compreendendo o amparo à cultura, a promoção, documentação e difusão das atividades artísticas e culturais, a defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Paisagístico, Artístico e Documental; incentivar e estimular a pesquisa em artes e cultura; apoiar a criação, a expansão e o fortalecimento das estruturas da sociedade civil voltada para a criação, produção e difusão cultural e artística; analisar e julgar projetos culturais; deliberar sobre tombamento de bens móveis e imóveis de reconhecido valor histórico, artístico e cultural para o estado do Ceará; cooperar na defesa e conservação do Patrimônio Cultural Histórico, Arqueológico, Paisagístico, Artístico e Documental, material e imaterial, do estado.
- Coordenadoria de Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (COPAHC). Unidade<sup>86</sup> ligada à SECULT que tem como missão trabalhar no sentido de intensificar os instrumentos de reconhecimento e valorização do Patrimônio Imaterial do Estado do Ceará.

Na Paraíba:

- IPHAEP: Instituto Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba.

No Rio Grande do Norte:

- SECULTRN: Secretaria Extraordinária de Cultura do Rio Grande do Norte.
- FJA: Fundação José Augusto.

A Secretaria Extraordinária de Cultura do RN e Fundação José Augusto tem por finalidade<sup>87</sup> promover o desenvolvimento sociocultural e científico do estado, mediante

<sup>85</sup> Missão institucional, da competência e dos valores. Disponível em < <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/a-secretaria/a-missao>>. Acesso em 25 de Maio de 2013.

<sup>86</sup> Disponível em < <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial>>. Acesso em 25 de Maio de 2013.

<sup>87</sup>

Disponível

em

colaboração com o Poder Público. E lhe compete: estimular, desenvolver, difundir e documentar as atividades culturais do estado; preparar pessoal para o desempenho de atividades prioritárias ao processo de desenvolvimento; desenvolver um plano editorial visando, sobretudo, a promoção do autor potiguar e nordestino; promover investigações científicas em todos os campos de conhecimento; promover a restauração, conservação e manutenção de monumentos históricos e artísticos do estado; promover a manutenção e documentação dos bens culturais móveis e imóveis do estado.

#### 7.4.5.1.2 Levantamento do Patrimônio Cultural Imaterial

O arrolamento dos bens culturais de natureza imaterial foi realizado de forma a contemplar o Decreto-lei 3.551 de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e define categorias desse patrimônio. Embora esses bens não devam ser, obrigatoriamente, inventariados ou registrados pelas instâncias governamentais, tem-se por objetivo identificar a cultura local de forma a contribuir com uma visão integrada do patrimônio cultural dos municípios afetados direta ou indiretamente pelo empreendimento da implantação da Linha de Transmissão 500 Kv Milagres II – Açú III, Seccionamentos e Subestações Associadas (Lote E).

O presente estudo foi também baseado no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que inclui o Patrimônio Imaterial, como Patrimônio Cultural, atentando para as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações artísticas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, buscando perceber, mais especificamente, os saberes, celebrações, formas de expressão e lugares que representem práticas culturais coletivas. Para tanto, foi fundamental o conceito, deliberado pelo IPHAN, de patrimônio imaterial, como um patrimônio cultural:

Indissociável dos bens materiais. [que] está presente na dinâmica da vida cotidiana [...]. A oralidade e a imitação marcam a sua transmissão. É efêmero, formado por bens processuais que se modificam, ao longo da história, e, às vezes, se descaracterizam, chegando a desaparecer quando perdem sentido na vida coletiva.<sup>88</sup>

Segundo Laurent Levi-Strauss, patrimônio material e o patrimônio imaterial devem ser percebidos como manifestações complexas e interdependentes da cultura dos grupos

---

<[http://www.cultura.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sec\\_cultura/instituicao/gerados/missao.asp](http://www.cultura.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sec_cultura/instituicao/gerados/missao.asp)>. Acesso em 25 de Maio de 2013.

<sup>88</sup> IPHAN / MINC. **Roteiro para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial** - Região do Cariri. Fortaleza: 4ª Superintendência Regional. 2007, p. 09.

sociais, e, desse modo, merecem igual atenção. Na realidade, não podem ser compreendidos separadamente.<sup>89</sup>

Desta forma, a Antropologia aparece como importante aliada. Pois técnicas como Etnografia são importantes ferramentas para o auxílio à compreensão de significados e valores culturais.

Esta pesquisa pretende, ainda, contribuir com um dos princípios da salvaguarda do patrimônio imaterial propostos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é a produção de informação, como forma de valorizar e difundir a diversidade cultural, as práticas e expressões da vida cotidiana.

O município de Milagres possui um patrimônio cultural que está ligado à história do município. A Festa de Nossa Senhora de Milagres, que acontece de 06 a 15 de agosto, é uma tradição que homenageia a padroeira da cidade. O Capitão Bento Correia Lima, erigiu a Igreja de Nossa Senhora dos Milagres, em 1735. A santa tornou-se padroeira do local que passou a chamar-se Vila de Nossa Senhora Dos Milagres, que resultou Vila de Milagres e, finalmente, cidade de Milagres. A Igreja é localizada à margem do Rio dos Porcos, que dá acesso à cidade e que serviu de entrada para a região do Cariri no período de sua colonização.

A festa em homenagem à padroeira vem acompanhada de várias expressões culturais do povo de Milagres, como a Congada. Trabalhos acadêmicos como os de Cícera Nunes defendem a teoria de que a presença marcante do Congo em Milagres é uma herança da cultura africana no Ceará e que, ao contrário do que historiadores e cronistas tradicionais apresentaram a presença de escravos e descendentes destes foi bastante expressiva.<sup>90</sup> Segundo a autora, o Congo é uma expressão banto africana, que recria princípio de convivência e comunalidade e estabelece elos com os ancestrais, e sua presença marca resistência da população negra à dominação a qual foram historicamente submetidos.

Um dos mais antigos grupos de Congos de Milagres está no distrito de Rosário. Sua principal apresentação acontece no dia de Nossa Senhora do Rosário.

---

<sup>89</sup> LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio imaterial e diversidade cultural: O novo decreto para a proteção dos bens imateriais. In.: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial: O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.** Brasília: MINC/IPHAN, 2. ed, 2003.

<sup>90</sup> NUNES, Cícera. **Os Congos de Milagres e africanidades na educação do Cariri Cearense.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira – Curso de Doutorado – da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2010.



Fazem bonitas e ensaiadas coreografias, abrindo espaço para a encenação de lutas, os membros que vão ao centro fazem uma mistura de dança e luta, enquanto que todos batem espadas com seus vizinhos, em movimentos iguais. Tudo é bem combinado, as batidas das espadas, pisadas fortes, letras das canções e as coreografias que apresentam.<sup>91</sup>

O senhor Raimundo Zacarias, também conhecido como Doca Zacarias é um dos mestres da cultura do estado do Ceará, eleito por se manter por mais de 67 anos na atividade da Congada, liderando um grupo de Congos do qual pertenciam seus antepassados.<sup>92</sup>



Figura 7.4-115 - Mestre Doca Zacarias. Fonte: SECULT-CE<sup>93</sup>

<sup>91</sup> "Congos" do Rosário. In.: **Cultura Milagres**. Disponível em: <<http://www.oort.com.br/oort/thinkquest/sites/01123/congos.html>>. Acesso em: 13.11.2013.

<sup>92</sup> SECULT-CE. **Mestres de 2004**. in.: Mestres da Cultura Popular do Estado do Ceará. In.: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Disponível em: <[http://www2.secult.ce.gov.br/mestres\\_cultura/mestresdacultura\\_2004.asp](http://www2.secult.ce.gov.br/mestres_cultura/mestresdacultura_2004.asp)>. Acesso em: 14.11.2013.

<sup>93</sup> Disponível em: <[http://www2.secult.ce.gov.br/mestres\\_cultura/mestresdacultura\\_2004.asp](http://www2.secult.ce.gov.br/mestres_cultura/mestresdacultura_2004.asp)>.



Figura 7.4-116 - Apresentação do grupo de Congos de Milagres. (Fonte: Prefeitura de Milagres<sup>94</sup>)

Outra expressão cultural pertencente ao patrimônio imaterial do município de Milagres é a Banda Cabaçal ou Banda de Pífano. O conjunto instrumental de uma banda cabaçal é composto por uma zabumba, pratos, caixa de guerra e dois “pifes” ou pífanos, que são flautas rústicas de madeira, também chamada de Banda de Couro e Zabumba. Em Milagres a Banda Cabaçal costuma apresentar-se em festas juninas e religiosas, como a da padroeira e nas renovações do Coração de Jesus.<sup>95</sup>

Segundo Murilo Mendes, as bandas de pífano da região do Cariri geralmente apresentam-se a paisana nos eventos religiosos, nos eventos promovidos por algum órgão público é que aparecem uniformizados.<sup>96</sup>

Os penitentes do Rosário realizam o ritual da penitência em representação à confissão da culpa pela morte de Cristo. O ritual que acontece na semana santa é realizado por homens camponeses, sendo quase todos negros. Na Sexta-feira da Paixão louvam a Jesus por ser seu salvador com credos e cânticos e praticavam o sufrágio, que consistia na autoflagelação, com chicotadas nas costas, com cordões que possuíam lâminas nas pontas, como punição pela crucificação e morte de Cristo. As mulheres não podem participar, somente os homens solteiros ou casados na Igreja. Eles saem orando pelas duas únicas do distrito de Rosário e, aos pés dos dois cruzeiros, formam um coral puxado pelo mais velho integrante do grupo.<sup>97</sup>

<sup>94</sup> Disponível em: <<http://milagres.ce.gov.br/2013/grupo-de-congos-de-milagres/>>. Acesso em: 14.11.2013.

<sup>95</sup> Banda Cabaçal. In.: **Cultura Milagres**. Disponível em: <[http://www.oort.com.br/oort/thinkquest/sites/01123/banda\\_cabaçal.html](http://www.oort.com.br/oort/thinkquest/sites/01123/banda_cabaçal.html)>. Acesso em: 20.11.2013.

<sup>96</sup> MENDES, Murilo. **Fé no pife**: as flautas de pífano no contexto cultural da banda cabaçal dos irmãos Aniceto. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

<sup>97</sup> Penitentes do Rosário. In.: **Cultura Milagres**. Disponível em: <<http://www.oort.com.br/oort/thinkquest/sites/01123/penitentes.html>>. Acesso em: 20.11.2013.

Na cidade de Barro, que também se localiza na região do Cariri, uma expressão de destaque é a Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, comemorado no dia 13 de junho. A festa religiosa tem seu ápice no momento da benção dos pães, que representa o ato do amor e da caridade. Em Barro, a festa religiosa tem massiva participação popular com leilões, rifas, shows, festejos juninos e desfile das crianças vestidas de Santo Antônio.<sup>98</sup>

Uma outra tradição no município de Barro é a feira livre, que acontece todas as segundas-feiras. Reúne produtores locais e circunvizinhos. A feira do Barro influencia bastante na economia da cidade, por comercializar redes, calçados de couro, roupas, alimentos, chapéus de palha, pequenos objetos de utilidade doméstica e alimentos oriundos da atividade agrícola.<sup>99</sup>

No estado da Paraíba, a cidade de Cajazeiras é conhecida como “a cidade palco” pelo seu engajamento com as artes cênicas e, especialmente, com o teatro. A tradição começou nos anos 1930 com os alunos do Colégio Salesiano de Cajazeiras, que decidiram realizar pequenas encenações em datas comemorativas. Logo foi criado o Teatro de Amadores de Cajazeiras (TAC), que se consolidou com um sequencia de espetáculos. Nos anos 1960 e 1970 surgiu o GRUTAC, que com o espetáculo “Aí” conseguiu seu maior reconhecimento, e desta forma, Cajazeiras foi se transformando em um dos maiores celeiros culturais da Paraíba.<sup>100</sup>

Do GRUTAC saiu Íracles Pires, além de atriz e diretora liderava movimentos pela valorização do teatro e a construção de uma casa de espetáculo em Cajazeiras. Somente nos anos 1990 é que foi criado um teatro e foi batizado de Teatro Írcles Pires, ou ICA, como a atriz era chamada.<sup>101</sup>

<sup>98</sup> Cariri Notícia. **Ceará**: fies celebram o padroeiro Santo Antônio em 11 cidades. 13 jun 2012. Disponível em: <<http://www.caririnoticia.com.br/2012/06/ceara-fieis-celebram-o-padroeiro-santo-antonio-em-11-cidades.html>>. Acesso em: 15.11.2013.

<sup>99</sup> Candeeiro. **Feira do Barro**. Vídeo. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VJ21YxgbAKo>>. Acesso em: 15.11.2013.

<sup>100</sup> Teatro PB. A tradição do Teatro Amador no Sertão. In.: Interior em cena. In.: **Teatro PB**. Disponível em: <[http://www.teatropb.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=47&Itemid=68](http://www.teatropb.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=47&Itemid=68)>. Acesso em: 15.11.2013.

<sup>101</sup> Teatro Ica Pires. **O Sonho**. Disponível em: <<http://teatroicapires.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15.11.2013.



Figura 7.4-117 - Teatro Íracle Pires em sua inauguração. (Fonte: blogger Coisas de Cajazeiras<sup>102</sup>)



Figura 7.4-118 - Comédia "As malditas". No Teatro Ica Pires. (Fonte: FUNESC)

A cidade de Catolé do Rocha é conhecida por diversas manifestações de cultura popular. Uma delas é o Coco de Roda, característica bem específica de comunidades quilombolas. A Dança do Coco é bastante conhecida e difundida no Nordeste nos estados da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas há especulações sobre sua origem nos engenhos ou com os tiradores de coco. Os instrumentos utilizados são ganzá, cuícas, bombos, zabumbas, caracaxás e pandeiros, mas o embalo é feito principalmente pelas palmas ritmadas de seus participantes, que na dança formam filas ou rodas, executando um sapateado característico, que respondem o coco (batidas dos instrumentos), trocam

<sup>102</sup> Disponível em: <[http://coisasdecajazeiras.blogspot.com.br/2012\\_01\\_01\\_archive.html](http://coisasdecajazeiras.blogspot.com.br/2012_01_01_archive.html)>. Acesso em 15.11.2013.

umbigadas.<sup>103</sup>

Também é bastante forte em Catolé do Rocha o artesanato com a confecção de rendas e redes e, especialmente, o “batik”, que é uma pintura feita com tinta à base de cera de abelha<sup>104</sup>. Segundo o SEBRAE, a técnica do Batik foi levada para Catolé do Rocha por um casal de “voluntários da paz” na década de 1960. Essa técnica seria oriunda do Oriente e disseminada na África. Até resultar no batik, o tecido passa por vários estágios, inicia-se pela transferência do motivo, através de um papel vegetal, em seguida vem o processo de coloração com impermeabilização de cada cor com cera de abelha e parafina, mergulhando-se o tecido em balde de tinta para cada nova cor. Ao final o tecido é amassado com a mão, quebrando a cera endurecida, depois o tecido pintado é mergulhado na tinta preta e em seguida, é mergulhado em água fervente para derreter a cera.<sup>105</sup>



Figura 7.4-119 - Almofada pintada com técnica “batik” em Catolé do Rocha. (Fonte: Babel das artes)

Em Assú/RN, a festa de São João, bem comum no Nordeste do Brasil, é tradicional por ser São João Batista também padroeiro da cidade, tendo sido, inclusive, reconhecido como patrimônio imaterial do estado do Rio Grande do Norte.<sup>106</sup>

Nesta festa tradicional / De quase trezentos anos / Nela sempre

<sup>103</sup> FUNDAJ. **Coco (dança).** Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar..index.php?option=com\\_content&view=article&id=556&Itemid=182](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar..index.php?option=com_content&view=article&id=556&Itemid=182)>. Acesso em: 16.11.2013.

<sup>104</sup> FUNDAJ. **Artesanato do Nordeste do Brasil.** Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar..index.php?option=com\\_content&view=article&id=326&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar..index.php?option=com_content&view=article&id=326&Itemid=1)>. Acesso em: 16.11.2013.

<sup>105</sup> SEBRAEPB. **Batik.** In.: Produtos. Disponível em: <<http://www.sebraepb.com.br/artesanato/produtos/batik.jsp>>. Acesso em 16.11.2013.

<sup>106</sup> Diário Oficial do Estado da Paraíba. **Lei 9.723**, de 06 de junho de 2013.



buscamos / Seguir o seu ritual... / E de forma fenomenal, / Mantemos  
fogueira, balão /  
Dançamos forró, xote, baião / Quadrilha de beradeiro... / Neste Assu  
hospitaleiro / De Lindalva e São João. <sup>107</sup>



Figura 7.4-120 - Quadrilha da Vovó Zulmira, em 1982. (Fonte: Perfil de Assu Antigo<sup>108</sup>)



Figura 7.4-121 - Concurso de quadrilhas. (Fonte: Programa registrando<sup>109</sup>)

Assú também é conhecida como “a terra dos poetas”. Este título veio a partir da década de 1920, quando foi realizado um estudo para que fossem identificados os poetas e poetisas do estado. O trabalho publicado por Ezequiel Wardeley, em 1922 foi intitulado Poetas Rio Grande do Norte, dos 27 poetas citados neste livro, 28 eram assuenses.

<sup>107</sup> PINHEIRO. Ivan. **São João do Assu**. In.: Poesia (III estrofe). In.: Assu na ponta da língua. Disponível em: <[http://assunapontadalingua.blogspot.com.br/2013\\_06\\_23\\_archive.html](http://assunapontadalingua.blogspot.com.br/2013_06_23_archive.html)>. Acesso em: 20.11.2013.

<sup>108</sup> Rede social virtual Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=441136435991763&set=pb.341841339254607.-2207520000.1385388545.&type=3&theater>>. Acesso em: 20.11.2013.

<sup>109</sup> Disponível em: <<http://programaregistrando.com.br/festival-de-quadrilha-junina-do-sao-joao-do-assu-atrai-grande-publico/>>. Acesso em: 20.11.2013.

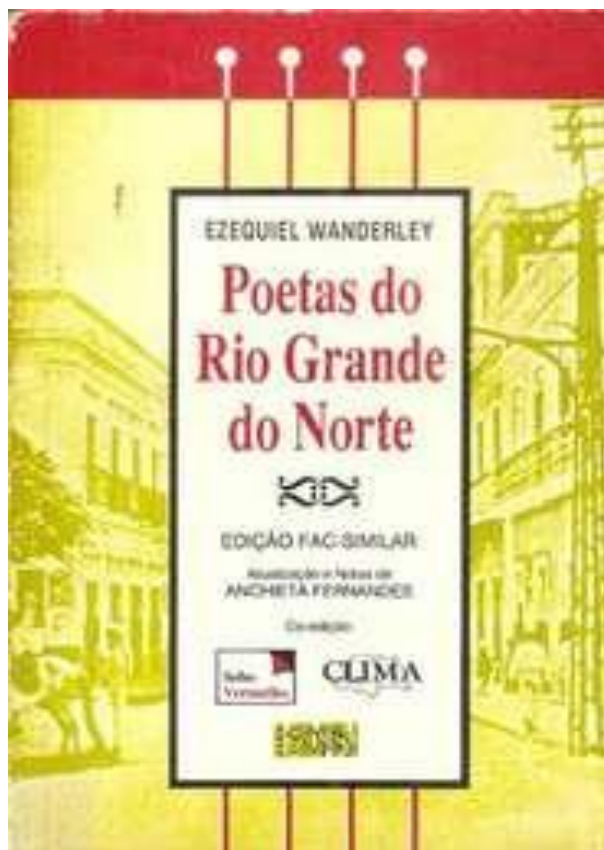


Figura 7.4-122 - Capa do livro Poetas do Rio Grande do Norte. (Fonte: Assú na ponta da língua<sup>110</sup>)

Atualmente, é comemorado em Assú, no dia 13 de março, o dia da Poesia, que sempre inclui entre outras apresentações a dos violeiros, que expõem a poesia cantada, que é registrada através da literatura de cordel. A literatura de cordel também é conhecida como a poesia do repente. Em Assú há ainda a prática das rezadeiras, que abençoam com ramos e orações as pessoas que as procuram. O preparo do alfenin é mais uma marca das tradições do interior potiguar. Outro patrimônio cultural de Assú é a vaquejada, ou festa da derrubada do boi, uma forte marca da colonização do Nordeste através da pecuária.<sup>111</sup>

Segundo o Levantamento do Patrimônio Imaterial do Rio Grande do Norte, em Patu existe Boi Calemba e o Santuário de Nossa Senhora dos Impossíveis do Lima (na Serra do Lima), onde há relação de personagens de diferentes naturezas com o espaço sagrado.<sup>112</sup> Na Serra do Lima, onde o santuário está localizado, acontecem romarias

<sup>110</sup> BEZERRA. Ivan Pinheiro. **Assu terra dos poetas**. In.: Assu na ponta da língua. Disponível em: <<http://assunapontadalingua.blogspot.com.br/2013/01/poesia.html>>. Acesso em: 21.11.2013.

<sup>111</sup> MACEDO. Helder Alexandre Medeiros de. **Levantamento do Patrimônio Imaterial do Rio Grande do Norte**. FAPERN / UFRN.

<sup>112</sup> Ibidem.



desde fins do século XVIII, quando a Capela de Nossa Senhora dos Impossíveis foi doada ao bispado.<sup>113</sup>



Figura 7.4-123 - Santuário Nossa Senhora dos Impossíveis. (Coordenadas: S 6° 08' 13.94" / W 37° 38' 35.64") (Fonte: Bourscheid, abril/2013)

A tradição da cantoria de viola, tão presente em várias cidades do sertão nordestino também é encontrada em Patu, onde se destacam o cantador João Liberalino. A tradição da cantoria de viola é mais uma característica da colonização pela pecuária, pois, como segundo Capistrano Neto, “todas as pecuárias são naturalmente cantantes”. Para Neto, um fator que impulsiona os violeiros do Nordeste é a “memória mnemônica”, ou seja, o registro mental feito pelos exercícios de repetição comuns nas brincadeiras infantis. A memorização seria fundamental na transmissão do saber entre gerações, e a poesia uma ferramenta fundamental para essa memorização. Segundo este autor, a arte de cantar de forma improvisada com rima métrica, oração, ritmo e melodia teria surgido na década de 1840, quando o som da viola acompanhava o aboio e quando os vaqueiros folgavam era vez de cantar.<sup>114</sup>

<sup>113</sup> Santuário Nossa Senhora dos Impossíveis. **História do Lima**. Disponível em: <<http://www.santuariodolima.com.br/p/historia.html>>. Acesso em: 26.11.2013.

<sup>114</sup> NETO, Capistrano. A Cantoria de Viola no RN. In.: Rio Grande do Norte. **Nós, do RN**. Natal, Ano I, nº 09, Agosto de 2005, p. 10.



Figura 7.4-124 - Dupla de violeiros em Programação da Feira da Cultura, em 2010.  
(Fonte: Patu Notícia<sup>115</sup>)

Alexandria também tem sua representação na Cantoria de Viola, destacando-se o cantador Antônio Nunes de França. A dança folclórica Maneiro-Pau, característica da região do Alto-Oeste do Rio Grande do Norte, também está presente no município de Alexandria. O maneiro-pau é uma dança de roda de característica máscula, sem enredo dramático, despensa até mesmo acompanhamento musical, pois o entrechoque dos cacetes e o coro dos dançarinos produzem a musicalidade necessária<sup>116</sup>.

#### 7.4.5.2 Patrimônio Arqueológico

##### 7.4.5.2.1 Introdução

Na elaboração do diagnóstico, buscou-se atender as recomendações do IPHAN nos procedimentos a serem adotados nos estudos arqueológicos associados a licenciamentos ambientais, conforme a Portaria IPHAN 230/2002, e da Portaria Interministerial nº 419/2011, que regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

A avaliação do potencial arqueológico foi realizada, através de uma análise integrada abrangendo o levantamento de dados secundários da arqueologia regional dos

<sup>115</sup> Disponível em: <<http://patunoticia.blogspot.com.br/2010/09/momento-patu-noticia-feira-da-cultura.html>>. Acesso em: 25.11.2013.

<sup>116</sup> Rio Grande do Norte. Coco, Babelô, Maneiro-pau. In.: Folclore. In: Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/conheca-o-rn/cultura/folclore/>>. Acesso em: 25.11.2013

municípios envolvidos<sup>117</sup>, através de informações obtidas nos órgãos oficiais (CNSA/IPHAN), universidades e publicações especializadas, bem como no levantamento de campo (não interventivo) da Área de Influência Direta e Indireta, com objetivo de identificar a incidência de vestígios e as áreas de maior potencial arqueológico. Com intuito de minimizar possíveis interferências ao patrimônio arqueológico, antes da implantação do empreendimento. O conhecimento prévio sobre os possíveis impactos nos elementos arqueológicos torna-se um importante instrumento de planejamento, permitindo ações sobre as alterações que serão provocadas na área diretamente afetada, pois o impacto direto, imediato e irreversível ocorrerá da fase inicial de construção quando ações estarão relacionadas a preparação do terreno, conforme a Resolução CONAMA 001/1986, art.6.

A partir da emissão da Portaria IPHAN nº 47, de 4 de outubro de 2013, que autoriza a execução do Diagnóstico Arqueológico Prospectivo e Interventivo da Linha de Transmissão 500 kV Milagre II – Açú III, Seccionamentos e Subestações Associadas, foi realizado o diagnóstico arqueológico interventivo ao longo do traçado do empreendimento, cujos resultados são apresentados no Anexo 7.8 deste documento.

#### 7.4.5.2.2 Base legal e normativa

No Brasil, o patrimônio arqueológico é considerado bens da União, conforme Art. 23 da Constituição Federal do Brasil, e protegidos por lei específica (Lei nº 3.924/61) que obriga seu estudo antes de qualquer obra que possa vir a danificá-los. Portanto, antes da implantação de qualquer empreendimento que implique em alterações no uso do solo, é necessário analisar se na área do empreendimento algum tipo de sítio arqueológico ainda não detectado pode estar correndo risco de dano.

A legislação no Brasil prevê em seus dispositivos legais a realização de ações com fins científicos, culturais e educativos, inclusive nos projetos voltados ao licenciamento ambiental de empreendimentos, nas etapas de obtenção de LP, LI e LO.

A Portaria da SPHAN nº07, de 01 de dezembro de 1988, estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, as permissões e as autorizações para pesquisa e escavações em sítios arqueológicos. No seu art. 6º, parágrafo único, a Portaria diz que a decisão para pedidos de permissão e autorização caberá ao IPHAN, que “considerará os critérios adotados para a valorização dos sítios arqueológicos e de todos os elementos

<sup>117</sup> Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

que nele se encontrarem e do seu potencial científico, cultural e educacional”.

Adicionalmente, foi sancionada em 1988, pelo Senhor Presidente da República, a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605), que impõe sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, sendo que, no Capítulo 5, Seção 4, trata especificamente dos crimes contra o patrimônio cultural.

Em dezembro de 2002, o IPHAN publicou a Portaria 230, que institui os procedimentos arqueológicos necessários à obtenção de licenças ambientais, urgentes ou não, de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico em todo o território nacional. Nesse documento, o IPHAN considerou que, para obter a LI, seria obrigatório implantar um Programa de Prospecção Arqueológica Intensiva, o qual já deveria estar previsto no EIA. O programa objetiva estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento, a extensão, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação dos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do programa de Resgate Arqueológico.

A Portaria 230/2002 aperfeiçoa e avança nas exigências das atividades de Educação Patrimonial nas etapas do Licenciamento Ambiental, apontando que a Educação Patrimonial deve ser considerada nos contratos com o empreendedor.

Uma vez que os sítios são considerados bens da União (Constituição Federal, artigo 20), o programa precisa contar com a permissão do IPHAN. Por isso, encaminhou-se ao Instituto Projeto de Diagnóstico Arqueológico Prospectivo e Interventivo, o qual se encontra em análise<sup>118</sup>. O projeto foi elaborado em conformidade com a Portaria SPHAN 07/1988, que define, em seu Art. 5º, os procedimentos necessários a solicitação de autorização e permissão para pesquisa interventiva e prospectiva.

#### 7.4.5.2.3 Metodologia

A abordagem metodológica compreendeu diferentes aspectos de contextualização histórico, cultural e arqueológico levantados a partir:

- Da análise de imagens e plantas digitalizadas da situação do terreno sob influência do empreendimento;

<sup>118</sup> Estes objetivos são exatamente os que constam nos objetivos pretendidos no Projeto de Diagnóstico Arqueológico Prospectivo e Interventivo, protocolado no IPHAN em 19/04/2013, no qual se encontra em análise.

- Pesquisas em fontes secundárias e primárias com enfoque nas áreas a serem diretamente afetadas pela construção do empreendimento;
- Levantamento de campo não interventivo, priorizando as áreas onde será implantado o empreendimento, bem como as áreas de entorno imediato da LT conforme a visibilidade e acessibilidade da área e informações orais com moradores locais;
- Reocupação da área, grau de exposição do solo, aspectos e feições da cobertura vegetal e processos erosivos;
- Análise das publicações especializadas sobre pesquisas arqueológicas já realizadas e em andamento, incluindo relatórios de antigos estudos de licenciamento ambiental.

#### 7.4.5.2.4 Resultados

##### a. Contexto Arqueológico e Etno-Histórico Regional

###### *i. Informações Arqueológicas*

As pesquisas no nordeste começaram a ser implantadas, sistematicamente, a partir da década de 1960, com os estudos de Valentín Calderón, Gabriela Martín, Marcos Albuquerque, Niède Guidon, Anne-Marie Pessis, Maria Conceição Beltrão, dentre outros.

Nos últimos anos, a arqueologia da região tem apresentado resultados importantes dentro do contexto brasileiro<sup>119</sup>. Para uma melhor compreensão da arqueologia na área de estudo, considerou-se importante sumarizar o contexto arqueológico regional, tendo em vista o traçado da linha de transmissão que abrange os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O cenário ambiental nordestino, no qual se movimentaram os grupos indígenas pré-coloniais, é um território contrastante, onde cada sociedade, em um período específico, soube explorar esses ambientes, de forma simultânea ou alternada, tanto por parte de populações caçadores-coletores, de muita mobilidade em um território, quanto por grupos de horticultores que habitavam em aldeias.

Segundo Etchevarne (1999-2000), toda a sociedade humana tem um marco ambiental

---

<sup>119</sup> Pesquisas importantes veem sendo desenvolvidas pelas Universidades, Museus e Fundações de: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Piauí, Ceará, Paraíba, Bahia entre outros.

no qual concretiza a sua existência e que, conseqüentemente, existe um nível profundo de interação entre os espaços naturais e os indivíduos que os ocupam (ETCHEVARNE, p. 113-114). Estes dispositivos adaptativos permitem reconhecer os diferentes ambientes naturais que foram apropriados de forma específica, através de sistemas integrados que envolvem as relações sociais, as representações simbólicas, a tecnologia, os padrões de assentamento e etc., transmitida de forma contínua nesta interação entre homem/natureza. Os ambientes naturais ou ecossistemas dominantes na região Nordeste correspondem a porções de mata atlântica, de caatinga e cerrado. Variações microambientais também estão presentes relacionadas a ocorrência de um tipo de estrutura geológica (KUHLMAN, 1977: 85-110). De modo geral, o domínio da floresta tropical concentra-se, com algumas interrupções, ao longo do litoral nordestino, tornando-se menos densa à medida que se interioriza, devido à perda da influência desse sistema. Apresentando uma paisagem de floresta subcaducifólia, condicionada pela dupla estacionalidade climática: tropical com intensas chuvas de verão, acompanhada por estiagens acentuadas. Esta, por sua vez, desaparece quando os níveis de precipitação vão se reduzindo, deixando lugar as espécies de clima semiárido, também conhecido como caatinga.

Grande parte do interior do Nordeste está inserida em um clima semiárido. A cobertura vegetal está adaptada a essas circunstâncias, suportando longos períodos de estiagem<sup>120</sup> (NIMER, 1977: 47-84). A caatinga abarca uma ampla extensão alterando planícies, chapadões e planaltos de pouca altitude. Em todos eles observam-se uma topografia muito trabalhada pela ação eólica caracterizada por relevos suaves e com perfis bastante arredondados, assim como, os vales dos rios e dos riachos (ETCHEVARNE, 1999-2000: 115).

Segundo Etchevarne, é possível inferir, a partir de dados etnográficos e arqueológicos, que os cursos d'água intermitentes podem ter sido aproveitados em momentos de cheia, por grupos pré-coloniais, como vias, para a interiorização na caatinga, permitindo nas suas margens acampamentos temporários (ETCHEVARNE, 1995:75). Portanto, a ocupação desses ambientes limita-se aos espaços com presença de cursos e fontes de água, mais ou menos permanentes, com possibilidade de incursões com distâncias que permitissem o retorno sem dificuldades aos locais com água constante.

<sup>120</sup> A caatinga recebe, a depender do local, entre 800mm e 400mm anuais de precipitação, de forma irregular em um curto período de tempo.

Entre o fim do Pleistoceno e o início do Holoceno, as áreas que hoje constituem o Nordeste brasileiro começaram a ser ocupadas por grupos de caçadores. A ocupação, proveniente da dispersão populacional (cf. MELLO E ALVIM, 1995-1996; MARTIN, 1997) já estava consolidada há 12 mil anos A.P., no Piauí e na Bahia, enquanto que para o Rio Grande do Norte as datações radiocarbônicas são de 10 mil anos A.P., coabitando com os espécimes hoje extintos de megafauna<sup>121</sup>, os quais eram abatidos, provavelmente por meio de armadilhas ou de emboscadas (MARTIN, 1999, p. 24-26).

No Rio Grande do Norte, por exemplo, no interior do estado existem grandes pavimentos detríticos com seixos de jaspe e calcedônia, oferecendo uma rica fonte de matéria-prima para o lascamento, mas poucos sítios de habitação (PROUS, 1992:192).

A Tradição Itaparica, identificada pela primeira vez por Valentín Calderón em um abrigo rochoso, as margens do rio São Francisco em Pernambuco, faz parte de um horizonte cultural de caçadores-coletores, com alcance inter-regional. Outros arqueólogos também identificaram essa tradição em outras partes no Nordeste, como em Pernambuco, segundo Armand Laroche (1991: 31-2) e Gabriela Martín (1986), no oeste da Bahia conforme Pedro Schmitz (1987) e Altair Barbosa (1992) e, recentemente, Paulo T. de S. Albuquerque encontrou instrumentos dessa tradição lítica em sítios dunares litorâneos do Rio Grande do Norte (ALBUQUERQUE E SPENCER 1994:181 apud ETCHEVARNE, 1999-2000: 120).

---

<sup>121</sup> Como por exemplo: tigres dentes-de-sabre, mastodontes, paleolamas, preguiças e tatus gigantes.



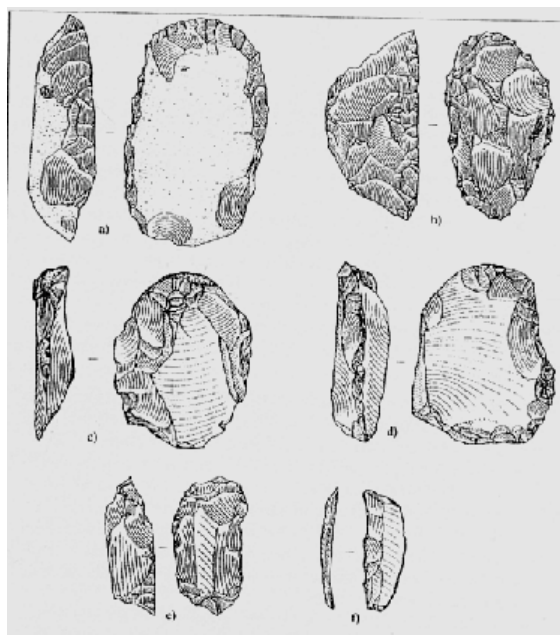


Figura 7.4-125. Material lítico (FONTE: MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p.175).

Para a presença de objetos dessa tradição em diversos nichos, como o cerrado, caatinga e litoral, Etchevarne chama atenção sobre a imensa expansão territorial desta tradição pelo fato de que o conhecimento tecnológico, reconhecível nela, é suficientemente universal, como, por exemplo, na fabricação de instrumentos úteis em situações ambientais com recursos distintos.



Figura 7.4-126. Lesma da Tradição Itaparica encontrada na região da Chapada do Araripe/CE (Fonte: [www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo\\_litico\\_e\\_ceramico\\_do\\_cariri.pdf](http://www.fundacaocasagrande.org.br/pdf/acervo_litico_e_ceramico_do_cariri.pdf))

Os estudos arqueológicos permitem refletir que houve um florescimento de indústrias locais, em diferentes períodos, fazendo uso de um ou vários recursos técnicos. A prática de lascamento para a confecção de instrumentos coexistiu, em muitos lugares, com a do polimento, utilizada principalmente para confecção de laminas de machado.

Numerosos sítios na região nordeste são registrados sob a denominação de Arte Rupestre. Gabriela Martín e André Prous apontam para a mais antiga referência<sup>122</sup> a uma gravura rupestre, no Brasil, feita por Feliciano Coelho de Carvalho, na Paraíba em 1598 (Martín 1996: 208; PROUS 1992: 509).

Os registros rupestres (pinturas e gravuras) são, também, um forte indicativo da presença humana pré-histórica. As pinturas e gravuras estão agrupadas em tradições, termo que Gabriela Martin<sup>123</sup> descreve como sendo “a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes.” (MARTIN, 1997, p. 240). No Nordeste brasileiro – e também no território potiguar – existem, pelo menos, três grandes tradições: Nordeste, Agreste e Itaquiara.

Definida no Piauí, a partir das pesquisas de Niède Guidon, Silvia Maranca, Anne Marie Pessis, Susana Monzon, Laurence Ogel-Ross, Bernadette Arnaud, dentre outros, a Tradição Nordeste é identificada pelas figuras antropomorfas, dotadas de enfeites, ornatos e atributos, os quais caracterizam a figura humana dentro de um contexto social de: lutas, caças, danças e sexo. Os antropomorfos aparecem sempre em posição que sugere movimento. Os temas bastante diversificados têm no elemento humano e no animal as representações mais recorrentes. O dinamismo, a mobilidade, a ação primam nos conjuntos pintados, que normalmente constituem composições de vários personagens. Nessa tradição parece existir uma história a ser contada, tal é a coerência de gestos dos componentes da cena (GUIDON 1992: 47; MARTÍN 1996: 246).

<sup>122</sup> Trata-se de uma transcrição do relato das inscrições rupestres que Feliciano Coelho de Carvalho visitou aos 29 dias do mês de dezembro do ano de 1598, das quais desenhou alguns grafismos.

<sup>123</sup> Gabriela Martin (op. cit., p. 26), afirma que “as datas mais antigas que assinalam a presença humana no Rio Grande do Norte foram registradas na região do Seridó”, especificamente no Sítio Mirador, em Parelhas (9.410 anos) e no Sítio Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas (9.400 anos), também, com de pinturas rupestres. Os enterramentos humanos do Sítio do Alexandre merecem um destaque especial tanto pela quantidade de esqueletos exumados até 1996 (cerca de vinte e oito), como pela presença de um pequeno mobiliário fúnebre e material lítico associado aos restos ósseos. Registrem-se, ainda, outras datações de 8, 6, 5, 4 e 2 mil anos antes do presente, provenientes do mesmo sítio, além da importância que os rituais funerários têm, hoje, para dar aos arqueólogos elementos para reconstituírem o modo de vida das sociedades primitivas (MARTIN, 1999. 1995-1996).

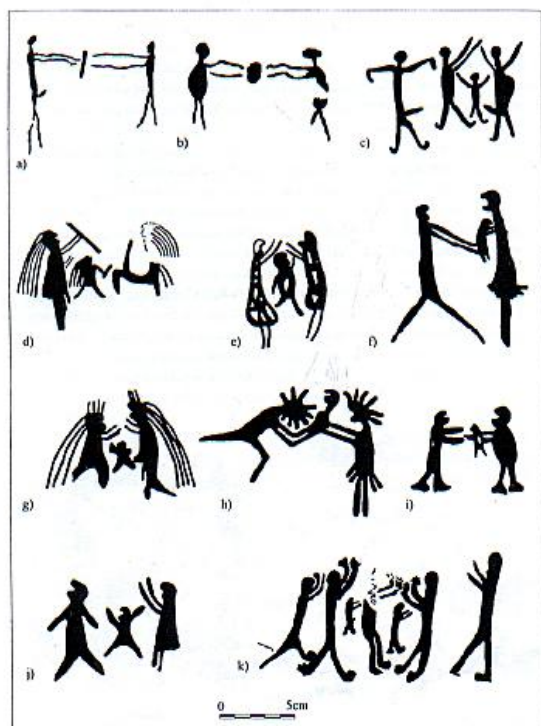


Figura 64. Tradição Nordeste. Cenas emblemáticas que sugerem ação cerimonial; a, b, c) São Raimundo Nonato, PI; d, e, f, g, h, i, j) Parelhas e Carmaíba dos Dantas, RN; k) Lençóis, BA.

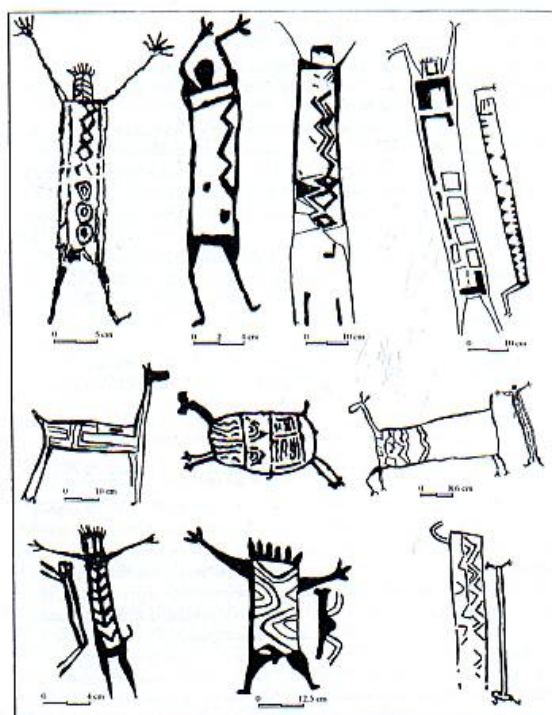


Figura 69. Tradição Nordeste. Tendência ao geometrismo nas fases finais da sub-tradição Várzea Grande, São Raimundo Nonato, PI.

Figura 7.4-127 - Tradição Nordeste (Fonte: MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Atualizado. Recife: UFPE, 1999.p. 254 e p. 260 respectivamente).

Os grafismos são de traço leve e foram pintados com instrumentos finos, permitindo uma acurada técnica de delineação da pintura. A tradição Nordeste não representa apenas o cotidiano dos grupos humanos pré-históricos do Nordeste, mas, também, cenas cerimoniais cujo significado ainda não é totalmente compreendido. Sua presença repetida nos abrigos rupestres torna-se um indicador da tradição: os personagens podem formar duplas ou grupos. As representações humanas possuem às vezes alguns atributos como cocares e armas.

Os animais são tão numerosos quanto os antropomorfos. Os elementos vegetais, galhos e árvores, também estão representados com certa frequência, o que é um elemento a mais para destacar essa tradição, já que esses grafismos são muito raros nas representações rupestres. (ETCHEVARNE, 1999-2000: p127)

A principal cor utilizada é o vermelho, com várias tonalidades, seguido do branco, amarelo, preto, cinza, verde e azul, havendo, constantemente, o uso da policromia. A cronologia dessa tradição inicia-se em torno dos 12.000 A.P., para o Piauí, sendo associada a uma cultura de caçadores-coletores que viviam em clima úmido e com recursos hídricos bem mais favoráveis que atualmente.

A tradição Nordeste estende-se pelos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, parte da Bahia e do Ceará e alguns indícios, de acordo com Prous (1992:520), no extremo norte de Minas Gerais.

No Rio Grande do Norte, Gabriela Martín, identificou outro estilo da mesma tradição, que denominou de “estilo Seridó”. Está sub-tradição, localizado na região do Seridó, reflete o contexto geográfico em que se situaram os grupos de caçadores-coletores aproximadamente 10.000 A.P., – conforme datações -. Com mais de vinte sítios cadastrados a área arqueológica do Seridó caracteriza-se pela presença de um padrão de assentamento já registrado em outras áreas do Nordeste brasileiro (MARTÍN, 2007). São constantes temas como a caça, envolvendo animais como, por exemplo, veados, onças, capivaras, e principalmente aves, como as emas, os papagaios e os tucanos; a dança ritual em torno de árvores e o lúdico, na forma de “jogos” (MACEDO, 1998). Também é frequente a representação de barcos com remo e figuras antropomorfas filiformes com bico de pássaro.

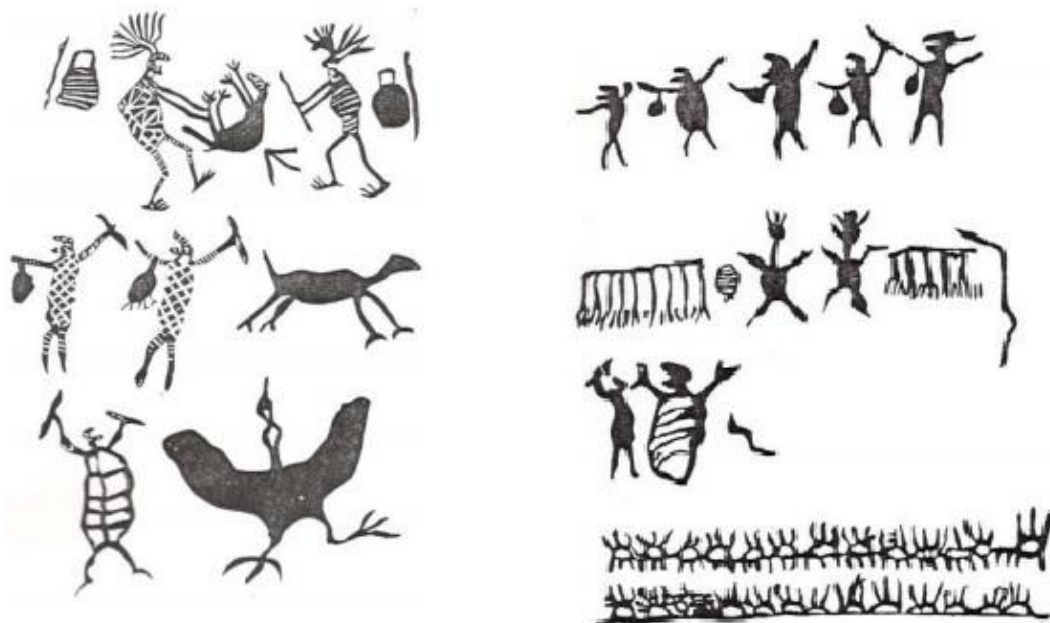


Figura 7.4-128 - Tradição Seridó (FONTE: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme23/223.pdf>).

Nas escavações arqueológicas realizadas no Rio Grande do Norte, os sítios que se destacam são: o complexo arqueológico Xique-Xique, o sítio Pedra do Alexandre e o sítio Fundões. O sítio arqueológico Xique-Xique foi descoberto no município de Carnaúba dos Dantas por José de Azevedo Dantas em 1924, desenvolveram as primeiras pesquisas na região do Seridó, no município de Carnaúba, Parelhas, Acari, Cerro Corá, e



alguns municípios da Paraíba.

A Pedra do Alexandre (município de Carnaúba dos Dantas) além das inscrições rupestres destaca-se por ser o cemitério mais antigo do Rio Grande do Norte, juntamente com o mirador no município de Parelhas, ambos com datações de aproximadamente 9.400 A.P. Na década de 1990, Gabriela Martín desenvolveu pesquisas em um terço da Pedra do Alexandre resultando em 28 esqueletos, que hoje se encontram no núcleo de estudos de Pernambuco.

No sítio Fundões foram encontrados fósseis de animais pré-históricos, gravuras da tradição Itaquatiara e da sub-tradição Ingá. As pesquisas indicam que teriam sido os mesmos povos que fizeram a tradição agreste de acordo as semelhanças geométricas entre as pinturas e as gravuras. Com datação entre 2.000 a 6.000 A.P., fundamentado nas Itaquatiaras da Pedra do Ingá.

Diferente da Tradição Nordeste facilmente identificável pela variedade e riqueza dos temas a Tradição Agreste<sup>124</sup> é caracterizada pelos registros mais toscos, rudes, e em dimensões maiores (figuras grandes, geométricas ou biomorfos). As cenas são muito raras, com apenas um ou dois personagens (homem caçando ou pescando). Um dos grafismos "*emblemáticos*" da tradição é um antropomorfo, de tamanho grande, geralmente estático, isolado e de forma grotesca, dando um aspecto totêmico à representação humana; outro é a figura de um pássaro, de longas penas e asas abertas, com tendência ao antropomorfismo (homem-pássaro).

Composta pela representação de figuras humanas e alguns animais, conta com um número significativo de "grafismos puros" – isto é, aqueles desprovidos de traços que permitem identificá-los com uma representação de nosso universo sensível. Caracteriza-se pelo impacto visual do intenso preenchimento das figuras com corantes vermelhos sendo raras as cenas; as figuras são representadas de forma estática. É originária da região agreste de Pernambuco, sendo suas manifestações mais antigas datadas de 11 mil anos AP. [...] são figuras humanas maiores do que as representadas na tradição Nordeste, não tão bem delineadas e totalmente preenchidas por tinta vermelha escura (GASPAR, 2003).

Marcas de mãos e pés em positivo são bastante comuns, especialmente, na parte superior dos suportes onde foram pintadas, assim como linhas, grades, espirais e outros sinais sem identificação imediata. Enquanto as populações da Tradição Nordeste tinham um contexto geográfico rico, pintando os abrigos sob-rocha nas encostas das serras, os

<sup>124</sup> Esta tradição é descrita por A. Aguiar nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

caçadores da Tradição Agreste viviam em um ambiente mais modesto, ocupando pés-de-serra, várzeas e brejos, sempre próximos a fontes d'água e caldeirões, onde se acumulava a água das chuvas nos períodos de estiagem. A cronologia para essa tradição é de aproximadamente 5.000 A.P., para o Piauí, 2.000 A.P., para Pernambuco.

Na sua versão mais característica, as figuras da Tradição Agreste aparecem isoladas ou formando pequenos conjuntos dominados por uma ou duas grandes figuras antropomorfas (ditas "bonecões"), eventualmente rodeadas por poucos grafismos zoomorfos ou pinturas carimbadas na parede – inclusive impressões de mãos – e conjuntos de pontos. Homens e animais são geralmente desenhados toscamente, mas apresentam detalhes característicos, como a cabeça radiada e pés representados de maneira bastante naturalista (figuras humanas), sendo as articulações do cotovelo e do joelho marcadas por círculos (PROUS, 2007).



Figura 7.4-129. Toca do Boqueirão-Tradição Agreste: antropomorfos e formas animais estáticas (Fonte: <http://www.ab-arterupestre.org.br/images/foto03.jpg>).

Tecnicamente, na tradição agreste os tipos de pigmento são predominantemente o vermelho nas diversas tonalidades que o óxido de ferro e o ocre natural podem fornecer. A enorme dispersão que alcançou a tradição Agreste resultou em sub-tradições, algumas das quais podem ser determinadas, enquanto outras apenas esboçadas aguardam-se estudos mais complexos (MARTÍN, 275: 2007).

A Tradição Itaquiara é caracterizada pelas gravuras em blocos ou rochas próximo aos cursos d'água e, às vezes, em contato com esta, compreendendo gravuras sobre a rocha com grafismos puros e sinais como tridígitos, círculos, linhas e quadrados.

Existem poucos dados a respeito dos grupos humanos que as fizeram, devido a sua não associação com a cultura material desses povos, face esses registros estarem, quase sempre, em contato com a água. Exceção é o caso do Letreiro do Sobrado, em Pernambuco, de onde saíram datações de mil e duzentos a seis mil anos antes do presente para fragmentos de rochas gravadas, relacionadas com indústrias líticas e fogueiras. Acredita-se que as itaquatiaras brasileiras estejam relacionadas ao culto das águas, devido à sua localização em cursos d'água ou caldeirões, onde a água que cai no inverno fica retida. Provavelmente, são também relacionadas com cultos cosmogônicos das forças naturais e celestes, devido à existência de possíveis representações de astros ou linhas onduladas que imitam o movimento das águas. Disseminadas em todo o Brasil, as itaquatiaras têm o seu expoente máximo na Pedra do Ingá, na Paraíba. No Rio Grande do Norte há uma enorme profusão de sítios dessa tradição, especialmente na região do Seridó.

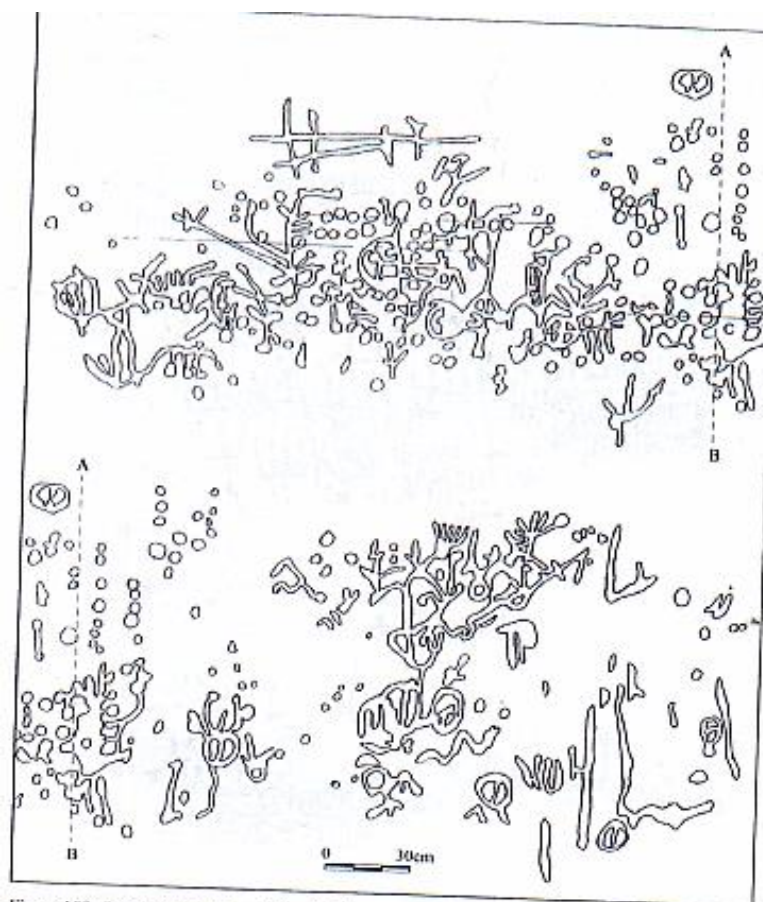


Figura 100. Tradição Itaquatiara. Sítio Abelhas, Fazenda Algoínihus, Belém de São Francisco, PE.

Figura 7.4-130. Tradição Itaquatiara (FONTE: MARTIN, G. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3ª ed. atualizada. Recife: UFPE, 1999. p 305).



A presença dos três principais horizontes culturais de Arte Rupestre do Nordeste no Rio Grande do Norte reforça a hipótese de que o seu território foi povoado por diversas levas de povos pré-históricos, em diferentes épocas.

Uma nova tradição é reconhecida no nordeste a partir do século XI, com os sítios arqueológicos derivados de instalações Tupi-guarani. Os grupos identificados sob esta denominação corresponderiam a uma grande contingente pluriétnico que ocupou quase todo o litoral brasileiro em diferentes movimentos migratórios<sup>125</sup>.

De acordo com os estudos do arqueólogo Marcos Albuquerque, da Universidade Federal de Pernambuco, a interiorização desses grupos para áreas mais áridas, provavelmente por contingência histórica, ocorreu via os rios perenes, adaptando-se a um ambiente de mata ciliar (ALBUQUERQUE 1983-84: 131-4: 1991:177-18).

Esse povoamento, feito através de diferentes grupos humanos, deu origem às tribos indígenas que os cronistas holandeses e portugueses conheceram no Período Colonial.

Na pesquisa realizada no CNSA/IPHAN nos três Estados por onde a LT atravessa estão cadastrados 43 sítios arqueológicos. De acordo com o gráfico, sua distribuição, pelos Estados é bem desigual. Figura 7.4-131 Distribuição quantitativa dos sítios arqueológicos nos Estados que compõem a área de abrangência da linha de transmissão.

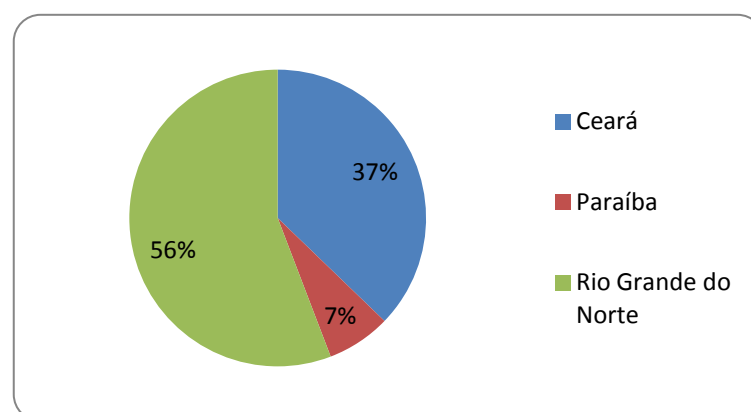


Figura 7.4-131. Distribuição quantitativa dos sítios arqueológicos nos Estados que compõem a área de abrangência da linha de transmissão (Fonte CNSA/IPHAN).

A Figura 7.4-132, a seguir, quantifica os sítios arqueológicos registrados nos municípios da All que compõem os Estados mencionados, de acordo com as informações do CNSA/IPHAN.

<sup>125</sup>Os arqueólogos atribuem sua origem como amazônica e nessa mudança territorial foram instalando-se na faixa litorânea, onde predominava a mata atlântica.

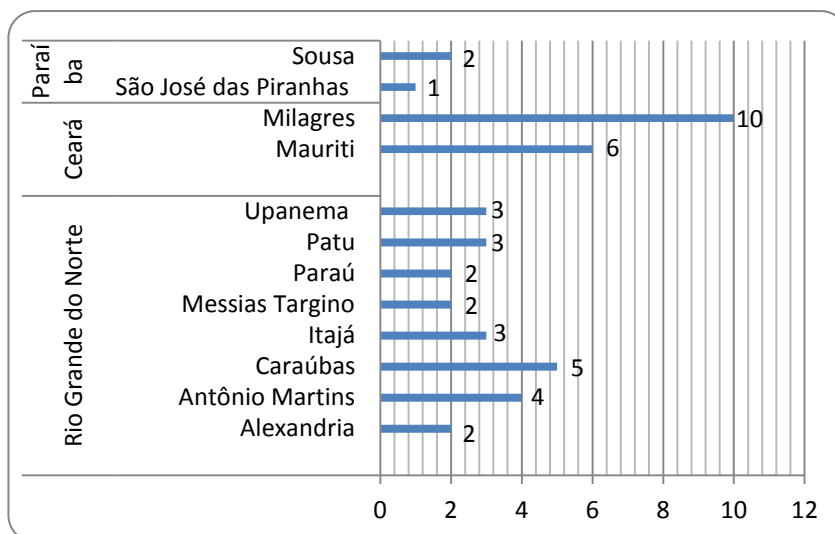


Figura 7.4-132. Sítios arqueológicos registrados por municípios (Fonte CNSA/IPHAN).

É importante ressaltar que a diferença quantitativa de sítios arqueológicos entre os municípios nas figuras acima não reflete a realidade pretérita da ocupação humana na área de estudo, mas a intensidade das pesquisas arqueológicas de que foram objeto os municípios.

As categorias dos sítios arqueológicos conhecidos nos municípios que compreendem a AID de acordo com as informações do CNSA/IPHAN podem ser visualizadas na Figura 7.4-133.

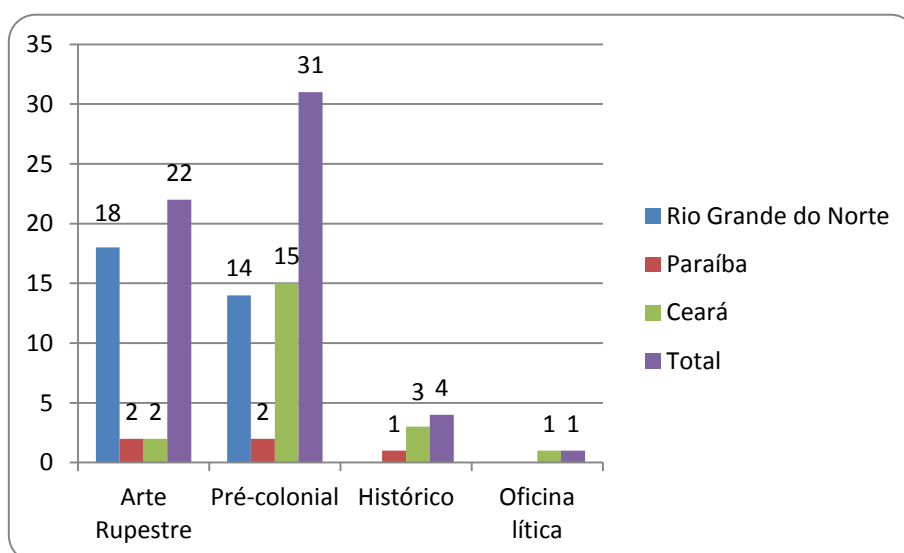


Figura 7.4-133 - Categorias de sítios arqueológicos conhecidos nos municípios da AID.

Nas áreas de estudo, portanto, de acordo com o cadastro do CNSA/IPHAN, predominam os sítios de arte rupestre (18 sítios conhecidos no Rio Grande do Norte), que aparecem de acordo com a técnica empregada em sua confecção (gravuras e/ou pinturas) em abrigos, paredões ou afloramentos rochosos ao longo de toda a região Nordeste.

Os sítios pré-coloniais (não especificados nas fichas de registros do CNSA/IPHAN) indicam uma forte presença na região, de vestígios arqueológicos associados a sítios lítico (como por exemplo, lascados e polidos) e/ou cerâmicos (horticultores).

No cadastro do CNSA/IPHAN nos municípios que compõem AID, estão cadastrados 22 sítios arqueológicos (arte rupestre, colonial e histórico), no entanto pouca informação está disponível, conforme quadro abaixo:

Quadro 7.4-29 - Sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN, para AID.

Nº	Sítio	Localidade	Tipo	Estado
1.	RN - MA – 08	Alexandria	Arte rupestre	RN
2.	RN - MA – 07	Alexandria	Arte rupestre	RN
3.	Encanto Picos	Messias Targino	Pré-colonial - Arte rupestre	RN
4.	Junco Tanque da Véia Chica	Messias Targino	Pré-colonial - Arte rupestre	RN
5.	Jatobá Canafístula	Paraú	Pré-colonial - Arte rupestre	RN
6.	Pedra do segredo	Paraú	Pré-colonial - Arte rupestre	RN
7.	Serrote do Letreiro	Patu	Pré-colonial - Arte rupestre	RN
8.	Sítio Jatobá	Patu	Pré-colonial - Arte rupestre	RN
9.	Sítio Volta	Patu	Pré-colonial - Arte rupestre	RN
10.	PSE	São José de Piranhas	Histórico	PB
11.	Lagoa dos Estrelas	Sousa	Pré-colonial - Arte rupestre	PB
12.	Serrote do Letreiro	Sousa	Pré-colonial - Arte rupestre	PB
13.	OIG II	Milagres	Pré-colonial	CE
14.	Milagres I	Milagres	Pré-colonial	CE
15.	OIG I	Milagres	Pré-colonial	CE
16.	Casa de Farinhada	Milagres	Histórico	CE
17.	Sítio do André	Milagres	Pré-colonial	CE
18.	Corredor de Baixo	Milagres	Pré-colonial	CE
19.	CAL	Milagres	Oficina Lítica	CE
20.	Laje	Milagres	Pré-colonial - Histórico	CE
21.	Capim	Milagres	Pré-colonial - Arte rupestre	CE
22.	Letreiro Encantado	Milagres	Pré-colonial - Arte rupestre	CE

## *ii. Informações Etno-Históricas*

O primeiro registro do termo etno-história remete a 1909, quando Clark Wissler o empregou como referência à utilização de documentos escritos e dados arqueológicos para a reconstrução da história de culturas indígenas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008). No princípio a etno-história estava ligada ao estudo de sociedades culturalmente não-ocidentais e ágrafas. Nesse sentido, pretendia-se que a história destes povos fosse produzida por outras culturas predominantes, portanto, em situação colonial. A “história dos povos sem história” foi questionada por ROJAS (2008), onde o autor destaca que a maioria das diferentes culturas nativas da América é essencialmente oral, portanto não se deve desprezar o fato de que logo no princípio da dominação colonial muitos indígenas foram alfabetizados nas línguas europeias, bem como em outras línguas indígenas que foram submetidas a sistemas gráficos europeus. Esse processo, de acordo como autor, altera significativamente o conjunto de registros que podem ser usadas como fontes para a escrita da história indígena. Em 1988 a promulgação da Constituição Federal, assegurou alguns direitos aos povos indígenas, especialmente o direito aos seus territórios tradicionais, propiciando uma grande demanda e valorização das pesquisas diacrônicas sobre os povos indígenas no Brasil.

A partir da década de 1950, antropólogos, historiadores, geógrafos e arqueólogos, passaram a se interessar pela problemática da etno-história. A consolidação como um método que congrega, principalmente, aportes teóricos da antropologia e da história. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008; TRIGGER, 1982) utilizando evidências documentais e tradições orais para estudar as transformações nas culturas das sociedades sem escrita. A inclusão das metodologias arqueológicas possibilita pensar em uma abordagem mais holística incluindo a história pré-colonial indígena no escopo da preocupação dentro de uma perspectiva de longa duração (EREMITES DE OLIVEIRA, 2001; EREMITES DE OLIVEIRA 2003).

Considerando, que a maioria dos sítios arqueológicos da região de estudo são de origem indígena, é importante destacar as tribos que ocuparam a região de estudo na ocasião do contato com a sociedade colonial, uma vez que alguns dos sítios mais recentes podem estar associados a essas tribos.

Dentre essas variadas formas de fontes escritas estão os relatos etnográficos e os relatos de viagem, em especial aquelas dos viajantes naturalistas. O esboço promovido pela observação desses viajantes promoveu um olhar diferenciado do olhar de cronistas e

viajantes coloniais, pois a formação destes exigia a produção de uma nova observação científica e sistemática da natureza, da terra e do homem. Nesse sentido, com base no mapa de Curt Nimuendaju<sup>126</sup>, reproduz-se, a seguir, quais foram as tribos indígenas que ocuparam a região na época do contato com a sociedade colonial. (Figura 1-7.4-134).

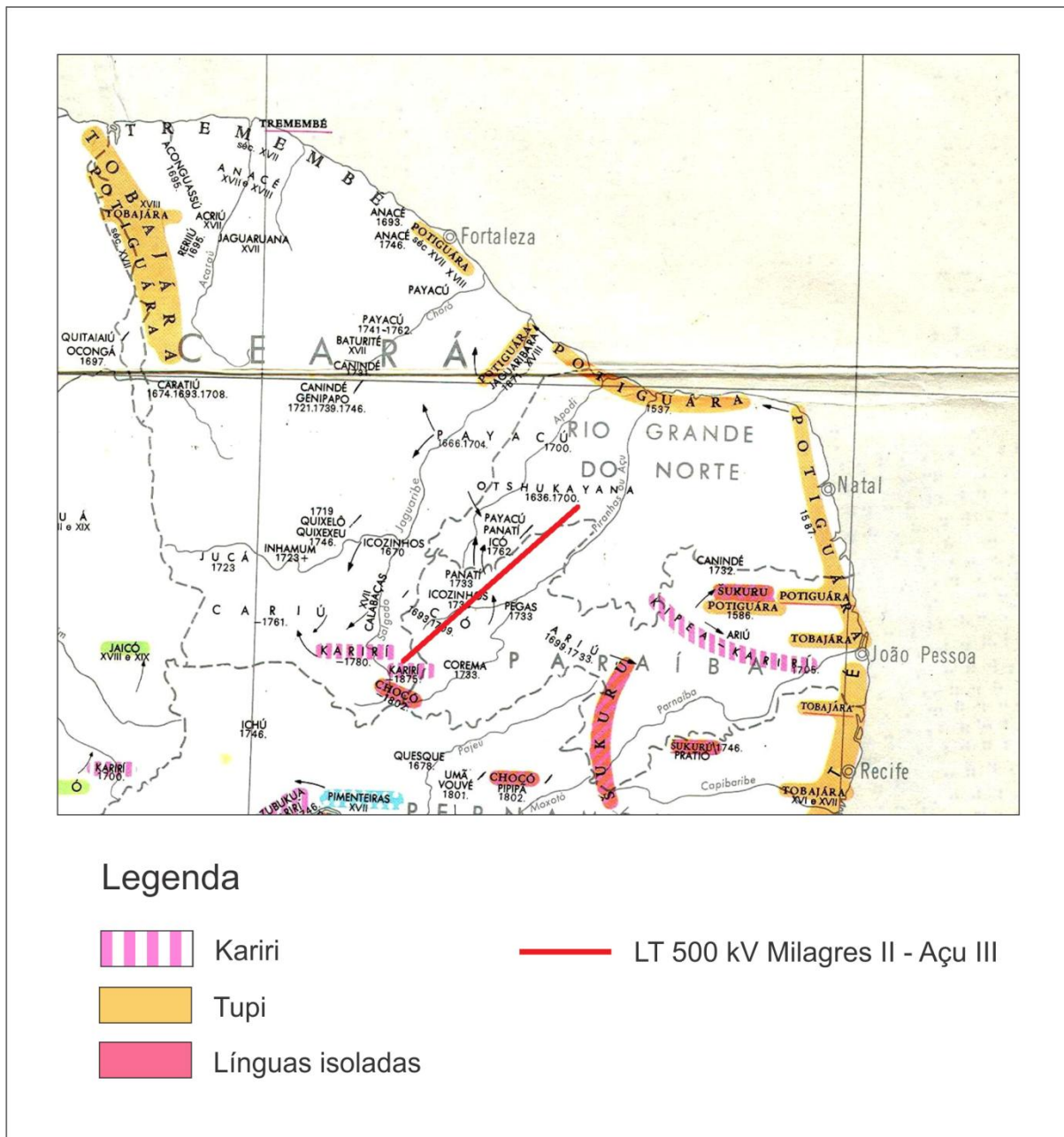


Figura 1-7.4-134 - Recorte do Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, indicando as tribos indígenas que historicamente foram registradas na região de estudo do presente diagnóstico, por ocasião do contato indígena com a sociedade colonial (Fonte: Nimuendaju/1981).

<sup>126</sup> Etnólogo de origem alemã percorreu o Brasil em meio aos índios por mais de quarenta anos.

De acordo com o mapa, o mesmo ambiente era habitado, em algumas áreas, por grupos indígenas, de origem Tupi (da família linguística Tupi-guarani)<sup>127</sup> e no interior da região, por grupos não Tupi de diversas famílias linguísticas, ligados a língua Kariri e línguas isoladas, que de acordo com o mapa acima, compreendem as culturas: Arda, Auaké, Choco, Fulnió, Gamell, Guató, Huari, Itonama, Kaliána, Kanicana, Kapisaná, Kayuvava, Máku, Malalí, Masaká, Matanawí, Miránya, Natú, Opaye-Savánte, Natú, Opayé-Savánte, Otoaca, Pankarurú, Patasó, Sukurú, Taumã, Trumai, Tsetsehet, Tukuna, Tusá, Tuyoneiri, Yarakáre, Yurí. Dominando os sertões da caatinga, ocupando os territórios interioranos desde o Ceará até a Bahia.

Na região de estudo, pelo menos dois grupos de comunidades tradicionais de indígenas foram identificados, conforme o item 7.4.4.2.1 - Comunidades Indígenas, Tabela 7.4-1 - Comunidades Remanescentes de Povos Indígenas na All. Trata-se das comunidades Benguê e Caboclos, grupos de descendência potiguara<sup>128</sup>, localizados hoje na cidade de Assú, no Rio Grande do Norte.

Os potiguaras foram uma etnia Tupi que habitava o litoral da região Nordeste (hoje estados do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba). São provavelmente os únicos indígenas a conviverem no mesmo local, desde a chegada dos colonizadores há mais de 500 anos. A permanência, contudo, se deu à custa de muita resistência as investidas de portugueses, franceses e holandeses, que, envolvidos nas aspirações expansionista, pelo interesse de ocupação e utilização do espaço geográfico indígena na região.

Os Potiguaras formaram uma muralha, ao longo do litoral, impedindo o avanço dos invasores em direção ao interior da Paraíba e, conseqüentemente, do Brasil. Para se ter uma ideia do papel preponderante dos guerreiros indígenas, as tentativas de conquistar a Paraíba se deram durante todo o século XVI, fracassadas pela determinação dos Potiguara na defesa do território. Conseguindo que sua etnia e tradições culturais e religiosas fossem relativamente preservadas.

Ao contrário dos Potiguaras, os Kariri através da dispersão ocuparam o sertão nordestino, como podemos ver na Figura 1-7.4-135, dando origem a outras

<sup>127</sup> Segundo Gallois (1986), originários do sul, da vertente meridional do vale do Amazonas. Os grupos Tupi-guarani, que como foi citado, adentraram no território nordestino, justificando a existência de sítios associados a esta tradição ceramista.

<sup>128</sup> A nação indígena Potiguara é oriunda do grupo Tupi. O nome Potiguara significa, em tupi, "pescadores de camarão", "catadores de camarão" ou "criadores de camarão".

ramificações linguísticas. Apenas quatro das línguas cariri chegaram a ser minimamente descritas, todas elas na região ao sul do rio São Francisco: o dzubukuá, falado por grupos no arco do submédio São Francisco; o kipea, falado por índios que se tornaram conhecidos como quiriris (ou Kiriri) principalmente na bacia do Itapicuru, Bahia; o camuru (ou cariri) e os apuiá, ambas próximas à bacia do Paraguaçu, na Bahia.

Segundo relatos dos séculos XVII e XVIII, na Serra do Araripe, os índios cariris foram descobertos pelos povoadores do "Ciclo do Couro" de Sergipe, de Pernambuco e possivelmente da Bahia.

A ocupação portuguesa no território nordestino pode ser analisada como um divisor, em termos cronológicos, pelo impacto provocado no universo das sociedades indígenas. Pois, a apropriação do território e dos recursos naturais instaura-se sobre um cenário onde se movimentavam grupos étnicos diferentes. Onde grandes áreas estavam sob o domínio de povos que arqueologicamente podem ser enquadrados na Tradição ceramista Tupi-guarani. No entanto, ao longo do processo de conquista e colonização europeia, esses grupos foram paulatinamente desaparecendo como entidades etnicamente diferenciadas, por extermínio, aculturação ou miscigenação.

Pouco mais de um século depois da chegada dos primeiros colonizadores ao nordeste, a situação das populações indígenas tinha se modificado profundamente. As sociedades indígenas litorâneas são as mais atingidas e as primeiras a sofrer o processo de extinção. Excetuam-se dessa regra os grupos ou bandos de muita mobilidade, habitantes da mata atlântica, que alcançam o século XIX ainda sem grande alteração no *modus vivendi*. Já no interior, as frentes colonizadoras (missionárias ou pastoris) iniciam os contatos permanentes mais tardiamente que no litoral. Estes, por envolverem um número muito reduzido de colonizadores, provocaram efeitos transformadores mais lentos.

As missões catequizadoras promovidas pelos jesuítas oriundos dos colégios da Bahia e de Pernambuco, na região nordeste estabeleceram algumas aldeias para fins de catequese na margem do Rio São Francisco, de acordo com a Lei de 4 de junho de 1703. Esta lei se fundamentava no Alvará Régio de 1700, que determinava que "a cada missão se dê uma légua em quadra para a sustentação dos índios e missionários".

Estas missões espalhadas pelo sertão pernambucano catequizaram e civilizaram a tribo Cariri. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, suas terras foram arrematadas em hasta



pública<sup>129</sup>. As aldeias indígenas passaram para a administração de outros missionários ou à leiga, apoiada por um assistente espiritual.

Se por um lado a organização dos indígenas foi alterada, por outro o conjunto das narrativas, representações que compõe a tradição de um povo podem ser remontadas, ainda que parcialmente, através da análise da tradição oral, restos arqueológicos e pelo relato dos naturalistas, viajantes e religiosos que percorreram o interior do nordeste da época colonial.

Com o colonizador, uma nova ordem irrompe, transformando completamente os processos sócio-históricos que eram próprios a esses povos indígenas. O acúmulo histórico ideológico europeu se impõe e com ele surge uma percepção diferente do ambiente. (ETCHEVARNE, 1999-2000)

Consequentemente, um modo radicalmente diverso de apropriação do território e dos recursos naturais instaura-se. Novos componentes humanos incorporam-se, equipamentos tecnológicos experimentam-se e animais e plantas são introduzidos substituindo os nativos e transformando a paisagem regional. A apropriação instaura-se sob um cenário onde se movimentavam diversos grupos étnicos e em que grandes áreas estavam sob o domínio de povos que arqueologicamente podem ser enquadrados na Tradição ceramista Tupi-guarani.

### *iii. Considerações*

As questões mencionadas permitem inferências arqueológicas importantes na interpretação dos processos socioculturais das sociedades pretéritas, a partir dos vestígios materiais registrados pelas pesquisas arqueológicas, bem como fornecer dados para o levantamento do potencial arqueológico da região e a posterior identificação de grupos étnicos relacionados aos sítios registrados.

Nesse, sentido a paisagem que se vê atualmente é resultante da ação humana e revela um passado rico relacionado à pré-história regional. Dentro deste processo de construção do conhecimento arqueológico, a intensificação das pesquisas na região de estudo, tende a constituir, uma importante fonte para a reconstituição do processo de contextualização cronológica da arqueologia e da história dos grupos étnicos registrados em tempos pré-histórico e histórico, aprofundadas nas etapas subsequentes da pesquisa

---

<sup>129</sup> Espécie de leilão público.

arqueológica prospectiva.

Os dados acima sumarizados apontam que as diversas tribos indígenas registradas historicamente na área de estudo sofreram severa alteração com o contato, sobretudo colonial, em especial no que se refere àqueles de maior durabilidade (e, portanto, de maior visibilidade arqueológica). Sendo que os primeiros artefatos a desaparecer são exatamente aqueles substituídos por objetos da cultura do conquistador e que possui funções similares, como exemplo: vasilhas de barro substituídas por vasilhas de metal; instrumentos cortantes de pedra substituídos por facas e machados de metal.

Essa perda na cultura material de maior visibilidade arqueológica é agravada pelo radical decréscimo populacional causado pelo contato. Com populações reduzidas, a cultura material tende a ficar mais rarefeita, o que também implica em perda de visibilidade arqueológica. Além disso, no processo de fuga da frente conquistadora, as sociedades indígenas permanecem muito menos tempo nos seus assentamentos, o que diminui sensivelmente o refugio das atividades cotidianas, fonte privilegiada de informação arqueológica.

## b. Levantamento de Campo

### *i. Metodologia*

Na definição dos métodos de pesquisa, levaram-se em consideração as especificidades técnicas do empreendimento, o conhecimento arqueológico já existente da região, e as condições topográficas favoráveis, levantados a partir de imagens de satélites.

Ressaltando, que a estratégia do levantamento arqueológico deve ser compatível, pertinente e adequada aos objetivos propostos, e, sobretudo com o tempo disponível para a execução do trabalho em campo.

Neste caso particular, para a definição das estratégias de levantamento arqueológico (não interventivo) foram aproveitadas as pesquisas disponíveis, propiciando informações sobre as ocorrências arqueológicas na região de estudo, destacando os sítios de arte rupestre.

Esta metodologia se justifica, com o intuito de avaliar as áreas de maior potencial arqueológico, priorizando os locais com melhor visibilidade do solo. Nesse sentido, o levantamento arqueológico consistiu no estudo preliminar da área do eixo projetado para a LT e seus seccionamentos, com o objetivo de entender o traçado e as diferentes

características ambientais e arqueológicas por onde a linha atravessa. Em campo, a logística, a acessibilidade, e a visibilidade, foram fatores importantes na escolha dos procedimentos para a avaliação das áreas de potencial, tendo em vista que a interferência destes fatores foi frequente dentro da área de estudo, dificultando, de modo geral, análise da cobertura total das áreas em questão.

Nesse sentido, optou-se em utilizar o método de amostragem sistemática (em pontos pré-determinados), por restrições de acessibilidade e de visibilidade solo. E em campo, além dos pontos pré-determinados, houve a readaptação da prospecção em superfície, nas áreas em que a vegetação apresentava-se mais rasteira, gerando pontos complementares do que aqueles pré-determinados.

Dessa forma, os procedimentos de amostragem passam a ter papel fundamental no levantamento arqueológico. A amostragem probabilística surge como um importante recurso para alcançar o objetivo de obter uma cobertura representativa (REDMAN 1987:250-51), selecionando partes do total disponível. Assim, principalmente, enquanto técnica exploratória, este recurso força a observação mesmo nos locais onde não se espera obter resultados, eliminando o risco de viés amostral.

As áreas pré-definidas como unidades amostrais foram distribuídas a cada 50 km, equidistantes entre si, partindo de Assú (RN) em direção a Milagres (CE) ao longo do traçado da linha de transmissão, com o intuito de avaliar o potencial arqueológico na área de influência direta do empreendimento.

Nesse sentido, o levantamento de campo, através da superfície do solo visando o registro de ocorrências, sítios e áreas de ocupação ocorreram nas porções pré-determinadas e nos pontos complementares nas áreas previstas para o empreendimento.

Definidos da seguinte forma:

- Adota-se para **sítio arqueológico** “a menor unidade do espaço passível de investigação, dotada de objetos (e outras assinaturas latentes) intencionalmente produzidos ou rearranjados, que testemunham comportamentos das sociedades do passado” (MORAIS 2006: 207).
- Como **ocorrência arqueológica**, entende-se o “objeto único ou a quantidade ínfima de objetos isolados ou desconexos encontrados em um determinado local” (MORAIS 2006: 203).

- **Áreas de ocupação histórica (AOH):** são caracterizadas por evidências materiais associadas à ocupação da região no século XX. A abordagem regional aqui intentada deve, necessariamente, levar em consideração essas ocupações, uma vez que revela um modo de vida pouco documentado, via de regra em processo profundo de transformação e/ou desaparecimento.

Resultando em sete pontos de amostragens pré-determinados e 29 pontos complementares, conforme o Quadro 7.4-30 e Quadro 7.4-31 e sua respectiva localização na Figura 7.4-136, a seguir, e Apêndice 7.34.

Quadro 7.4-30 - Pontos pré-determinados.

Ponto	Município	Coordenadas	
Pt01	Assú	716458	9378960
Pt02	Campo Grande	680183	9344560
Pt03	Catolé do Rocha	642561	9311650
Pt04	Santa Cruz	603486	9280470
Pt05	São João do Rio do Peixe	565613	9247900
Pt06	Barro	528482	9214430
Pt07	Milagres	507717	9193340

Quadro 7.4-31 - Pontos complementares.

Ponto	Município	Coordenadas	
Pt01	Assú	724944	9378130
Pt02	Assú	723628	9378540
Pt03	Campo Grande	687788	9351370
Pt04	Campo Grande	685331	9349160
Pt05	Janduís	672533	9337720
Pt06	Messias Targino	661582	9327930
Pt07	Catolé do Rocha	645174	9313640
Pt08	Catolé do Rocha	641007	9310460
Pt09	Santa Cruz	607251	9283470
Pt10	Sousa	576291	9258160
Pt11	São João do Rio do Peixe	567491	9249710
Pt12	São João do Rio do Peixe	566130	9248400
Pt13	São João do Rio do Peixe	564343	9246690
Pt14	Cajazeiras	554377	9237200
Pt15	Cajazeiras	546519	9230320

Ponto	Município	Coordenadas	
Pt16	Barro	530393	9216220
Pt17	Barro	524509	9210720
Pt18	Barro	517471	9202780
Pt19	Milagres	508044	9192870
Pt20	Milagres	508021	9192810
Pt21	Milagres	507875	9192680
Pt22	Milagres	507833	9192670
Pt23	Milagres	508209	9192280
Pt24	Milagres	508172	9192260
Pt25	Milagres	508130	9192250
Pt26	Milagres	508093	9192240
Pt27	Milagres	507424	9191440
Pt28	Milagres	507454	9191540
Pt29	Milagres	507467	9191580

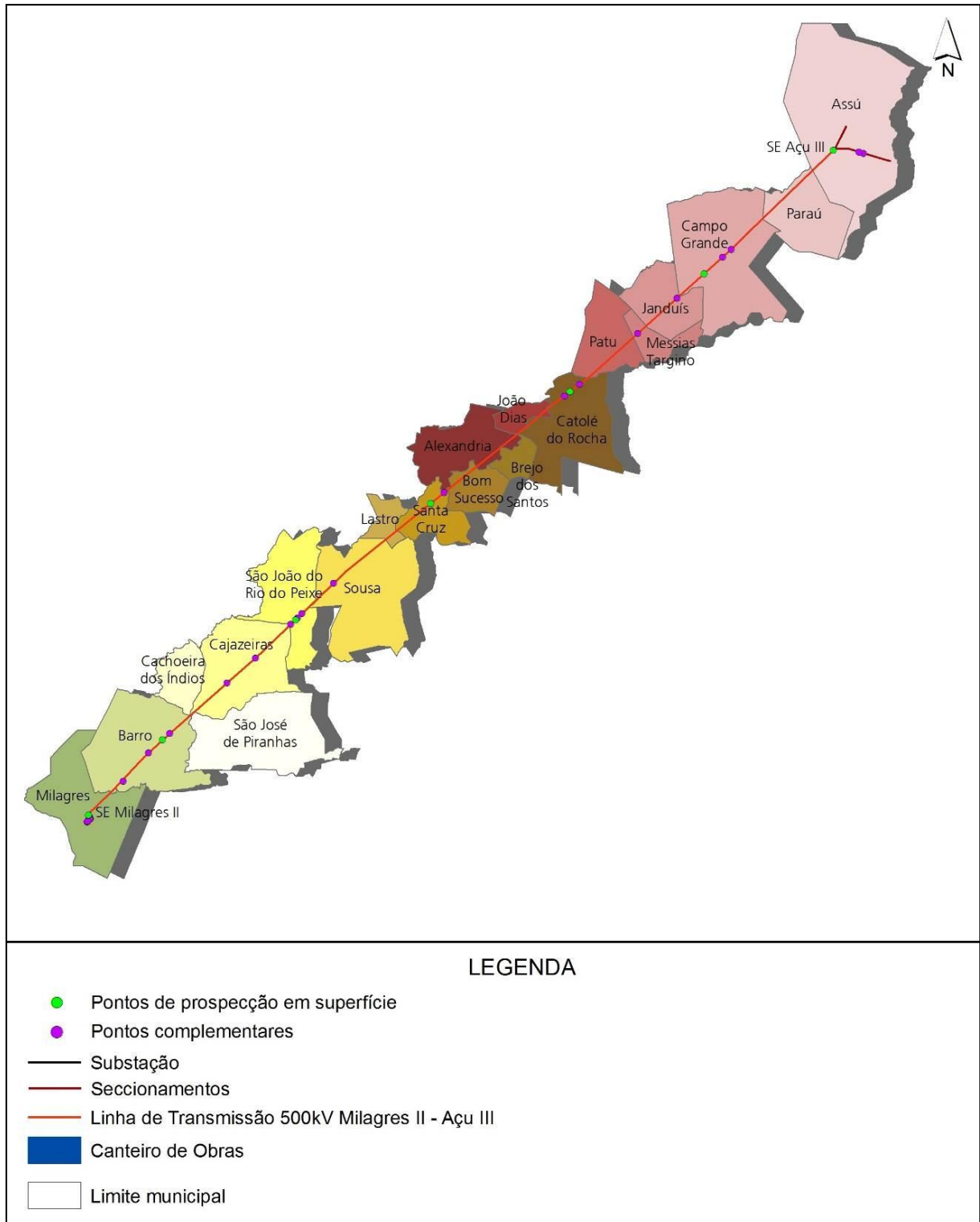


Figura 7.4-136 – Localização dos Pontos de Prospecção em Campo.

As estradas de acesso, até as torres, até o momento, não estão previstas. O projeto pressupõe acessos ao empreendimento utilizando as principais Rodovias Federais BR-116, BR-230, BR-226 e BR-304, que cruzam o traçado da LT 500 kV Milagres II – Açú III além da própria faixa de servidão da LT.

---

*ii. Traçado Linha de Transmissão 500 kV Milagres II-Açu III e Seccionamentos*

A área que compreende o traçado da LT atravessa 20 municípios, sendo 2 localizados no estado do Ceará, 10 no estado da Paraíba e 8 no estado do Rio Grande do Norte. Situados próximo as principais Rodovias Federais: BR-116, BR-226 e BR-304, que cruzam o traçado da LT 500 kV Milagres II-Açu III.

A prospecção superficial do terreno, nos pontos pré-determinados, permitiu o diagnóstico detalhado e a compreensão da paisagem neste trecho, priorizando os locais onde o relevo e a vegetação permitiram sua realização, com o objetivo de identificar a incidência de vestígios arqueológicos e avaliar os possíveis riscos.

A seguir, descrevem-se brevemente os locais vistoriados com os registros fotográficos de campo.

### **Ponto 01 e Seccionamentos**

Localizado no município de Assú (RN), as áreas em questão, são caracterizadas por uma vegetação de caatinga (arbustiva e herbácea), que consiste no principal ecossistema existente na região do Nordeste brasileiro.

A equipe percorreu a porção mais próxima (nas áreas possíveis) do ponto 01 (Figura 7.4-137 a Figura 7.4-140), que corresponde ao eixo projetado do traçado da LT, e os seccionamentos.

Foram percorridas e vistoriadas as estradas de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao traçado da LT, observando aspectos de solo, vegetação, geomorfologia e hidrografia.





Figura 7.4-137 - Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao seccionamento. (Coordenada: 0719781/9380440) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-138 - Vista geral do seccionamento. (Coordenada: 0732410 - 9375823) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-139 - Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao ponto 01. (Coordenada: 0717345 - 9378465) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-140 - Vista geral. Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao ponto 01. (Coordenada: 0717345 - 9378465) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

## Ponto 02

Localizado no município de Campo Grande (RN), a porção mais próxima deste ponto (Figura 7.4-141 a Figura 7.4-143) é caracterizada pela presença de uma vegetação densa e espinhosa, com cactos e arbustos baixos espalhados, que dificultaram o acesso e visibilidade do solo. O local possui alguns afloramentos rochosos próximos a curso de água.

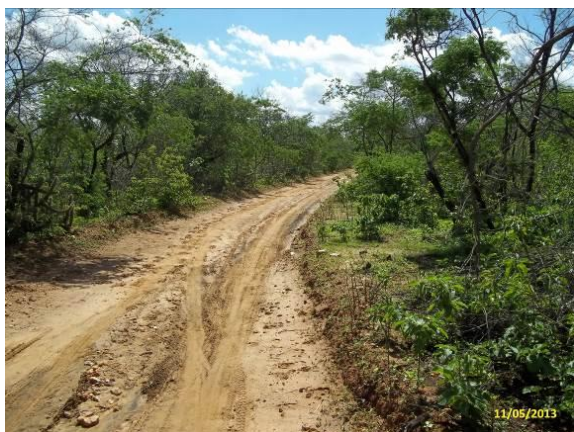


Figura 7.4-141 - Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao ponto 02. (Coordenada: 0681741/9343179) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-142 - Baixa visibilidade do solo. (Coordenada: 0681741/9343179) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-143 - Afloramentos rochosos próximos a curso de água (Coordenada: 0681741/9343179) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

### **Ponto 03**

No município de Catolé do Rocha (PB), próximo ao ponto 03 (Figura 7.4-144 a Figura 7.4-147), encontra-se adjacente a comunidade São Francisco. A comunidade está situada em uma área rural, em terreno plano com solo areno-argiloso de coloração amarelada, coberto por vegetação e algumas áreas destinadas à roça.





Figura 7.4-144 - Vista da Comunidade São Francisco (Coordenada: 0640979/9311702) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-145 - Estrada de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao ponto 03 (Coordenada: 0640979/9311702) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-146 - Propriedade na Comunidade São Francisco (Coordenada: 0640979/9311702) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

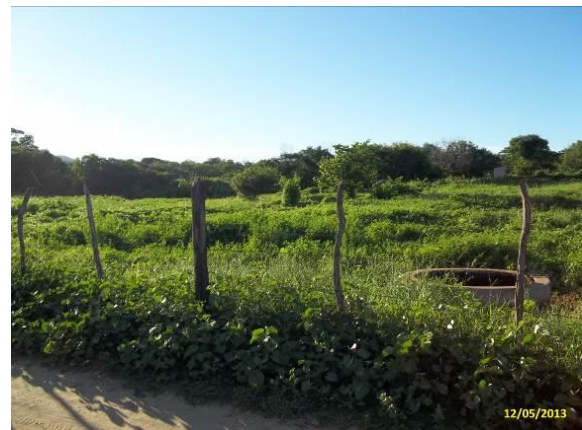


Figura 7.4-147 - Área de plantação ao logo da comunidade São Francisco (Coordenada: 0640979/9311702) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

## Ponto 04

Próximo ao ponto 04 (Figura 7.4-148 a Figura 7.4-151) está localizado no município de Santa Cruz (RN), em área de propriedades rurais, assentado sobre um relevo plano com pequenas elevações. A área em questão apresenta uma vegetação arbustivo-arbórea, pequenas árvores espaçadas e alguns afloramentos rochosos.



Figura 7.4-148 - Estrada de acesso em direção ao ponto 04 (Coordenada 0604712/9280923) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-149 - Vista geral da área próximo ao ponto 04 (Coordenada: 0603881/9280101) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-150 - Ponto mais próximo do ponto 04 (Coordenada: 0604712 /9280923) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-151 - Relevo com pequena inclinação (Coordenada: 0603881/9280101) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

## Ponto 05

Localizado no município de São José do Rio do Peixe (PB), o ponto (Figura 7.4-152 a Figura 7.4-155) acessível mais próximo do cruzamento com a LT, está situado na propriedade da família de Antonio Nininho. Trata-se de um terreno plano, com solo areno-argiloso recoberto por uma vegetação herbácea. A área que já foi utilizada como roça, nos últimos anos é destinada para a criação de animais. Segundo o proprietário, nos sucessivos usos da área em questão relacionada às atividades de agricultura, nenhuma evidência de antigas ocupações humanas foi encontrada em sua propriedade.





Figura 7.4-152 - Vista da propriedade (Coordenada: 0565616/9248117) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-153 - Vista da propriedade (Coordenada: 0565616/9248117) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-154 - Ponto mais próximo do ponto 05 (Coordenada: 0565616/9248117) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-155 - Ponto mais próximo do ponto 05 (Coordenada: 0565616/9248117) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

## **Ponto 06**

Localizado no município de Barro (CE), próximo ao ponto 06 (Figura 7.4-156 a Figura 7.4-159) área rural, as margens da BR-116. Rodeado por propriedades rurais (pequeno povoado) o local é caracterizado por um relevo levemente acidentado e um solo areno-argiloso e alguns afloramentos rochosos.



Figura 7.4-156 - Estrada de acesso em direção ao ponto 06 (Coordenada: 0529556/9216230) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-157 - Ponto mais próximo do ponto 06 (Coordenada: 0529556/9216230) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-158 - Propriedades próximo ao ponto 06 (Coordenada: 0529556/9216230) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura 7.4-159 - Propriedades próximo ao ponto 06 (Coordenada: 0529556/9216230) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

## Ponto 07 e Seccionamentos

Localizado no município de Milagres (CE), o ponto 07 (Figura 7.4-160 e Figura-7.4-161) mais próximo do traçado da LT e do seccionamentos está inserido na área rural da cidade, as margens da BR-116, próximo ao Posto BR. A área apresenta baixa visibilidade do solo, devido à intensidade da vegetação.



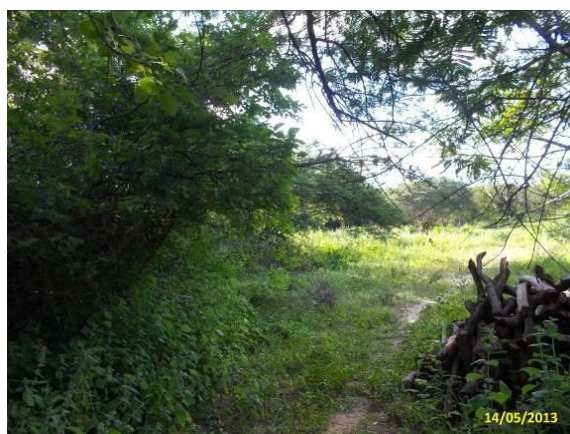


Figura 7.4-160 - Ponto mais próximo do ponto 07 e seccionamentos (Coordenada: 0507924/9192719) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).



Figura-7.4-161 - Ponto mais próximo do ponto 07 e seccionamentos (Coordenada: 0507924/9192719) (Fonte: Bourscheid, maio/2013).

No entorno da Área de Influência Indireta foram percorridos diferentes locais, com intuito de localizar os sítios arqueológicos conhecidos e registrados no CNSA/IPHAN, conforme Quadro-7.4-32 abaixo.

Quadro-7.4-32 - Localização dos sítios arqueológicos conhecidos e registrados no CNSA/IPHAN na AI.

Sítio Arqueológico	Município	Coordenada UTM SAD 69 24M	Descrição
Serrote dos Letreiros	Souza - Paraíba	0576407 - 9260052	Gravuras rupestres.
Encanto	Janduís - RN	0705565 - 9365933	Painéis de Pintura rupestre
Sítio Jatobá	Patu - RN	0654575 - 9333980	Gravuras rupestres.

#### 7.4.5.2.5 Conclusão

Com relação aos remanescentes culturais, nas áreas diagnosticadas (Área de Influência Direta) não houve qualquer evidência de material arqueológico em superfície. Neste sentido, foram percorridas as áreas com melhor acessibilidade e visibilidade do solo junto as estradas de acesso nas direções paralelas e perpendiculares ao eixo projetado e seccionamentos, bem como nos pontos mais próximos daqueles pré-determinados e dos pontos complementares.

Do ponto de vista do patrimônio arqueológico o empreendimento está inserido em uma área de alto potencial, relacionado à pré-história regional tendo em vista os registros existentes e os locais ainda não estudados sistematicamente. Deste modo, a implementação do empreendimento, através de ações preventivas promove o conhecimento prévio sobre os possíveis impactos aos elementos arqueológicos e



históricos, contribuindo para uma melhor compreensão do patrimônio arqueologia, histórico e cultural da região nordeste.

Tendo em vista, que o empreendimento abrange uma área de influência direta muito extensa, dificultando um levantamento de campo exaustivo é importante ressaltar a importância da intensificação dos trabalhos arqueológicos de campo das etapas subsequentes em todos os locais afetados pelo empreendimento e ainda qualquer atividade potencialmente perturbadora do contexto arqueológico, que possa vir a alterar, expor ou soterrar os vestígios, podendo causar sua destruição parcial ou total, no caso de haver sítios arqueológicos nos locais destinados ao empreendimento.

Portanto, conforme a Portaria do IPHAN 230/2002, recomenda-se prospecções arqueológicas sistemáticas em subsuperfície, nas áreas de intervenção do empreendimento, levando em consideração o alto potencial arqueológico da região, como um todo, apresentado no Projeto de Diagnóstico Arqueológico Prospectivo e Interventivo.



## **Anexo 7.5**

**Ofício Co 009/2013**



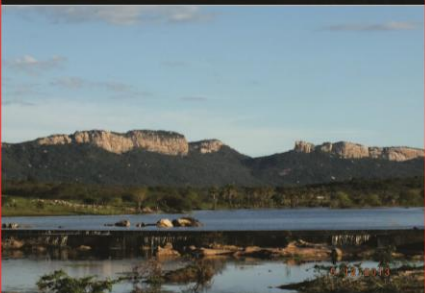


## **Anexo 7.6**

**Ofício Co 001/2012**







## **Anexo 7.7**

**Ofício n° 13/2013-DPA/FCP/MINC**







## Anexo 7.8

Relatório Parcial do Projeto de Diagnóstico  
Arqueológico Prospectivo e Interventivo





## Apêndice 7.25

Mapa de Contingente, Densidade e Levantamento Populacional





## **Apêndice 7.26**

### **Mapa dos Assentamentos Rurais**







## **Apêndice 7.27**

### **Mapa de Fluxos Migratórios**





## Apêndice 7.28

### Mapa de Incidências de Endemias





## Apêndice 7.29

Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Meio Socioeconômico







## **Apêndice 7.30**

**Mapa de Áreas Rurais e Urbanas na All**





## Apêndice 7.31

Mapa de Análise de Crescimento Urbano na  
All





## **Apêndice 7.32**

### **Mapa de Terras Indígenas**







## Apêndice 7.33

### Mapa de Comunidades Quilombolas





## **Apêndice 7.34**

**Mapa do Levantamento Arqueológico Não Interventivo**